

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

FACULDADE DE ARTES E LETRAS

JORNAL DO FUNDÃO

Jornalismo de causas, cultura e
identidade

TESE PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

TRABALHO REALIZADO SOB A ORIENTAÇÃO DE:

PROFESSORA DOUTORA: ANABELA GRADIM ALVES

GENEALOGIA DO PROJECTO	4
HISTÓRIA DA IMPRENSA EM PORTUGAL	16
Dos primórdios até à industrialização	16
A industrialização da escrita	19
Os primórdios do jornalismo português	22
Nascer na Revolução	28
A DEMOCRATIZAÇÃO DA IMPRENSA	39
A Imprensa Beirã	42
O “Jornal do Fundão”	50
O JORNALISMO COMO FORMA DE CIDADANIA	58
Contributos da imprensa regional para a criação de uma identidade	58
O papel do “Jornal do Fundão” na construção social da realidade beirã	70
A CENSURA E O “JORNAL DO FUNDÃO”	73
A palavra como arma	73
O porquê da censura	74
A suspensão do Jornal do Fundão: o caso Luandino Vieira	80
A importância dos casos	85
ANÁLISE DE CASOS	88
Caso “Lipocina” – a primeira grande bandeira do Jornal do Fundão	88
A poder do jornal e a sua atenção à Saúde Pública	99
A imprensa como ferramenta de união e defesa	104
O “Jornal do Fundão” na defesa dos operários	108
O jornal ao lado das minas	111
O apoio aos operários dos têxteis	117
Regadio da Cova da Beira – A obra inacabada	122
O mais longo episódio de pressão jornalística: o “Túnel da Gardunha”	125

O TRABALHO DO JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS COMUNS	140
A emigração no “Jornal do Fundão”	140
“Dos Emigrantes”, um suplemento internacional	150
JORNALISMO COMO ESPAÇO LEGÍTIMO DE INTERVENÇÃO SOCIAL	157
Algumas considerações sobre o Jornalismo Cívico	157
Jornadas da Beira Interior – Um exemplo de jornalismo cívico em português	168
A IMPORTÂNCIA DO JORNALISMO CULTURAL	196
A vinda de Kubitschek a Portugal	197
Érico Veríssimo no Fundão	200
A informação cultural	200
CONCLUSÃO	207
BIBLIOGRAFIA	213

Genealogia do projecto

A edição de 5 de Fevereiro de 2009 da revista “*Time*” escolhia o fim do jornalismo para tema principal da sua capa. Esta imagem era depois consubstanciada em diversos artigos que reúnem algumas das opiniões de um considerável número de académicos, profissionais da área, investigadores e, como não poderia deixar de ser, leitores anónimos. Resumidamente, este grupo parece apontar para o iminente fim dos jornais, sobretudo os de suporte em papel, para o acabar da comunicação como hoje a conhecemos, para uma mudança estrutural neste campo social.

Teorias e opiniões que são apenas um pequeno exemplo de outras tantas que vão ganhando dimensão e falam sobre os jornais e o jornalismo. A evolução tecnológica, a globalização, os cidadãos e as novas ferramentas comunicacionais, as redes sociais, a quebra das barreiras temporais, a crise económica, são mais alguns pontos de que cada vez mais se fala.

Contudo, é também este o tempo em que muitos acreditam na continuidade do jornalismo, na consonância dos suportes mais antigos com as novas forma de interacção, e também na reafirmação da importância de projectos comunicacionais, como é o caso do jornalismo de proximidade. Também nós pretendemos demonstrar com este trabalho que o jornalismo, mormente o regional, está bastante activo e a ganhar novas dinâmicas. No caso do trabalho que se segue, esperamos também conseguir demonstrar o potencial de vitalidade dos projectos locais, nomeadamente a partir da análise de vários casos de intervenção cívica protagonizados por um órgão de comunicação social regional: o “*Jornal do Fundão*”.

Num tempo em que as produções académicas e os trabalhos científicos que têm os *media* como objecto de estudo parecem não parar de crescer, surgem também cada vez mais formas de comunicação, e logo, novos campos de análise. A comunicação, chapéu que abarca uma quase infinidade de conceitos, como é o caso de Comunicação Social, jornalismo, imprensa, jornais, notícias e muitos outros, tem conhecido, ao longo dos séculos, um significativo interesse por parte de estudiosos. Ainda assim, a natureza deste conceito não permite que dele se tenha uma definição estanque e universal, como sublinha Adriano Duarte Rodrigues, quando diz ser difícil “senão impossível, dar da Comunicação Social uma definição clara, exhaustiva e unívoca. Isto em razão da multiplicidade das designações que habitualmente são empregadas neste campo e em

razão da diversidade dos pontos de vista que podem presidir à maneira de a considerar.”¹

Os frutos de todo esse trabalho são hoje bem visíveis à escala mundial. As mais diferentes formas de abordagem do tema, as suas ligações com as restantes ciências e com o Homem estão identificadas, existindo bibliografia sobre as mesmas, embora deficitária em algumas temáticas, como é o caso do jornalismo regional ou de proximidade, em Portugal. Neste aspecto, em particular, lembre-se como exemplo, entre muitos outros, as palavras de Paulo Ferreira, quando diz que “o estudo da imprensa local e regional (ILR) em Portugal está numa fase rudimentar. Pelo que se conhece dos poucos estudos até agora realizados pode, contudo, afirmar-se que as actuais características do sector são inversamente proporcionais à importância que este tipo de publicações pode – e deve – assumir nas comunidades locais e regionais.”²

Mas não será este o resultado dos avanços constantes e necessários da comunicação? Desde há muito que a informação global, os acontecimentos reportados à escala mundial fazem parte de qualquer meio de comunicação. A juntar-se a tudo isto, há que considerar as mais recentes plataformas de comunicação que vêm, em última instância, colocar nas mãos de cada ser humano, a possibilidade de emitir discursos também para o mundo.

Um outro desafio a que nos propomos com este trabalho visa precisamente, colmatar uma lacuna existente a este nível. Trabalho que irá, por isso mesmo, ter por base as principais orientações teóricas desta área, onde o jornalismo de proximidade, de causas e outras correntes similares que nos parecem relevantes. Este é, sem dúvida, o ponto fundamental que procuraremos abordar com esta análise, o do jornalismo de causas. Para tal escolhemos o “*Jornal do Fundão*”, semanário fundado a 27 de Janeiro de 1946, por António Paulouro, e que leva o nome da localidade que o viu nascer, o Fundão. Entre as diversas razões para esta escolha, algumas delas apontadas no decorrer do estudo, seleccionámos, como breve justificação, uma das designações feitas pelo actual director, com o intuito de classificar este jornal. Fernando Paulouro diz que “fazer jornalismo de causas, o reflexo de atenção à realidade social, é uma exigência

¹ RODRIGUES, Adriano Duarte; *A Comunicação Social – Noção, História e Linguagem*; Lisboa; Editorial Veja; S.D.; página 21.

² FERREIRA, Paulo; “*O lugar da imprensa local e regional nas políticas da comunicação*”; in: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ferreira-paulo-lugar-imprensa-local-regional-politicas-comunicacao.pdf>.

moral que a matriz fundadora do “*Jornal do Fundão*”, aliás sintomaticamente implica e determina.”³

Trata-se pois de trabalhar numa análise diacrónica esta ideia de jornalismo. Escolhemos, neste âmbito, examinar todo o percurso feito por este jornal, desde o seu aparecimento até ao ano de 1993. Uma escolha que se prende essencialmente com dois motivos. Um passa por ser este o período em que o mentor, fundador e director do “*Jornal do Fundão*”, António Paulouro, se manteve ligado de forma constante à publicação. Outro porque parece-nos ser este o espaço temporal de consolidação da ideia, afirmação do jornal e realização das suas principais causas, até há data. Com o final do século XX, estava, do nosso ponto de vista, terminada também esta parte substancial da vida da publicação, que se queria ferramenta de ruptura da macrocefalia nacional e plataforma de descentralização cultural. E no entanto o *Jornal do Fundão* acabou por ser muito mais, tal como diz o seu actual director e anterior chefe de redacção: “A informação, o jornalismo, só têm sentido se estiverem ao serviço do Homem e fizerem da liberdade um valor absoluto e inexpropriável. Nestes anos, o *Jornal do Fundão* edificou-se ao lume dessa ideia de liberdade, consubstanciada na defesa da promoção de uma região equacionada à escala do país e do mundo. É esse inventário de notícias que o JF arquiva, como património comum. É, em extensão, o homem e as suas circunstâncias, seja na aventura de ficar na resistência e no projecto de querer transformar a Beira Interior, seja na ousadia de ir pelo mundo, à procura do pão elementar. Palavras que se confundem, não poucas vezes, com o sonho e a utopia, remando contra bloqueios, denunciando injustiças e compadrios, estimulando a crítica e o exercício de cidadania. Não esquecemos as contingências de proximidade, num país onde a crítica é olhada, às vezes, como delito comum. Ao longo destes anos houve sempre os que sonharam com o silenciamento desta voz.”⁴

Não existe ainda um profundo estudo académico sobre este jornal, daí que este trabalho, na sua humildade, pretenda ser um ponto de partida para a reflexão sobre este exemplo de jornalismo, e da sua ligação ao território que de lhe deu nome, que lhe deu substância, mas ao qual o “*Jornal do Fundão*” deu também algumas pistas de identidade colectiva, de cultura, de melhoria de vida, de voz e presença no contexto nacional. Mas pretendemos também analisar, com os vários exemplos a seguir

³ In: *Jornal do Fundão*, edição nº 3050, de 28 de Janeiro de 2005; página 11.

⁴ *Idem*, página 2.

apresentados, a própria função do jornalismo, numa época, como acima foi dito, em que esta se encontra em mudança e discussão.

De entre as milhares de edições que compõem o arquivo de palavras deste jornal, retirámos alguns dos casos que se revelaram mais emblemáticos. Quer pela sua origem, quer pelo tratamento noticioso que foi dado aos mesmos, quer também pelas consequências que estes tiveram nos actores que estavam directamente envolvidos neles e, de uma forma geral, em toda a Beira Interior.

Este longo inventário de letras, o extenso álbum de memórias guardadas por entre cada número do jornal são hoje parte significativa da história colectiva da região da Beira Interior, mas constituem também, em nossa opinião, parte fundamental da história do jornalismo de causas.

E essas causas passam pela denúncia da morte de várias crianças, pela reacção a uma substância administrada pelos serviços de saúde. A Liposina era uma substância relativamente nova, cujos efeitos secundários, não eram totalmente conhecidos. Alertado por vários profissionais de saúde, António Paulouro avança com a publicação de uma notícia sobre o caso. O regime salazarista que então governava o País, pressionado pelo laboratório farmacêutico, tudo fez para minimizar o caso e silenciá-lo nas páginas daquele jornal, o único que o reportou durante o tempo permitido. Recentemente, na história da farmacovigilância em Portugal, a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (Infarmed) faz alusão à postura do “*Jornal do Fundão*” neste exemplo. Seguem-se as lutas dos mineiros da Panasqueira e a doença profissional de que estes padeciam. A Silicose era outro dos assuntos proibidos pelo Estado Novo e que políticos, empresários, instituições e tantos outros nunca reconheceram nem tentaram minimizar os efeitos da doença. Mas também o Bócio Endémico e um estudo desenvolvido por dois médicos nesta região, que a Censura acabou por ocultar. Segue-se o Regadio da Cova da Beira e a importância vital deste projecto para a agricultura e para a sobrevivência de uma região. Uma obra que o jornal acompanhou desde o início e sobre a qual desenvolveu dezenas de páginas, quer mostrando a sua importância económica, quer promovendo o debate em torno das melhores formas de construção e aproveitamento da mesma, quer até, reivindicando o cumprimento de promessas políticas. Ainda hoje, passado mais de meio século sobre o início dos trabalhos de construção do Regadio da Cova da Beira, este não se encontra terminado. Ainda hoje o “*Jornal do Fundão*” fala sobre esta mesma empreitada.

Um jornal que serviu sempre de base para a análise sobre a região, que foi gerador de debates em torno das principais temáticas dos distritos da Guarda e Castelo Branco e dos caminhos que deveriam ser traçados para o futuro destes. Neste aspecto, nas vias a seguir, as páginas desta publicação foram também utilizadas para reivindicar melhores acessos rodoviários e ferroviários, mais ligações entre uma região encravada no meio da Serra da Estrela e da Serra da Gardunha, em que os “300 mil metros que a separam da capital”, como gostava de dizer António Paulouro, eram percorridos em mais de sete horas, por estradas secundárias ou deficientes caminhos-de-ferro. O caso do Túnel da Gardunha é o exemplo maior da força, do poder, da repercussão que um jornal regional pode ter. Para além das suas lutas por esta obra, as páginas do jornal guardam também o reconhecimento por parte de vários quadrantes, na utilidade que o “*Jornal do Fundão*” teve neste tema.

Em destaque também, as Jornadas da Beira Interior: três encontros magistras que tiveram sempre em linha de conta a coesão social de toda a região e de onde aliás, nasce a designação de Beira Interior. Este é, em nossa perspectiva, o caso mais aproximado de um tipo de jornalismo que os académicos e teóricos designam por jornalismo cívico.

O envolvimento de políticos, de académicos, de técnicos, de jornalistas, de operários e de sindicalistas e, claro está, de leitores, de cidadãos, em várias temáticas e discussões sobre áreas basilares, em termos regionais, consubstancia, sem dúvida, uma manifestação de jornalismo cívico, e no caso em apreço, há ainda a notar que essas manifestações precederam mesmo o aparecimento da designação e do conceito.

As Jornadas da Beira Interior acabaram por dar origem a diversas publicações, de carácter técnico, que faziam um retrato fiel deste território e apontavam algumas possíveis linhas de actuação. Essas mesmas conclusões foram depois aproveitadas pelo “*Jornal do Fundão*” para estabelecer uma base de trabalhos jornalísticos. A isto há ainda que juntar a cultura. Tema que irá ocupar uma parte substância deste trabalho, uma vez que “*o Jornal do Fundão fez sempre da cultura um pão essencial, indispensável à própria consciência crítica da região e à sua libertação. (...)*”

Se há um marco distintivo na história do Jornal do Fundão, é a faceta de ter materializado a cultura como espaço fundamental da informação. É um património riquíssimo, a mostrar de certo como literatura e jornalismo se cruzam em múltiplas facetas. Essa perspectiva figura na própria abordagem dos géneros jornalísticos e na

forma como o jornal se habituou a respirar com palavras de rigor e, ao mesmo tempo, com alta expressão criadora.”⁵

Soma-se ainda a identidade de uma região, materializada através das palavras de um jornal, desenhada ao longo de décadas por cidadãos anónimos, por jornalistas, por políticos, por interessados. Mas uma identidade também muito própria de interpretar o jornalismo num projecto que nasceu para mudar a Beira Interior, num projecto que estimulou a cidadania, que lutou contra as mordanças da censura e os atavismos culturais e geográficos. O jornal foi edificando, semanalmente, uma forma particular de sentir um espaço territorial próprio, ao qual os seus leitores estão intrinsecamente ligados. O jornal foi registando o quotidiano, mas também agitando as águas e servindo de “coisa incómoda” quando a inércia se instalava.

O “*Jornal do Fundão*” foi também voz e meio de comunicação entre os membros desta região e os seus emigrantes. Uma ligação quase “umbilical” que começou imagine-se, com os soldados destacados para a Guerra Colonial. O êxodo, em massa, de cidadãos nacionais para o estrangeiro, reforça ainda mais esta união entre o jornal e os seus leitores. Daqui nasce outra das grandes causas, mais uma, do “*Jornal do Fundão*”. A batalha pela Língua Portuguesa, pelo apoio aos trabalhadores nacionais em solo estrangeiro e outras tantas razões fizeram história. Uma história que é feita também pelo apoio directo à população ou às suas causas e a centenas de pequenos, mas não menos significantes acontecimentos. É sobre todos estes exemplos que tentaremos basear este trabalho. Uma empreitada que tem na sua metodologia uma postura analítica dos vários casos à luz dos modelos teóricos apropriados e apresentação das respectivas conclusões. Nesse sentido, começamos por apresentar uma breve história e evolução da imprensa. Esta actividade que tantas mudanças provoca na sociedade é também permeável a alterações que advêm de novas técnicas, de situações políticas, de desenvolvimentos científicos e até económicos. Não podemos pois olhar a imprensa, e a própria comunicação em geral, apenas com uma visão pontual e simplista. Para além de possíveis interpretações anacrónicas, a própria contextualização e relevância do tema central do trabalho não ganhariam a devida proeminência.

Ainda nesta área, achamos por bem contextualizar, no âmbito da imprensa escrita, as marcas que esta tomou na era liberal, nos tempos “românticos”, que coincidem com algumas evoluções técnicas, sociais e económicas, as quais levam também à

⁵ *Idem*, página 3.

democratização da imprensa e ao aparecimento de um vasto leque de publicações. Nestas está inserida a imprensa regional. Uma parte inicial do trabalho termina precisamente com a história do “*Jornal do Fundão*”. Ainda que de forma breve, pretende-se mostrar as datas de maior relevo para a consolidação deste projecto.

Segue-se uma abordagem à imprensa regional enquanto elemento estruturante da constituição de uma comunidade. O interesse deste tipo de análise é cada vez maior, uma vez que a importância da imprensa regional também está a crescer. Num mundo em que todos os dias surgem novas formas de comunicação entre as pessoas, em que a globalização passa a ser um conceito primário no vocabulário comum, o retrato local, a ligação ao território que nos rodeia, acaba por se revelar fundamental para a garantia de uma correcta construção da identidade. É disso que fala Carlos Camponez quando refere que “não deixa de ser curioso notar como, a par de fenómenos da globalização, os discursos de proximidade têm sofrido também uma inflação, como resposta aos aparelhos, à uniformização e a um certo fracasso dos modelos de gestão social dos Estados. (...) Quando as notícias longínquas nos chegam à hora dos noticiários da noite, apercebemo-nos que nada sabemos do que se passou ao fundo da nossa rua.”⁶

Queremos por isso mesmo, com este trabalho, identificar mais um fenómeno comunicacional, desta feita, ligado ao jornalismo de causas, de proximidade, cívico, à identidade e à cultura. O exemplo singular de como o “*Jornal do Fundão*”, enquanto semanário editado numa então vila do interior do Portugal profundo, em plena ditadura salazarista, conseguiu moldar a geografia humana deste território, mas também, abrir ligações para uma visão mais abrangente da condição humana, aglutinar cidadãos em torno de uma região com a qual se identificam pessoal e culturalmente, e, porque é obrigatório dizê-lo, criar um suporte de difusão cultural, único em território luso, na segunda metade do século XX, irá merecer uma pesquisa aprofundada.

Este trabalho tenta assim investigar o objecto de uma perspectiva multidisciplinar e interpretar os comportamentos do mesmo à luz desses conhecimentos. Demonstrar de que forma existe interacção entre o produto jornalístico e o público que contacta com este. De entre um rol de questões que neste âmbito são obrigatoriamente colocadas, destacar a que interroga sobre a forma e sobre a efectiva transformação da sociedade local, por força de um jornal, das suas notícias e da sua actividade. Como interage a

⁶ CAMPONEZ, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*; Coimbra; Edições Minerva Coimbra; 2002; página 15.

imprensa regional com os seus públicos? Quais as formas de verificação das mudanças que estas publicações imprimem na geografia social do território onde actuam? Qual a imagem que os leitores têm dos “seus” jornais regionais? E que características estes apresentam para serem jornais de proximidade, de defesa de causas e impulsionadores de linhas identitárias?

Estas são apenas algumas das muitas questões com que partimos para a observação do “*Jornal do Fundão*” enquanto um dos mais importantes representantes desta imprensa, a nosso ver.

Mas esta análise será feita também desde uma perspectiva de comunicação localizada, mais concretamente, a da imprensa regional. A forma de ligação entre um jornal e os seus leitores, as interacções desenvolvidas por estes actores sociais criam resultados muito concretos, daí que se apresentem aqui algumas provas dessas mesmas ligações.

Um trabalho que visa também apresentar a forma de contacto, muito próximo e muito próprio entre a imprensa regional ou local e o seu público. Um relacionamento que é baseado num conjunto significativo de expectativas por parte dos dois intervenientes e de formas de actuação particulares.

Os jornais regionais têm no seu público, a sua razão de ser e as suas causas. Os anseios e as necessidades, as aspirações e as vontades dos indivíduos pertencentes a um determinado território acabam por nortear o conteúdo noticioso e as áreas de acção deste tipo de publicações. Um jornalismo de causas onde a maior e mais importante temática acaba por ser o seu público, os seus leitores e membros da região abrangida pelo título em causa. Mas nesta relação também o público ganha consciência da importância deste tipo de imprensa e do papel fundamental que esta desempenha no que diz respeito a alcançar os objectivos comuns. João Carlos Correia descreve esta interacção como “a acção comum desenvolvida e partilhada pelos membros de um grupo, e entre o *medium* e os membros desse grupo, tende a realizar e a concretizar os seus projectos ou apresentar as suas opiniões; a reagir perante os projectos e opiniões alheias; a comunicar e expor entre si os seus argumentos, procurando legitimar as suas acções e enunciados ou a questionar a legitimidade das acções e enunciados alheios em função da sua maior ou menor racionalidade intrínseca.”⁷

⁷ CORREIA, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1998; página 8.

Uma temática que ganha relevância numa época em que a grande maioria dos processos comunicacionais dá sinais de industrialização, onde as grandes orientações dos jornais passam por factores económicos e/ou políticos. A importância dos estudos das publicações regionais ou locais, e dos seus traços identitários serve também para compreender o papel que estes meios desempenham. Carlos Camponez exemplifica este pensamento quando diz que “a redescoberta das temáticas da proximidade parece estar aí para o provar. Hoje, à medida que ouvimos falar das grandes fusões entre empresas mundiais, desponta um pouco por todo o lado o desejo do encontro com o próximo: fala-se da gestão local, das políticas locais, de ligação do político aos seus eleitores, de «políticas de proximidade», de mercados locais e fragmentários, renasce o interesse pelas identidades e as culturas particulares e, conseqüentemente, pelos fenómenos de comunicação local, nomeadamente os *media* locais e regionais.”⁸

Este olhar particular sobre a Imprensa Regional assume também o compromisso de tentar responder a um leque de questões bem determinado. Em que patamar se coloca hoje este tipo de publicação na escala evolutiva da Imprensa, que balizamos entre uma primeira imprensa romântica e se situa agora numa imprensa industrial, despida de quase todas as causas particulares? De que forma esta se liga aos seus leitores? Quais as potencialidades deste *medium* em construir e transformar a realidade social? Questões, a nosso ver, pertinentes e actuais, que devem ter resposta com exemplos práticos e reais promovidos pelo semanário “*Jornal do Fundão*”.

A escolha do “*Jornal do Fundão*” como matéria de análise deste trabalho deve-se, entre outras coisas, ao facto deste ser um exemplo paradigmático do que pode ser um jornal enquanto instrumento activo na construção da sociedade, mas também por apresentar diversas passagens que o tornam algo singular. Falamos, sobretudo, do percurso cívico, do acompanhamento dos seus leitores e da forma como serviu para travar lutas em prol da região onde está sedado. Este pequeno jornal local, cujos primeiros objectivos passavam por divulgar o concelho de origem, a terra que lhe dá nome, acabou por realizar feitos únicos na sua área. Desde os primeiros números, onde o regime salazarista tinha, como em todas as outras publicações, largo destaque, o “*Jornal do Fundão*” acabou por ser uma das vozes mais incómodas do Estado Novo. Desde as pequenas reportagens sobre a falta de cuidados médicos e de assistência social

⁸ CAMPONEZ, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*; Coimbra; Edições Minerva Coimbra; 2002; páginas 15 e 16.

a um homem que morria numa pobre cama de ferro sem que nenhuma entidade tomasse partido, até às grandes lutas sociais dos mineiros e dos trabalhadores têxteis, o JF foi suporte destas vontades, amplificou as vozes de cada um destes beirões em palavras de revolta e de reivindicação. Mas foi também impulsionador de novas práticas e formas de abordar a informação. O “*Jornal do Fundão*” foi um dos precursores do “jornalismo de proximidade”, um conceito por nós desenvolvidamente abordado e ao qual, em nosso entender, jornalistas e académicos americanos adicionaram mais alguns parâmetros e convencionaram designar por “jornalismo cívico”. Por estas e muitas mais razões, nasceu a escolha deste jornal para um trabalho que pretende, acima de tudo, demonstrar a capacidade de ligação e transformação dos seus públicos através das mensagens que envia e recebe, mas também porque julgamos ser cada vez mais fundamental trazer para a análise científica este tipo de publicações.

O “*Jornal do Fundão*” é o produto acabado de todo um projecto que se foi desenvolvendo semanalmente, em períodos nem sempre fáceis. Os seus mentores souberam transformar um periódico de uma pequena cidade de província num meio de comunicação dos mais prestigiados e respeitados do País. Transformar um pedaço de papel, sujo de tinta, num retrato de vida colectiva, na aguarela de uma região. Milhares de páginas são hoje o legítimo reflexo dos tempos, um território de palavras que ganhou força para sacudir a indiferença, espaço de grandes causas, grandes esperanças, múltiplas inquietações, mas também onde alguns dos maiores nomes da cultura portuguesa encontraram porto seguro para as suas obras. Mais de três mil edições servem de arquivo de angústias e esperanças da região interior do País.

Para além das interrogações colocadas, para lá das primeiras explicações introdutórias que conjuntamente tentam justificar este trabalho, o mesmo poderia ter sido feito apenas tendo por base um dos maiores feitos que ao *Jornal do Fundão* é atribuído e que Baptista-Bastos considera como “uma profunda consciência de liberdade como exercício de cidadania”. Estudámos assim esta publicação, para além das razões já apontadas, também porque, tal como este jornalista, concebemos a postura do JF como “um dos desígnios mais nobres do jornalismo: dar notícias, defendendo causas, dizer o que tem a dizer quando são precisas definições claras; recusar a prosa incolor, indolor, informe; combater a indiferença, ser veículo da discordância”. Baptista-Bastos, num artigo de opinião publicado aquando dos 59 anos do *Jornal do Fundão*, continua dizendo: “*Não há, no historial do nosso ofício, jornal que apresente um rol tão poderoso, tão original e tão significativo de nomes importantes que têm dado lustre e*

integridade à cultura portuguesa. (...) O «Jornal do Fundão» é um semanário de referência (não o esqueçamos), exactamente porque se coloca no ponto de vista dos intervenientes sociais. Não há jornalismo neutro, porque o jornalismo é, sempre e sempre, a oposição do direito e do facto contra os inimigos da liberdade de dizer. Claro que um jornal é produto de jornalistas: todavia, o destino da «mensagem» é o leitor: o leitor – entidade igualmente responsável pela saúde do «seu» jornal, pelas funcionalidades que lá estão escritas, pela sociabilidade que estimula, pelos incitamentos mentais que provoca.»⁹ Por tudo isto, pensamos nós, existirem razões suficientes para aprofundar a história e o papel desempenhado do “Jornal do Fundão”.

Nas páginas que se seguem esperamos então conseguir mostrar, de forma bem clara, a capacidade agregadora de um jornal. Espaço colectivo de um vasto conjunto de vontades e opiniões, este meio acaba por desempenhar vários papéis, com a sua presença, actuação e forma de agir em relação ao sistema onde se insere. O “Jornal do Fundão”, a título de exemplo de uma imprensa regional, de proximidade, tem forçosamente de ser um jornal de causas. Esta deve ser uma das suas razões primordiais. Em nosso entender, não se poderá conceber sequer, ou muito dificilmente vingará um projecto desta natureza, que não tenha como linha de orientação, os anseios, as necessidades, as vontades e as opiniões das gentes que compõem o seu território de acção.

Qualquer jornal regional deve ter uma ligação estreita com os leitores, com os parceiros sociais, ligação recíproca através da qual é dada voz aos leitores, aos agentes políticos, culturais, institucionais, mas também onde se fomentem os debates, a participação cívica e a intervenção dos grupos nas orientações que devem ser dadas à comunidade.

É pois de grandes causas como a da configuração do espaço público, da criação ou fomento de uma identidade territorial marcada pelas especificidades locais, da cultura, da cidadania, que vive um jornal regional. Sem estas causas, sem razões muito próximas dos leitores, qualquer projecto desta natureza acabará por se diluir. Carlos Camponez fala também nestes aspectos quando se refere aos *media* de proximidade. Para este autor “o problema leva-nos a centrar a questão da imprensa regional não tanto na problemática dos *media* em si, mas antes, de forma mais geral – tendo em conta a perspectiva que orienta o nosso trabalho –, na da comunicação local e regional, vista

⁹ Baptista-Bastos; in: *Jornal do Fundão*, edição n.º 3050, de 28 de Janeiro de 2005; página 5.

como um todo: como instituição social, como compromisso mediático e territorial e como estratégia empresarial.

Assim, parece-nos que as especificidades da imprensa regional e local resultam, fundamentalmente, do seu compromisso com a região e do seu projecto editorial. É nesse compromisso que frutifica ou fracassa, se diversifica ou homogeneíza a comunicação.”¹⁰

É pois este tipo de publicação, de proximidade, de convicções, onde cabe o rigor da informação, a identidade de uma região e a sua cultura, que partilham território com a opinião e o fomento da cidadania, que vamos mostrar, defendendo igualmente que esta matriz informativa é o motor da vitalidade e da importância deste tipo de publicação, a razão da eficiência das suas mensagens.

¹⁰ CAMPONEZ, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*; Coimbra; Edições Minerva Coimbra; 2002; página 103.

História da Imprensa em Portugal

Dos primórdios até à industrialização

Ao conceito de pessoa não se poderá nunca deixar de associar a comunicação. O homem, a família, a comunidade e numa maior escala a civilização existem e ganham sentido, entre outras razões, devido à comunicação, à interacção entre os seus membros. Daí que desde sempre o homem tenha recorrido a vários tipos de comunicação. A sua postura social, onde o “eu” é o reflexo dos sinais difundidos pelo outro, levou a que o homem fosse criando uma cada vez mais complexa rede de comunicação. Desde a fala, aos gestos, da pintura à escrita, parece ser infinito o leque de formas de comunicação e transmissão de ideias e pensamentos. As relações sociais inerentes à existência do homem e à concepção de sociedade têm na comunicação um dos pilares mais importantes. Toda a história da humanidade está também ligada à comunicação, tão essencial à racionalidade, e ao facto do indivíduo necessitar de interagir com o meio e com o seu semelhante para tomar consciência da sua existência e construir a sua identidade. Uma intersubjectividade descrita por João Carlos Correia, como “processo pelo qual as consciências se reconhecem mutuamente nas relações que estabelecem no “mundo da vida”; de racionalidade comunicacional; exercício intersubjectivo da razão num contexto argumentativo com vista à coordenação da acção social.”¹¹

Desta forma, é cada vez mais importante compreender e interpretar a evolução da comunicação para conseguir delimitar um campo de estudo, como também o é conhecer toda a sua história e evolução. Torna-se fundamental interpretar o passado para compreender o presente, tendo em mente que “a história da comunicação é a história da luta travada pelo homem para a apropriação colectiva do mundo exterior. É a história do pensamento e da sua expressão para organizar e fundamentar a actividade colectiva.”¹²

Contudo, este processo de troca de informações conduziu a diferentes paradigmas comunicacionais. Um deles, o da escrita, veio a ter no papel e nas potencialidades deste suporte, um dos seus principais veículos. A transmissão de conhecimentos e informações em papel ganhou ainda mais relevo quando foram reunidas as condições necessárias para que este suporte se tornasse viável. É pois imprescindível destacar

¹¹ CORREIA, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 1998; página 7.

¹² CRATO, Nuno; *Comunicação Social – A Imprensa*; Lisboa; Editorial Presença; 1992; página 11.

aquele que foi o início da comunicação escrita, a passagem da fala e da oralidade para o desenho ou para a inscrição. É necessário recuar até cerca de 3500 a.C. para se terem provas concretas da utilização da escrita.¹³ Uma conquista do homem que está associada a diversos factores que passam pelo domínio dos solos através da agricultura, pela sedentarização, em suma, pelo aparecimento das primeiras comunidades e também das respectivas normas inerentes à vida em grupo. Adriano Duarte Rodrigues descreve esse processo como o culminar de “vários fenómenos sociais de uma importância excepcional que se devem ter conjugado, por volta de 3500 antes da nossa era, para levarem ao aparecimento das primeiras cidades agrícolas conhecidas e à concomitante invenção do alfabeto. De qualquer maneira, é no contexto da sedentarização que surge a fonetização do grafismo. Os primeiros textos escritos são de carácter legal: os célebres códigos, com que os historiadores marcam habitualmente o início da história propriamente dita. Forma oral e forma escrita subordinam-se uma à outra; o grafismo fonetiza-se e bifurca-se em duas expressões distintas: a expressão plástica e a expressão escrita.”¹⁴

Surge então a necessidade de manter estas mesmas regras, leis e conhecimentos, conceber uma plataforma de suporte desta nova forma de comunicação. “Impulsionado pela mudança social e, em particular, pelo aumento das trocas comerciais, esse movimento rumo à abstracção das escritas irá desembocar na invenção da escrita alfabética, que possibilitou uma completa separação da imagem, passando a escrita a basear-se na combinação de um pequeno número de signos abstractos codificados e que representam os sons efectivamente emitidos.”¹⁵ Dos antigos impérios egípcio e romano e também do Oriente, na China, chegam até aos dias de hoje provas deste tipo de actividade. Actas, documentos manuscritos através dos quais se transmitiam informações e se davam a conhecer as leis e outras novidades, são apenas alguns exemplos. Nuno Crato diz como se chega ao estado em que “a comunicação verbal, destinada a amparar a vida colectiva, prolonga-se na inscrição gráfica simbólica, que

¹³ Data que tem por base a invenção do alfabeto que, segundo Breton, “remonta aos Fenícios e talvez antes deles aos Semitas da Síria, na transição do segundo para o primeiro milénio”; Breton, Philippe; Proulx, Serge; *A Explosão da Comunicação*; Lisboa, Editora Bizâncio; 2000; página 29.

¹⁴ RODRIGUES, Adriano Duarte; “*A Comunicação Social – Noção, Linguagem e História*”; Lisboa; S.D.; Editorial Veja; páginas 32 e 33.

¹⁵ BRETON, Philippe; Proulx, Serge; *A Explosão da Comunicação*; Lisboa, Editora Bizâncio; 2000; página 29.

tem um carácter mítico. O «texto» é produzido colectivamente e grava na pedra, como na memória, os mitos comumente partilhados.”¹⁶

No momento em que o homem encontra forma de reter a sonoridade da fala, a dinâmica da sua voz, começa a era da palavra escrita. E com ela surge também toda uma nova estrutura social. A presença do Homem em sociedade ganha um novo significado com esta aplicação. É através do domínio desta técnica que se modificam poderes, que se geram os primeiros conceitos de Estado, de que fala Adriano Duarte Rodrigues, quando diz que “a escrita é, assim, a inscrição da regra, da norma colectiva, levando à economia da sua gravação dolorosa no corpo dos membros da colectividade, mas sob esta forma abstracta, permitindo a sua gravação universal. A escrita corresponde ao fim da forma consensual do poder e à emergência da forma do poder de Estado.”¹⁷

Todavia, não podemos descurar o facto da oralidade continuar a ser a prática dominante e primordial no processo comunicativo e na transmissão do saber. Era através da oralidade que as gerações transmitiam os seus conhecimentos. Para além de uma mais vasta abrangência, a fala tem outras vantagens em relação à escrita, por estas alturas, uma vez que esta última era ainda um privilégio ao alcance de poucos, e o seu domínio estava circunscrito a um conjunto restrito de indivíduos. As estruturas de suporte e os avultados custos de produção assumem-se como factores de peso no que respeita à fraca difusão desta nova prática comunicacional. Apesar da crescente importância da escrita, a sua aplicação e interpretação estava restringida a muito poucos, sobretudo à Igreja. Mas a sua importância e valor eram já reconhecidos, como atesta José Mattoso quando diz que “em alguns mosteiros, como no de Santo Tirso, os monges tinham curiosidade suficiente para registar alguns factos históricos, como a data da fundação do mosteiro, e acontecimentos que envolviam a sua família patronal e os condes de Portucale, além das intervenções dos reis de Leão no território português. Com essas notícias redigiram a primeira parte do que os historiadores actuais chamam os *Annales portucalenses veteres*, o primeiro texto que em território português exprime uma consciência histórica e alguma noção de um espaço regional dotado de uma certa identidade.”¹⁸

¹⁶ CRATO, Nuno; *Comunicação Social – A Imprensa*; Lisboa; Editorial Presença; 1992; página 14.

¹⁷ RODRIGUES, Adriano Duarte; “*A Comunicação Social – Noção, Linguagem e História*”; Lisboa; S.D.; Editorial Veja; página 36.

¹⁸ MATTOSO, José; *História de Portugal – Volume 3, “No Alvorecer da Modernidade”*; Lisboa; Editorial Estampa; S.D.; página 556.

Neste prisma, a Igreja e as suas estruturas eram ainda as detentoras de grande parte dos meios e dos conhecimentos relacionados com a escrita. Mas a descoberta de novas rotas entre povos, o alargamento dos circuitos comerciais e o aparecimento de pólos mercantis, sobretudo na Europa, como são os casos de Veneza e Amesterdão, contribuíram também para o crescimento da utilização deste tipo de técnica. Agora o papel é suporte de informações comerciais, de rotas marítimas, com os preços praticados nos diversos pontos e para diferentes mercadorias, entre outras coisas. A importância da escrita e de tudo o que lhe estava adstrito ganhava cada vez mais valor.

A industrialização da escrita

A Europa conhece então um dos mais marcantes períodos de desenvolvimento e prosperidade, com as trocas mercantis a darem origem a uma burguesia especuladora e a uma nova classe social, em meados do século XV. “O período do Renascimento, e singularmente as décadas entre 1450 e meados do século XVI, foi particularmente propício ao desenvolvimento das técnicas de comunicação. A transformação do documento escrito em livro impresso é frequentemente apresentada como o símbolo das mutações intelectuais e sociais que caracterizam a saída da Idade Média e que transformaram o documento escrito num incomparável instrumento de comunicação.”¹⁹ Começam a nascer as grandes cidades, onde fervilha o comércio, a cultura e sobretudo, a circulação de pessoas e bens, o mesmo acontecendo com a informação. Uma mutação social que para além de ter repercussões ao nível das comunidades, leva também a uma maior disseminação de conhecimentos, e que é o resultado do período da Renascença, onde se conhecem grandes progressos económicos e culturais, entre outros. Passa por existir uma grande procura de conhecimento, agora vertido no papel que lhe serve de suporte, mas também uma capacidade de o adquirir a todos os níveis. Reúnem-se várias condições para que a comunicação tenha novos desenvolvimentos. Tal como diz Adriano Duarte Rodrigues “não é a possibilidade puramente técnica que leva os homens do século XV a inventar a imprensa. O primeiro texto impresso conhecido data de 868, altura em que os Chineses imprimem por carimbos a «Satra do Diamante». Os caracteres móveis em argila eram já conhecidos em 1050. Nesse mesmo ano já se

¹⁹ BRETON, Philippe; Proulx, Serge; *A Explosão da Comunicação*; Lisboa, Editora Bizâncio; 2000; página 52.

fabricava papel na China e a sua introdução na Europa, através da África, data de 1150. Foram precisas condições sociais propícias para que Gutenberg, por volta de 1450, invente e explore a imprensa manual.”²⁰ Este conjunto de factores agora ligados há-de confluír no aparecimento da tipografia, através de Gutenberg. Crato refere-se também a isso mesmo quando diz que “ é a reunião destas condições económicas e sociais que explicam o advento da reprodução mecânica da escrita. É por isso que o invento de Gutenberg vai ter repercussões que os antecessores não conheceram” Com esta invenção e a subsequente industrialização da imprensa, surge toda uma nova estrutura de produção deste tipo de folhas noticiosas.

É bom lembrar que a invenção conseguida por Gutenberg não teve como principal objectivo a impressão de notícias ou de folhas informativas. Esta impressão ficou a dever-se sobretudo a uma crescente necessidade de reprodução de livros, a que se junta o crescente número de universidades e o fim do “monopólio cultural” que até então era controlado pela Igreja.

Com as novas práticas de impressão as técnicas tipográficas passam a ser mais rápidas e economicamente mais viáveis. O conhecimento pode agora circular a uma maior velocidade e tomar partido desta abertura de mentalidades e fronteiras. O aparecimento da impressão com caracteres móveis vai desencadear uma série de folhas volantes que, embora não seguindo uma periodicidade rigorosa, acabam por conhecer uma grande aceitação no seio do público letrado, também em crescimento naquela época. Esta nova técnica vai levar à produção de um maior número de folhas informativas. As novas técnicas de impressão estendem-se a áreas como as das folhas volantes dando origem a um novo conceito de impressão, mais rápido, actual e periódico. “As primeiras folhas de notícias surgem em Veneza, impressas por ordem do governo e vendidas ao preço módico de uma *gazeta*, moeda de pequeno valor que veio a dar o seu nome a jornais posteriores.”²¹ Tengarrinha lembra que “cada uma delas limitava-se normalmente, a descrever um único acontecimento, apresentavam já algumas características da Imprensa, pela informação detalhada e pela actualidade que procuravam e até pelo sensacionalismo de que em geral se revestiam.”²² O mesmo autor diz que a primeira folha deste género, em Portugal, é a “*Relação do Lastimoso*

²⁰ RODRIGUES, Adriano Duarte; “*A Comunicação Social – Noção, Linguagem e História*”; Lisboa; S.D.; Editorial Veja; páginas 40 e 41.

²¹ CRATO, Nuno; *Comunicação Social – A Imprensa*; Lisboa; Editorial Presença; 1992; página 30.

²² TENGARRINHA, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*; Lisboa; Editorial Caminho; 1989; página 27.

Naufração da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de Que se Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555.”²³ Portugal não fica pois à margem desta evolução. Ainda que sendo um país periférico no que respeita aos centros de desenvolvimento como França, Holanda, Itália e Inglaterra, consegue, em certa medida, acompanhar os progressos. E é na cidade do Porto que se vai situar o primeiro impressor português.²⁴

Em pleno século XVII segue-se o aparecimento de folhas com informações oficiais e também artigos de carácter opinativo como é o caso de algumas publicações alemãs ou da *Gazette*, que surge em França, no ano de 1631, onde também já se podiam obter informações desportivas e das mais variadas origens e géneros. Em Inglaterra assiste-se, na mesma altura, ao aparecimento dos *current*, que para além do conteúdo informativo idêntico ao dos seus pares contam também com uma periodicidade mais acertada.

Todas estas actualizações são conseguidas e mantidas a custo. Até porque a evolução da imprensa não decorre de forma constante. Por isso mesmo defendemos também que “na pesquisa sobre jornalismo é preciso ponderar não apenas as circunstâncias peculiares dessa actividade de comunicação social, mas também a evolução histórica dessas circunstâncias e do próprio conhecimento científico sobre o jornalismo.”²⁵

O forte controlo exercido sobre todo o tipo de produto impresso, desde livros, a folhas informativas e outros, por parte do poder central e também do Clero, sobretudo no tempo da Inquisição, fazem com que se registem períodos de forte abrandamento ou quase total inactividade por parte da imprensa, nomeadamente ao nível destes “jornais”. Produtos que ainda não estão direccionados para as massas, mas sim, para uma classe social emergente que os vai mantendo e desenvolvendo, a burguesia. Em 1627 as folhas

²³ Neste aspecto existem algumas imprecisões em diversa bibliografia, onde é dada como a primeira folha noticiosa manuscrita as “*Notícias da Infelicidade da Armada de Sua Majestade Que Escreveu o Mestre de Santa Catarina*”, datada de 19 de Outubro de 1588.

²⁴ Segundo Crato “Rodrigo Álvares é reputado como o primeiro impressor português, conclui no Porto as *Constituições que fez ho Senhor dom Diogo de Sousa* (1497), traduz e imprime os *Evangelhos e epistolas* e inicia outras obras.” O mesmo autor acrescenta que “é discutível qualquer cronologia que se procura estabelecer, mas o primeiro texto impresso em português parece ser o *Tratado da Confissão* (1489, Chaves, impressor ignorado). Assim como a primeira obra escrita em latim deverá ter sido o *Brevarium Bracharense* (1494, Braga, João Gherlinc)”; Crato, Nuno; *Comunicação Social – A Imprensa*; Lisboa; Editorial Presença; 1992; páginas 25 e 26.

²⁵ SOUSA, Jorge Pedro; *Pesquisa e reflexão sobre jornalismo até 1950: a institucionalização do jornalismo como campo de conhecimento e campo científico*; In: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-pesquisa-e-reflexao-sobre-jornalismo-1950.pdf> Página 5.

noticiosas, muitas também conhecidas como *relações*, tinham um grande impacto sobre a comunidade e começaram a ser veículos de mensagens contra o domínio castelhano de Portugal. Nesse mesmo ano surge a censura e com ela a primeira lei da imprensa em território luso. A evolução fica mais lenta e gradual, apenas conhecendo períodos de expansão quando e onde a vigilância do Estado e da Igreja não era exercida de forma quase asfixiante. Ainda assim, Rodrigues afirma que “a imprensa vai desde logo servir de catalisador dos novos ideais de emancipação da burguesia.”²⁶

Mas é por intermédio desta nova capacidade de reprodução e impressão de livros que aparecem as folhas noticiosas. Para além de diferentes conteúdos, em relação aos livros, este novo suporte permitia uma maior periodicidade de publicação, e logo, mais informações e actualizações. “A invenção de Gutenberg abre a possibilidade de impressão de folhas volantes, com um conteúdo mais actual e menos profundo que o livro.”²⁷

Todo um conjunto de factores como a evolução das técnicas tipográficas, a maior disponibilidade de impressão, o mais baixo preço de papel, um alargamento e uma melhoria nas vias de comunicação, a que se junta a constituição de um público interessado nos novos produtos noticiosos levam a que a Imprensa conheça um novo fulgor. Razões que estão na base do lançamento do jornalismo. Todavia, tais publicações nunca podem ser apontadas como jornais.

Os primórdios do jornalismo português

A publicação periódica de boletins informativos, com novidades, foi fidelizando públicos, sobretudo no seio da burguesia e das cortes, uma vez que os conteúdos deste meio falavam sobre o Estado e o reino.

Esta realidade, notada por toda a Europa, tem também eco em Portugal, onde a guerra com Castela ganhava relevo no conteúdo destes primeiros produtos impressos. Este tipo de suporte informativo revelou-se bastante útil na resistência que os portugueses travaram contra o domínio espanhol. Mas também foram usados para outras finalidades. No caso da Igreja, que com Gutenberg deixa de ter o poder quase

²⁶ RODRIGUES, Adriano Duarte; “*A Comunicação Social – Noção, Linguagem e História*”; Lisboa; S.D.; Editorial Veja; página 42.

²⁷ CRATO, Nuno; *Comunicação Social – A Imprensa*; Lisboa; Editorial Presença; 1992; página 30.

absoluto sobre o conhecimento, sobre os livros, esta nova forma de impressão é utilizada para reproduzir de um modo mais célere os indultos e as orientações da Inquisição, mas também de doutrinas contraditórias às da Igreja, como aliás sublinha Adriano Duarte Rodrigues, quando diz que “o primeiro livro impresso, a Bíblia de Gutenberg, é um símbolo: respeito pelo texto sagrado mas prenúncio do livre exame da Reforma. Além dos textos sagrados, imprimem-se igualmente as narrativas das viagens, as listas das mercadorias chegadas aos portos marítimos, as listas dos preços do mercado dos produtos importados, os panfletos contra os suseranos e contra a autoridade papal.”²⁸

Depressa começam a aparecer as folhas com informações diversas como os astros, os dias santos, as sementeiras e plantações agrícolas e a cultura popular, entre outras. A seguir a todos estes patamares surge o jornalismo, essa “actividade organizada e histórica e socialmente determinada pela produção e difusão de informação.”²⁹

Depois de largos períodos dominados pelas folhas volantes ou relações, ficaram reunidas, também em solo luso, as condições necessárias para que a informação escrita, veiculada através de impressos, fosse uma realidade, e originasse o jornalismo. Mas produzir hoje um qualquer juízo ou noção sobre este último conceito é algo que não pode ser feito sem um enquadramento histórico, social e científico do mesmo jornalismo, o qual chama a si um vasto leque de ciências que vão desde a história, passando pela sociologia e psicologia, sem esquecer nunca a economia. A estas se juntam muitas outras referências e experiências quer do meio académico, quer da própria profissão. Empreitada complexa, como lembra Jorge Pedro Sousa, quando diz que “torna-se difícil definir o que é e não é jornalismo, pois essa definição exige situar historicamente a actividade, entender as suas funções e papéis actuais, perceber o que a sociedade espera dela e ainda pensar nas expectativas sociais para o seu futuro.”³⁰

Mas jornalismo é muito mais do que uma simples definição, ao ponto de ser, ainda hoje, um conceito inacabado e moldável, e que assim continuará, até porque as múltiplas formas que este assume rompem com qualquer carácter tendencialmente definitivo ou restrito. O jornalismo é um conceito muito falado, analisado e utilizado,

²⁸ RODRIGUES, Adriano Duarte; “*A Comunicação Social – Noção, Linguagem e História*”; Lisboa; S.D.; Editorial Veja; página 42.

²⁹ SOUSA, Jorge Pedro; Pesquisa e reflexão sobre jornalismo até 1950: a institucionalização do jornalismo como campo de conhecimento e campo científico; *in*: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-pesquisa-e-reflexao-sobre-jornalismo-1950.pdf>; página 3.

³⁰ *Idem*: página 4.

fruto da mutação que sofre com as constantes transformações sociais, para as quais, ele próprio contribui sobremaneira. Daí que se afigure quase sempre fundamental lembrar toda a ligação histórica da evolução da sociedade, e da comunicação, como hoje as conhecemos, numa relação simbiótica onde o avanço de uma representa o progresso da outra.

Quanto ao panorama nacional Tengarrinha defende, nesta matéria, que “o jornalismo nasceu, em Portugal, como em qualquer outro país, pela confluência de três factores distintos: o progresso da tipografia, a melhoria das comunicações e o interesse do público pela notícia”. O primeiro jornal português “foi a *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, publicada em Lisboa com privilégio real concedido a Manuel de Galhegos e inspirada na *Gazette de France*.”³¹ Quintero atribui ainda o título de primeiro jornalista português ao escritor e diplomata António Sousa de Macedo. Com os monarcas espanhóis a liderarem a corte portuguesa, o governo viu nas relações e/ou nas gazetas, o meio ideal para transmitir as suas ideias contrárias ao domínio filipino. “É nessa efervescência política, acompanhada de intensa agitação de ideias, que se inscreve o aparecimento, entre nós, do jornalismo. O mais importante significado que apresenta é, pois, o de tornar periódica uma informação que até aí fora irregular, ao sabor da gravidade dos acontecimentos ou da vontade dos impressores.”³²

Este novo meio, composto de diversas formas, era procurado pelas gentes letradas. Comerciantes, burgueses, professores e outros, constituíam assim o primeiro público destes veículos informativos que falavam, na sua larga maioria, do conflito entre portugueses e espanhóis. Hão-de então passar largas décadas, com Portugal a ser servido por “mercúrios”, uma espécie de relação, pelos panfletos e outras publicações. Assim foi “até 1715, data em que aparece a *Gazeta de Lisboa* (10 de Agosto), com o fim de dar notícias nacionais e estrangeiras e das nomeações do governo português.”³³ Esta publicação, dirigida por José Mascarenhas ao longo de quatro décadas pode comparar-se, em certa medida, ao actual *Diário da República*. Mas é neste século que o velho continente é palco de fortes transformações. A burguesia afirma-se como força económica e política, perante um clero há muito dominante e hermético, o que leva a

³¹ QUINTERO, Alejandro Pizarroso; *História da Imprensa*; Lisboa; Planeta Editora; 1994; página 352.

³² TENGARRINHA, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*; Lisboa; Editorial Caminho; 1989; página 38.

³³ *Idem*; página 43

uma profunda alteração de mentalidades. Ideia que é resumida por Adriano Duarte Rodrigues, da seguinte forma: “a palavra oral e o grafismo são técnicas de difusão de mensagens próprias às sociedades nómadas de populações que vivem predominantemente da caça e da colheita de frutos nas florestas, se a escrita aparece em sociedades sedentarizadas e hierarquizadas que vivem em cultivo intensivo da terra, a imprensa parece desenvolver-se com o aparecimento de sociedades mercantis e com a centralização do poder absoluto dos reis, promovida, num primeiro momento, pela burguesia comercial e especulativa.”³⁴

Portugal não fica à margem destes novos ventos e também na sociedade lusa se começa a notar algum espírito de rebeldia. Desde as Letras, às Ciências, da Filosofia à Política, são muitas as áreas onde se assinalam novas posturas. Também ao nível da imprensa se fazem notar alterações. Os novos burgueses são em maior número, aos quais se junta um cada vez maior número de letrados e de indivíduos interessados pelas causas públicas e políticas.

Segundo Tengarrinha, logo na primeira metade do século XVIII, Portugal vê nascer cinco jornais. Para além destes regista-se também o aparecimento de publicações variadas; desde os jornais recreativos, aos almanaques e outros folhetos. Esta variedade haveria de se acentuar durante o período pombalino, com o aparecimento de publicações de carácter histórico, científico, literário, entre outros.

Mas este era o tempo das luzes, da ciência, da razão e do domínio do homem sobre a natureza. Era também, em Portugal, uma época de forte censura, com o governo de Marquês de Pombal a ter “mão de ferro” sobre todos os que discordassem das suas políticas e decisões. Os jornais da época acabaram então por se refugiar na ciência e na transmissão de conhecimentos. Uma forma de não abordar as questões políticas, por um lado, e de agradar a uma burguesia com sede de conhecimentos escolásticos, por outro.

A isso se refere Tengarrinha quando diz que “a burguesia ligada aos negócios precisava de adquirir rapidamente uma vasta cultura. Não uma cultura, como a da aristocracia, baseada nos pesados e austeros moldes clássicos, mas leve, variada, servindo as necessidades imediatas da vida, tanto no domínio económico como social. Nada melhor, para isso, do que esses jornais enciclopédicos que ministravam «em pequenas doses», conhecimentos gerais de literatura, artes, história, a par de conselhos

³⁴ RODRIGUES, Adriano Duarte; “*A Comunicação Social – Noção, Linguagem e História*”; Lisboa; S.D.; Editorial Veja; página 42.

sobre a melhor maneira de preparar e conservar os couros, «o modo de destruir as pulgas, percevejos, etc.».³⁵

Outro dos factores resultantes desta diversificação da imprensa, para além de maior abrangência de público, resulta na criação de uma força de influência junto destes grupos populacionais. Os meios de comunicação passam assim a ser ferramentas capazes de transmitir ideias e de provocar mudanças. É precisamente com as primeiras invasões que os boletins, panfletos e manifestos parecem dar alguns passos no sentido de fidelizar públicos e introduzir hábitos de leitura. Mas sobretudo, afirmar-se como ferramenta de transmissão de ideias e de transformação das consciências. Lisboa era então um lugar de conspiração contra os gauleses e os resistentes serviam-se do meio escrito para conspirar. Pasquins informativos, folhas opinativas, publicações humorísticas e satíricas circulavam pela cidade, mesmo com a proibição imposta pelos franceses.

Começam então a aparecer as primeiras publicações de carácter noticioso, dando conta das evoluções do conflito armado contra as invasões francesas. Os textos, muitas vezes retirados de publicações espanholas e inglesas mostram já outro tipo de redacção. “Aqui ou além, entre a pretensa objectividade das notícias, insinuam-se tímidas ideias liberais.”³⁶ Para além destas pretensas notícias e informações, os jornais da época recebem também textos opinativos que defendem fervorosamente a pátria portuguesa. Durante todo o período das invasões muitas foram as formas utilizadas para passar as mensagens. Com os franceses a controlarem os poucos jornais oficiosos, todo o tipo de meios era empregue para continuar a transmitir ideias contraditórias às dos gauleses. Desde os manuscritos até às folhas impressas na clandestinidade utilizavam-se diversos suportes. Contudo, não é totalmente correcto considerar este tipo de publicações e folhas informativas, como forma de fazer jornalismo. A falta de rigor na redacção dos textos, a origem das fontes, quando estas existiam, a censura dos textos e sobretudo, a falta de actualidade dos temas, a que se juntava na maior parte dos casos a falta de uma periodicidade, são razões suficientes para se considerar que nesta época, as práticas de publicação de notícias ou novidades não se poderiam designar de práticas jornalísticas

³⁵ TENGARRINHA, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*; Lisboa; Editorial Caminho; 1989; página 51

³⁶ *Idem*, página 62

ou de jornalismo. Como diz Crato “o jornalismo era baço, sem vigor nem preocupações de qualidade.”³⁷

A esta crescente literatura vêm juntar-se e revelar-se fundamentais, os jornais dos emigrantes. Publicados no estrangeiro por portugueses que se encontravam fora do País, depressa ganharam leitores em Portugal. Uma constatação que José Mattoso também faz, quando diz que “a campanha de combate às teses liberais atingirá o principal núcleo de formação política liberal portuguesa: os jornais que se publicavam em Londres, sobretudo com a desinformação lançada sobre o *Correio Brasiliense* e *O Português*. Não foi, anos depois, menos terrível a desinformação teórica em torno da Revolução de 1820 e da Constituição de 1822 (entre 1823 e 1824), à qual chamavam amargamente «o folheto».”³⁸ De tal forma que Tengarrinha garante também que os jornais vindos de fora e redigidos pelos libérrimos, “pretendiam ser meios de pressão sobre os círculos do poder, ao mesmo tempo que visavam esclarecer e sensibilizar os grupos sociais mais ilustrados para a gravidade dos problemas que afligiam Portugal e Brasil e para as novas ideias que corriam pela Europa, mas a que as autoridades nacionais tentavam fechar o País.”³⁹

Este tipo de imprensa, com grande impacto no País, iria desempenhar um papel preponderante no que respeita à Revolução de 1820. Foi através da imprensa feita por emigrantes que as novas ideias entram em Portugal. As muitas missivas escritas de vários pontos do País davam conta do alcance destas publicações em Portugal, mesmo com a sua venda e distribuição proibidas.

Também os monarcas, quer desde Portugal, quer no refúgio brasileiro, sempre tentaram silenciar este tipo de publicações. Contudo, o seu carácter, em certa medida romântico, serviu para sublinhar a necessidade de uma mudança radical em solo luso. Mattoso descreve mais um vez esse assunto quando garante que “o principal núcleo responsável pela formação política liberal portuguesa estava radicado na imprensa que em português se publicava no estrangeiro, sobretudo em Inglaterra, onde a prática de uma liberdade de imprensa era uma realidade que abria novos horizontes à construção da opinião pública.”⁴⁰ Era também através desta plataforma que se desenhavam as

³⁷ CRATO, Nuno; *Comunicação Social – A Imprensa*; Lisboa; Editorial Presença; 1992; página 34.

³⁸ MATTOSO, José; *História de Portugal – Volume 5, “O Liberalismo”*; Editorial Estampa; Lisboa; S.D.; página 48.

³⁹ TENGARRINHA, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*; Lisboa; Editorial Caminho; 1989, página 93.

⁴⁰ MATTOSO, José; *História de Portugal – Volume 5, “O Liberalismo”*; Editorial Estampa; Lisboa; S.D.; página 49.

linhas mestras para o futuro da nação. Recorde-se que o conteúdo das três principais publicações de carácter liberal, se mostravam contrárias às políticas administrativas de Portugal e do Brasil, mas também propunham saídas, como a elaboração de uma nova Constituição para Portugal e para o Brasil.

Ainda nas páginas da *História de Portugal*, José Mattoso esclarece que esta “consciência liberal e constitucional em Portugal, construía-se essencialmente de fora para dentro nos anos anteriores a 1820, com toda esta multiplicidade de sugestões políticas moderadas e avançadas.”⁴¹

De tal forma que “o embaixador português em Londres, o conde do Funchal (D. Domingos de Sousa Coutinho), em 1810, chamava a atenção das autoridades portuguesas para o papel que ele vinha desempenhando na opinião pública em Portugal, ao referir-se-lhe como «a terrível invenção de um jornal português em Inglaterra».”⁴² Sublinhe-se a importância destes autores e o papel desempenhado pelos mesmos e por estas publicações na construção de uma consciência colectiva diferente. Uma visão moderna e aberta que contrastava com o Portugal hermético e anacrónico. Intelectuais, escritores, artistas e jornalistas, vieram nesta época do primeiro exílio, assumir-se como obreiros de novas visões e posições na sociedade, como também, promotores de diversos pontos de vista, e logo de uma vasta opinião pública que vai também estar presente na revolta.

Nascer na Revolução

A Revolução de 1820 veio trazer ao País um novo impulso. Profundas mudanças foram introduzidas na sociedade portuguesa, a começar pelo regresso do rei D. João VI e de toda a Corte, que até então permaneciam no Brasil. O despertar definitivo para o jornalismo português aparece pois com o século das luzes. De entre um vasto conjunto de factores, como o crescimento populacional e a melhoria das técnicas de impressão, destaca-se uma novidade social que se torna a pedra de toque do jornalismo: falamos do sufrágio universal e do direito de voto. Uma deliberação que leva ao nascimento de várias opiniões, de fóruns de discussão, de novos interesses e também, de plataformas de transmissão de pensamentos e informações. Os jornais passam agora dispor das

⁴¹ *Idem*; página 53.

⁴² *Idem*; página 52.

condições necessárias para vingarem. Há, no caso português, assuntos de Estado que vão também dar alma às publicações noticiosas e aos boletins opinativos, que são as invasões francesas. “Com o início do século XIX, o jornalismo português vai-se tornar abertamente político e de opinião. As invasões francesas vão incentivar o aparecimento de jornais e panfletos propagandísticos.”⁴³

É precisamente nesta época que Almeida Garrett, Alexandre Herculano e outros intelectuais começam também a marcar presença nos periódicos. Por isso mesmo Mattoso garante que “ao contrário do que se passava em muitos países, onde o herói nacional era geralmente um chefe militar, em Portugal, no centro do culto patriótico estava também um escritor.”⁴⁴ Para além do aspecto físico dos jornais, como a melhoria na qualidade de impressão e do papel, também as suas mensagens, o seu conteúdo informativo e as pessoas que começam a integrar este tipo de projecto têm um incremento substancial.

Nesta época os jornais acabam por ganhar o devido peso no que diz respeito à sua capacidade de transmissão de mensagens e opiniões. Mas “o destaque dos escritores e da imprensa não era um acidente. Decorria, logicamente, do modo como a imprensa e a literatura se conceberam e foram utilizadas como um elemento de organização da sociedade na segunda metade do século XIX. (...) Específico dessa época foi o facto de essas classes de letrados estarem animadas por ideologias que os faziam conceberem-se não como simples técnicos de comunicação, mas como profetas incumbidos da missão de guiar o povo para um novo mundo. Hegel dizia que o jornal era a oração diária do homem moderno.”⁴⁵ O círculo de leitores expande-se e deixam de ser apenas os nobres e os burgueses a ler jornais. “Pese embora o facto das classes mais baixas ainda não terem um acesso fácil a este produto, a sua abrangência alarga-se e passa a ser lido em cafés, praças e demais locais de convívio.”⁴⁶

O comércio e a economia revelaram também melhorias, as quais produziram reflexos na sociedade. Estava pois reunido um conjunto de condições para que o jornalismo em Portugal se afirmasse de forma definitiva e para que passassem a aparecer os primeiros jornais dignos desse nome. “A actividade jornalística começava a

⁴³ TENGARRINHA, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*; Lisboa; Editorial Caminho; 1989; página 102

⁴⁴ MATTOSO, José; *História de Portugal – Volume 6, “O Estado Novo”*; Editorial Estampa; Lisboa; S.D.; página 43.

⁴⁵ *Idem*: página 43.

⁴⁶ *Idem*: página 35.

atingir uma envergadura nunca até aí nem de longe alcançada, bastando dizer que só em Fevereiro de 1821 saíram em Lisboa 17 jornais políticos.”⁴⁷

Mas foi pelo poder que estas publicações estavam a alcançar que os defensores do regime absolutista não queriam derrubar a censura prévia, um dos muitos desideratos que caem por terra com a aprovação da Lei da Imprensa, a 12 de Julho de 1821. Tengarrinha acrescenta que “com esta lei atingia o congresso um dos momentos culminantes da sua actividade legislativa no esforço de construção de um Portugal renovado.”⁴⁸ Para além da lei que agora dirige a imprensa, Portugal, neste domínio fica também a ganhar com o regresso dos jornalistas que se encontravam no exílio e que tinham já desempenhado um papel preponderante no período que antecedeu a Revolução Industrial. Para além disso, a imprensa ganha um relevo extraordinário, como explica José Mattoso quando diz que, por exemplo, “quem escrevia não se podia dispensar de o fazer nos jornais. O mundo dos livros era apenas um anexo do mundo da imprensa, que era quem dava os pés ao império dos escritores.”⁴⁹

Este é, sem dúvida, um dos momentos altos da imprensa nacional, com o aparecimento de novas formas de impressão, novos grafismos e modos de distribuição de notícias pelo jornal. Os jornais, com um número significativo deles a serem diários, tinham agora um papel preponderante na sociedade ao servirem de veículo de transmissão de opiniões e discussão de ideias. Grande número destas publicações mostrava um carácter político muito evidente. “Os constitucionalistas visionavam a imprensa como um dos mais eficazes meios de consciencialização cívica dos cidadãos, medida que, para ser levada a cabo efectivamente, teria de ser acompanhada de uma ampla reforma na educação”,⁵⁰ diz Tengarrinha.

Contudo, e tal como tinha já acontecido noutros períodos, a Imprensa Portuguesa haveria de conhecer uma quebra em todo este movimento crescente e de afirmação. A começar pelo facto da lei da Imprensa nunca ter chegado a ser posta em prática, na sua totalidade. O que levou a que os defensores do antigo regime tomassem partido da

⁴⁷ TENGARRINHA, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*; Lisboa; Editorial Caminho; 1989; página 125.

⁴⁸ *Idem*

⁴⁹ MATTOSO, José; *História de Portugal – Volume 6; “O Estado Novo”*; Editorial Estampa; Lisboa; S.D.; página 47.

⁵⁰ TENGARRINHA, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*; Lisboa; Editorial Caminho; 1989; página 134.

situação instável da política portuguesa e depressa conseguissem reverter todo o progresso e tolher as poucas liberdades alcançadas até então.

As convulsões políticas e os diferentes poderes institucionais só viriam a conhecer fim em Dezembro de 1834 quando Portugal passa a ter, de forma definitiva, uma lei que instaura a Liberdade de Imprensa. Uma data marcante que eleva o jornalismo a um dos seus mais importantes papéis, o de informar. Ainda que alvo de muitos ataques, a imprensa parece ter começado então a encontrar bases sólidas para o seu desenvolvimento. A burguesia, os letrados, políticos e comerciantes, constituíam públicos certos aos quais se vão juntar também artistas, escritores, romancistas, críticos e muitos outros. Os jornais eram, por estes tempos, suporte de informação sobre a vida política nacional, mas também de produção cultural, nomeadamente do campo literário. “Não apenas nas Cortes, mas na casa do cidadão, no café ou no clube político, passou a ouvir-se a voz do orador parlamentar, através dessa sua nova extensão chamada jornalismo”, explica Tengarrinha.

De facto, esta é uma época onde os jornais eram lidos nos cafés, nos grémios, nas praças e nos clubes, para que muitas mais pessoas, uma vez que grande parte da população era analfabeta, pudessem ter conhecimento das notícias. Esta época é também marcada por alguma clarificação no seio dos jornais. Se por um lado temos uma maior participação, mais apaixonada e empenhada de figuras letradas como Alexandre Herculano e Almeida Garrett, assiste-se também ao aparecimento de verdadeiros jornalistas, personagens que se dedicam a escrever para os jornais, não textos “encomendados” ou simples relatos, mas aquilo que seriam as primeiras notícias, com um assunto a ser relatado através de várias perspectivas e com diferentes opiniões, se fosse caso disso, pese embora o facto de muitos destes textos serem ainda marcados por um forte sensacionalismo e alguma vibração. Até à industrialização, os jornais conhecem avanços, nomeadamente na área da técnica tipográfica, de apresentação gráfica e progressos no conteúdo da publicação.

Passam agora a fazer notícias do dia-a-dia, do comércio, dos preços, dos espectáculos culturais e também a ter uma forte componente científica e enciclopédica, para além de se ocuparem da literatura e arte.

Surge também a figura do jornalista, pessoa que recolhe informações sobre factos e as relata tentando informar os outros. Ainda que de forma muito romântica onde cada título estava conotado com uma corrente política, começam-se a dar os primeiros passos para um jornalismo sério e credível.

Toda esta força de crescimento se deve a diversos factores. Desde o regresso e nova aposta dos jornalistas emigrados numa diferente forma de escrever notícias, de produzir e de ser jornalista, até à colaboração de escritores e letrados nestas publicações e por último, do regime liberal, que veio trazer à imprensa as condições necessárias para se tornar num meio plural e multifacetado.

Mas Portugal era ainda um país bastante atrasado. Para além das guerras entre apoiantes dos velhos regimes e os novos burgueses, para além de apenas uma reduzida parte da população saber ler e escrever, acrescia ainda o facto das vias de comunicação serem deficientes ou quase inexistentes. Desta forma, poder-se-á dizer que para além da capital, apenas cidades como o Porto e Coimbra tinham acesso a jornais ou folhas volantes. “Só no último quartel do século XIX a imprensa atingiria considerável expansão por todo o País. Até lá, como vimos, o movimento periodístico reduz-se quase exclusivamente a Lisboa e Porto, com grande vantagem da capital. O público interessado das províncias quase se limitava a receber, por vezes com atraso de vários dias, as folhas que assinavam.”⁵¹ Mas é também neste período que a expansão dos jornais se vai fazer de forma mais significativa. Na *História de Portugal*, José Mattoso fala deste assunto revelando dados importantes. Segundo este autor “em 1891, o *Boletim do Ateneu Comercial do Porto* contou 86 novos jornais só nos primeiros seis meses. Em 1900 a imprensa portuguesa consistia em 416 títulos de publicações periódicas de todo o género. Em 1910 o número subira para 543 e em 1930 chegaria aos 662 (para se avaliar estas quantidades, note-se que em 1988 circulavam cerca de 1205).”⁵² Um crescimento tal que “em 1890, segundo cálculos do entusiasmado jornalista Brito Aranha, Portugal tinha mais títulos por habitante (1 para 6500) do que a França e a Inglaterra (1 para 23000), para não falar da Turquia e da Rússia (onde a proporção era de 1 para 300000). (...) Em Portugal, o tipo de jornal que existia em quase todos os distritos, no princípio do século XX era semanal (64 % do total dos jornais), tirava entre 200 e 800 exemplares (67 %), e tinha índole «política» (48%).”⁵³

Com o século XIX, a industrialização atinge também Portugal e a sua sociedade moldando-lhe a face em várias áreas. Mais emprego, crescimento da economia, reforço da importância e do poder da burguesia liberal, a que se junta o crescimento das cidades

⁵¹ *Idem*; página 186

⁵² MATTOSO, José; *História de Portugal – Volume 6*; “O Estado Novo”; Editorial Estampa; Lisboa; S.D.; página 48.

⁵³ *Idem*.

e uma vasta rede de comunicações, desde melhores estradas, aos caminhos-de-ferro, ao telégrafo e ao telefone. “Mas é sobretudo a introdução do sufrágio que vai criar um público mais vasto, interessado nos negócios de Estado e na vida económica da Nação.”⁵⁴

É precisamente este um dos pontos fundamentais que vai nortear a acção e o conteúdo dos jornais. A situação política, durante e após as invasões francesas, serve de matéria-prima aos primeiros jornais e aos panfletos de propaganda. A instauração do sufrágio universal veio trazer uma nova força à imprensa. O poder de escolha, a decisão de nomear quem manda passa agora também pelas massas. Daí que a imprensa, como veículo de ideias e opiniões, mas também como ferramenta que pode moldar e direccionar o pensamento dos grupos, ganha uma merecida importância.

Um dos sinais desse novo papel está precisamente na atenção agora prestada por grandes escritores e homens das letras aos jornais. Artigos de opinião, novos livros e outros trabalhos são apresentados nas folhas da imprensa.

Nesta linha de modificações, também os destinatários da imprensa moderna mudaram. Segundo Crato “o público já não se resume aos nobres, aos políticos ou aos comerciantes mais abastados. O preço é ainda proibitivo para as classes trabalhadoras, mas o comerciante, o proprietário, o professor, o cidadão mais folgado passam a ler regularmente o periódico que lhe traz a voz dos parlamentares ou a opinião do líder político. O jornal anima as conversas políticas em que se empenha a cidade”.

Correm novos ventos para esta área e também novos caminhos estão a ser desbravados. Ainda sem ter as condições necessárias para se afirmar na sua plenitude, a imprensa daquela época mostra toda a sua capacidade de fragmentar os espaços públicos e criar novas correntes de pensamento e diferentes opiniões. Esta nova forma de comunicação vai “democratizar-se” e estar acessível a um maior número de pessoas e grupos. A classe operária, a Igreja, a nova burguesia e até a tradicional aristocracia encontram nos jornais espaços desenvolvidos às suas necessidades e moldados pelas suas convicções.

As publicações periódicas, os jornais, começam por ganhar um lugar cativo no quotidiano social da época. Estruturas que são compostas por artigos de opinião, algumas notícias, novelas e crónicas, romances e ensaios que conhecem a luz do dia através dos jornais. Mas existem outros conteúdos, como os anúncios, que acompanham

⁵⁴ CRATO, Nuno; *Comunicação Social – A Imprensa*; Lisboa; Editorial Presença; 1992; página 34.

também estas publicações e que crescem na proporção exacta da importância e influência da imprensa. O *Diário de Notícias* contou em 1865 com 14402 anúncios publicados nas suas quatro páginas, mas em 1880 eram já 182428.⁵⁵

Por isso mesmo, grande parte dos teóricos e estudiosos desta área apontam o século XIX como a época de aparecimento do jornalismo enquanto indústria. A transformação dos jornais, mais propriamente das notícias e de todos os processos que estão associados à sua produção numa indústria de bens comercializáveis, aparece nesta altura devido a um vasto conjunto de factores que então foram reunidos.

Para além das evoluções conhecidas no final do período de “opinião” começam agora a emergir outros factores como a tecnologia, um público mais vasto e um mercado publicitário que viria a tornar-se a principal fonte de receitas para os jornais.

Também por esta altura, nos Estados Unidos da América, surge uma imprensa pensada para um vasto público que começa agora a interessar-se pelas notícias. “Benjamin H. Day inicia em Nova Iorque um novo jornal, um jornal barato, vendido em números avulsos e não por assinaturas anuais.”⁵⁶

Nascia a “penny press”, um produto que passa a noticiar muito mais do que as movimentações políticas, ou a opinião dos seus proprietários ou amigos, e apresenta também notícias para o seu novo público. Relatos de crimes, de acontecimentos bizarros, com alguma espectacularização no discurso, mas que depressa ganham projecção junto das camadas populares e operárias da população. Com um número significativamente alto, e a crescer, de leitores assíduos, a importância do jornal e de toda a indústria que agora se começa a gerar são pontos vistos de uma outra perspectiva por empresários e investidores que passam a financiar os jornais através da publicidade.

O aparecimento do *Diário de Notícias*, a 29 de Dezembro de 1864, representa a entrada de Portugal na era do jornalismo industrial. Um jornal que apresenta objectivos claros. Os mentores do projecto apresentaram-no do seguinte modo: “A publicação que hoje empreendemos, convencidos da sua necessidade e utilidade, visa a um único fim: - interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas, e compreensível a todas as intelligencias”. Assim rezava o editorial de 29 de Dezembro de 1864, na primeira página. José Mattoso descreve este processo da seguinte forma: “Na década de 1860, ao

⁵⁵ Números avançados por José Mattoso, in: *História de Portugal – Volume 6*; “O Estado Novo”; Editorial Estampa; Lisboa; S.D.; página 60.

⁵⁶ CRATO, Nuno; *Comunicação Social – A Imprensa*; Lisboa; Editorial Presença; 1992; página 41.

oferecer aos leitores um jornal barato, vendido nas ruas e cheio de pequenos anúncios, o *Diário de Notícias* foi o primeiro rebento português do jornalismo «popular», que começava a modificar a imprensa na Europa. Nos seus editoriais, evitava alinhar quer pelo Governo quer oposição. Sem uma tarefa partidária a cumprir, notava e falava de tudo, mesmo do que não interessava à governação do País, com uma curiosidade mórbida e numa linguagem pretensiosamente enfática.”⁵⁷

O até então universo jornalístico luso era bastante nebuloso. Diversos produtos, uma grande variedade de indivíduos envolvidos na escrita e produção dos jornais e a falta de modelos levavam a que a imprensa ainda não tivesse atingido a sua maturidade. Eduardo Coelho, fundador do *Diário de Notícias*, traz para Portugal um tipo de publicação que há muito estava implementada nas principais capitais europeias.

“Destá maneira, vemos desenvolver-se no nosso País, em 1865, a imprensa preponderantemente de opinião. Estava lançada a trave mestra do jornalismo contemporâneo: a informação, como sua principal preocupação e objectivo.”⁵⁸

Portugal tem agora publicações que se dedicam à produção de notícias. Para além do relato dos acontecimentos passa a existir o cuidado de verificar as histórias, de conhecer as fontes, passar mensagens apolíticas e objectivas, tanto quanto possível.

Como em outras eras, a tudo isto estão associadas outras conquistas sociais. A evolução técnica fez com que os meios e os processos de recolha de informações à disposição dos jornais fossem outros. As vias de comunicação estavam agora mais desenvolvidas e o número de leitores também crescia. Por isso mesmo, “na década de 1880 os jornais introduziram títulos e subtítulos a separar o texto e apostaram nessa forma nova de jornalismo que era a entrevista pessoal. *O Século*, o segundo maior jornal de Lisboa, órgão republicano desde 1881 até cerca de 1895, lançou então as edições dominicais de oito páginas, com gravuras. Quebrando tradições, *O Século* adoptou para a sua primeira página o aspecto que tinham os cartazes de publicidade e as proclamações, destacando a principal ocorrência com um título em letras garrafais.”⁵⁹

Há também que sublinhar a importância da actualidade. Até ao aparecimento do jornalismo na era industrial, muitas das publicações serviam-se da imprensa estrangeira

⁵⁷ MATTOSO, José; *História de Portugal – Volume 6*; “O Estado Novo”; Editorial Estampa; Lisboa; S.D.; página 49.

⁵⁸ TENGARRINHA, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*; Lisboa; Editorial Caminho; 1989; página 215.

⁵⁹ MATTOSO, José; *História de Portugal – Volume 6*; “O Estado Novo”; Editorial Estampa; Lisboa; S.D.; página 50.

como fonte de notícias ou textos, pelo que, quando divulgados em Portugal tinham já um considerável atraso. Um cenário que se veio a alterar de forma radical. Com tudo isto, a imprensa começa a ganhar uma nova forma, um papel diferente. Os principais títulos alargam o seu círculo de acção e criam redes de colaboradores para recolherem mais notícias, não só da capital, mas também da província.

É também neste período que se regista o aparecimento dos repórteres e dos trabalhos informativos mais cuidados e de maior relevo, as reportagens. Um estádio, que segundo os estudiosos, vai contagiar os novos públicos que agora começam a ter maiores hábitos de leitura.

Nesta senda aparecem também novos textos como os contos, as histórias de amor e de aventuras, entre outras temáticas diferentes. Contudo, o jornal passou a ser encarado como um produto, numa visão comercial e economicista. Abandonado o carácter eminentemente político e de opinião, as publicações noticiosas começaram a procurar diversificar os seus conteúdos de forma a poderem alcançar um maior número de leitores e venderem um maior número de exemplares. Uma política que, como recorda Tengarrinha, vem “modificar profundamente as relações de influência entre o jornal e o público.”⁶⁰

O cenário que começa a desenhar-se no início do século XX não é muito diferente do da actualidade. Os jornais deixam de ter um papel de formação de opiniões e de mentalidades e passa mais a estratégia do imediatismo, momentânea. Diz Mattoso que “a imprensa popular, que se desenvolveu nos vários países europeus desde cerca de 1880, mais do que informativa, visava propriamente o entretenimento. Por isso, só o que pudesse ser dramatizado e serializado interessava para este tipo de jornalismo. A política eram escândalos: as relações internacionais, guerras e ameaças; a vida nacional, desastres e crimes sangrentos; a economia, desfalques e fraudes; a vida social, casamentos e funerais. Em todos os países, um dos seus pontos fortes foi a exploração do chauvinismo. O êxito da chamada «imprensa republicana» em Portugal deve-se menos ao republicanismo do que ao facto de terem sido alguns destes jornalistas radicais a fundar em Portugal a imprensa sensacionalista, que nesta época se desenvolveu em todos os países europeus. O *Diário de Notícias* era um comedido jornal

⁶⁰ TENGARRINHA, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*; Lisboa; Editorial Caminho; 1989; página 219.

conservador. Os outros jornais estavam enleados por compromissos partidários com figuras do regime.”⁶¹

As notícias são assim produtos voláteis que deflagram em curtos períodos de tempo, horas, dias quando muito, e acabam por esfumar-se num universo cada vez mais repleto de sensacionalismo. O aparecimento da publicidade, a transformação ou adaptação dos políticos aos media e a nova situação profissional dos jornalistas que passam de proprietários a assalariados são também factores que levam a uma profunda mudança em toda esta área. Contudo, a imprensa estava agora a funcionar em pleno e iria crescer para todos os pontos do País.

A imprensa ou as publicações periódicas chegam a Portugal por volta de 1641. Contudo, nos seus dois primeiros séculos de existência, este tipo de publicações servem mais como relatos de acontecimentos do que propriamente de veículos de transmissão de conhecimentos ou de criação de ideias e promoção da opinião pública. Neste período, as pessoas que faziam desta forma de vida a sua profissão sempre estiveram controladas pelos poderes instituídos, leia-se sobretudo nobreza e clero. Outro dos factores que também contribuiu para este cenário foi o facto dos intelectuais menosprezarem aquele meio de comunicação.

Neste tempo o cuidado empregue na redacção de textos ou artigos quase não existia. “O objectivo da informação actualizada e pormenorizada – que constitui a principal característica do jornalismo moderno – não era então, de modo algum, preocupação dominante. Fora do campo político ou militar os acontecimentos passavam despercebidos ou não alcançavam relevo compatível com a sua importância.”⁶²

Durante esta altura, a influência efectiva dos jornais era ainda restrita. Estas publicações eram lidas pela burguesia e aristocracia. Classes que se interessavam pelas informações comerciais e culturais. Assim que jornais, folhetins e relações começam a aparecer em maior número na sociedade, começam também a ser lidos nos cafés e nas praças e ganham mais destaque e mais importância.

O liberalismo e a Revolução de 1820 vem dar uma nova vida à imprensa, e é por esta época que em Portugal surge o verdadeiro jornalismo. As publicações noticiosas ganham uma importância que até então nunca tinham conhecido e nunca mais voltam a

⁶¹ MATTOSO, José; *História de Portugal – Volume 6*; “O Estado Novo”; Editorial Estampa; Lisboa; S.D.; página 50.

⁶² TENGARRINHA, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*; Lisboa; Editorial Caminho; 1989; página 117

alcançar. O papel dos jornais é fundamental na criação de novos espaços, na abertura de mentalidades, no planeamento de toda uma nação. Debate de ideias, defesa de teorias, publicitação de decisões políticas conferem a esta ferramenta valores políticos, económicos e sociais, capacidades de transformar a moldura humana que conferia forma ao País. Mattoso explica por isso que “nunca se compreenderá o que foi a imprensa desde meados do século XIX se se julgar que os jornais eram apenas algo que se acrescentara ao mundo tal como existia antes deles. A imprensa era a «democracia», a nova medida de todas as coisas”⁶³. No período das luzes, os jornais alcançaram essa capacidade contágio e de quase “devoção” por parte da sociedade. Quem não estava ou o que não estava no jornal, não existia. E as folhas impressas que na época não tinham concorrente, serviam de fonte de informação, de cadeia de transmissão entre quem conduzia os destinos do País e a forma como o manobrava, e quem era conduzido. Era também uma imprensa aberta, plataforma de discussão e de intervenção de inúmeros intervenientes que sentiam conseguir através desta mudar alguma coisa. “A imprensa afirmava-se como o «quinto poder» (o quarto era, em Portugal, o do rei). E não exagerava. No Porto, em 13 de Janeiro de 1890, era em volta das redacções dos jornais que os curiosos se reuniam em magotes, não só para saber o que se passava, mas para reagirem, participarem.”⁶⁴

Surge depois uma imprensa completamente diferente. Vazia dos ideários liberal e republicano, mais centrada no sensacionalismo e na maledicência. O baixo custo da produção e o interesse por este tipo de informações, possíveis graças a uma completa falta de censura, leva a que se transformem os jornais em verdadeiras empresas onde o lucro é o principal fim e deve ser atingido sem olhar a meios. Mas é também neste período que os jornais se disseminam por todo o território nacional e começam a estar presentes nos vários distritos, nas mais importantes cidades. Um período que vai também ficar marcado, para além da “regionalização” da imprensa, pela adopção desta como veículo identitário de vários sectores. Desde a Igreja até aos grémios comerciais, desde as associações de metalúrgicos até aos mineiros, os jornais vão ser criados por muitos e servem a esses como bilhetes de identidade, garantindo e difundindo a sua presença no sistema social.

⁶³ MATTOSO, José; *História de Portugal – Volume 6*; “O Estado Novo”; Editorial Estampa; Lisboa; S.D.; página 53.

⁶⁴ *Idem*.

A democratização da Imprensa

O desfiar de datas e de acontecimentos assinaláveis na história da Imprensa deve ser também acompanhado por uma visão global de toda a sociedade. Por outras palavras, o desenvolvimento dos jornais, dos livros, o crescimento de leitores, a construção e consolidação de uma opinião pública e o florescimento de toda uma indústria são fenómenos também ligados a um vasto conjunto de factores económicos, sociais e culturais entre outros. É sempre importante lembrar que história do jornalismo português tem vindo a ser relegada para um segundo plano, no que diz respeito aos estudos académicos, daí a necessidade de apresentar uma visão diacrónica desta área. Este estudo partilha pois da opinião de que “a História da Imprensa, é uma área de saber que tem sido pouco valorizada, tanto na investigação histórica, como nas diversas abordagens que os estudos de Comunicação têm vindo a privilegiar”⁶⁵, pelo que deve merecer uma maior atenção e contextualização.

Desta forma, tal como o capítulo anterior, onde se pretendeu, de uma forma bastante geral, dar uma visão do aparecimento e crescimento da Imprensa, pretende-se com esta parte do trabalho, contextualizar também o nascimento e a evolução da Imprensa Regional. Esta surge também ligada a uma evolução tecnológica, a um aperfeiçoamento mecânico, e a uma maior e melhor ligação entre países e comunidades. Neste ponto, não devem ficar esquecidos, entre outros, um maior poder de compra, a redução dos custos de produção de um jornal e um maior interesse por parte do público.

Embora sinuosa e com diferentes velocidades, a história da Imprensa acaba sempre por estar intrinsecamente ligada a um vasto conjunto de factores que devem ser analisados de forma global. Um outro ponto digno de referência é também o clima político, nesta fase mais aberto e propício ao aparecimento e desenvolvimento de novos jornais e novas formas de jornalismo. Regina Gouveia lembra, neste âmbito, que “o periodismo português desenvolveu-se especialmente a partir do estabelecimento da liberdade de imprensa (Decreto de 4 de Julho de 1821, Constituição de 1822), ainda que se tenham verificado, em alguns períodos subsequentes, excepções no respeito pela mesma.”⁶⁶

⁶⁵ S.A; *Revista Media & Jornalismo*; Centro de Investigação Media e Jornalismo; 2006; nº9, Edições Minerva; Coimbra; página 5.

⁶⁶ GOUVEIA, Maria Regina Gomes; *A interacção entre o universo político e o campo da comunicação – A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; página 23.

Tal como anteriormente referido, a invenção de Gutenberg marcou um ponto incontornável na história da Imprensa. Um momento considerado por Jorge Bacelar como “a origem da comunicação de massas por constituir o primeiro método viável de disseminação de ideias e de informação a partir de uma única fonte para um auditório numeroso e disperso.”⁶⁷

Pensamos nós que outras inovações, embora não tão difundidas, tiveram semelhante impacto. Entre estas, o processo de impressão de Senefelder, designado por litografia, ou o prelo de Stranhope. E posteriormente a mecanização de vários processos, nomeadamente através dos sistemas Linotype. Desenvolvimentos que surgem num período em que a imprensa, os jornais, o *medium*, começam a ganhar o merecido relevo e subsequente expansão.

Estava, portanto, criada uma conjuntura propícia à expansão da Imprensa. Agora este tipo de iniciativas não se fica pelas grandes cidades ou uma ou outra capital de distrito. Um dos factores que, a meu ver, melhor representam o crescimento e também o reconhecimento da importância da Imprensa e de tudo o que a esta está adstrito é, sem dúvida, a dispersão geográfica dos jornais, que por estas alturas começam a surgir em várias cidades do interior, afastadas dos grandes pólos urbanos e industriais. Mas esta expansão não se fica apenas pelo território do País, começa, tal como em toda a Europa, a ocorrer também ao nível de organizações, de classes profissionais, de sindicatos, e de outras entidades. O jornal torna-se acessível a um vasto universo, mas também passa a ser utilizado por diversos grupos, com o intuito de se fazerem notar nesse mesmo território. Tal facto provoca mudanças estruturais em todos os sectores. Bacelar refere isso também quando diz que “a tecnologia da impressão desencadeou uma revolução nas comunicações que viria a tocar muito fundo nos modos de pensar e nas interacções sociais.”⁶⁸

Esta profunda transformação que para além de abrir consciências e retirar o “monopólio” das verdades e do conhecimento à Igreja, como anteriormente abordado, consegue agora também servir de plataforma comunicativa no campo científico, onde se podem mostrar experiências e resultados, debater conclusões e conseguir imparcialidades. Mas para além de todos estes novos limites, a “liberalização” do conhecimento, a possibilidade de aceder a livros e jornais e a crescente assiduidade

⁶⁷ BACELAR, Jorge; *Apontamentos sobre a história e desenvolvimento da impressão*; in: http://www.bocc.ubi.pt/pag/bacelar_apontamentos.pdf, página 1.

⁶⁸ *Idem*, página 4.

deste tipo de publicações no meio social muito ajudou para que se conseguissem criar possibilidades de transformação pessoal e social. No “Século das Luzes”, a Imprensa passou a ser também ferramenta de molde social, com a capacidade de transmissão de novas ideias, de criação de novos públicos e disseminação de conhecimentos. A isso se refere, entre outros, Adriano Duarte Rodrigues quando diz que “o desenvolvimento dos meios de comunicação social atingiu de facto tal importância na primeira metade do nosso século que, em poucas dezenas de anos, o nosso ecossistema cultural se transformou mais do que nos três séculos precedentes. Não só se desenvolveram quantitativamente as capacidades de produção, difusão e recepção de mensagens através das técnicas já existentes, como se inventaram novos processos comunicacionais.”⁶⁹

Bacelar refere também que “se num primeiro tempo a tipografia constituiu, por si, uma revolução, séculos mais tarde passaria a ser instrumento de revoluções: veja-se como exemplo, o papel que a imprensa desempenhou nas colónias inglesas da América, divulgando e defendendo as ideias visionárias que deram forma à Revolução Americana ou, mais tarde ainda, o papel que desempenhou nos aparelhos de agitação e propaganda para a disseminação dos ideais de todos os movimentos ideológicos revolucionários que, a partir de finais do século XIX, se propuseram transformar o mundo.”⁷⁰

Era o período áureo do jornalismo romântico e liberal, de um jornalismo “sonhador” e literário, onde a presença de grandes nomes das Letras portuguesas como Almeida Garrett, Alexandre Herculano ou Teófilo Braga imprimiram um cunho muito especial nestas publicações. Os jornais carregavam palavras de novas visões, de capacidade de transformação e de novos valores. Regina Gouveia diz que “em 1880, Teófilo Braga estava convicto do poder da imprensa na transformação social: «Na renovação da sociedade moderna pela ciência, pela indústria, pela dignidade moral que procura harmonizar a liberdade do indivíduo com os interesses da colectividade, existe um órgão poderoso, a Imprensa, a quem se deve um grande número de soluções práticas entre as questões que agitam o tempo presente, e que é a principal garantia dos progressos realizados até hoje.”⁷¹

⁶⁹ RODRIGUES, Adriano Duarte; *“A Comunicação Social – Noção, Linguagem e História”*; Lisboa; S.D.; Editorial Veja; página 18.

⁷⁰ BACELAR, Jorge; *Apontamentos sobre a história e desenvolvimento da impressão*; in: http://www.bocc.ubi.pt/pag/bacelar_apontamentos.pdf, página 5.

⁷¹ GOUVEIA, Maria Regina Gomes; *A interacção entre o universo político e o campo da comunicação – A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*; Universidade da Beira Interior, Covilhã; página 26.

É também neste período que a Imprensa Regional e os projectos locais começam a ganhar destaque e se assumem como novas formas de jornalismo e espaços de promoção de vozes locais, de culturas regionais e de criação de identidades.

A Imprensa Beirã

Novos rumos começam a ser percorridos pelos jornais. Para além do conjunto de factores acima apontados, a disseminação deste meio de comunicação não ficou apenas a dever-se à redução de custos de produção, ao aumento de leitores e de transmissão de valores e ideais políticos, culturais ou sociais.

A importância desta ferramenta, em termos sociais, políticos, económicos, na sua efectiva capacidade transformadora do pensar social, vai levar a que desponham jornais um pouco por todo o lado. “O surgimento da imprensa de opinião no século XVIII e a emergência da imprensa comercial e de massas nas últimas décadas do século XIX provocaram, obviamente, uma profunda alteração nas relações pessoais e sociais, na vida privada e pública.”⁷²

Surge neste sentido uma grande diversidade de jornais. Esta forma de comunicação passa agora a ganhar presença em diversos campos. Aquele que mais interessa a este trabalho é precisamente o da Imprensa Regional e Local. Desta forma, a presença de jornais e de publicações noticiosas deixou de ser um exclusivo das grandes cidades e passa a ser quase obrigatória em, pelo menos, todas as capitais de distrito.

O interior de Portugal não é excepção e começam a ser produzidos, nas capitais de distrito, os primeiros títulos. Com uma forte ligação à terra, este tipo de publicações retratava os episódios locais, as necessidades e aspirações dos diferentes territórios. No caso da Beira Interior, assumia-se também como amplificador de todas as vontades das gentes beirãs. Que mais não seja, um dos sinais evidentes desta ligação quase umbilical pode ser constatado, nos diversos títulos das publicações. A maior parte destes diz respeito à região, à cidade onde os jornais têm a sua origem. Regina Gouveia garante que “na Beira, a primeira tentativa de lançamento de um periódico ficou documentada no *Sentinela da Liberdade*, publicado na cidade de Castelo Branco em 19 de Dezembro de 1846 (número único), com o objectivo de defender a Junta do Porto e divulgar o seu

⁷² *Idem*: página 6.

programa. Só em 1864 surgiram outros títulos no mesmo distrito: O Comércio da Covilhã, que circulou desde 27 de Agosto naquela ainda vila notável, como «aliado do partido clerical covilhanense», até 13 de Maio de 1865; e A Estrela da Beira, publicado em Alpedrinha de 31 de Agosto a 25 de Maio de 1864. No Fundão, o primeiro jornal, O Apóstolo da Verdade, surgiu a 26 de Maio de 1870, por iniciativa de um boticário espanhol que aí vivia, Francisco António Alburnau de Puga, e circulou como folha literária e noticiosa até 28 de Julho de 1871.”⁷³

No campo político, como não podia deixar de ser, os jornais eram vistos como peça fundamental para propagação de opiniões. Num estilo vincadamente opinativo, os jornais regionais da época continuavam a manter um certo “romantismo” que era agora colocado de lado pelas publicações de maior envergadura, as quais começavam a ganhar contornos de verdadeira indústria e a tornarem-se cada vez mais anónimas. Muitos destes surgem pelas mãos de políticos, transformam-se nas suas vozes, mas também através de sindicatos, da Igreja, de associações e outras entidades. Todas as facções políticas promovem a criação de jornais ou apoiam um determinado título. Estavam lançadas as duas principais áreas de fomento dos periódicos, a política e a Igreja.

A capacidade de mobilização conseguida através deste canal depressa foi aproveitada, não só pela classe política, mas também pelo conjunto de agentes sociais que compõem uma região, para desta maneira fazerem valer as suas pretensões, agruparem as vontades dos seus membros e delinear o seu território de forma efectiva, com os traços característicos de um espaço. Esta habilidade, este poder de fazer chegar as opiniões de alguns a muitos é descrita da seguinte forma por Regina Gouveia: “a imprensa prolongava e ampliava a influência que tinham como actores políticos e pregadores determinados que se entregavam de forma apaixonada às questões da política, tornando-se credores de atenção pelo estatuto social que possuíam e/ou pelo vigor e eloquência dos seus discursos.”⁷⁴

A imprensa beirã começa assim também a despertar devido a toda a efervescência social. A grande utilidade deste meio fica, ainda assim, condicionada pelo facto de grande parte da população não possuir conhecimentos suficientes para a sua leitura, nem, mesmo quando o preço dos jornais se mostrava muito mais baixo que em épocas anteriores, terem a capacidade financeira de adquirir este produto.

⁷³ *Idem*, página 28.

⁷⁴ *Idem*, página 10.

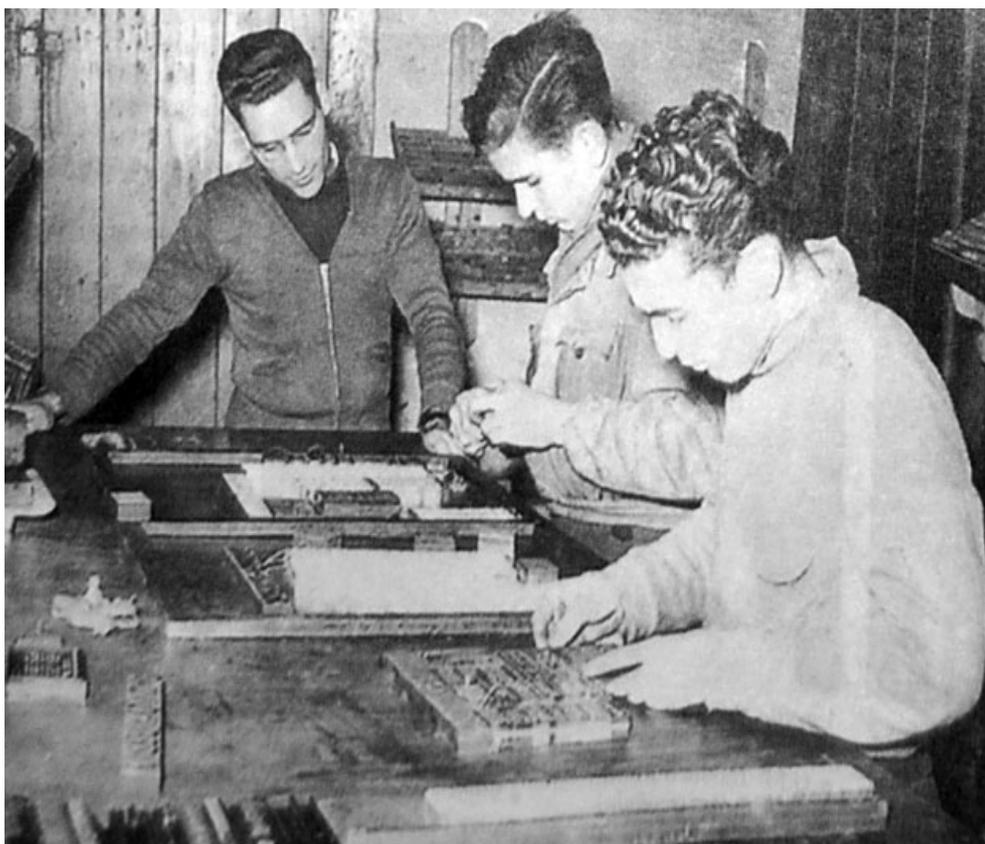


Figura 1 – A elaboração de um jornal começava a ser mais acessível no início do século XX

Todavia, há que fazer a ressalva no que respeita à leitura do jornal em espaços públicos, ou locais de convívio. Este começa por ser um ponto efectivo na vida das comunidades. Procedimentos que recriavam, ainda que em pequenos moldes, o conceito de esfera pública burguesa de Habermas, descrito por Catarina Rodrigues, como “espaço homogéneo onde as pessoas utilizam a razão para a troca de argumentos e ideias.”⁷⁵ Também nestes círculos os jornais eram agora o veículo de transmissão de novidades. Ainda que, este tipo de comunicação tivesse apenas um sentido, isto é, quem os dominava, quem tinha a capacidade e a oratória de amplificar as suas vozes e vontades, conseguia que estas fossem transmitidas até ao grupo. Tudo fruto das novas capacidades técnicas e do clima mais aberto para as publicações. Como lembra Catarina

⁷⁵ RODRIGUES, Catarina; *Blogs e a fragmentação do espaço público*; Universidade da Beira Interior; 2006; Covilhã; página 12.

Rodrigues, “a alteração tecnológica foi uma das causas que contribuiu para uma mudança radical do espaço público.”⁷⁶

Mas os receptores, esses, ouviam e quando muito poderiam discutir entre si, sem ter acesso a esse espaço de papel que desenhava o mundo ao gosto do autor ou proprietário. Regina Gouveia explica que “numa época em que o analfabetismo atingia a maioria dos portugueses, os dinamizadores e primeiros responsáveis por toda a influência política que conduziu ao derrube da Monarquia e à implantação da República foram membros pertencentes a certas elites – profissionais liberais, como médicos e advogados, trabalhadores qualificados das indústrias e comerciantes, entre outros. Estes líderes terão conseguido mobilizar operários, criar e desenvolver espaços públicos de partilha e discussão sobre questões políticas, terão, enfim, liderado a formação de verdadeiros cidadãos, entendidos como politicamente conscientes, interessados e participantes no serviço comum, vigilantes em relação ao «governo» da sociedade que integravam. Defendendo a democratização do ensino, determinante para a consciencialização política, eles procuraram também, através da imprensa, emancipar intelectualmente as massas.”⁷⁷ Conseguiram isso também com a ajuda da Imprensa.

Mas a importância da Imprensa beirã vai mais além do mundo político. Nas folhas dos jornais que começam a circular em maior número nas zonas interiores de um país com desenvolvimento bicéfalo, tratam também das problemáticas sentidas por estas gentes: a falta de condições de acesso à capital, os problemas com a agricultura, o pouco desenvolvimento do comércio, entre outras temáticas. Contudo, estavam lançados estes novos instrumentos de comunicação, como atesta Regina Gouveia quando diz que “não obstante o facto de a Beira se caracterizar pela interioridade, pelo afastamento em relação aos principais centros político-culturais e pelo evidente atraso em termos de alfabetização – as percentagens de analfabetos nela registadas mantiveram-se significativamente superiores às registadas no Continente durante as primeiras décadas do século passado –, e apesar de os distritos que a compõem serem referidos como os mais pobres de Portugal em termos de Imprensa periódica, o certo é que até 1930 foram aqui postas a circular mais de três centenas e meia de publicações periódicas (boletins,

⁷⁶ *Idem*, página 19.

⁷⁷ GOUVEIA, Maria Regina Gomes; *A interação entre o universo político e o campo da comunicação – A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; página 10.

jornais e revistas) e muitas das personalidades que lhes deram existência chegaram a desempenhar cargos políticos relevantes a nível nacional.”⁷⁸

Era uma Imprensa muito peculiar. Enquanto os jornais da capital, com abrangência nacional tentavam, de alguma forma, manter uma postura apolítica, as publicações regionais continuavam a estar bem ligadas aos eleitos. Mas as diferenças não se ficam por aqui, até porque se os jornais nacionais entravam agora na era da industrialização que haveria de os conduzir à utopia da objectividade, despidendo de causas as suas palavras impressas a negro, os jornais regionais acabariam por continuar a ser das poucas publicações que alinhavam por uma razão, que se debatiam por um motivo, que defendiam um ideal.

Tal sucedeu muito por força da sua forma de produção e dos jornais continuarem a ser projectos pessoais ou de pequenos grupos. Os pequenos espaços públicos do Interior, estes fóruns de discussão de um território longe do centro de decisão que era Lisboa revelavam-se “jornais de situação” onde se desfiavam as listas de exigências ao poder central e se iam relatando os episódios das guerras políticas locais. Esta Imprensa, escrita em jeito de literatura, acaba carregada de opinião política e é por isso bem mais um espelho desta área, do que a face económica ou social.

Santos Pereira retrata Portugal como “um país pequeno e analfabeto, polvilhado de jornais, a redacção destes confina-se à dimensão de uma mercearia de aldeia de parques clientes.”⁷⁹ De facto, há que deixar bem claro que a Imprensa era, ainda que num período de forte expansão e crescimento, acessível apenas a grupos restritos. O analfabetismo era uma marca bastante profunda na sociedade portuguesa. Santos Pereira exemplifica com o caso de Castelo Branco, onde no início do Século XX, mais precisamente em 1904, “havia em Castelo Branco 855 crianças escolarizáveis, mas destas, apenas 200 frequentavam as quatro salas de aula existentes. Em 1908 existam já 916 crianças escolarizáveis para cinco salas de aula que eram frequentadas apenas por 287 crianças.”⁸⁰

Mas nada destes números pareciam importar aos representantes do povo. A classe política, os professores, intelectuais, a nova burguesia; mas também monárquicos, conservadores, e como não poderia deixar de ser, Igreja, acabavam por ditar as opiniões.

⁷⁸ *Idem*

⁷⁹ PEREIRA, António Santos; “*O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em tempos de crise (1851-1926)*”; Colecção Parlamento, Edições Afrontamento, 2002, Assembleia da República, Lisboa, página 15.

⁸⁰ *Idem*, Página 74.

Construíam as suas opiniões, passavam a voz e a ideia na Imprensa de forte cariz opinativo, esgrimiam argumentos a favor ou contra os regimes, neste caso o monárquico e o republicano, o poder central ou o poder local, os partidos de direita ou os de esquerda, mas acabavam por esquecer quem não podia nem sabia ler. “Parecia querer ignorar-se que o analfabetismo excluía a maioria do povo português da participação política e a atitude cívica exigia um posicionamento ético frequentemente esquecido pelos participantes e agentes da opinião pública, virada esta, paradoxalmente, para dentro das estruturas partidárias, demasiado centralistas, pouco adiantando aos antigos processos nos momentos de decisão”, descreve Santos Pereira.⁸¹

Salvagarde-se para esta mesma imprensa o facto de começar a ganhar, independentemente destes condicionalismos, um papel vital no que diz respeito a diversas matérias da vivência comum. É nas páginas destes jornais, se a análise for feita fora do campo político, que se podem ver as lutas e as reivindicações por melhores estradas, pelos caminhos-de-ferro, saneamento e luz eléctrica, apoio à agricultura e melhorias na saúde. Tantas e tantas causas às quais se podem juntar as condições de trabalho, os salários, o abastecimento de água e as habitações sociais. O conteúdo dos jornais regionais começa também a desenhar-se nestas matérias, que os irão diferenciar de tudo o resto.

A proximidade, o retrato do quotidiano e a capacidade de reclamar para o território de origem as exigências das populações fez com que os jornais regionais se tornassem publicações bastante aceites e importantes no seio das suas comunidades.

Mas para além disso, a imprensa regional começa também a ganhar destaque em relação aos jornais nacionais, pelo seu conteúdo próximo, por ser aqui que os membros da comunidade tinham lugar para fazer ouvir a sua opinião, mas também para mostrar as suas vivências.

Estes meios, bastante politizados, recorde-se, serviam de trampolim aos que ambicionavam cargos políticos. O percurso dos eleitos, daqueles que compõem a classe política “representativa” do povo, começava nos jornais, quer na produção destes, quer na elaboração de textos opinativos que compunham as suas páginas. São muitos os académicos que nos seus estudos fazem referência a esta estreita ligação entre políticos

⁸¹ *Idem*, página 93.

e jornalistas.⁸² Já nessa altura, os primeiros compreendiam que eram os jornalistas a desenhar o caminho das opiniões gerais, através das notícias que redigiam. Era nos periódicos que se iniciam as principais discussões da vida colectiva, se informavam os populares e se formavam as orientações.

Mas a Imprensa Regional acaba por ganhar também outros contornos. Para além do seu aspecto político, que a acompanha sempre, este meio tem em si um forte componente local. As informações de proximidade, relativas ao seu território são a sua razão de ser. Um aspecto que Santos Pereira descreve da seguinte maneira: “com efeito, a viagem e a doença passam tanto pelo jornal afecto como pelo da oposição em linguagem escurrita.”⁸³ Estamos pois perante o grande feito deste tipo de *medium*. Uma Imprensa cujo campo de actuação está bem delimitado pelo seu público, pelos seus leitores, os quais procuram nesta as suas notícias, que falem dos seus problemas, das suas terras, das suas gentes. Na génese destas publicações está uma ligação estreita ao seu público e ao seu local. Santos Pereira fala, aquando do dealbar desta Imprensa, na “descoberta do diálogo interactivo, a imprensa periódica, no período republicano, acentua a importância do destinatário, do leitor, na feitura dos jornais e destes na formação de uma opinião pública esclarecida.”⁸⁴

A Imprensa Regional, que no estudo em apreço incide sobre a região da Beira Interior, acaba por desempenhar um papel de extrema relevância na melhoria das condições de vida das populações dos distritos de Castelo Branco e Guarda. É através das páginas dos jornais que aqui começam a aparecer e acabam por continuar até aos nossos dias, que se reclamam muitas das estruturas necessárias para a sobrevivência das populações e para o desenvolvimento das regiões, em termos culturais, cívicos, económicos, académicos e outros.

Há também a assinalar, na análise histórica da Imprensa Regional, o facto de muitos dos projectos apresentarem um período de vida curto. Uma situação que se verificava sobretudo no início do século XX, quando os projectos locais começaram a florescer, mas que ainda hoje não é rara. “Efectivamente, no distrito de Castelo Branco,

⁸² António dos Santos Pereira descreve um episódio bastante ilustrativo desta ligação quando diz que: “Os parlamentares mais atentos fazem tudo para manter uma relação íntima com os jornais que os suportam nos círculos de origem. Quando descia da Guarda a Lisboa, ou daqui regressa a sua casa em Santo Estêvão, o deputado Teles de Vasconcelos visitava sempre a redacção da *Gazeta da Beira*” (Pereira, António Santos; “*O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em tempos de crise (1851-1926)*”; Colecção Parlamento, Edições Afrontamento, 2002, Assembleia da República, Lisboa; página 16).

⁸³ *Idem*, página 50.

⁸⁴ *Idem*, página 95.

dos cerca de 223 periódicos criados até 1930, apenas 19% (43) terão circulado durante mais de três anos, enquanto, no da Guarda, foram cerca de 20% (27 em 133) os que excederam esse tempo de vigência”, diz Regina Gouveia.⁸⁵ Ainda que os custos de produção tivessem sido reduzidos, ainda que o número de leitores tivesse aumentado, bem como a importância e circulação dos jornais, estes projectos continuavam a debater-se com um assinalável conjunto de adversidades. As questões financeiras, as restrições políticas e vicissitudes económicas levavam ao desaparecimento de um grande número de títulos. Acabavam por ficar aqueles que estavam baseados em partidos, associações ou outras entidades com algum vulto e capacidade económica.

Dois grandes suportes deste tipo de imprensa, como temos vindo a referir, eram pois os partidos políticos republicanos, defensores das teorias liberais e, por outro lado, a Igreja e os movimentos mais conservadores e monárquicos. “A imprensa reflectia, obviamente, a conflitualidade tradição/modernismo, coexistindo jornais, quer progressistas, quer regeneradores, que defendiam e que atacavam o clericalismo”, diz Regina Gouveia.⁸⁶

Passada toda esta fase de instalação, os primeiros anos do Século XX, aquele que em pouco mais de uma década trazia ao mundo um conflito bélico nunca antes visto, a Primeira Guerra Mundial, a imprensa regional estava instalada nas suas áreas e começava a ganhar terreno em relação aos jornais nacionais. As suas páginas acolhiam as realidades locais, retratadas à medida territorial e serviam de rosto a um público muito bem delimitado. As suas aspirações, os seus sonhos, os desalentos e frustrações, enformavam grande parte do conteúdo destes jornais. A política local, os “actores” mais chegados e toda uma descrição de uma esfera pública próxima levam a que estas publicações sejam instrumentos pragmáticos na construção social de uma realidade muito própria.

⁸⁵ GOUVEIA, Maria Regina Gomes; *A interacção entre o universo político e o campo da comunicação – A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; página 24.

⁸⁶ *Idem*; página 40.

O “*Jornal do Fundão*”

A Beira tem o seu primeiro jornal de vulto a 27 de Agosto de 1864.⁸⁷ Como quase todas as restantes marcas do progresso e desenvolvimento, também a imprensa periódica chega tarde à zona interior de Portugal.

Nesta metade do século XIX começa então, em Alpedrinha, a vida do “*Estrela da Beira*”. “António José Boavida, um padre apegado ao regime monárquico era o fundador, proprietário e director desta publicação que segundo António Paulouro era o “órgão do partido de que era chefe distrital”⁸⁸ o mesmo António Boavida.

António Pedroso dos Santos, advogado da Covilhã, acaba por tornar-se o proprietário do primeiro jornal covilhanense, que surge em 1865 e tem como título “*Sentinela da Liberdade*”. Este funcionava sobretudo como contra-vapor do jornal impresso em Alpedrinha. Marcadamente republicano, assumia-se também como liberal. Neste sentido, a cidade serrana parece depois ter saído a ganhar. João Canavilhas diz que “a Covilhã é o concelho onde maior número de jornais surgiu. Este facto estará eventualmente relacionado com a grande actividade política que desde sempre aqui se desenvolveu: cidade bem considerada pelo poder central desde o século XII, a Covilhã é desde sempre um dos maiores centros populacionais do interior tendo ao longo dos anos adquirido um grande poder económico, com todas as consequências que esse facto implica. Desde a decadência da Monarquia (época em que o jornal surge na Covilhã), até à implantação da República e ainda no período anárquico, o jornalismo local caracteriza-se por ser político e doutrinário.”⁸⁹ Quem também parece defender esta ideia é Regina Gouveia, quando diz que “relativamente ao distrito de Castelo Branco, a primeira particularidade a salientar prende-se ao facto de o movimento jornalístico registado no concelho da Covilhã ter superado o do concelho-capital: 81 títulos covilhanenses para 68 albicastrenses. Tal deveu-se certamente à circunstância de a cidade covilhanense constituir, na altura, importante centro manufactureiro, inigualável em densidade populacional em todo o território português, que, nos finais do séc. XIX, contava mais habitantes do que Coimbra. A seguir a estes, destacou-se o do Fundão, que

⁸⁷ O *Jornal do Fundão*, em vários artigos e também uma das publicações de José Germano da Cunha apontam a data de aparecimento do *Estrela da Beira* para 10 de Dezembro de 1864, e a do *Comércio da Covilhã*, para 1865.

⁸⁸ *Jornal do Fundão*, Ano 55, nº 2788, 28 de Janeiro de 2000, página 2.

⁸⁹ CANAVILHAS, João; *125 anos de Imprensa na Cova da Beira*; Universidade da Beira Interior, Covilhã; página 8.

teve um conjunto de jornais bastante representativo (35 títulos); era então uma das vilas mais importantes do distrito, beneficiando porventura da sua proximidade com a Covilhã.”⁹⁰

É entre estes dois títulos que nasce no Fundão, mais precisamente em 1870, o “*Apóstolo da Verdade*”. Um jornal que se pretendia neutral entre estes dois campos e tinha como director e também dono, um farmacêutico espanhol chamado Francisco Puga. Neste concelho, “o fenómeno jornalístico reveste-se de algumas interessantes particularidades. Assim, os primeiros jornais nasceram em Alpedrinha, fruto de lobbies que pretendiam que a vila voltasse a ser sede de concelho, título perdido em 1855. No Fundão, vila, só em 26 de Maio de 1870 sai o primeiro hebdomadário: “*O Apóstolo da Verdade*”. Esta iniciativa teve como autor um espanhol, Francisco António Alburnau de Puga, um boticário que primeiramente se instalou na Covilhã, local onde tinha família. Mais tarde mudou-se para o Fundão, instalando aí a primeira tipografia; deste local nasceram 4 publicações. Os jornais propriedade de Francisco Puga visavam essencialmente os gabinetes ministeriais do Duque d’Ávila e de Fontes Pereira de Melo. A Imprensa deste concelho mantém até aos dias de hoje um marcado cariz regionalista com fortes conotações político-religiosas. Neste concelho, a Igreja teve um papel de relevo na criação de hábitos de leitura, já que nos anos sessenta lançou na maior parte das freguesias jornais denominados Mensagem e Ecos.”⁹¹

Num período que vai do início do Século XX até 1946, ano do nascimento do “*Jornal do Fundão*”, agora em análise, muitas são as publicações que aparecem nesta zona. Umas de duração mais larga, outras apenas com um reduzido número de edições e consequentemente, de vida activa. A propósito desta matéria, diz José Germano da Cunha que “no concelho tem havido, que eu saiba, cinco jornais, sendo o mais antigo publicado em Alpedrinha, e outros quatro no Fundão. Em 1864 apareceu o primeiro. Seguiu-se depois um período de nove anos, em que vieram a lume três jornais, uns após outros, tendo todos curta duração.”⁹² A quantidade de publicações era assinalável e acaba por originar uma curiosidade. Antes mesmo de António Paulouro lançar o seu jornal, em 1946, tinha já existido um “*Jornal do Fundão*”, do qual José Germano da Cunha era redactor, em 1898.

⁹⁰ GOUVEIA, Maria Regina Gomes; *A interacção entre o universo político e o campo da comunicação – A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*; página 62.

⁹¹ *Idem*; página 9.

⁹² CUNHA, José Germano da; *Apontamentos para a História do Concelho do Fundão*; Fundão, Oficinas Gráficas do *Jornal do Fundão*; 1992; página 101.

Passado todo um largo hiato de tempo, surge a 27 de Janeiro de 1946, o agora analisado “*Jornal do Fundão*”. António Paulouro, proprietário e director desta publicação, traça os objectivos da mesma no editorial, publicado em primeira página e que tem por título “Rumo”. Paulouro garante que lança o jornal “sem ódios nem ambições, com a clara noção de que podemos querer, procuraremos servir o Concelho, firmes na ideia de que servi-lo não é apenas conseguir a satisfação de realizações materiais mas sim a valorização espiritual, física e material dos seus habitantes”. Nestas palavras, desenha a identidade social primeira da publicação, o concelho do Fundão. O seu universo estava confinado às 31 freguesias, a que se juntava a então vila do Fundão. Sobre este projecto, o seu fundador haveria de dizer que nasceu “aberto a todas as correntes.”⁹³

Está a findar o primeiro mês de mais um ano que ainda começa num Portugal governado por António de Oliveira Salazar, um dos vários regimes ditatoriais que então vigoravam no Velho Continente.

Entalada entre a Serra da Estrela e a Serra da Gardunha está a Cova da Beira. E foi precisamente aqui, numa das vilas que compõem este pequeno território, a do Fundão – que passa a cidade a 19 de Abril de 1988 –, que um então encarregado dos serviços de electricidade do município fundanense decidiu materializar um sonho antigo.

António Paulouro publica num domingo frio de Inverno o primeiro número do *Jornal do Fundão*. Tinha caído sobre a Cova da Beira um dos maiores nevões de que havia memória, segundo as publicações noticiosas da época, assunto a que o primeiro número do JF não fugia. Nas salas de cinema William Holder e Glenn Ford trocavam socos e faziam vibrar os espectadores do filme “Texas”.

No Fundão, nesta vila do Portugal à beira de uma Europa que ainda acordava da II Guerra Mundial, um acontecimento que iria mudar a consciência social de toda a região, fazer tremer os pilares da ditadura, dinamitar as mordanças da censura e contribuir, sobremaneira, para a instauração da democracia em Portugal. Por entre a efemeridade dos dias daquele Janeiro de 1946, em que a neve cobria todo o vale da Cova da Beira, dez mil operários têxteis travavam uma luta desigual contra o patronato e contra o regime salazarista. À força de cargas policiais, detenções colectivas, torturas, os peões do regime iam sufocando estes gritos de desespero.

⁹³ *Jornal do Fundão*, Ano 55, nº 2788, 28 de Janeiro de 2000, página 2.

Contudo, a partir desse momento, operários têxteis, mineiros, agricultores, juntavam as palavras num mesmo lugar, num mesmo meio que escritores, políticos da oposição, pensadores e democratas. E foi sobre todo este leque diversificado de consciências que o “*Jornal do Fundão*” encontrou as suas raízes e a sua função. Amplificar indignações, modificar consciências, dignificar a vida humana e juntar em redor das mesmas causas toda uma região encravada num país fascista. Informar, contestar, mudar, são alguns dos fundamentos desta publicação.

Fundamentos esses muito próprios desta imprensa regional, destes jornais de causas, como explica João Carlos Correia, quando diz que “a região acaba por se impor como um valor-notícia em si que se impõe nos critérios de elaboração das notícias, de selecção dos factos e na inspiração dos editoriais. Nesse sentido há um universo de preocupações que têm a sua vivência discursiva no campo dos media regionais e que só ganha consistência para o comum dos cidadãos nessas publicações.”⁹⁴

O primeiro número deste jornal, oito páginas compostas na Gráfica do Fundão e vendido a 50 centavos, estreia-se assim nas Beiras. Para além do editorial apresentava também já um texto sobre a necessidade de se construírem habitações sociais neste concelho beirão e a primeira página tinha ainda espaço para um trabalho sobre as celebrações do 2º centenário do concelho.

Destas oito páginas, uma delas era dedicada à cultura. Temática que faz também parte do código genético desta publicação e que é por nós analisada em capítulo independente. Neste número, a segunda página é inteiramente dedicada às diversas freguesias que compõem a área geográfica de distribuição do “*Jornal do Fundão*”. A ligação à comunidade é um dos traços mais profundos e identitários deste jornal. Foi precisamente através da sua vasta rede de correspondentes, nesta fase, com colaboradores em localidades concelhias, que o “*Jornal do Fundão*” conseguiu implementar uma prática bastante singular de apresentar semanalmente diversas informações sobre as comunidades locais.

O actual director, Fernando Paulouro, ainda hoje conserva o pensamento original da publicação que o tio fundou e que agora dirige. Segundo Paulouro “a biografia do *Jornal do Fundão* é inseparável de uma palavra: Liberdade”.

⁹⁴ CORREIA, João Carlos; *A região e o espaço público: um contributo crítico*; in: http://bocc.ubi.pt/pag/jcorreia_espaco.html.

Mas esta publicação acaba também por contribuir para a história da imprensa em Portugal, servindo como exemplo vivo do poder do jornalismo na transformação social, na vigilância dos poderes instituídos, mas sobretudo, na defesa dos cidadãos e na amplificação das suas vontades e ideias. Actos fundamentais do jornalismo de causas, de uma causa que vive, não dos seus leitores, mas para os seus leitores.

Passados 60 anos da sua criação, a história do “*Jornal do Fundão*” é feita de episódios singulares. Milhões de palavras compõem este jornal, transformaram o rosto da Cova da Beira, esta ganhou novos horizontes e passou a ser mais conotada com Beira Interior, palavras que serviram também para dar a conhecer problemas sociais como os das Minas da Panasqueira, dos Têxteis da Covilhã, os males do Bócio e da Lipocina, entre tantos e tantos outros. As lutas travadas nas páginas deste semanário, ou as Jornadas da Beira Interior, trouxeram mais hospitais, mais vias de comunicação, mais estruturas físicas, mais consciencialização cívica.

Mas é sobretudo nas causas humanas, na defesa do cidadão anónimo e no peso que representa esse anonimato, que o “*Jornal do Fundão*” se destacou. A luta pelas causas humanas, pelo jornalismo consciencioso e pessoal levaram o nome jornal a ultrapassar as fronteiras regionais e ganhar uma dimensão maior que aquela que o seu próprio nome lhe atribuiu. Com diz o seu actual director, esta publicação: “Procura de horizontes largos, descobrindo mundo, numa afirmação de liberdade que os dias foram moldando como certeza, a única certeza. Romper atavismos do meio, físicos e psicológicos, recusar o paroquialismo provinciano que gosta de viver sem ideias e abomina a crítica, combater a pobreza como fatalidade ou céu póstumo, furar o isolamento secular gerador de um atraso proverbial, reivindicar a cultura e a educação como vectores do futuro inadiável, dar voz colectiva a uma região recusando a irracionalidade de bairrismos e amplificar a voz de protesto e da indignação, são matrizes desse caminho que se faz e refaz na fidelidade de um homem à terra.”⁹⁵

É de algumas destas histórias, episódios e lutas que o presente trabalho pretende dar conta. A sua importância social, a sua capacidade de mudança nos leitores e nos restantes sistemas organizacionais, fizeram do “*Jornal do Fundão*” exemplo e arquétipo do que pode e deve ser o jornalismo de proximidade. O jornal parece misturar-se com as pessoas, ouvi-las e ao mesmo tempo dar-lhes voz. Interroga-se sobre os caminhos que estão a ser percorridos pelo colectivo regional e sobre os que estão a ser apontados, mas

⁹⁵ In: *Jornal do Fundão*, edição n.º 2579, de 26 de Janeiro de 1996; página 10.

serve também para romper com visões e concepções monolíticas do meio. Tudo isto movido não por fins políticos, económicos ou pessoais, mas por uma forte paixão pela Beira Interior.

O “Jornal do Fundão” tem uma história de afirmação. Esta começou com as várias campanhas a favor dos pobres, dos meninos que no Natal não tinham brinquedos, mas também com o pedido de fundos para a Páscoa e para o equipamento do Hospital do Fundão que surgia, através da misericórdia daquela cidade, nos primeiros anos do jornal. De facto, os primeiros dez anos do jornal são exemplares dessa mesma actuação “caridosa”. Mas era uma actuação que estava longe ser marca deste jornal. José Mattoso descrevia, a título de exemplo: “Desde a década de 1890, o *Diário de Notícias* e *O Século* funcionavam como uma espécie de grandes fundações para a beneficência e o progresso. Era o *Diário de Notícias* e a *O Século* que as viúvas e os desgraçados se dirigiam a pedir auxílio, e era na primeira página deles que se abriam as grandes campanhas de solidariedade. Os apelos à caridade e as subscrições públicas de que o *Diário de Notícias* tomou a iniciativa renderam, em 1865, 196000 réis; em 1885, 5 contos e 558000 réis, 28 vezes mais.

No Porto, o *Comércio do Porto* actuava como uma câmara municipal alternativa. Entre 1890 e 1900, recolheu cerca de 90 contos através da sua secção de caridade. Por ocasião de desastres mais memoráveis, habituou-se a lançar subscrições para acudir às vítimas. A dos vendavais de 1892 obteve 12 contos.”⁹⁶

O “Jornal do Fundão” também trabalhou para um vasto leque de causas e com elas foi ganhando assinantes, leitores e território. Para além de todas estas estratégias, existiu, desde sempre, as campanhas de assinantes. Aquando dos dez anos de jornal, instituiu-se a campanha dos “Dez Mil”, que tinha como objectivo a criação de dez mil assinantes. Todos aqueles que enviassem novos membros para o jornal teriam o seu nome publicado na edição semanal. Nos 20 anos passou-se à campanha dos 20 mil e nos 30 à dos 30 mil.

Fruto do número de leitores, do seu protagonismo na defesa das causas, da sua relevância na área cultural, o “Jornal do Fundão” chegou ao dealbar do século XXI com um registo impressionante de leitores. Os últimos números, referentes a um estudo da Associação Portuguesa de Controlo de Tiragens e Circulação (APCT), em 2001, este

⁹⁶ MATTOSO, José; (dir.); *História de Portugal, volume 6*, “A segunda fundação”; Editorial Estampa; S.D.; Lisboa; página 53.

título era o mais lido, em termos nacionais, na categoria de imprensa regional. A circulação média de exemplares, em 2001, foi de 19.200.

Mas nem só os leitores e a circulação reconheceram o papel deste jornal enquanto parte do património cívico da Beira Interior e do jornalismo português. Também várias entidades oficiais o fizeram, de diversos países. Em Portugal, a Câmara Municipal do Fundão atribuiu a este jornal, em 1991, a Medalha de Ouro de Mérito Municipal, mas já em 1985, o então Presidente da República, Ramalho Eanes, lhe atribuiu a 10 de Junho, as insígnias da Ordem do Infante D. Henrique.

No estrangeiro, foi várias vezes publicação condecorada pela sua intervenção junto dos emigrantes, mas também em Espanha, sobretudo, com uma distinção pela Universidade de Salamanca, pela realização das II Jornadas da Beira Interior, que se centraram na ligação entre os dois países ibéricos, com uma Placa de Prata da Universidade Pontifícia de Salamanca, em 1996 e um Diploma de Mérito pela Universidade Pública de Salamanca, em 1997 e por fim, foi também distinguido por Mikhail Gorbachev, em 1989, com um louvor de Mérito Editorial, numa cerimónia na Embaixada da Rússia em Portugal.

JORNAL DO FUNDÃO

SEMANÁRIO

ANO 1 N.º 1

DIRECTOR — ANTONIO PAULOIRO JUNIOR

27 DE JANEIRO DE 1946

Rumo

A afirmação de presença que o nosso jornal traduz, é, de si, vasto programa que dispensa mais largas explicações.

Na verdade, procurar, nesta hora de divisões abertas e ódios recalçados, o trilho difícil que leva ao cumprimento dos deveres simples, ao amor da Terra Mãe, à solidariedade que devemos ao Homem nosso irmão, é tarefa não isenta de dificuldades e canseiras.

Mesmo assim, a nós não-de juntar-se — confiadamente esperamos — os que, de mãos limpas e coração puro, queiram viver a bela aventura deste combate.

Sem ódios nem ambições, com a clara noção do que podemos querer, procuraremos servir o Concelho, firmes na ideia de que servi-lo não é apenas conseguir a satisfação de realizações materiais mas sim a valorização espiritual, física e material dos seus habitantes.

No nosso posto estaremos, ao lado dos que trabalham e dos que sofrem, em fraterna compreensão que não é de hoje mas de sempre.

Dr. João Pinto dos Santos

As melhoras dos últimos dias não deixavam prever a tristíssima notícia da morte do beirão ilustre que foi o Dr. João Pinto dos Santos.

Já até, noutro lugar, havíamos noticiado a homenagem que um grupo de admiradores do grande benemérito queria levar a efeito no dia do seu nonagésimo aniversário.

Sentimos, com todo o Concelho, a perda de alguém que foi, durante uma vida de luta, alto exemplo de integridade moral e de solidariedade humana.

Jornal do Fundão

Editor e Proprietário: — António Paulouro Júnior / Redacção e Administração (Provisórias) Largo do Dr. Alfredo da Cunha, 5 — Tel. 72 — FUNDÃO

Composto na Gráfica do Fundão, Lda / Impresso na Tip. Pessoa — Fundão

Enquanto se mantiverem certas dificuldades da Tipografia, este jornal publicar-se-á com quatro ou oito páginas, alternadamente

Número avulso \$50

Vem aí

O 2.º Centenário do Concelho

Quer se atenda à instituição legal do nosso concelho por alvará de 23 de Dezembro de 1746, quer à sua constituição por Carta Régia de D. João V, em 10 de Maio de 1747, estamos relativamente perto das comemorações centenárias do Concelho do Fundão.

Sem, de maneira alguma, nos antecermos às resoluções que a tal respeito a edilidade municipal tome a seu tempo, com o relevo que o caso requer, ousamos levantar deste canto um convite a todos os fundanenses que, a bem da sua terra e como contributo para a maior solenidade de tão faustosa data, queiram oferecer um pouco da sua própria dignidade e da sua generosidade ao serviço dum causa que reputamos de grande oportunidade.

É tempo de nos irmos preparando para celebrar condignamente uma data que deverá, vincar, nos anais do município uma era de renovação espiritual.

Ergamos, ou demos a conhecer para estímulo e admiração dos conterrâneos e não conterrâneos, o valor de tantos filhos ilustres desta pequena pátria, que é a nossa terra, não esquecendo também de alçar a voz para a quase desprezada riqueza etnográfica, folclórica, turística, industrial e económica dum das regiões mais premdadas da terra lusa.

Quem um dia procurou nos ficheiros da Biblioteca da Universidade de Coimbra, o que havia escrito sobre o Fundão constatou ser bem pobre a nossa bibliografia.

Óptima oportunidade — é ferozoso aproveitá-la — se nos apresenta agora de melhorarmos o património literário publicando obras de fôlego ou pequenos ensaios sobre tudo aquilo que proporcione engrandecimento e glória para o Fundão e seu concelho.

Não nos alongamos. Aqui fica o alvitre dirigido sobretudo à juventude universitária que, mais perto, das fontes e obras de consulta têm ocasião de fazer oportunos e curiosos estudos.

Aliás, não se desinteressaria a Câmara por este aspecto cultural das comemorações, instituindo para o melhor trabalho apresentado, um justo prémio.

CASAS PARA TODOS

Entre os problemas que as condições da vida moderna têm feito surgir no campo das necessidades sociais, situa-se no primeiro plano, entre outro, o problema da habitação.

Com variável grau de acuidade, podemos afirmar que tal problema existe hoje em todas as sociedades civilizadas, e é resultante de múltiplos factores, entre os quais serão primordiais:

As destruições causadas pela inevitável acção do tempo; as demolições impostas pelas necessidades de urbanização nos centros populacionais de maior importância; demolições acidentais causadas pelas grandes convulsões sociais; o natural acréscimo da população e, muito principalmente, a imperiosa necessidade de substituir certas construções, ainda habitadas, mas cuja permanência com tal utilização constitui um verdadeiro ultrage à dignidade da pessoa humana.

Quantas famílias que, em vez de encontrarem na habitação o seu lar, o ponto de convergência natural dos seus interesses materiais e afectivos, encontram antes motivos de repulsa ocasionados pela total ausência dum mínimo de condições higiénicas que, não poucas vezes, cumula numa forçada e degradante promiscuidade!

Por mínimo de condições higiénicas, entendemos, não só o indispensável asseio, mas ainda o arejamento e luminosidade suficientes, aquecimento, iluminação, etc. numa palavra o conforto material que garante o nível mínimo de vida, que a ética social preconiza e proclama como um direito do homem civilizado.

Resolver este problema constitui, sem dúvida, um verdadeiro imperativo Social.

Assim o tem entendido o Governo da Nação, levando a cabo em muitas regiões do País, as obras dos Bairros de Casas Económicas e dos Bairros de Pescadores.

E, como a acção directa do Estado não pode chegar a toda a parte, legislou ainda no sentido de chamar à cooperação na sua obra os capitais e iniciativas particulares estimulando, com a publicação da lei 2007, a formação de Empresas construtoras de habitações de rendas acessíveis às classes menos abastadas, algumas das quais tornam possível a sua aquisição por mensalidades e a prazo mais ou menos longo.

Não temos nós a pretensão de vir trazer contribuição original ao estudo e solução do problema, e, se o fizemos às colunas do nosso jornal, é apenas porque nos parece que é de perto ao concelho e, sobretudo, à vila do Fundão, das mais importantes do País, indubitavelmente a mais importante da Beira Baixa.

E aqui, a pesar de ser evidente que a crise de habitação se acentua de ano para ano, que se tem realizado?

Excepção feita da meia dúzia de casas do chamado Bairro Operário, tentativa louvável mas não continuada cremos que nada mais.

Não será possível, com os recursos próprios, ou pelo menos, também com os recursos próprios, diminuir a crise no Fundão?

Estamos certos de que os capitais e espíritos de iniciativa que não têm faltado, felizmente, outros empreendimentos de vulto, não faltarão também a uma Sociedade de Construções Urbanas do Fundão (ou qualquer outra designação...) que se propuzesse, ao abrigo da lei 2007 e no limitado âmbito do Concelho, dar realização a tão bela obra social.

Sabemos que se levantam sérias dificuldades (necessidade de expropriações de terrenos, dificuldades de ordem técnica, etc.), mas acreditamos que não faltarão a quem tentar os indispensáveis auxílios do Município, do Estado e dos Organismos de Crédito.

Daqui lançamos a ideia. Que ela tenha o acolhimento que o prestígio do Fundão merece e exige.

F. V.

P. F.

Figura 2 – Capa da primeira edição do “Jornal do Fundão”

O jornalismo como forma de cidadania

Contributos da imprensa regional para a criação de uma identidade

A questão da identidade, que este trabalho também pretende abordar, desempenha um papel de apoio à compreensão do significado de um jornal regional na sua comunidade, de como este lida com os seus públicos, constrói o seu espaço e ganha relevância. É por isso evidente que partilhamos a visão de Dominique Wolton, quando diz que “a identidade é uma construção, resultado de um processo e não um dado, o que é o oposto da instantaneidade da comunicação moderna.”⁹⁷ Ou seja, o jornal é visto como um corpo que vai mudando, que está ligado ao meio onde se encontra, e todo o seu processo de crescimento e afirmação, toda a construção das suas linhas basilares está ligado às necessidades, às características, aos sinais que vai recebendo do meio. Mas também vai intervindo neste, adaptando-o e ganhando espaço para se afirmar através da sua importância e da sua função, como estrutura de congregação de vontades e opiniões, de pontos de vista e de acções.

Neste pressuposto queremos conseguir deixar claro que um dos papéis do jornalismo, pelo menos do que se pratica na imprensa regional, passa também pela construção de uma realidade social, pelo moldar do pensamento colectivo de uma determinada sociedade ou grupo através das representações que ganham forma nas notícias e nas mensagens enviadas e recebidas do público. Uma imprensa que se assume como agente activo na construção de ideias gerais e nas opiniões dos seus leitores, mas também como legítimo representante e subsequentemente, credor de promessas políticas. Uma ideia que tem vindo a ser sustentada por grande parte dos académicos e dos investigadores desta área.

Neste campo, veja-se o caso de Dominique Wolton e das ideias que este defende no seu livro “Pensar a Comunicação”. O autor aborda uma análise onde se olha para a crescente importância da identidade veiculada e construída através dos media. Uma identidade que é inseparável da comunicação. Os jornais, do ponto de vista de Wolton, ao estarem, de forma activa, a tomar partido nos vários processos e dinâmicas sociais, estão também a contribuir para a construção de uma identidade, neste caso, territorial e

⁹⁷ WOLTON, Dominique; “*Pensar a Comunicação*”; Colecção Comunicação, Lisboa, 2004, página 286.

bem definida. Mas estão também a construir a sua própria identidade. Mais, como diz António Tavares, “a comunicação social desempenha mesmo um papel imprescindível na defesa da identidade histórico-cultural, no processo da sua adaptação e renovação, ao fazer emergir a identidade cultural da ameaça resultante da propagação instantânea da informação através do globo, graças aos progressos da tecnologia moderna, que tende a apagar o reconhecimento da particularidade de cada cultura.”⁹⁸

Recorde-se a importância e actualidade deste tema. Se nos primeiros tempos de expansão da imprensa, “a identidade era um obstáculo à comunicação”⁹⁹, com as sociedades a não abdicarem ainda dos seus nacionalismos e das ideologias, a partir dos meados do século XX esta mesma identidade acaba por ser um factor essencial para todo o bom desempenho comunicacional. Daí que este aspecto ganhe tanto mais força e importância quanto a tecnologia vá progredindo e transformando a comunicação num processo global.

Hoje as notícias ganham dimensões planetárias. A produção de conteúdos e de informação é de tal forma rápida que o processo de assimilação desta, através da compreensão e interpretação devidas, deixou de fazer sentido. Hoje tudo parece ser passado e antiquado, o que era notícia ontem já passou a fazer parte da história e o que era novidade há uma hora já está completamente desactualizado. Mas, para além deste aspecto temporal, existe um outro factor preponderante nesta ligação dual que é a da identidade e da comunicação, trata-se do factor espaço. O conceito, também ele cada vez mais em voga, da “aldeia global” parece não deixar cabimento a projectos locais, pensados para os pequenos territórios, para a comunicação com rostos e com causas. Mas é precisamente aqui que a imprensa regional ganha relevo, na sua capacidade de informar localmente. Carlos Camponez, citando Jean-Marie Launay, diz que “quem diz imprensa regional diz informação local. É, de resto, nesta ligação conceptual entre a sua localização territorial e a territorialização dos seus conteúdos que a imprensa regional e local constrói a sua razão de ser, a sua especificidade e a sua força.”¹⁰⁰

Contudo, aquilo que pretendemos demonstrar, quer no aspecto fundamental que a identidade tem nos projectos comunicacionais, quer no peso da imprensa regional local, neste capítulo de forma particular e no presente trabalho, de uma forma geral, é

⁹⁸ PROENÇA, António Tavares; *Beira Baixa – Periódicos Religiosos, Artísticos, Informativos, Noticiosos, Literários, Científicos e Políticos (1500-2000)*; página 17.

⁹⁹ WOLTON, Dominique; “*Pensar a Comunicação*”; Coleção Comunicação, Lisboa, 2004, página 59.

¹⁰⁰ CAMPONEZ, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*; Coimbra; Edições Minerva Coimbra; 2002; página 110.

precisamente toda essa importância identitária que está subjacente ao processo comunicativo. Wolton descreve esse fenómeno da seguinte maneira: “num universo amplamente mediatizado, a identidade colectiva é ameaçada por essa mesma comunicação que tende a dissolver tudo.”¹⁰¹ Demonstrarei adiante que o futuro passa precisamente pelos projectos que mantêm a sua proximidade, a sua identidade territorial com os seus leitores. É através deste fenómeno, que deve ser encarado e analisado à luz das sociedades abertas de hoje, o que o torna bastante diferente das fechadas nações de outrora, que a comunicação ganha dinâmica e também novos campos de acção. Wolton lembra que “na hora da mundialização dos mercados, da cultura e dos modos de vida, a reivindicação da identidade é, também, uma busca de pluralismo, de coabitação cultural, uma recusa desse enorme rolo compressor electrónico e cultural que, década após década, padroniza os modos de vida.”¹⁰² Também Carlos Camponez fala deste ponto e da importância da sua discussão e clarificação. Para Camponez “o Ocidente do final do século XX volta a viver, embora de uma forma radicalmente nova, o confronto entre iluministas e românticos, entre o universal e o particular, agora sob a forma de globalização e do identitário.”¹⁰³

Esta temática leva-nos até ao papel dos media na sociedade actual, nesta massa global que tende cada vez mais para a uniformização. Qual é hoje o lugar dos projectos regionais, da comunicação, em certa medida, pessoal? Que futuro tem a imprensa local, por exemplo? E qual o papel e a importância que este tipo de projectos comunicacionais apresentam? De que forma os cidadãos estão representados e se fazem representar nos seus jornais ou através destes? Como é fomentada a cidadania, a participação activa das pessoas nas decisões que influenciam a vida da comunidade? Estas são algumas das questões que pretendemos esclarecer com este capítulo.

O papel desempenhado, a este nível, por esta imprensa é de relevante importância. Veja-se a explicação dada por João Carlos Correia sobre esta mesma função: “A identidade de regiões comporta a necessidade de mecanismos de produção simbólica que contemplem o reforço do sentimento de pertença. Não se trata de propor um engajamento panfletário da imprensa regional a esta ou aquela região. Os traços descritos podem constituir reminiscências de uma forma de exercício da racionalidade

¹⁰¹ WOLTON, Dominique; “*Pensar a Comunicação*”; Colecção Comunicação, Lisboa, 2004, página 60.

¹⁰² *Idem*, página 61.

¹⁰³ CAMPONEZ, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*; Coimbra; Edições Minerva Coimbra; 2002; página 88.

parcialmente banida dos *media* de massa e que podem ser mantidas dentro do âmbito de uma proposta que tenha em conta, nomeadamente, a necessidade de superar os anacronismos que ainda residem no específico campo da comunicação social regional.”¹⁰⁴

A sua proximidade com os públicos, com os principais actores sociais e também a abordagem e difusão de temáticas de interesse local faz com que o jornal seja uma peça fundamental na construção da realidade social e na tipificação de temas. Uma ideia também defendida por João Carlos Correia, quando diz que “a profissão jornalística define-se como uma actividade profissional especializada na construção da realidade social, mediante determinados processos de objectivização, tipificação e autolegitimação. À luz da fenomenologia social das investigações nela inspiradas, o jornalista desempenha um papel social que consiste em transmitir uma forma de conhecimento relevante para todos. Nesse sentido, os jornalistas são detentores do papel de representação simbólica da ordem institucional.”¹⁰⁵

Mas o leque de assuntos onde a imprensa regional funciona como agente integrante de todo um processo de criação de uma identidade regional abarca também as áreas culturais, económicas, sociais e ética, entre outras. É através do jornal regional que as temáticas de interesse local, que noutros meios, nomeadamente de âmbito nacional, não têm lugar, acabam por ser apresentadas e debatidas. É neste quadro também que o papel desempenhado pelo “*Jornal do Fundão*” tem sido bastante activo. As problemáticas locais têm marcado presença nas suas páginas ao longo dos mais de 60 anos de existência. Para além dos casos analisados neste trabalho, muitos outros exemplos dão relevo ao papel que o jornal tem desempenhado neste plano.

A descrição global desta razão de ser é feita pelo actual director do “*Jornal do Fundão*”. Fernando Paulouro escreve no editorial do (JF), em dia de aniversário que: “se há fio comum na batalha de informação, que tem sido a vida desta folha, é uma narrativa contra a resignação e a lamúria desocultando a exigência cívica do protesto e indignação, praticando o debate plural, elevando o tom da crítica e do debate sempre que estão em causa os direitos essenciais (o próprio direito a uma felicidade mínima) da

¹⁰⁴ CORREIA, João Carlos; *Jornalismo regional e cidadania*; Universidade da Beira Interior; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.html>.

¹⁰⁵ CORREIA, João Carlos Ferreira; *Media e cidadania. Algumas reflexões em torno de duas categorias modernas: consenso e ideologia*; Universidade da Beira Interior; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-media-cidadania.html>.

região e de todos os que, resistindo às contingências das políticas, aqui vivem e edificam as aspirações ao desenvolvimento.”¹⁰⁶

Nesta diversidade de temáticas abordadas, que vão desde a simples reclamação do cidadão anónimo sobre um buraco que permanece aberto na sua rua há tempo demais, até à necessidade de novas estradas para a capital ou de mais avultados investimentos públicos na região, trata-se de tudo um pouco e ouvem-se todos os interessados. Paulouro diz também que “a aventura do ‘*Jornal do Fundão*’ ao longo dos seus anos de vida é a de respirar com palavras, pensar em voz alta, a boca no papel, assim se tem cumprido o destino de dar voz a uma região e de, fazendo dela a matriz referenciadora do nosso chão, projectá-la na realidade mais global do país e do mundo.”¹⁰⁷

Todo este trabalho é feito no sentido da criação e manutenção de um canal comunicativo entre o jornal e os seus leitores e entre estes e o “seu” jornal. A imprensa regional informa sobre temáticas de proximidade, quanto maior esta for, melhor; e os membros do território ou área de influência deste jornal e das notícias por si difundidas acabam por ver neste meio uma plataforma de construção de uma identidade colectiva.

A enfatizar também este ponto está Carlos Camponez. Este académico que analisou o jornalismo de proximidade começa por dizer que “a comunicação social é atravessada por um vasto leque de linguagens que respondem às especificidades dos diferentes media, a diferentes tematizações e a diferentes formas desses media se relacionarem com o território, a partir do qual se forma e organiza também o discurso com o seu público.”¹⁰⁸ Uma introdução que serve para abordar a ligação entre os conteúdos dos media locais e as questões prementes para o desenvolvimento ou vivência do espaço de acção do jornal.

O mesmo autor acrescenta ainda que este tipo de imprensa acaba por ter nestes conteúdos e na sua postura de pensamento colectivo da região algumas das suas grandes marcas identitárias, que passam também por “a sua forte territorialização, a territorialização dos seus públicos, a proximidade face aos agentes e às instituições sociais que dominam esse espaço, o conhecimento dos seus leitores e das temáticas correntes na opinião pública local. Isso distingue a imprensa regional e local da

¹⁰⁶ Fernando Paulouro; in: *Jornal do Fundão*, edição nº 3050, de 28 de Janeiro de 2005; página 2.

¹⁰⁷ Fernando Paulouro; in: *Jornal do Fundão*, edição nº 2945, de 24 de Janeiro de 2003; página 2.

¹⁰⁸ CAMPONEZ, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*; Coimbra; Edições Minerva Coimbra; 2002; página 17.

imprensa dita nacional. (...) A imprensa regional constrói-se, pois, nesse compromisso com a região e com as pessoas que a habitam.”¹⁰⁹

Está assim apresentada uma das marcas mais características e singulares da imprensa regional ou de proximidade, um traço da sua identidade, que é o “cordão umbilical” que a liga às gentes da sua área e ao mesmo tempo faz com que estas se revejam na sua publicação. Conteúdos de carácter local, ideologias e opiniões construídas a pensar nos cenários circundantes e maior relevância no tratamento de notícias que digam respeito directo às populações da abrangência deste tipo de jornais constroem os alicerces da proximidade e da realidade social onde o jornal está imerso.

Sublinhe-se um aspecto fundamental. O estudo deste meio de comunicação, o “*Jornal do Fundão*”, enquanto jornal regional, no sentido de plataforma estruturante para a manutenção da identidade de um determinado território, não deve, contudo, ser observado como um espaço ou meio de resistência ao efeito da globalização. Deve sim, ser encarado como uma demonstração das capacidades de um meio de comunicação. De como um jornal consegue ser um agente galvanizador de ideias, culturas, traços sociais e históricos de um determinado povo, numa região delimitada pela actuação deste.

Neste ponto, partilhamos também da opinião de Carlos Camponez quando diz que “o local não se define exclusivamente pelo seu espaço geográfico. Ele é, sobretudo, uma forma de comunicação que emerge das mesmas mesas de café, das mesmas ruelas, das mesmas reuniões familiares onde a quotidianamente se recria a comunidade.”¹¹⁰

Este funciona como agente de representação de uma realidade social exclusiva de uma determinada área. Serve também esta ideia para sublinhar mais um dos papéis desempenhados pelos jornais regionais, que operam num território, não geograficamente delimitado, mas sim desenhado em conformidade com a sua cultura e as suas gentes. Um papel bastante importante, pois é também através dele que se criam as linhas mestras do conjunto de características sociais, culturais, linguísticas, de um grupo, de uma região e que através dessas mesmas singularidades se consegue distinguir esse grupo ou território no mapa global. Tal como diz Wolton: “O essencial é quebrar esta ilusão de que a mundialização seria a encarnação do universal e recordar que a identidade não é um obstáculo ao universalismo mas sim a sua condição.”¹¹¹ O jornalismo regional, e a sua contribuição para a identidade de um território servem

¹⁰⁹ *Idem*, página 19.

¹¹⁰ *Idem*, página 95.

¹¹¹ WOLTON, Dominique; “*Pensar a Comunicação*”; Colecção Comunicação, Lisboa, 2004; página 275.

também para sublinhar ainda mais o espaço próprio que este ocupa no vasto conjunto social.

Veja-se o caso dos emigrantes ou das populações na diáspora, as quais mantêm a sua ligação à terra natal, ao seu espaço embrionário através deste tipo de ferramentas comunicacionais. A Imprensa local funciona, muitas vezes, como única forma de ligação entre a diáspora e o seu local de origem. Tal como também defende Camponez, quando diz que, “neste contexto, o território emerge como omnisciência e omnipresença, quer enquanto espaço de identidade, de referência, quer como um ideal ou uma terra prometida. O território surge, então, como dispositivo relacional, identitário, simultaneamente palco e espaço de construção de uma história de um tempo memorial.”¹¹² E foi precisamente neste pilar que está baseada uma das maiores forças do jornal. Foram os beirões que quando saíram para os quatro cantos do mundo levaram consigo aquilo que era um dos poucos pontos de ligação às suas aldeias, às suas vilas, à Beira. Milhares de páginas pintadas com pequenas notícias das aldeias, com novidades sobre quem nasceu, quem está doente ou quem morreu, constituíram, durante longos anos, a única fonte de informação para aqueles que se viram forçados a partir. O “*Jornal do Fundão*” acabou por manter uma relação simbiótica com os portugueses na diáspora, primeiro os soldados na Guerra Colonial e depois, os emigrantes espalhados por todo o mundo. Foi-lhe servindo de plataforma de comunicação, de via de ligação à sua terra e aos seus familiares, mas também acabou por se adaptar às necessidades informativas de quem estava longe, produzindo conteúdos noticiosos que permitissem alguma actuação sobre o quotidiano da Beira Interior. Estava assim constituída uma das importantes funções de um jornal de proximidade, a de criar e manter laços estreitos com o seu público, com um conjunto de leitores que se identifica com as mensagens de um jornal, mensagens essas que este constrói tendo por base o público a quem se dirige. Pedro Coelho explica essa ligação quando diz que: “a imprensa, sendo um veículo que serve de ligação entre os indivíduos que compõem o público e que, fisicamente, estão separados, é o instrumento determinante para essa simbolicidade muito própria dos públicos. A imprensa une os que comungam das mesmas ideias e que, por isso, formam um público”.¹¹³

¹¹² *Idem*, página 29.

¹¹³ COELHO, Pedro; *A TV de Proximidade e os Novos Desafios do Espaço Público*; Livros Horizontes, Coleção Media e Jornalismo; Lisboa, 2005; página 35.

A ideia da ligação de pertença, da capacidade de criar e manter uma identidade através da imprensa tem em Alexis de Tocqueville um dos seus primeiros grandes defensores. No seu livro, *Da Democracia na América*, Tocqueville explica como “acontece frequentemente que um grande número de homens que desejam ou têm necessidade de associar-se não o podem fazer, porque sendo todos eles muito insignificantes e muito perdidos na multidão, simplesmente não se vêem e não sabem como encontrar-se. Surge então um jornal que expõe aos olhos o sentimento ou uma ideia (...). Todos se dirigem de imediato para essa luz, e esses espíritos errantes, que procuravam desde há muito nas trevas, encontram-se finalmente e unem-se. O jornal aproximou-os e continua a ser necessário para os manter unidos.”¹¹⁴

Ao longo da sua história, o “*Jornal do Fundão*” tem vindo a desempenhar um papel da maior relevância neste domínio, a ligação às gentes das Beiras. A política, pelo seu maior impacto na vida dos cidadãos, acaba por ser o tema mais abordado neste tipo de meios. Também por isso, o jornalismo regional continua a ser visto, em certa medida, como uma prática ainda rudimentar, onde os seus membros não seguem estritamente as regras éticas e deontológicas da profissão, sobretudo na sua relação com os diversos poderes, como o político e o económico. A profissionalização tardia das redacções destes jornais, ainda hoje incompleta, é uma das causas da criação desta imagem. Mas também os fracos recursos económicos dos proprietários ou empresas detentoras destas publicações levam a isso. Todavia, alguns destes projectos ganham novo fôlego e devida relevância num mundo cada vez mais globalizado e onde as noções de identidade, espaço, pertença, são cada vez mais difusas. A isso se refere Carlos Camponez quando diz que “encontramos leituras críticas que remetem a imprensa regional para formas desqualificadas de comunicação, navegando nas águas turvas de um jornalismo pré-industrializado, ausente de noções éticas, pouco profissionalizado, temeroso e cacique. A par deste discurso, sobretudo nas últimas décadas, assistimos também a uma cada vez maior revalorização do papel da imprensa regional e local, nomeadamente enquanto instrumento privilegiado na manutenção ou na reactivação de formas comunicativas pré-industriais, alternativas aos modelos de comunicação massificados. Incluem-se nesta linha de pensamento os que acreditam que os modelos de informação comunitária podem redinamizar localmente um certo modelo

¹¹⁴ TOCQUEVILLE, Alexis de; *Da Democracia na América*; Relógio d'Água; Lisboa, 2008; página 41.

de espaço público em que, em termos gerais, não resistiu à industrialização dos media, à massificação dos seus modelos culturais e às novas formas de criação da opinião.”¹¹⁵

A proximidade destes meios de comunicação apresenta todo um leque de aspectos positivos que temos vindo a enumerar, como o da ligação mais directa aos seus públicos, o da criação de espaços de participação de cidadãos e também o da apresentação de temáticas viradas para a região. Tal como diz Juliana Colussi Ribeiro “este tipo de jornalismo “olha” pelo local e torna-o o centro dos problemas e discussões.”¹¹⁶

Contudo, registre-se também a existência de alguns pontos negativos nesta proximidade, nomeadamente no campo político. O maior destes vai precisamente para a incapacidade ou “falta de coragem” de enfrentar os poderes políticos locais, por parte dos media locais. E aqui, inclusivamente o “*Jornal do Fundão*”, não foge à regra. Nos muitos anos de história e reivindicações, as páginas deste jornal foram muito mais utilizadas para apresentar críticas ao “poder central” ou aos “governantes do Terreiro do Paço” do que propriamente para analisar e julgar o desempenho e cumprimento das promessas da classe política local. José Ricardo Carvalheiro explica este fenómeno da seguinte forma: “Na Beira Interior, os media têm nítidas dificuldades em assumir o papel de afrontar o poder político, quando é caso disso. Primeiro, porque ainda predomina uma tradição respeitosa ou mesmo veneradora do poder; há dificuldade em passar da crítica de café para a crítica objectiva e fundamentada, que pressupõe o chamado jornalismo de investigação. Segundo, porque os media estão na mão de gente ou instituições conservadoras ou ligados a interesses que se cruzam com o meio político. Terceiro, porque boa parte dos media são empresas frágeis com jornalistas em situação de precariedade laboral e salarial, com alguma inexperiência e lacunas na qualificação.”¹¹⁷

Outro dos pontos a destacar nestes meios é o da participação dos cidadãos, que é feita de forma mais efectiva e permanente, mas também a dos restantes *players* regionais. Para além disso, esta proximidade com o jornal e com os seus temas leva a uma mais alargada discussão de assuntos, muitas vezes, propostos pelos leitores ou por

¹¹⁵ *Idem*, páginas 74 e 75.

¹¹⁶ RIBEIRO, Juliana Colussi; *Jornalismo regional e construção da cidadania: O caso da Folha da Região de Araçatuba*; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-juliana-jornalismo-regional-construcao-cidadania.pdf>, página 50.

¹¹⁷ CARVALHEIRO, José Ricardo; *Os media e os poderes locais*; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/carvalheiro-ricardo-Media-poder.pdf>, página 2.

representantes de outras organizações. Um aspecto que, em certa medida, transmite a sensação ao público do jornal e restantes leitores, de uma participação activa destes, na criação e desenvolvimento de uma temática, participação essa feita através da sua colaboração no jornal.

Um dos aspectos cruciais deste trabalho passa assim por mostrar a importância que a imprensa regional assume, quando se fala em identidade local ou territorial. Em nosso entender, este tipo de meio assume várias funções neste domínio. Em primeiro lugar, os seus conteúdos tratam de um território bem delimitado, que leva também a que o campo de actuação do próprio meio fique restringido a esse território. Um jornal, por exemplo, funciona assim como suporte de ideias, de opiniões, de notícias e estados de alma de agentes políticos, de responsáveis sociais e habitantes do seu território de acção. Ajuda a construir um sentimento de pertença, de presença.

Mas esta é uma relação simbiótica, uma vez que o meio de comunicação, que passa uma determinada mensagem, consubstanciada em conteúdos bastante bem definidos, tende a viver dos seus leitores, receptores privilegiados deste tipo de informação. Neste aspecto, convém também lembrar que este tipo de meios existe para o seu território, para as pessoas que o compõem e se interessam por ele, e são, na maior parte das vezes, criados por pessoas, ou grupos, do território de acção.

Todavia, o aspecto identitário vai muito além dos meios de comunicação regionais ou locais. Estas condições acima referidas, analisadas sob um ponto de vista dito geográfico, podem também ser extrapoladas para o campo dos grupos de interesses como são os sindicatos, os partidos políticos, as associações, e tantos outros exemplos. Também aqui o jornal, ou o meio de comunicação criado pelos membros destes grupos, serve de plataforma de ligação, de quadro branco onde se desenham as linhas mestras da identidade, dos princípios e dos modos de actuação dos grupos. Local onde se amplificam opiniões, ideias e traços comuns. É precisamente o facto de recordar e sublinhar as características próprias de uma região ou de um grupo, que dá tamanha importância a este tipo de meios. Isto quando, num mundo global e globalizante, só se poderá construir e compreender a identidade de um território quando este abre as suas fronteiras ao restante espaço e se apercebe das características singulares que se vislumbram no seu seio.

Sublinhe-se um aspecto fundamental. O estudo do “*Jornal do Fundão*”, enquanto jornal regional, no sentido de plataforma estruturante para a manutenção da identidade de um determinado território, não deve, contudo, ser observado como um espaço ou

meio de resistência ao efeito da globalização. Deve sim, ser encarado como uma demonstração das capacidades de um meio de comunicação. Camponez olha para esta dupla realidade de uma importância global de meios de comunicação que tratam de notícias à escala planetária, e dos jornais regionais, que falam apenas das pequenas localidades onde estão instalados de uma forma muito directa. Este académico defende, tal como nós, que ambos os tipos de projectos podem e devem coexistir, até porque, “o papel de uma imprensa vocacionada para públicos segmentados e geograficamente situados caracterizava já a imprensa antes da sua industrialização. (...) A imprensa regional é a prova acabada de como suportes idênticos, neste caso a imprensa escrita, podem conviver em diversos contextos comunicacionais: a comunicação de massa, por um lado, e a comunicação segmentada, de proximidade, ou pré-industrial, por outro.”¹¹⁸

Um jornal regional consegue também ser um agente galvanizador de ideias, culturas, traços sociais e históricos de um determinado povo, numa região delimitada pela actuação deste. Este funciona como agente de representação de uma realidade social exclusiva de uma determinada área. Serve também esta ideia para sublinhar mais um dos papéis desempenhados pelos jornais regionais, que operam num território, não geograficamente delimitado, mas sim, desenhado em conformidade com a sua cultura e as suas gentes.

Veja-se o caso dos emigrantes ou das populações na diáspora, as quais mantêm a sua ligação à terra natal, ao seu espaço embrionário através deste tipo de ferramentas comunicacionais. A imprensa local funciona, muitas vezes, como cordão umbilical, como única forma de ligação entre a diáspora e o seu local de origem. Tal como também defende Camponez, quando diz que, “neste contexto, o território emerge como omnisciência e omnipresença, quer enquanto espaço de identidade, de referência, quer como um ideal ou uma terra prometida. O território surge, então, como dispositivo relacional, identitário, simultaneamente palco e espaço de construção de uma história de um tempo memorial.”¹¹⁹

Mas os pontos favoráveis da imprensa regional não se ficam pela sua capacidade de ajudar a construir uma identidade territorial, a manter estes princípios de união entre os seus componentes e a promover a discussão e escolha de um conjunto de temáticas relevantes para este mesmo espaço. Este tipo de imprensa ganha agora um novo fôlego,

¹¹⁸ CAMPONEZ, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*; Coimbra; Edições Minerva Coimbra; 2002; página 84.

¹¹⁹ *Idem*, página 29.

com a globalização, mas também proliferação de meios globais, despidos de causas ou razões pelas quais se manifestam. A imprensa regional acaba por estar marcada, desde sempre, por uma certa imagem de amadorismo e pré-industrialização. Mas quiçá, tenha sido esse o motivo porque este tipo de projecto comunicativo nunca perdeu de vista a sua função. Camponez começa por explica que “nem sempre pelas melhores razões, parece-nos legítimo sustentar que a industrialização da imprensa no nosso país, iniciada na segunda metade do séc. XIX, passou ao lado da imprensa regional. Esse facto colocou-a numa posição de segundo plano no contexto comunicativo da sociedade de massa. Precisamente por isso, é também verdade que ela se encontra agora em situação de tirar dividendos da segmentação dos conteúdos e dos públicos na actualidade, partindo do seu detalhado conhecimento da sociedade local onde se insere.”¹²⁰

Podemos assim falar, não numa nova imprensa, por que esta sempre existiu, e sempre defendeu as suas causas, as suas gentes e os seus territórios, mas na revitalização e na forte aposta que merece uma das mais importantes maneiras de fazer jornalismo, a da proximidade. Um desempenho que é identificado por João Carlos Correia, através de um conjunto de características próprias, como por exemplo: “uma conexão escassa com a publicidade, uma relação forte entre as elites locais e os *media*, uma ênfase no artigo de opinião e na colaboração externa, uma continuidade acentuada entre os artigos e colaborações externas e as preocupações manifestadas nos espaços de reunião dos públicos, a tendência para estruturar o discurso em torno de alguns assuntos recorrentes em torno dos quais se veiculam opiniões, debates e polémicas, a presença de marcas discursivas que remetem para formas de sociabilidade que pressupõem um saber comum partilhado pelos produtores de mensagens e pelos públicos e também o conhecimento recíproco e partilhado por produtores e receptores quanto aos factos e realidades que servem de referente às mensagens jornalísticas.”¹²¹

Estamos pois, perante um tipo bem padronizado de publicação, cuja finalidade está nos seus conteúdos, mas também nos seus públicos. Quando “comunicação”, “jornalismo”, “imprensa”, entre outros, se tornam conceitos polissémicos, a imprensa regional acaba por fugir a esse vasto conjunto de sentidos que servem para tudo, mas acabam por servir a nada. Tal como nós, também Carlos Camponez parece partilhar de uma visão de imprensa regional, em termos futuros, como imprensa especializada, como

¹²⁰ *Idem*, página 84.

¹²¹ CORREIA, João Carlos Ferreira; *Jornalismo e Espaço Público*; Estudos em Comunicação; Universidade da Beira Interior; Covilhã; 1998; página 156.

tantas outras, quando diz que “o relevo dado à diversificação dos públicos e das mensagens nas últimas décadas pode dar uma nova actualidade à imprensa regional e local, permitindo-lhe repensar e reactualizar tipos de comunicação que pareciam ter sido banidos dos media e da imprensa em particular, em resultado da industrialização das formas culturais.”¹²²

O papel do “Jornal do Fundão” na construção social da realidade beirã

A importância da comunicação na construção de uma identidade comunitária fica assim bem vincada nestes passos. Uma comunicação que para além de promover as linhas mestras dos sentimentos de pertença, vai também actualizando os próprios pressupostos que levam à construção de uma identidade. Este tipo de imprensa, pelas suas características de proximidade muito tem a ganhar ao seguir a via do aprofundamento das temáticas regionais e locais.

Esta imprensa apresenta um conjunto de características pré-industriais, de entre as quais há a destacar: a forte ligação aos líderes de opinião locais, a predominância de uma opinião produzida e dirigida por e para pessoas do universo de abrangência do jornal, um contacto mais próximo com os públicos através da produção de conteúdos noticiosos específicos e temáticas regionais ou locais, apresentada de forma exclusiva, ou seja, se não fosse produzidas por estes meios não eram noticiadas por mais nenhum outro. Tudo isto leva a que exista uma linguagem muito própria, muito local, que leva à construção de um território, de uma identidade e de formas de identificação com estes projectos, onde os leitores se revêem nas matérias publicadas e nos seus jornais e estes nos seus leitores. Mas como construiu o *Jornal do Fundão* a sua identidade? E a identidade regional?

António Paulouro, fundador da publicação falava, no editorial do primeiro número, num projecto “sem ódios nem ambições, com a clara noção de que podemos querer, procuraremos servir o Concelho, firmes na ideia de que servi-lo não é apenas conseguir a satisfação de realizações materiais mas sim a valorização espiritual, física e material dos seus habitantes.”¹²³ Um projecto que inicialmente parecia estar restringido

¹²² CAMPONEZ, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*; Coimbra; Edições Minerva Coimbra; 2002; página 84.

¹²³ *Jornal do Fundão*, Edição n.º 1, 27 de Janeiro de 1946, Página 1

ao concelho fundanense. Isso mesmo fica claro, por exemplo, no editorial que abria o terceiro número deste jornal. Paulouro voltava a dizer que no “*Jornal do Fundão*”: “claramente alinhamos ao lado dos que se não resignam e tudo sacrificam, sem mágoa, aos superiores interesses do engrandecimento do concelho. Se quisermos, se todos quisermos, pode fazer-se muito. A tarefa é imensa e abrange todas as actividades concelhias: turismo, habitação, estradas, telefones, urbanização, águas e tudo mais onde a iniciativa pública ou particular é necessária.”¹²⁴

Nesta abordagem, parece ser importante para o jornal definir, de forma precisa, a sua comunidade de actuação. Para além de despoletar a discussão em torno de áreas que julga essenciais para o concelho, a publicação limita, de forma bem vincada, o seu território, o seu público, a sua identidade. Neste aspecto, como adiante veremos, acaba por haver sempre uma preocupação de clarificar o espaço público de influência do jornal. Camponez, cita, neste caso Gabriel Ringlet, quando este último diz que “o próprio jornal regional e local deve reflectir essa mesma delimitação geográfica, na forma como organiza as suas informações em cada edição, recorrendo mesmo a páginas especiais, destinadas às diferentes zonas de cobertura. (...) A informação local é constituída por notícias que dizem respeito a uma área geográfica delimitada e relativamente restrita, que se encontram reagrupadas, no jornal, em espaços próprios.”¹²⁵

Num tempo em que não exista a possibilidade da livre expressão, em que pensar alto ou a duas vozes poderia significar a entrada numa cadeia e ser julgado por crimes de natureza política e conspiração contra o regime, surge o “*Jornal do Fundão*”. Como já foi dito, inserido numa região afastada, em todos os sentidos, da capital e de alguma abertura, a possível, em termos culturais, cívicos e sociais, este jornal veio reverter o que até então era prática comum das publicações existentes, na sua maioria ligadas à Igreja e, em certa medida, ao regime. O “*Jornal do Fundão*”, através das suas páginas, soube criar espaços para a reunião de vontades, de projectos e de expectativas. O seu contributo para o território social que é hoje conhecido como Beira Interior foi imenso. Desde logo, pela forma como deu conta deste espaço geográfico e daquilo que mais o distinguia, bem como do que mais necessitava. Mas foi também por todo um vasto

¹²⁴ *Jornal do Fundão*, Edição n.º 31, 10 de Fevereiro de 1946, página 1.

¹²⁵ CAMPONEZ, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*; Coimbra; Edições Minerva Coimbra; 2002; *apud*, Gabriel Ringlet, página 109.

trabalho comunitário, realizado em parceria com o sociedade civil, que o jornal conseguiu, em grande parte, servir de suporte para a planificação dos planos regionais.

A ligação aos seus leitores foi, no período em apreço, uma constante. José Ricardo Carvalheiro refere-se a isso mesmo quando lembra que “mercê das suas circunstâncias históricas e de um trajecto pontuado por episódios definidores, o *Jornal do Fundão* (JF) foi constituído em seu carácter de sujeito semiótico simultaneamente na relação com o poder político, onde criou a ideia de independência e defesa de causas sociais, e na relação com o território, onde suplantou o parochialismo e se tornou uma bandeira regionalista.”¹²⁶



Figura 3 – Página com notícias de todo o concelho do Fundão

¹²⁶ CARVALHEIRO, José Ricardo; *Da nação à região: as eleições legislativas na imprensa regional; Estudos em Comunicação*, n.º 2; Universidade da Serra Interior, Covilhã; 2007; in: <http://www.labcom.ubi.pt/ec/02/pdf/Carvalheiro-A-eleicao-do-centro.pdf>; página 220.

A Censura e o “Jornal do Fundão”

A palavra como arma

António Paulouro disse múltiplas vezes: “Não fui eu que fiz o *Jornal do Fundão*, foi ele que me fez a mim”. A frase pode até parecer algo paradoxal, mas não pode ser mais correcta. A atestar isso mesmo está uma das grandes batalhas pela qual o JF se tornou um dos mais respeitados jornais portugueses, a da censura. Este foi o jornal regional que mais sofreu com os cortes e o “lápiz azul” do regime salazarista. Para além de uma suspensão de seis meses, de uma perseguição desmedida, para além de serem exigidas condições quase impossíveis a esta publicação e as suas páginas serem a únicas de um jornal regional a sofrerem a revisão na sede da censura, em Lisboa, o “*Jornal do Fundão*” nunca vacilou e sempre se manteve na sua trincheira contra as investidas do salazarismo.

Uma postura vertical que lhe é reconhecida por todos. As páginas de textos esventradas pela marca do “lápiz azul” são hoje provas das atrocidades cometidas pelo Estado Novo. Um política de silenciamento que nunca amordaçou este jornal. Em vez disso acabou por ajudá-lo a ganhar mérito e reconhecimento por todos os seus pares e pela sociedade. A censura abateu-se sob o “*Jornal do Fundão*” a 23 de Maio de 1965, data em que se publicou uma notícia sobre a atribuição do Grande Prémio de Novela, da Sociedade Portuguesa de Autores, a Luandino Vieira. Durante seis meses, o jornal esteve impedido de ser publicado. Mas foi um período de um silêncio ensurdecador. De tal forma que depois do seu regresso, a 28 de Novembro do mesmo ano, o regime nunca mais teve coragem de o calar dessa forma. Todo este processo, em nosso entender serviu também para dar forma a uma “nova” publicação. Este foi o grande ponto de viragem do jornal, que já até aqui tinha sido autor de um punhado de eventos relevantes e marcantes na sua história, na sua ligação com os leitores e com a região, e sobretudo, no seu papel fundamental, que é o da defesa das causas regionais.

O encerramento do “*Jornal do Fundão*” está associado ao caso de Luandino Vieira, contudo, desde há muito que o regime vigiava atentamente esta publicação. Passados os primeiros tempos de vida do jornal, e de algum apoio ao regime, António Paulouro acaba por sentir, na pele as opressões do salazarismo e a crueldade dos mentores desta ditadura. Tal como referimos anteriormente, o caso da Lipocina foi o início da viragem do “*Jornal do Fundão*”. O seu director estava já em rota de colisão

com o salazarismo. Uma decisão que foi tomada, também, ao ouvir Humberto Delgado quando o “general sem medo” – que acabará por morrer às mãos da PIDE, a polícia política do Estado Novo –, era ainda um dos apoiantes de Salazar.¹²⁷ Paulouro relatou esse momento a Óscar Mascarenhas, então jornalista do “*Público*”. Em crónica apresentada na edição dos 56 anos do JF, Mascarenhas conta que Paulouro, respondendo à questão de quando teve a sua ruptura com o regime lhe disse qualquer coisa como: “Olhe, foi com o Humberto Delgado...” Eu já tinha aí uma resposta, mas quase me senti diante de um lugar-comum, que pena! Com Humberto Delgado, isto é, com as eleições de 1958, em que participou Humberto Delgado, mudaram milhares de portugueses. Ele era – apenas mais um?

A surpresa chegou: “...Mas foi ao contrário do que você está a pensar”, advertiu-me António Paulouro.

Veio a história. Humberto Delgado, ainda um “ultra” do salazarismo, era comandante da Legião Portuguesa e visitou certo dia Castelo Branco. Truculento e ferrabrás de palavras, tonitrou para a sala onde estavam dois Paulouros, António e o irmão, Armando: “Nós não temos adversários, temos inimigos. E os inimigos abatem-se.”

Foi um soco no estômago dos dois irmãos. Entreolharam-se e, no caminho de regresso, começaram a levantar suspeitas de que não era exactamente isso que eles esperavam, em humanidade, do regime então vigente”. Foram factores que levaram Paulouro a olhar para as políticas situacionistas de um outro ponto de vista. Estava mudado o homem, por causa do seu jornal. Começava uma nova época.

O porquê da censura

O regime salazarista, que tem início com o derrube da I República Liberal, em 28 de Maio de 1926 e que mais tarde, em 1933, se torna no Estado Novo, instituiu a Censura em Portugal. Chegado a presidente do Conselho de Ministros, António de

¹²⁷ Humberto da Silva Delgado foi também um homem do regime salazarista. Militar de carreira, desde o início do Estado Novo, em 1933, que se mostrou aliado de Oliveira Salazar. Academicamente destacado, com aptidões técnicas e militares obtidas nos Estados Unidos da América, foi o mais jovem general da Força Aérea no Estado Novo. Contudo, ao ver as suas ambições militares serem, de alguma forma, quebradas por Salazar, começou por se tornar um opositor das políticas situacionistas. Acabou por ser candidato à Presidência da República, em 1958, perdendo contra o candidato do regime num processo claramente manipulado pelo Estado Novo. A 13 de Fevereiro de 1963, é assassinado por agentes da PIDE.

Oliveira Salazar, cedo começa a promover uma política de silenciamento dos seus opositores. São algumas das actuações, das mutilações e dos resultados dessa barbárie que se pretende mostrar, até porque, “importa que, nas escolas e na formação da cidadania, não se menospreze a guerra colonial das inteligências, a tortura das palavras e das imagens, a execução sumária dos factos, relatos e interpretações.”¹²⁸

Mas toda esta forma de agir tem já os seus antecedentes históricos. Desde sempre que existiram leis que cerceavam as liberdades dos cidadãos, sobretudo daqueles que através de várias manifestações tornavam públicas as suas opiniões. Quer nos jornais, quer nos livros, na arte ou em outro tipo de expressão, sempre houve intenção de silenciar, ou pelo menos minimizar, as vozes que são discordantes com a maioria ou com o regime imposto. No Estado Novo isso é levado a um ponto extremo desde muito cedo, como refere César Príncipe: “o desprezo pela inteligência e pela criatividade estética foi quaternariamente expresso, já na infância do totalitarismo fascista, na Ordem Nova, revista que teve como um dos ilustres procriadores Marcelo Caetano. Autoproclamava-se: «antimoderna, antiliberal, antidemocrática, antiburguesa, antibolchevista, contra-revolucionária, reaccionária, católica, apostólica e romana, monárquica, intolerante e intransigente; insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, da arte e da Imprensa. (...) Só em 16 de Setembro de 1965 decretaram um verdadeiro holocausto de intelectuais autóctones: «Qualquer referência aos seguintes escritores é para cortar – Luís Francisco Rebelo, Urbano Tavares Rodrigues, Sofia de Melo Breyner Andersen, Francisco de Sousa Tavares, Mário Sacramento, Fausto Lopo de Carvalho, José Augusto França, Jorge Reis, Natália Correia, Manuel Cardoso Mendes Atanásio, Alexandre Pinheiro Torres, Augusto Abelaira, Fernanda Botelho, Manuel da Fonseca e Jacinto Prado Coelho. Estes nomes são cortados. Estes escritores morreram!».”¹²⁹

¹²⁸ PRÍNCIPE, César; “*Os Segredos da Censura*”; Editorial Caminho; Lisboa; página 3.

¹²⁹ *Idem*; página 10.

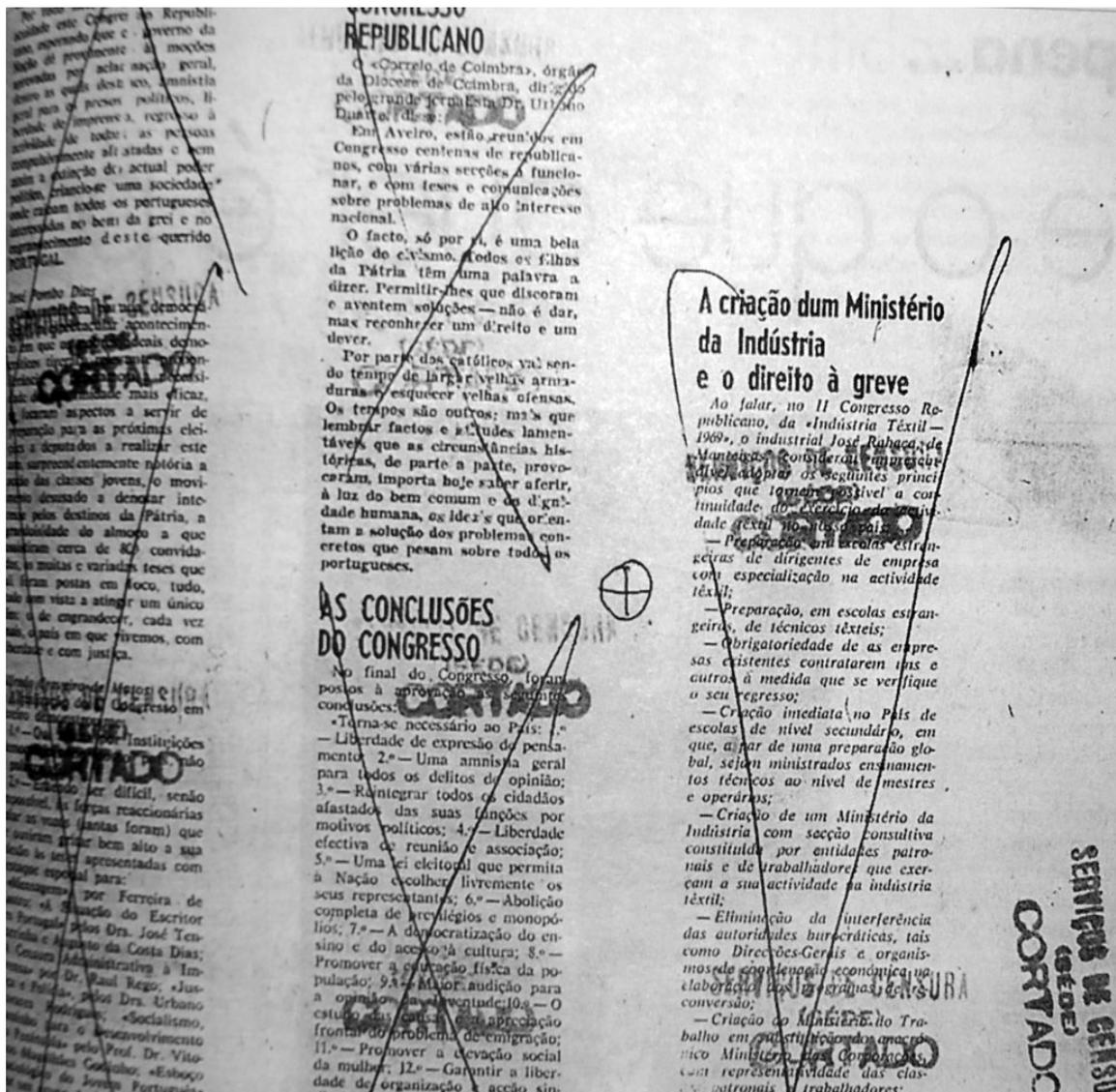


Figura 4 – Provas de página do “Jornal do Fundão” cortadas pela Censura

Para que toda esta máquina funcione são criadas estruturas próprias e apertadas ainda mais as condições de publicação de jornais, livros, de realização de filmes, de peças teatrais e de todo um vasto conjunto de manifestações culturais. “O Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), criado, em 1933 e extinto em 1944, através da sua integração no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), foi concebido simultaneamente como aparelho central de fiscalização e censura de todas as formas de expressão que assumissem carácter público, independentemente da sua natureza: jornalística, literária ou artística; como instrumento de manipulação da informação; como órgão de direcção da propaganda do regime, internamente e no exterior; como aparelho centralizador, coordenador e dinamizador da acção de

divulgação dos valores políticos, ideológicos e culturais do Estado Novo; e como agente interventor e mediador do regime junto dos artistas e dos intelectuais.”¹³⁰

Mas este órgão não vai apenas certificar-se de que todas as informações são trabalhadas de forma a serem favoráveis ao regime. Vai ao ponto de fazer com que “na vigência da ditadura se registre um irreparável holocausto cultural e informativo.”¹³¹

As suas funções vão muito além disso, passam também por uma operacionalização, por servirem “como arma de repressão salazarista contra a imprensa anti-situacionista em geral, e contra a da província em particular.”¹³² Logo no início das suas funções, Salazar reúne com os seus governadores civis que lhe apresentam um relatório detalhado sobre todos os jornais que existem na província. Nesse documento, e sobre o distrito de Castelo Branco apresenta-se o seguinte: “No distrito de Castelo Branco, o SPN aponta para a existência, na Covilhã, de «um perigoso jornal anti-situacionista, *O Raio*, semanário com formato grande, fazendo-se eco de todas as campanhas tendenciosas mantidas pelo *Diário Liberal*, e publicando ecos imundos que, depois, os jornais de província de mais baixa categoria, transcrevem. Pelas suas ligações com o *Diário Liberal* e pela publicação de artigos dos vultos da maçonaria, pelas suas campanhas anti-religiosas e pelo tom acrimonioso que caracteriza a sua linguagem este jornal deve ser o órgão da maçonaria na região e dela deve receber orientações. É este um dos jornais que existe para manter e reacender ódios e paixões demagógicas pela linguagem acessível e baixa de que se serve». Conclusão: «a acção deste jornal deve ser cuidadosamente fiscalizada pela Comissão de Censura, a sua linguagem deve ser corrigida e desfeitas as habilidades de que se serve».”¹³³

Este bi-semanário era já bem conhecido dos apoiantes de Salazar. Uma publicação liberal que tinha já sido suspensa em 1931. Depois deste encontro, as medidas de pressão a estes títulos aumentaram. Notícias retiradas na censura, multas e dificuldades diversas. Mesmo assim, “*O Raio*” continuou com a sua linha de actuação o que levou o Director-Geral da Censura a inseri-lo “na falange de 6 ou 8 jornais adversários de mais nomeada e de mais persistente filiação partidária que ainda se publicam em Portugal. Desde há muito tempo que estes jornais estão sujeitos a regime especial de censura,

¹³⁰ AZEVEDO, Cândido de; “*A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, Livro*”, Editorial Caminho; página 158.

¹³¹ PRÍNCIPE, César; “*Os Segredos da Censura*”; Editorial Caminho; Lisboa; página 3.

¹³² AZEVEDO, Cândido de; “*A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, Livro*”, Editorial Caminho; página 160.

¹³³ *Idem*; página 165.

obrigados alguns a “prova de página”, a “corte total” e censura fora do distrito, geralmente na Comissão de Lisboa...». *O Raio* acabou por ser extinto ainda na década de trinta.”¹³⁴

Este tipo de desfecho é apenas mais um exemplo da actuação desta máquina. “A censura constituiu, na verdade, uma peça central da estrutura orgânica do Estado Novo, do seu aparelho repressivo, propagandístico e de enquadramento político-ideológico da população”¹³⁵, diz Cândido de Azevedo. Tornou-se uma organização criminosa que desvirtuou todos os pensamentos, liberdades, expressões pessoais e colectivas e fez mergulhar o país num estado letárgico, provocando-lhe gravíssimos danos. O regime exercia a sua vontade através de medidas violentas, de repressões, de brutalidades e foi através da força que silenciou as vozes discordantes e pintou de cinzento o quadro nacional. “A Censura é ré dos actos que praticou: colonização cerebral, domesticação das vontades, apartheid do conhecimento, privação do saber, mentira premeditada, terrorismo intelectual.”¹³⁶

Esta forma de actuação levou a um condicionamento total do pensamento, da produção artística, da discussão sobre as medidas que estavam a ser tomadas para o país. Mas para que o regime vigorasse era necessária uma “lei da rolha” imposta com braço de ferro e a todo o custo. A formação das mentalidades foi distorcida, os cidadãos deixaram de ter voz. A palavra opinião estava banida do vocabulário quotidiano e toda a sociedade estava baseada numa farsa. Esta foi uma posição que conduziu Portugal a um atraso brutal, a todos os níveis, em relação aos restantes países europeus. Por isso pagou uma factura demasiado elevada, factura essa que acabou por ser paga por todos os portugueses. César Príncipe recorda que “foram 48 anos a olhar para o lado antes de falar e a medir com fita métrica as palavras antes de as escrever ou proferir. Era-se condenado por acreditar na existência das coisas. Os opressores traficavam divisas, alvarás e influências – os oprimidos contrabandeavam palavras-senhadas de aviso, imagens-códigos de solidariedade, sons-códigos de solidariedade, sons-para-a alvorada da resistência. (...)”

Não havia Exame Prévio. Nem presos políticos. Nem suicídios. Nem barracas. Nem Cólera. Nem aumentos de preços. Nem abortos. Nem Guerra. Nem hippies. Nem greve. Nem Droga. Nem gripes. Nem homossexuais. Nem crises. Nem massacres. Nem

¹³⁴ *Idem*; página 166

¹³⁵ *Idem*; página 13

¹³⁶ PRÍNCIPE, César; “*Os Segredos da Censura*”; Editorial Caminho; Lisboa; página 8

nudismo. Nem inundações. Nem febre amarela. Nem poluição. Nem descarrilamentos. Nem tifo. Nem Partido Comunista. Nem Fraudes. Nem poisos extra-conjugais. Nem racismo. E os governantes não viajavam, não adoeciam, não sofriam acidentes de viação, não comiam, não improvisavam, e quando eram exonerados, faziam-no sempre «a seu pedido». Era o país-ficção contra a evidência do país-real.”¹³⁷

Com a censura, Salazar consegue traçar um país à sua medida. As propagandas do regime eram passadas para a sociedade civil e os mentores deste “estado de coisas” acabavam por ganhar o apoio popular, ou pelo menos, a sua não revolta. Era um país do “faz de conta” onde nada acontecia e tudo estava bem, como acima ilustrado por César Príncipe. Mas também, com este “garrote”, era um Portugal onde se acabavam por calar as vozes de possíveis opositores ou discordantes da causa situacionista. Acrescenta a esta imagem, Cândido de Azevedo, o seguinte: “Salazar, através do recurso à censura, foi capaz de fazer, como por um golpe de magia, com que, sobrepondo-se ao país real, se afirmasse e prevalecesse, por muitos anos, uma imagem de ficção, mas oficial, de um Portugal virtual, que pouco tinha a ver com o país real que os portugueses conheciam bem, com o país vivido, no dia-a-dia, difícil – muitas vezes mesmo, extremamente difícil –, no exercício das mais diversas actividades de carácter intelectual, administrativo, braçal ou fabril.

Obviamente, nesse Portugal virtual não havia fome, nem situações de extrema miséria, nem falta de assistência médica e hospitalar, nem pessoas a viver em barracas, nem mortalidade infantil, nem analfabetos, nem desemprego, nem exploração, nem sequer suicídios... porque os censores lá estavam para cortar ou proibir tudo isso.”¹³⁸

Toda uma missão que tinha vários objectivos. Para além de manobrar de tal forma os jornais, a literatura, a religião – inclusive –, e todo o tipo de arte e expressão, a censura não deixava também que se tivesse uma real imagem do além fronteiras. Portugal era, por assim dizer, um pedaço de terra isolado de tudo o resto. Desde as suas notícias, cujo condicionamento não passava só pelas “guilhotinas” da censura, mas também pela pressão dos jornalistas levando-os a uma autocensura; mas também as informações vindas do exterior eram alvo da análise atenta e subversiva dos elementos que estavam ao serviço da ditadura.

¹³⁷ *Idem*, página 12

¹³⁸ AZEVEDO, Cândido de; “*A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, Livro*”, Editorial Caminho; página 26

A suspensão do Jornal do Fundão: o caso Luandino Vieira

“O ‘*Jornal do Fundão*’ é uma referência do jornalismo português e faz parte do nosso património cívico de luta pela liberdade. Essa luta encontrou nele uma voz livre e corajosa, que esteve sempre presente nos combates pela democracia. Fiel a essa vocação de liberdade.”¹³⁹ Jorge Sampaio, então Presidente da República Portuguesa falava assim do papel que este jornal regional desempenhou na luta contra o salazarismo.

De facto, esta foi, como já referimos, uma das publicações que mais sofreu nas mãos da ditadura. Quem o lembra também é Cândido de Azevedo, quando diz que “a suspensão do *Jornal do Fundão* foi uma das mais rigorosas adoptadas pelo regime contra um órgão de imprensa, ao longo dos 48 anos de ditadura.”¹⁴⁰

A suspensão do jornal acabou por ocorrer a 23 de Maio de 1965, uma data que se tornou histórica, não só para o “*Jornal do Fundão*”, mas também, em nosso entender, para o jornalismo português. Na edição desse dia, o jornal publicava pela primeira vez um suplemento cultural intitulado “Argumentos”, anexo esse que nunca mais voltaria a ser publicado. Este novo complemento do “*JF*” era dirigido por Alexandre Pinheiro Torres que tinha então sido convidado para orientar as páginas culturais.

A Sociedade Portuguesa de Autores revelou por aqueles dias os nomes dos vencedores dos Grandes Prémios Literários. Contudo, um deles foi atribuído a Luandino Vieira, que estava entretanto detido no campo de concentração do Tarrafal por ser militante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), acusado de conspirar contra o Estado. A censura não tardou a silenciar todos aqueles que ousassem publicar alguma coisa relacionada com esta distinção, para além de ter assaltado a Sociedade Portuguesa de Autores e encerrado todas as actividades desta.

Contudo, o “*Jornal do Fundão*” publica, na página 5 do “Argumentos”, a negro, a seguinte notícia: “Isabel da Nóbrega, Luandino Vieira e Armando Castro obtiveram, respectivamente, o Prémio Camilo Castelo Branco (Romance), Grande Prémio de Novela e Grande Prémio de Ensaio. A Armando Castro o prémio foi-lhe atribuído pelo ensaio *A Evolução Económica de Portugal* (Vols. I e II), a Luandino Vieira, pelo seu livro, *Luuanda* e Isabel da Nóbrega foi premiada pelo romance *Viver com os outros*. Os prémios têm o valor de 50 000\$00, cada.

¹³⁹ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 984, de 23 de Maio de 1965, página 5.

¹⁴⁰ AZEVEDO, Cândido de; “*A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, Livro*”, Editorial Caminho; página 449.



Figura 5 – Excerto do Suplemento “Argumentos”, que levou à suspensão do jornal

Luandino Vieira tem 29 anos de idade, nasceu em Vila Nova de Ourém, na Metrópole, tendo ido bastante novo para Angola. Começou a sua actividade literária em *O Estudante*, órgão dos alunos do Liceu de Luanda. De 1957 a 1960 aparece integrado numa camada de novos escritores angolanos que elaboraram “Cultura”, jornal literário

da Sociedade Cultural de Angola. Aí se encontram poemas, contos e ilustrações com a sua assinatura. Em 1960 publica o seu livro de estreia *A Cidade e a Infância*, tendo publicado depois *Duas histórias de pequenos burgueses* (1961) e *Luuanda* (1964), que lhe valeu agora o Grande Prémio. Aquando da aparição do livro, o organizador desta página pronunciou-se no *Diário de Lisboa* da seguinte maneira: “Três histórias que são [...] três obras-primas do nosso conto contemporâneo, e a enorme e imprevista revelação de um escritor de sensibilidade excepcional e de notável capacidade de criação dum estilo... É n’A *Estória do Ladrão e do Papagaio*, que desde já considero digna de figurar sem desdouro ao lado das melhores de José Cardoso Pires de *Jogos de Azar*, ou das melhores de Manuel da Fonseca de *O Fogo e as Cinzas* (e que maior elogio poderia eu fazer-lhe?) é nessa ‘estória’ que Luandino Vieira nos dá prova das suas extraordinárias possibilidades.”¹⁴¹

Uma ousadia que vai ficar cara ao jornal. Fernando Paulouro descreve o episódio da seguinte forma: “Esse facto desencadearia a ira dos mastins do salazarismo e do próprio chefe do Governo: o ‘*Jornal do Fundão*’ é suspenso por seis meses (e depois do seu reaparecimento, obrigado a provas de página na Censura de Lisboa), os números dessa edição apreendidos pela PIDE, demitido o delegado distrital da censura (tenente Manuel Dias Catana), que visara as provas do jornal.

À retaliação desencadeada contra o ‘*Jornal do Fundão*’ faltava-lhe base legal no próprio universo jurídico da ditadura. Daí que os Serviços da Censura (Presidência da República) tenham argumentado que “esse jornal foi autorizado apenas como ‘Regionalista’ e não cabem neste âmbito quaisquer suplementos ou páginas literárias.”¹⁴² Para além desta explicação, também Cândido de Azevedo explica que “como o censor se recusou a negar que a tinha autorizado, a direcção da Censura tomou como pretexto a publicação de uma notícia, naquela mesma edição do jornal, sobre o «Cinquentenário do Seminário do Fundão», uma notícia que pelo seu carácter totalmente inócuo – limitava-se a recordar a data e a dar o programa das comemorações –, não tinha sido de facto apresentada à censura, o que acontecia com alguma frequência com notícias do género daquela, quer no *Jornal do Fundão* quer em muitos outros jornais. A Direcção da censura, porém, aproveitou-se desse pretexto para levantar um

¹⁴¹ In: *Jornal do Fundão*; Edição n.º 984, de 23 de Maio de 1965, página 5 do suplemento “*Argumentos*”.

¹⁴² Fernando Paulouro in: *Jornal do Fundão*; Edição n.º 2736 de 29 de Janeiro de 1999.

processo ao jornal, que culminaria na suspensão por seis meses do *Jornal do Fundão*.”¹⁴³

Todo o processo foi bastante conturbado para o jornal que esteve parado durante meio ano. Contudo, o seu regresso não foi pacífico.

Para exemplificar, “a censura prévia, no que à imprensa dizia respeito, era exercida por um corpo de funcionários do Estado, organizados em Comissões de Censura a nível de Lisboa, Porto e Coimbra, sendo os restantes distribuídos por delegações que abrangiam todos os distritos do país.”¹⁴⁴ Ora, também o “*Jornal do Fundão*” era revisto em Castelo Branco. Isto até 23 de Maio de 1965. Quando regressa, a 28 de Novembro do mesmo ano, o jornal passa a ser revisto em Lisboa. Um ponto que vai trazer dificuldades acrescidas para o jornal. As provas eram enviadas de comboio para Lisboa e depois apresentadas no gabinete de censura onde eram vistas. Através de telefone, Vasco Granja, colaborador do jornal transmitia à redacção, no Fundão, o resultado dos cortes. Para além disso, António Paulouro viu-se subitamente manietado pela mesquinhez do regime. Na época, todos os jornais estavam obrigados a possuírem uma caução que servisse para custear gastos associados à sua suspensão ou encerramento. A quantia que estava atribuída ao jornal antes de Maio de 1965 era de oito mil escudos. Depois de todo este processo, a quantia exigida passou a ser de 200 mil escudos. Paulouro recorreu à banca para tentar encontrar financiamento para o seu jornal, mas a censura desempenhou outros dos seus papéis “tendo inclusivamente exercido influência junto de vários bancos para que não emprestassem esse dinheiro ao jornal. Valeu na ocasião ao *Jornal do Fundão* o Conde da Covilhã, por intermédio do Banco Borges.”¹⁴⁵

O jornal passou assim a ser um dos mais vigiados e tudo era passível de ser retirado. Desde as crónicas sobre televisão, até ao texto de um correspondente que dizia que as ruas da sua freguesia necessitavam de ser alcatroadas. Tudo era suprimido, inclusivamente a informação de que o jornal era revisto em Lisboa. Fernando Paulouro acrescenta também que: “o jornal, submetido a partir de então, ao carimbo e ao lápis azul de Lisboa, depressa perdeu as ilusões: a censura mutilava e cortava qualquer veleidade crítica.”

¹⁴³ AZEVEDO, Cândido de; “*A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, Livro*”, Editorial Caminho; página 451.

¹⁴⁴ *Idem*; página 70.

¹⁴⁵ *Idem*; página 452.



Figura 6 – Anos mais tarde, Luandino Vieira visita o “*Jornal do Fundão*”

Portugal era um País obrigado a viver de joelhos, brutalmente amputado na sua capacidade de pensar, falar e imaginar. José Cardoso Pires caracterizou a censura como “uma polícia do espírito” que nos fazia viver num “país alienado”.

Se visualizarmos os textos que a censura cortou ao “*Jornal do Fundão*” (ou “suspendeu” ou carimbou como “demorado”), encontramos de tudo um pouco, desde as crónicas de José Saramago, por exemplo, a poemas inéditos (Natália Correia e tantos outros), até capítulos de um romance de Vergílio Martinho, “*O Relógio de Cuco*”, cuja publicação se iniciou no “& etc...”. Mas também inúmeros textos de Artur Portela, Arnaldo Saraiva, Nuno Teixeira Neves ou Júlio Moreira. Nuno de Bragança, que assinava a “crónica internacional” foi proibido, Rolão Preto viu impedidos artigos sobre Cristo ou os Partidos Políticos.

A realidade era, para os censores, toda ela matéria de delito comum, restando apenas farrapos do quotidiano para os leitores adivinharem. Desde o imediato local (falta de água, necessidade de uma Escola Técnica no Fundão), à pequena informação técnica (televisão a cores em Madrid), tudo fica suspenso do contacto com os

leitores”¹⁴⁶. Só em Setembro de 1968, com a chegada de Marcelo Caetano ao poder é que todas estas exigências foram revistas.

A importância dos casos

“A inteligência de várias gerações foi metódica e deliberadamente metralhada.”¹⁴⁷ Esta foi uma das mais frias e sangrentas conquistas do regime e por isso mesmo se torna tão importante analisar a metodologia empregue para atingir este estado. Importa agora recuperar do esquecimento estas acções e torna-las visíveis, até porque, diz Fernando Paulouro “é preciso um grande esforço de imaginação e um razoável suporte de informação histórica para se perceber os mecanismos da censura.”¹⁴⁸

No universo de textos cortados ao “Jornal do Fundão” existe de tudo. Mas entre os casos mais reprováveis destacámos alguns. Um exemplo da crueldade e do silêncio, da deturpação da realidade que o Estado Novo impunha ao país passava pela Guerra Colonial. Os censores tinham até a “capacidade” de fazer desaparecer os mortos. Uma medida “científica”, limpa e eficaz. Mesmo com Portugal em guerra pelas suas colónias não havia mortos no conflito, ou pelo menos tantos quantos a realidade e a guerra ditavam. Uma notícia de um correspondente do jornal fazia referência a um jovem do Souto da Casa que regressava à sua terra natal, das longínquas savanas africanas, dentro de um caixão. Os mestres do lápis azul depressa se deram conta de que era necessário apagar as lágrimas de familiares, a dor de quem perdeu daquela forma um filho, um irmão, um amigo e suprimiram toda notícia. O pequeno quadrado de texto dizia o seguinte: “*O Rui Luís voltou à sua terra. Talvez mais cedo do que ele esperaria quando a guerra do Ultramar Português o chamou. Voltou silencioso. Merecedor de honras militares. Merecedor das lágrimas do povo da sua aldeia. Merecedor da homenagem dos seus colegas jovens. Desligou-se das terras longínquas da sua pátria, para se ligar à terra negra e triste do cemitério da aldeia que o viu nascer. Um fim normal, de um ser normal.*”

Quando tudo era vigiado, muito poucos se atreviam a falar, a exteriorizar o pensamento, a dar a conhecer a sua opinião. Mas a censura e todos os responsáveis pela sua implementação têm as mãos manchadas pelas atrocidades cometidas. O

¹⁴⁶ In: *Jornal do Fundão*; Edição n.º 2788 de 28 de Janeiro de 2000; página 3.

¹⁴⁷ PRÍNCIPE, César; “*Os Segredos da Censura*”; Editorial Caminho; Lisboa; página 12.

¹⁴⁸ Declarações proferidas em entrevista presencial para este trabalho.

silenciamento continuado de jornais, de mentalidades, não só criou um país mudo, transfigurado e atrasado, como provocou mortes. O exemplo do soldado do Souto da Casa mais não passa do que um esconder da situação. Pior mesmo é quando se ocultam aos cidadãos informações para a sua sobrevivência.

Daí que todos ainda hoje recordem o exemplo que mais revolta produziu na redacção do “*Jornal do Fundão*”. Trata-se da mão dura da censura que calou páginas inteiras do jornal quando este alertava as pessoas para algumas medidas que visavam lutar contra o Bócio. Isto porque o “*Jornal do Fundão*” teve acesso a um estudo realizado por dois médicos e onde se mostrava uma forte incidência desta doença nas zonas da Beira Interior. A falta de iodo no sal, ou na água é o principal motivo do aparecimento do bócio, sobretudo nas mulheres. Adicionar este composto na água ou no sal com que se cozinhava era uma das indicações do estudo. Tudo isso foi sonogado durante anos. Tudo foi cortado. Mais uma vez, o rosto colectivo deste território tinha sido transformado. O caso do Bócio Endémico só viria a ser publicado três mais após as primeiras informações a que o jornal teve acesso, como apresentaremos mais adiante.

Fernando Paulouro lembra, da seguinte forma, o triste episódio: “foi o que afectou mais toda esta parte negra da história da imprensa em Portugal e do “*Jornal do Fundão*”. Foi o corte, em 1966, de duas páginas em que procurávamos transmitir às populações como se poderia lutar contra o bócio, uma endemia que afectava larga mancha populacional da Beira Baixa. A censura impediu a divulgação do estudo realizado pelos doutores José Lopes Dias e Dias de Carvalho”.

Nesse aspecto, quisemos também registar neste capítulo o primeiro dos grandes casos a que se dedicou o “*Jornal do Fundão*”. A denúncia, em 1952, de um medicamento que tinha efeitos secundários nefastos nas grávidas e crianças. O “*Jornal do Fundão*”, dessa vez ainda gozando da sua jovialidade conseguiu fintar o regime e publicar os perigos da Lipocina. Mas fê-lo por pouco tempo, pois o próprio Salazar, alertado pelos laboratórios farmacêuticos, acabou por mandar “apagar” o assunto das páginas do jornal. Diga-se que mais uma vez, nenhum outro jornal quer regional, quer de âmbito nacional, falaram sobre este tema.

A censura não calou apenas estes episódios. O arquivo do “*Jornal do Fundão*”, nesta matéria, começou apenas a ser feito depois de Novembro de 1965, por decisão então do chefe de redacção e actual director, Fernando Paulouro. Da quantidade de textos cortados, existe tudo um pouco. A cultura e a política encabeça os temas “malditos”. Mas também a emigração, as péssimas condições de trabalho na região, as

guerras das minas e dos têxteis, a fome que assolava uma região com grandes campos agrícolas, mas onde os latifundiários acabavam por recolher o mais que podiam, tudo foi retalhado e proibido.

Foi também com esta postura vertical, que o “Jornal do Fundão” ganhou projecção e respeito, não só na região como no país. Este conjunto de causas, esta preocupação constante na defesa dos seus leitores e da liberdade, no direito à informação concederam-lhe um estatuto que mais tarde haveria de ser reconhecido pelos mais significativos quadrantes.

O actual director olha para os tempos da mordaza, do lápis que tudo riscava e lembra as medidas perversas. A censura, os responsáveis pelo Estado Novo e os seus seguidores tiveram uma actuação criminosa que teve como um dos principais alvos, um jornal regional produzido a custo numa vila do interior de Portugal. O longo período salazarista “cortou milhões de palavras, transformou em espuma os gestos de revolta. Palavras comuns e anónimas, palavras verticais de gente sem curvatura dorsal, palavras de honra, palavras de resistência, todas elas comunitárias de corações fraternos e de rostos abertos ao mesmo desejo de liberdade. Todas elas navegando em terra à espera de um porto chamado Abril.

Este era um país atravessado de grades. Se a ironia é uma característica que afere a inteligência humana, nos tempos ominosos da censura até o sorriso andava vigiado. Quando nos fingimos distraídos e enviámos em branco o espaço dedicado às anedotas, o censor escreveu em letras garrafais que aquela secção não estava dispensada de visto”, sublinha Fernando Paulouro.

José Cutileiro, no seu poema, “Os Medos” retrata bem aqueles dias. Os dias em que: “É a medo que escrevo. A medo penso, / A medo sofro e empreendo e calo. / A medo peso os termos quando falo. / A medo me renego, me convenço. / A medo amo. A medo me pertenco. / A medo repouso no intervalo / De outros medos. A medo é que resvalo / O corpo escrutador, inquieto, tenso. / A medo durmo. A medo acordo. A medo / Invento. A medo passo, a medo fico. / A medo meço o pobre, meço o rico. / A medo guardo confissão, segredo, / Dúvida, fé. A medo. A medo tudo. / Que já me querem cego, surdo e mudo”.

Análise de casos

Caso “Lipocina” – a primeira grande bandeira do Jornal do Fundão

Manuel Fernández Areal explica que “um jornal nasce sempre ligado a uma comunidade.”¹⁴⁹ Na perspectiva deste autor, a razão fundamental da existência de um projecto jornalístico de carácter local ou regional, são as pessoas da comunidade onde este se encontra. Acrescentaremos nós que, para além da existência, os leitores deste tipo de publicação são também a sua própria sobrevivência e razão de comunicar. Daí que, seja impreterível a qualquer projecto comunicacional, ter os seus leitores, a sua comunidade, em primeiro plano. As temáticas que irá abordar, os desafios que poderá promover, as causas pelas quais se vai bater, têm forçosamente de estar ligadas ao território social dos seus leitores, têm de despertar a atenção e o interesse destes, bem como a sua participação activa na vivência do próprio jornal. “A imprensa regional tem assim, por função, manter e promover uma saudável vida democrática, permitindo a troca de ideias, favorecendo o debate e procurando fazer com que os seus leitores se interessem pelo ambiente que os rodeia, por forma a levá-los a assumir uma atitude participativa do ponto de vista social”¹⁵⁰, diz também Camponez.

Foi precisamente a pensar neste público e nas necessidades deste que o “*Jornal do Fundão*” se lançou na defesa das pessoas e das causas da Beira Interior, na vivência colectiva e na participação activa nos acontecimentos. Muito são os exemplos que as mais de três mil edições deste jornal guardam, em termos de jornalismo de proximidade, de jornalismo comprometido com os seus leitores e completamente avesso ao jornalismo linear e insípido que a industrialização veio impor num tempo dito “de globalização”.

É pois meu propósito analisar alguns dos acontecimentos que o “*Jornal do Fundão*” tornou públicos e defendeu como bandeiras. Todos eles devem ser vistos de forma transversal, inseridos em diferentes períodos de tempos e de orientações políticas do país. Ao longo da sua história, este jornal defendeu abertamente grandes causas. Na metodologia analítica por nós utilizada escolhemos aquelas que nos pareceram mais relevantes e marcantes, quer em termos jornalísticos, pela postura activa do jornal que

¹⁴⁹ AREAL, Manuel Fernández; “*El público como sujeto Activo en la Producción de Mensajes Informativos*”; Madrid; Secretariado de Publicaciones da Universidade de La Laguna; 1ª Edição; 1992.

¹⁵⁰ CAMPONEZ, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*; Coimbra; Edições Minerva Coimbra; página 122.

mostrou as coisas desde dentro das próprias coisas, quer pela linguagem utilizada nos textos em causa, mas também pela sua repercussão junto da comunidade e da vida colectiva do território de influência do jornal. Neste caso, a intervenção de organismos estatais, de leitores anónimos ou de políticos, a passagem à história geral do jornalismo, de alguns destes episódios foram elementos de peso na escolha destes temas.



Figura 7 – Denúncia do caso Lipocina

De entre esse vasto rol de casos e temas, o “caso da Lipocina”, como ficou conhecido, foi a primeira grande bandeira do “Jornal do Fundão” naquilo que um jornal de proximidade deve ser. A comunidade acabou por ser abalada com a morte de duas crianças e com a possibilidade de estar a ser ministrado um fármaco tóxico a crianças. A grande causa do jornal, o seu papel, passou então pela identificação do assunto e projecção do mesmo. É a partir da actuação da imprensa que se accionam os meios para tentar resolver um problema de saúde pública. Mas é também através do jornal que todo o processo ganha vida, não caindo no esquecimento, sendo comentado por vários organismos e apresentadas as possíveis explicações, mesmo contando com os obstáculos daquela altura.

“O caso da Lipocina” trata-se pois de um fatídico episódio da administração de um medicamento produzido por um laboratório farmacêutico, mas que se revela tóxico. Quando ministrado a sete crianças no Hospital do Fundão, duas delas acabariam por morrer momentos depois. Só após o alerta do “*Jornal do Fundão*”, dado em termos regionais, ou seja, contando apenas os casos que ocorreram no hospital local e abordando rapidamente um possível caso no hospital da Covilhã, começam a ser divulgadas informações em jornais nacionais e também através de fontes oficiais do Estado.

A 7 de Agosto de 1955, o jornal apresenta na sua primeira página um longo texto com um título destacado “Vários casos de intoxicação por causa, ao que se supõe dum medicamento deteriorado. Duas mortes e três crianças em estado grave”. No desenvolvimento da notícia pode ler-se que: “*No Centro Materno-Infantil do Fundão verificaram-se, ao que parece devido ao medicamento Lipocina «Elba», cinco casos de intoxicação – dois dos quais de morte – que alarmaram vivamente a população.*

No último domingo o pequenito Luís António Barroca de Brito, de dois anos e meio, filho do sr. António de Brito Salvado e da sr.^a Maria do Carmo Barroca Brás, residentes no Bairro do Jogo da Bola, Fundão, dirigiu-se ao Centro pela mão da sua mãe. A pobre criança, que andava a ser tratada a uma otite purulenta, após ter levado uma injeção daquele produto não mais deu acordo de si. Perante este facto admitiu-se uma morte súbita por inibição ficando contudo por esclarecer a verdadeira causa.

Na quarta-feira seguinte, dia 3, sucedia idêntica ocorrência. A pequenita Maria Isabel Lopes, de quatro anos, filha do sr. Joaquim Lopes da Costa, jornaleiro e da sr.^a Ana Duarte Gonçalves, residentes em Peroviseu, veio, acompanhada de sua mãe, ao centro onde recebia tratamento a uma adenite axilar. Ao ser injectada com o

medicamento Lipocina «Elba» sobrevieram-lhe imediatamente sinais de intoxicação. E, não obstante os prontos socorros dos srs. drs. João Nabinho Amaral e Alfredo Mendonça de Oliveira, ao consultório do primeiro clínico, para onde fora rapidamente transportada, a criança falecia pouco depois.

Após este novo acontecimento, e porque mais três crianças se haviam sentido fortemente indispostas depois de injectadas com Lipocina «Elba», supôs-se que o produto não estaria em condições de ser usado. (...)

A Direcção Geral de Saúde mandou sequestrar o medicamento lipocina «Elba», que não deverá ser usado, conforme comunicado emitido, anteontem, sexta-feira, através da Emissora Nacional.

Consta-nos que há cerca de dois meses, morreu na Covilhã, em circunstâncias suspeitas, uma criança que fora tratada no Centro Materno-Infantil do Fundão. Convém realmente averiguar se há outros casos que com este se prendam. Evidentemente que ninguém pretende minimizar os altos serviços prestados pelo Centro nem o zelo de quem ali serve, mas é legítimo esperar que os inquéritos em curso sejam tão esclarecedores como a tranquilidade pública exige”.¹⁵¹

Um episódio que vai chocar toda a população e deixar em sobressalto a comunidade, uma vez que se prende com a possibilidade de ter sido ministrado, numa instituição hospitalar, um medicamento que se revelaria fatal. O jornal noticiou o caso, e só depois, as autoridades começaram a agir.

Passada uma semana sobre a primeira notícia, o tema é o assunto do editorial, intitulado: “Queremos apenas a verdade”. Na edição 474, de 14 de Agosto de 1955, António Paulouro diz que: “*Ainda não se pôde analisar, por carência de elementos de informação, o caso gravíssimo das injeções deterioradas. Corre os seus trâmites, no Tribunal desta Comarca, o respectivo processo crime, ainda na fase de instrução e portanto em segredo de justiça. O magistrado probo e capaz que o orienta – é garantia de que se procurará, através de tudo, punir os responsáveis. Assim todos lhe dêem a colaboração de que necessita, pois só a verdade inteira poderá assegurar inteira justiça.*

Por outro lado, a Misericórdia procede a um inquérito que pode e deve trazer à luz do dia tudo quanto o povo tem de conhecer. Também nos não repugna acreditar que a honestidade dos mesários e sobreporá a pequenas conveniências circunstanciais para

¹⁵¹ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 473, de 7 de Agosto de 1955, página 1.

colocar sobre quaisquer outras razões a de honrar o mandato que lhe confiaram e que, em primeiro lugar, respeita à defesa da vida humana. (...)

De resto, não é exagero afirmar que sem o concurso da Imprensa se não teriam acautelado as vidas humanas que a administração da Lipocina fatalmente poria em risco. A discreta nota transmitida pela Emissora – sem alusão à gravidade dos acontecimentos – não levaria a todos os cantos do País o justificado alarme que o relato dos jornais provocou.

É difícil saber se noutras localidades houve casos fatais. Há um singular receio de falar desta coisas, como se a sua compreensão fosse privilégio de raros espíritos e nem pudessem os leigos não inquirir do que se passa...

Só assim se compreende que se fale de boca pequena de estranhos processos usados por alguns laboratórios sem que apareça a mão justiceira que os castigue ou que ponha de vez termo a tais rumores, se se vier a apurar que eles não são verdadeiros.

*Ainda bem que em presença de uma série de factos que tão profundamente chocou a opinião pública, a Imprensa pôde prestar o serviço de chamar a atenção para o problema, e para a gravidade das consequências que podem advir da falta de uma severa fiscalização”.*¹⁵²

O texto, publicado na primeira página, continuava ainda com a recomendação de uma maior verificação de todo o processo de fabrico dos medicamentos e do seu transporte até às unidades de saúde, onde eram ministrados.

Também nessa primeira página existe uma notícia sobre o caso. Esta tem como título “Foram exumados os cadáveres e estão a decorrer as investigações”. Nesse mesmo texto começava-se por falar do caso de intoxicação com Lipocina e adiantavam-se mais alguns pormenores sobre toda a tragédia. A idade das crianças, a retirada de circulação do medicamento e o envio deste para vários laboratórios, supostamente com a finalidade de ser sujeito a testes, mas também já se avançavam com algumas diligências que o delegado do Procurador da República na comarca estava a encetar.

Para além disso, o texto apresentava também o testemunho das duas mães das crianças que tinham morrido. Num texto onde se adianta o motivo da deslocação das crianças à unidade hospitalar, o que lhes foi feito ali e como reagiram após a administração da substância.

¹⁵² In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 474, de 14 de Agosto de 1955, página 1.

O jornal volta a pegar no caso, uma semana depois, na sua edição 475 de 21 de Agosto de 1955. Notícia então, novamente em primeira página e com grande destaque: “São da responsabilidade do laboratório preparador os acidentes aqui verificados”. Uma afirmação que está fundamentada, segundo o jornal, numa nota oficiosa do Ministério do Interior que é transcrita na íntegra. De substancial a nota descreve os casos como “acidentes tóxicos” que “foram consecutivos à injeção intramuscular do medicamento «Lipocina Elba»”.

Descreve depois o produto e apresenta-o como uma espécie de penicilina, mas acrescenta que na embalagem “contem a indicação falsa de «Medicamento sujeito a verificação nos Laboratórios da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos”.

Outro dos pontos mais elucidativos desta nota diz: “Apurou-se que o laboratório preparador utilizou para a preparação uma série de ampolas das quais parte foi enviada para o Fundão e outra parte foi apreendida no mesmo laboratório onde se encontrava a granel, a matéria-prima (cloreto de colina) diferente daquela que tinha sido empregada nas preparações anteriores”.

Por último dizia-se então que: “parece infelizmente seguro que o laboratório preparador não procedeu prévias provas de toxicidade da matéria-prima antes de a utilizar na preparação do medicamento.

Em definitivo. Afigura-se não poder deixar de se concluir que os acidentes verificados foram devidos a negligência do laboratório preparador.”¹⁵³

O caso volta a ser notícia pela quarta semana consecutiva. A 28 de Agosto de 1955, na edição 476 do “*Jornal do Fundão*” existe, desta vez, também na primeira página um pequeno texto com o título: “O caso da lipocina”. Dá-se conta de que o inquérito acerca da Lipocina estava concluído. Para a redacção desta notícia recorrem-se a “informações relatadas pela imprensa diária”. Diz-se que o instituto «Elba» tinha cessado a sua actividade e estavam apontados como arguidos no processo os dirigentes do «Instituto Elba de Biologia Aplicada» que funcionava no Porto.

Depois desta informação, o jornal irá apenas dar uma notícia, a 25 de Setembro de 1955, na sua edição 480. Também na primeira página se dá conta do “Ainda doloroso caso da Lipocina”. Não se trata de uma notícia mas apenas de um comunicado da Comissão Municipal de Assistência do Fundão. Este organismo que funcionava sob a

¹⁵³ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 475, de 21 de Agosto de 1955, página 1.

tutela da Misericórdia tece elogios aos clínicos e demais pessoal hospitalar que estiveram envolvidos no processo, para terminar dizendo que se tinha conseguido averiguar “com rapidez e segurança que a causa da morte das duas inocentes crianças fora exclusivamente a forte intoxicabilidade do dissolvente preparado e fornecido pelo Laboratório Elba, do Porto”.

Aquilo que viria a revelar-se mais pernicioso neste processo é o julgamento e desfecho do mesmo. Isto porque o “*Jornal do Fundão*” acabou por ser o único a seguir de perto todos os actos. Mas acompanha-o até a censura ordenar o “silenciamento” do assunto. Para além da denúncia do caso e do alerta das autoridades para a perigosidade do fármaco em causa, o título que aqui analisamos desempenhou também uma função de defesa dos interesses da população e das vítimas, ao não deixar cair no esquecimento todas as ocorrências. Num tempo em que a censura deixava pouca margem de manobra, o “*Jornal do Fundão*” acabou por ser o único a dar algum destaque ao caso e informar sobre os acontecimentos mais importantes.

Passada a primeira fase, a da denúncia da toxicidade da Lipocina «Elba», que viria a provocar a morte de duas crianças e a hospitalizar outras cinco, só no Fundão, o jornal volta a lembrar os acontecimentos, um ano depois. A 12 de Agosto de 1956, na edição número 512, uma notícia na primeira página dá conta de que passado um ano sobre a morte das duas crianças, “a Direcção Geral de Saúde, cuja colaboração pronta e eficaz deveria constituir um dos melhores fundamentos da investigação judicial tem permanecido, inexplicavelmente, arredada do Fundão”.

A resposta haveria de surgir três meses depois, através de um comunicado dos responsáveis nacionais. A 7 de Outubro de 1956, na edição número 534, o jornal publica, também na primeira página e sob o título “Passou um ano sobre o caso da «Lipocina»”, a resposta oficial. No documento, pode ler-se que foi através deste organismo que se procedeu à apreensão do medicamento, assim que o jornal divulgou a morte das crianças e não que da parte da referida Direcção Geral de Saúde, tudo está feito. Mas é também pela mão das fontes oficiais que se começam a perceber os verdadeiros contornos de todo este processo e a dar alguma razão às suspeitas de demora, levantadas pelo jornal, mas a conviver mal com tudo isso. Aquele organismo diz que “não pode, na verdade, deixar de se desejar conhecer as razões que, ao menos, expliquem um comentário, como o inserido do jornal, onde se questiona que mais dum ano decorrido sobre o acontecimento, em que, como foi unanimemente reconhecido, não só a Direcção Geral de Saúde, mas também as autoridades sanitárias locais e os

distintos clínicos do Fundão, tiveram actuação pronta e eficiente, ainda nada está julgado”.

A este assunto volta quatro anos mais tarde. Em Março de 1960, o “*Jornal do Fundão*” vai de novo desempenhar um papel relevante no acompanhamento de todo o caso e no julgamento dos dois réus, entretanto constituídos. E é precisamente nesta altura que se começa a desvendar toda uma intrincada e complexa rede de venda, produção e distribuição de substâncias químicas entre vários laboratórios, empresas do sector e comerciantes. Ao longo das sessões acabam por se conhecer os métodos de compra das substâncias que compõem a “Lipocina” e a forma como estas podem ser adulteradas sem que nada seja controlado.

Na sua edição número 714, de 20 de Março de 1960, o “*JF*” dá conta, em título destacado, na primeira página, de que “Vai ser julgado o caso da “lipocina”. Um texto que apresenta os dois réus, Maria Ricardina Gonçalves de Sousa, química do Instituto «Elba» e Augusto Roseira Figueiredo, comerciante de substâncias químicas. Apresenta também as diversas testemunhas que vão depor e os responsáveis pelo julgamento. Um acto que só vai começar no dia 23 de Maio de 1960, cinco anos depois dos factos. Na edição número 724, de 29 de Maio de 1960, outra vez em primeira página, destaca-se então com um título a negro “Começou o julgamento dos suspeitos responsáveis pela morte de duas crianças com «Lipocina».”¹⁵⁴

O papel desempenhado pelo jornal, por um jornal regional que tinha cerca de dez anos de existência, ganhou relevo não só na opinião pública local, na comunidade que compunha o território de referência do jornal, como também no próprio processo de julgamento. A reportagem publicada pelo “*Jornal do Fundão*” nos primeiros dias de Agosto de 1955 foi uma das provas introdutoras de todo este processo.

Durante três edições, o jornal faz eco dos desenvolvimentos do julgamento de um caso que tinha despertado o interesse dos seus leitores. Este relato extenso, é pautado por muitos sinais do amadorismo presentes na elaboração das notícias, como é, por exemplo, a constante e excessiva adjectivação de alguns intervenientes: “*presidiu o sr. dr. Joaquim Augusto Roseira Figueiredo, que domina inteiramente o processo e que com a sua integridade e elegância de espírito muito contribui para o esclarecimento dos factos e bom andamento dos trabalhos*”¹⁵⁵ ou ainda “*presidiu o sr. dr. António*

¹⁵⁴ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 173, de 7 de Agosto de 1955, página 1.

¹⁵⁵ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 724, de 29 de Maio de 1960; página 3.

Augusto Tavares de Almeida que não obstante ao pouco tempo que teve para estudar o processo o conhece nos seus meandros e teve oportuníssimas intervenções que bem traduzem o interesse posto no caso e a esclarecida inteligência com que o faz.”¹⁵⁶

Ao longo do relato do processo é feita a ligação entre o comerciante português de produtos para medicamentos e uma empresa multinacional produtora de químicos, à qual nunca foram pedidas explicações. A Schaeffer Chemical Company manteve-se sempre afastada de todo o processo e o comerciante que vendia, em Portugal, os químicos desta empresa, apesar de não ter apresentado notas de encomenda, compra e outras relativas aos mesmos. O relato de todo o processo, transcrito em várias páginas do jornal é uma história de grandes dúvidas e contradições por parte de quem está a julgar e de quem está a depor. O réu, José Gonçalves Bordalo, de 66 anos, sócio gerente da Sociedade Comercial Schemia, Lda; já fora condenado por exercício clandestino de comércio de estupefacientes, por desobediência, por uso ilegal de marcas e por especulação. O mesmo disse que em certas alturas manuseou algumas substâncias que compõem os medicamentos.

Neste caso volta a repetir-se o manuseamento e venda de químicos por parte de pessoas não habilitadas, acondicionamento dos mesmos sem as devidas condições e sem registos, falsificação de rótulos e todo um leque de procedimentos gravosos que, muito provavelmente estão por detrás das substâncias tóxicas que foram ministradas no Fundão.

No final, Maria Ricardina Gonçalves de Sousa, química do Instituto «Elba» acabaria por ser condenada a oito meses de prisão com pena suspensa e ao pagamento de 50 mil escudos aos pais das crianças, mas o principal suspeito e representante da multinacional sai ilibado. O jornal dá também conta de que os pais das crianças não receberam as indemnizações devidas. Dos 50 mil escudos, apenas receberam 35 mil escudos, pelo que o advogado que os representava, cobrou de despesas processuais, 15 mil escudos, quase tanto como o real montante recebido pelos pais, por cada criança.

Fernando Paulouro, actual director, frisa também a importância deste caso para a matriz identitária do “Jornal do Fundão”. Segundo ele: “aquilo que veio a mudar a orientação política e a postura de António Paulouro, foi o caso da Lipocina, que o jornal trouxe a lume e foi amadurecendo. Trata-se de um acontecimento que foi desencadeado

¹⁵⁶ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 731, de 17 de Julho de 1960; página 4.

pelo JF e seguido pelo Ministério Público, que tinha aqui Meneres Pimentel, como delegado e que o levou até ao fim.

A postura e linha de orientação, quer de António Paulouro, quer do jornal que fundou e dirigia, começaram a mudar nesta fase precisamente porque se tratava de um assunto que tinha a ver com o factor humano, com a defesa de pessoas que nada tinham, com a necessidade de dar voz à sua ânsia por justiça, por uma resposta a uma acontecimento tão grave quanto este em que duas crianças morreram intoxicadas num hospital depois de se dirigiram aí para serem tratadas. Era perfeitamente visível que o problema estava no medicamento e nessa altura esse era um sector altamente protegido pelo ministério.

A situação chegou a um ponto em que era mesmo proibido falar da “Lipocina”. António Paulouro foi a Lisboa e foi recebido pelo Ministro da Presidência, Teotónio Pereira. A determinada altura da conversa, para além de anunciar a leitura assídua do Jornal do Fundão por Oliveira Salazar, este representante tirou da gaveta um despacho do próprio ditador que ordenava que o assunto fosse encerrado e se tornasse tema proibido. Isso foi uma coisa que provocou uma profunda revolta no fundador do jornal, até porque era um salazarista, e não via como alguém conseguia estar a pactuar a este nível contra as populações. António Paulouro era tão do regime que era visto como uma personalidade a apoiar e chegou a ser vice-presidente da Câmara do Fundão. Com este caso, saiu e distanciou-se, e como acontece nos regimes tiranos, os que saem são sempre perseguidos. Daí que o director e o jornal “passassem a ser massacrados com mais frequência”.

Estavam lançadas as bases para este jornal se tornar num exemplo de defensor de causas, de ferramenta de apoio às vivências da comunidade e às suas expectativas, mas também, impulsionador da discussão colectiva sobre as estruturas básicas da comunidade e a manutenção das mesmas. Estava dado o primeiro passo para que se construísse um projecto que o antigo Presidente da República Portuguesa e dirigente político perseguido pelo regime salazarista, Mário Soares, considera como: “um jornal de causas regionais – mas não só –, a defesa da Beira Interior e da Cova da Beira, por exemplo, ou do túnel da Gardunha, mandado fazer por António Guterres, grande amigo de António Paulouro, mas também de causas nacionais, como a defesa dos mais desprotegidos, da liberdade, da independência dos meios de comunicação social, relativamente aos poderes políticos e aos interesses económicos, à defesa e prestígio dos nossos emigrantes – da grande diáspora portuguesa espalhada pelos Cinco Continentes

– e, obviamente, da Lusofonia. É ainda um jornal da grande cultura portuguesa, cujos artigos de excelentes autores são lidos e transcritos por todo o território nacional e na diáspora.”¹⁵⁷

Este episódio pertence hoje à história da farmacologia portuguesa. A Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P. (Infarmed) reproduz a primeira página da edição número 173, de 7 de Agosto de 1995 do “Jornal do Fundão”, no seu livro “O Estado, a Farmácia e o Medicamento: a Regulamentação Farmacêutica em Portugal durante o Século XX”. Uma imagem e toda a história associada a este caso fizeram também parte de uma exposição temporária, sob o mesmo título que o livro, que esteve patente em vários pontos do país. António Groen Duarte, autor da publicação escreve que “o livro recupera alguns temas e imagens que fazem a história do medicamento em Portugal. Considerando o impacto destes acontecimentos noticiados pelo Jornal do Fundão, sobre a opinião pública, e a sua influência sobre a política do medicamento da época, julgamos pertinente incluir também no livro a reprodução desta imagem.”¹⁵⁸

O actual director do jornal voltou recentemente a falar no tema. Fernando Paulouro diz, num dos seus editoriais, que: “Em 1955 o “Jornal do Fundão” denunciou o caso da Lipocina. Primeira página: “Vários casos de intoxicação, por causa, ao que se supõe, dum medicamento estragado – Duas mortes e três crianças em estado grave”. Este caso da Lipocina, contra poderosos interesses de laboratório, está contado com persistência nas páginas do JF, e foi tão longo e incómodo que também o ditador, mais tarde, quis que ele deixasse de ser notícia nas páginas do jornal, para não existir, como era sua receita censória: aquilo que não é noticiado. O texto jornalístico, não só não foi efémero, dada a forma como retratou a realidade, como se transformou referencial do ponto de vista histórico. É apenas um exemplo que ajuda a perceber o serviço público que a imprensa é e alguns querem amordaçar.”¹⁵⁹

¹⁵⁷ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 3259, de 29 de Janeiro de 2009; página 3.

¹⁵⁸ Duarte, António Groen; (Coor.); “*O Estado, A Farmácia e o Medicamento: a Regulação Farmacêutica em Portugal durante o Século XX*”; Infarmed; Lisboa; 2008 página 4.

¹⁵⁹ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 3050, de 28 de Janeiro de 2005; página 3.

A poder do jornal e a sua atenção à Saúde Pública

Para além do caso exemplar que demos conta, o “Jornal do Fundão” foi sempre mantendo uma grande abertura e atenção às causas sociais e aos problemas de saúde. Tal como em todos os outros casos, o papel do jornal fica aqui bem vincado pela sua capacidade de reverter os acontecimentos e mudar as práticas de actuação instituídas.

Existem dezenas de casos que ao longo da história do jornal foram preenchendo as suas páginas, mas que pelo seu elevado número acabámos por abordar aqueles que são mais significativos. O primeiro desses exemplos decorreu, não tanto pela intervenção directa de jornalistas ou membros do corpo redactorial do jornal, mas mais por um espaço que sempre mereceu destaque nas suas páginas, o do correio do leitor.

A 4 de Março de 1956, uma carta intitulada “Um estranho caso que deve ser esclarecido” dava conta da tragédia que se abateu sobre o autor da mesma missiva. Morador na zona do Ourodinho, freguesia das Cortes do Meio, na Covilhã, João Francisco da Silva Ventura contava que num dia dessa semana a sua filha tinha sido vítima de um acidente doméstico e acabou por queimar grande parte do corpo com óleo quente. O homem correu para a beira da estrada pedindo socorro até ao momento em que passa um táxi com dois sacerdotes no seu interior. Estes abrem o vidro do carro para se inteirar do pedido do homem e acabam por dar indicações ao motorista para seguir viagem em direcção ao destino inicial uma vez que os ferimentos não pareciam nada de importante e a pressa dos sacerdotes era muita.

A criança acabaria por falecer, horas mais tarde no hospital, mas o caso parecia querer também “morrer” por ali. O “Jornal do Fundão” acabou por ser a única publicação a tornar pública a carta que recebeu nas semanas seguintes fortes contestações por parte dos sacerdotes e outras autoridades religiosas. Ao ponto do jornal católico “*Notícias da Covilhã*” também tomar partido no caso servindo de “defesa” dos sacerdotes.

Fernando Paulouro lembra que o “Jornal do Fundão” acabou por publicar uma nota de redacção aludindo à gravidade da actuação dos sacerdotes e à falta de assistência e socorro médicos. Nada que servisse já para limpar a imagem criada com a ousadia do jornal: “quando se vivia numa sociedade profundamente católica, onde os padres eram juízes da consciência e o jornal teve a coragem de afrontar uma má acção

destes. Nas missas, por toda a Cova da Beira, os sacerdotes diziam aos paroquianos para não lerem ou comprarem o “Jornal do Fundão” que era uma publicação comunista.”¹⁶⁰ António Lourenço Marques, médico e director da Unidade de Dor do Hospital do Fundão lembra, anos mais tarde, em artigo de opinião, a postura do jornal, a de uma: “vibrante denúncia de um cidadão sacerdote, que negou socorro a uma criança queimada, cujo pai pedia auxílio, à beira da estrada. Sim, contra a miséria e a desgraça fruto dos homens e os medos que depois os amordaçam. A actuação do jornal passou sempre por um respeito incondicional da dignidade humana e pela defesa da liberdade.”¹⁶¹

Mas também existe o caso do Bócio Endémico. Uma grave doença que afectava sobretudo as populações do concelho de Oleiros e que podiam ser erradicada através da distribuição de sal iodado. Era precisamente a falta de iodo na água, que na altura não era canalizada, que levava a que muitas pessoas destas localidades fossem afectadas por esta maleita que atinge a tiróide. Um estudo bastante completo é realizado em 1966 por José Lopes Dias e Ferrando Dias de Carvalho, mas apenas três anos depois o “Jornal do Fundão” consegue trazer para as suas páginas as conclusões do mesmo. A Censura tinha sido, mais uma vez implacável, com este tipo de casos, num país onde “não se passava nada”.

A “primavera marcelista” vem abrir algumas portas e a 10 de Maio de 1969, o jornal dá conta dos “Problemas do Bócio – mancha que diminui e envergonha a Beira Baixa.”¹⁶² Numa reportagem o jornal adianta que: *“milhares de pessoas – crianças, adultos e velhos – talvez umas vinte mil, continuem a sofrer. Daí a importância enorme do II Colóquio de Estudos Endocrinológicos realizado em Castelo Branco. O que disseram os mais eminentes especialistas portugueses, o que deveria ter sido feito, tem agora de fazer-se sem um minuto de demora, põe à consciência de todos nós e à urgente consideração do Ministério da Saúde um problema graves, um dos maiores da nossa província e, no quadro das doenças endémicas, o maior do país.”*¹⁶³ Depois desta reportagem seguiram-se novas notícias, até que, sensivelmente um mês depois, o regime acabaria por colocar à disposição daquelas populações, sal iodado para ser misturado na água, de forma a tentar erradicar esta doença.

¹⁶⁰ Entrevista concedida no âmbito deste trabalho

¹⁶¹ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º: 2579, de 26 de Janeiro de 1996, página 3.

¹⁶² In: *Jornal do Fundão*; edição n.º: 1165, de 10 de Maio de 1969, página 1.

¹⁶³ *Idem.*

A morte, finalmente

Acabou o drama do homem do Casal da Serra

Eram seis e trinta da manhã de sexta-feira quando o coração de Alvaro Ramalho, o doente do Casal da Serra que viveu o inferno de um drama indescritível, deixou de bater. Tinha sido internado terça-feira no Hospital do Fundão, depois de quatro meses sem qualquer assistência médica, e o seu estado, catalogado como terminal, era a antevista da morte próxima. As últimas horas, suavizadas embora pelo enquadramento hospitalar (e o Hospital do Fundão tratou este caso com exemplar dimensão humanitária), foram decerto idênticas a todas as outras do seu calvário final desesperado. Assistido com destelo, uma fonte hospitalar disse ao JF que a última noite de Alvaro Ramalho fora agitada. Mas às seis e trinta da madrugada tudo acabou finalmente para o homem do Casal da Serra. Era o ponto final num drama que nenhuma palavra não capazes de descrever.

Mas este caso, que mobilizou a opinião pública e inquietou Ministérios e departamentos oficiais, não se arruma com habilitadas pazes de terra e equilíbrio sobre o cadáver de Alvaro Ramalho. Não basta o Governo pagar o funeral ao pobre homem a quem o canso devotou a fala e o rosto, era aliviar a consciência. É preciso responsabilizar. É permitir pelos outros, pelos casis silenciados que, por esse is, são atirados para a morte em um gesto ou uma palavra solidária. É preciso sangrar por esse outro camarguar por esse outro camarguar, a ausência de sentido humano, que é uma doença à dentro de muitos hospi-

tais.
O «Jornal do Fundão» foi investigar o itinerário hospitalar de Alvaro Ramalho. E aqui o deixa ao senhor Primeiro Ministro e ao senhor Ministro da Saúde para que saibam, e sabendo, actuem. Porque, por muito doente que este país esteja, não o pode estar tanto que tome por natural tamanha anormalidade.

ENTRE CASTELO BRANCO E COIMBRA

Alvaro Ramalho, no dia 3 de Julho do ano passado, foi atendido no serviço de urgência do Hospital de Castelo Branco. A gravidade do caso impôs, desde

logo, que ao doente fosse aplicada uma sonda e transferido para Coimbra, onde ficou internado até dia 21. Regressou ao Casal da Serra, via Hospital de Castelo Branco, para voltar a Coimbra, no dia 5 de Agosto, de ambulância, de novo enviado pelo Hospital Distrital. No dia 10 do mesmo mês, voltou à sua residência, via Hospital de Castelo Branco. No dia 5 de Setembro regressou, de ambulância, a Coimbra. Cinco dias depois, já sem fala, regressa ao Casal da Serra, viajando, por sua conta, de comboio e táxi. Em Setembro já o seu rosto era uma ferida cavada e profunda. Sem poder falar, escrevia em papéis que queria ir para Castelo Branco, e, depois, para o Casal da Serra.

Estamos em Novembro. A doença avança. Alvaro Ramalho volta ao Hospital de Coimbra de carro de praça. É observado e mandado para casa.

Em 3 de Dezembro volta a bater à porta do Serviço de Urgência do Hospital de Castelo Branco. Sofre hemorragias, a cara é uma ferida funda, sem princípio nem fim. Fica internado quatro dias. Mandam-no de novo para o Casal da Serra, de ambulância.

O Natal aproxima-se. No dia 23, voltam as hemorragias. O

rosto já não é rosto, o buraco avança. O doente bate mais uma vez à porta da Urgência do Hospital de Castelo Branco, Vöcm-no, mas querem dar-lhe alta. A mulher, tem o bebé para nascer, dentro de duas semanas. Diz que não pode trazê-lo para casa. Fica internado até 31 de Dezembro, até doze dias depois do nascimento do filho. Em 12 de Fevereiro, a situação é limite, como já o era antes. Alvaro Ramalho vai à consulta externa a Coimbra. É visitado à distância e mandado para casa. Marcam-lhe nova consulta para seis de Maio, depois adiada para dia 13. A situação é gravíssima. O doente já não comparece.

O final da história já o contamos. Mas vale a pena lembrar, quantos — Hospitais e Segurança Social — conhecendo este caso, o deixaram apodrecer, contribuindo para que uma criança de 11 anos permanecesse envolvida num inferno, sofrendo os inevitáveis traumas psicológicos. Esses, decerto, não se incomodam saber as vezes sem conto que um menino, o Hélder, acordava a noite com gritos, sacudido pela visão do enorme buraco que era o rosto do pai, um homem que já não tinha rosto e há muito perdera a fala.

Que país é este, senhores?

Presidência da República também se interessou pelo caso

Essencial na denúncia do silêncio e do isolamento que pairavam sobre o drama de Alvaro Ramalho, foi a acção do nosso leitor António Querido, funcionário da Telecom, na Covilhã. Foi ele que fez chegar o caso ao Jornal, fazendo ficar de braços cruzados.

Depois, dia 27, ainda antes da reportagem que publicamos no dia 29 de Maio, o nosso leitor falou com o Hospital Distrital de Castelo Branco, reclamando a intervenção urgente daquela unidade de saúde no drama do Casal da Serra. Várias vezes deu conta do dramático caso. Mas do outro lado, nada. O JF saiu dia 29, e só a partir daí, a resolução do caso se acelerou. É verdade que o nosso leitor entrou em contacto com o Gabinete do Primeiro-Ministro, com a Presidência da República, com o Ministério da Saúde.

«A partir da leitura da reportagem do JF, as coisas alteraram-se», conta o nosso leitor.

Na Presidência da República, a dr^a Maria José Graça Moura começou a seguir o problema, e segunda-feira, dia 1, o gabinete do ministro da Saúde desencadeou a acção concreta que conduziu ao internamento do doente no Hospital do Fundão, no dia seguinte.

Sexta-feira, dia 5, António Querido volta a ligar ao Hospital de Castelo Branco. Fala com o director clínico, que lhe diz: «Estamos a fazer esforços para internar o doente». Do lado de cá, o nosso leitor informa: «É que o doente morreu hoje às 6 e 30 da manhã, e estava internado no Hospital do Fundão desde terça-feira...»

Oitocentas pessoas escrevem ao ministro da Saúde

«Será que permanecerão

Figura 11 – Repercussões da notícia

Oitocentas pessoas escrevem ao ministro da Saúde

«Será que permanecerão impunes?»

O caso do doente do Casal da Serra causou viva emoção na opinião pública. A reportagem do JF transformou-se tema de debate. Na Escola Secundária do Fundão, os alunos do 12.º C3 A, escreveram, com lágrimas de raiva, uma carta aberta ao Senhor Ministro da Saúde. O texto foi subscrito por alunos, professores e cidadãos. Cerca de oitocentas pessoas manifestam a sua perplexidade pelos contornos de desumanidade que o drama encerra, e perguntam ao ministro da Saúde se tudo isto ficará impune.

«Os alunos do 12.º ano, do 3.º curso da E.S.F., começam por cumprimentar V. Ex.^a e saudam-no pela iniciativa que tomou no caso de Alvaro Ramalho, do Casal da Serra, trazido ao conhecimento público pela reportagem das páginas centrais do «Jornal do Fundão» de 28 de Maio p.p.

É lamentável que casos destes cheguem a pontos tão extremos, sem que ninguém dos Serviços Nacionais de Saúde, se responsabilize por eles, pelo menos, em nome da solidariedade.

Como é que no Hospital Distrital de Castelo Branco e nos Hospitais de Coimbra existem «profissionais de saúde» que conseguem dormir, em paz com a sua própria consciência, após terem mandado embora doentes como o Senhor Alvaro Ramalho? A nós chocou-nos!

As inúmeras reportagens que nos chegam de todo o mundo, trazem, pela sua vulgaridade, o estranho sentimento de fins do séc. XX: a habituação ao horror. Vemos guerras, fomes, catástrofes naturais e assimilamos tudo com uma mesquinha tranquilidade. Todos pensamos o mesmo: «nada podemos mudar».

Mas o círculo estreita-se. A realidade tão longínqua no mundo, vai ficando cada vez mais próxima de nós. Então as lágrimas caem e descobre-se uma tímida e envergonhada revolta, que nos coloca sempre a mesma questão: só agora?

A tragédia dos outros, só por ser dos outros, não pode entrar em nós como um corpo inerte, mas como um elemento estranho que nos convulsiona a alma, que cria uma náusea comprometedora.

Mas não só com indignação se combate a morte. É nesta linha de pensamento que deveriam ser criados Serviços de Saúde, para que, na medida do possível, os homens se possam prevenir das inúmeras doenças que proliferam por este mundo, que levam o mais forte ao desespero e à morte.

Sem ajuda, um cidadão português caminhou, lentamente, para o desespero!

Aproveitámos esta infeliz ocorrência para questionar o Sr. Ministro da Saúde. Com que autoridade pode ser um doente, qualquer que ele seja, marginalizado? E em nome de quem, pode um caso destes, permanecer um mistério, num cúmplice silêncio?

Estamos indignados! Este caso particular, pela atenta abordagem jornalística, conseguiu despertar a opinião pública. Mas quantos casos estão por denunciar?

Cabe a nós, cidadãos, denunciar, e a V. Ex.^a, a missão de prevenir e resolver. Porque V. Ex.^a é o Ministro da Saúde e por isso pode. Se quiser, pode fazer muita coisa, quase tudo ao nível da saúde. Mas é preciso estar atento, porque é inadmissível que o próprio Ministro da Saúde — que, por inerência de funções, deve estar a par de TODAS as negligências cometidas — tome conhecimento de casos tão tristes e dramáticos através da Comunicação Social.

Poderão dizer-nos que mais vale tarde, do que nunca.

Será que os elementos do Hospital Distrital de Castelo Branco e dos Hospitais de Coimbra permanecerão impunes?

Exigimos que seja feita justiça!».

Figura 12 – Mobilização cívica perante a notícia do «Jornal do Fundão»

A imprensa como ferramenta de união e defesa

Um jornal de proximidade, com as suas causas, muito ligadas aos seus públicos, é também um rosto colectivo de todos aqueles que acompanham a vida da publicação. No que diz respeito às classes trabalhadoras vem de há muito a criação de jornais como instrumento de reunião de vontades, difusão dos interesses das classes e ferramenta de reivindicação de melhores condições.

Este tipo de publicação começa a ser mais notado com a difusão das técnicas de impressão e a “democratização” dos materiais necessárias à produção de folhas noticiosas ou pequenos jornais. Contudo, há que recordar o facto de Portugal estar, desde inícios do século XX, mergulhado num regime ditatorial que abolia este tipo de comunicação e proibia as suas mensagens.

Ora, no distrito de Castelo Branco, nomeadamente nos concelhos da Covilhã e do Fundão, sempre existiu uma forte concentração de indústrias, nomeadamente nos sectores dos lanifícios e das minas. Por isso mesmo, são muitas as indicações da existência de jornais ligados aos movimentos operários nesta região. Disso fala António Santos Pereira: “O aparecimento de associações nos principais pólos urbanos da Beira na Segunda Metade de Oitocentos demonstra algum dinamismo económico e particularmente social. Nestas associações, também se encontra a marca tipicamente dualista já assinalada do século XIX. Progressistas e Regeneradores criaram os seus jornais, as suas associações, os seus clubes e até as suas filarmónicas.”¹⁶⁴

Este género de publicações, para além de lançarem as bases das diferentes classes, serviam também para promover os actos de luta, as reivindicações sindicais e manter unidos os trabalhadores das diversas indústrias. Foram instrumentos de importante valor na luta pelas melhores condições de trabalho, mas também pela atribuição de uma identidade de classe e congregação dos trabalhadores em torno dos seus projectos. E nesta temática, existia um pouco de tudo, desde os jornais dos tipógrafos, aos das associações e clubes, passando pelos jornais sindicais, mas também dos grémios e patronato. Mas esta imprensa serviu muito bem um outro propósito, que foi o de educar as classes menos favorecidas, como eram os operários e mineiros. Através deste tipo de publicação noticiosa e reivindicativa, conseguiu-se instruir e educar um grande número de pessoas que não tinham acesso aos livros, mas acabam por contactar com temas

¹⁶⁴ PEREIRA, António dos Santos; *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em tempos de crise (1851-1926)*; Colecção Parlamento; Edições Afrontamento; Porto, 2002; página 80.

culturais, com textos de argumentação e explicação política, com críticas e explicações de várias artes. Regina Gouveia fala neste tipo de jornais e diz que: “depois de 1871, o movimento operário entrou em ruptura com a sociedade estabelecida e os jornais passaram a desempenhar, além do papel de doutrinadores, o de apoio às lutas operárias, defendendo as suas razões e desencadeando campanhas de ajuda material e moral aos grevistas.”¹⁶⁵ Eram pois projectos de nítida intervenção política e mediação social, verdadeiros instrumentos de luta e de organização sindical. O papel desempenhado por estas publicações era de uma grande preponderância, até porque, para além de servir de instrumento de identificação, de reunião de vontades e anseios dos operários, transmitia também as opiniões de políticos, de sindicalistas, de líderes de grupo que através deles conseguiam chegar aos seus parceiros e também influenciar a opinião pública, o poder político e o patronato. Todo um conjunto de factores estava associado a estes órgãos de pressão e de informação, como descreve Regina Gouveia: “os jornais constituíam instrumentos fundamentais de activação do operariado, através de apelos à sua participação em eventos como comícios e sessões de esclarecimento, espectáculos e saraus culturais, greves e outras manifestações colectivas. (...)”

Na Covilhã, a terceira década do século XX constituiu o período mais activo do movimento operário local e foi também aquele em que aí foram criados mais jornais – um total de vinte e cinco, sendo quatro órgãos operários.”¹⁶⁶

Nesta região, como anteriormente foi dito, existia uma grande concentração de trabalhadores e por isso mesmo, o número deste tipo de publicações era também elevado. Santos Pereira faz eco disso mesmo quando diz que: “no que concerne à esfera transformadora, nas últimas décadas do século XIX, a Covilhã destacava-se e todo o interior português pelo número, ao todo setenta e cinco, e pela dimensão das suas fábricas de lanifícios, entre elas as maiores, a de Mendes Veiga e a de Alçada e Mouzaco. A Covilhã produzia quase metade dos panos de lã do país em 1881.”¹⁶⁷

Mas não só o seu número parecia importante, também a sua capacidade de influência a esfera política, de pressionar legisladores e patronato parecia ser relevante. Os jornais eram dirigidos a classes trabalhadoras, é certo, e por isso mesmo, para além de todas as temáticas de influência que abordavam, os seus principais conteúdos eram

¹⁶⁵ GOUVEIA, Maria Regina Gomes; *A interacção entre o universo político e o campo da comunicação – A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; página 51.

¹⁶⁶ *Idem*; página 279.

¹⁶⁷ PEREIRA, António dos Santos; *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em tempos de crise (1851-1926)*; Colecção Parlamento; Edições Afrontamento; Porto, 2002; página 58.

marcados por informações que se retratavam no quotidiano dos operários, na vivência e nos problemas dos trabalhadores. João Carlos Correia, ao analisar a questão operária, através do jornal “*A Estrela*” dá uma ideia disso mesmo ao dizer que nesta publicação “encontramos as marcas do quotidiano operário e da “cultura dos pobres”, através de uma insistência em temas que dizem respeito à vida do dia-a-dia: a educação, o trabalho feminino, a moral nas fábricas e o assédio sexual são alguns dos temas abordados, ao longo dos anos de 1907-1908, num contexto de crise e decadência da indústria e agravamento das condições de vida.”¹⁶⁸

Um tipo de imprensa que servia essencialmente para mostrar as más condições de vida dos operários e por isso mesmo reivindicar melhores salários, menos horas de trabalho e mais protecção social. Mas também, lutar contra o patronato, e grande parte dos artigos mostrava isso muito bem, apoiar o direito à criação de associações, de sindicatos e de grupos de trabalhadores. António dos Santos Pereira lembra uma dessas lutas, travadas pela imprensa operária: “abstendo-se de incentivar a oposição entre o capital e o trabalho, os jornais locais colaboraram na luta pelos três oitos, então bandeira das causas operárias: oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas para a educação do espírito, e aconselham a fundação de instituições de previdência e cooperativas do consumo”¹⁶⁹

Mas este tipo de imprensa fomenta também uma certa ideologia de vida que ia muito contra as indicações da Igreja. Aliás, neste ponto, a imprensa operária tem um grande período de expansão no início do século XX, quando Portugal começa a ganhar sinais de industrialização, mas a imprensa de cariz religioso não lhe fica atrás. São conhecidas as fortes guerras entre jornais de cariz operário e os de inspiração cristã. Regina Gouveia traça, de alguma forma, a imagem da imprensa da Covilhã, no início do século XX, em termos de publicações noticiosas, quando diz que: “no final do ano de 1924, era assim caracterizada a imprensa covilhanense em circulação: Há na Covilhã quatro jornais intitulados: ‘*A Mocidade*’, ‘*Notícias da Covilhã*’, ‘*O Raio*’ e ‘*O Trabalho*’. O primeiro é o defensor da defunta monarquia (...) o segundo diz que só a batina é capaz de guiar os povos à sua completa felicidade (...) o terceiro, no campo das afirmações pretende ser o mais honesto, mas o seu director [José Ramalho], que tem

¹⁶⁸ CORREIA, João Carlos; *O espaço público e a questão operária: o testemunho do jornal “A Estrela”*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; in: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-questao-operaria-jornal-estrela.pdf>.

¹⁶⁹ PEREIRA, António dos Santos; *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em tempos de crise (1851-1926)*; Colecção Parlamento; Edições Afrontamento; Porto, 2002; página 62.

sido um parvalhão, criou à sua volta a desconfiança (...) o quarto, figura minúscula, é escrito por indivíduos que só possuem vontade...”¹⁷⁰

Uma imprensa que em Portugal começa, no início do século XX a copiar, em certa medida, as linhas da Comuna de Paris¹⁷¹ e do interesse dos operários. Foram muitos os títulos que deram voz a classes de trabalhadores que começavam agora a tomar consciência do poder que tinha a sua união. Uma imprensa que acima de tudo tem a capacidade de fomentar a consciência de classe, a identidade de um grupo de trabalhadores e também serve como suporte de memórias sobre a vivência dos operários, as condições de trabalho, a segurança e as regalias ou a falta destas e todas as medidas que foram sendo tomadas, quer por aqueles que vendiam a sua força em troca de um salário, quer por aqueles que detinham o capital e as formas de produção e também pelos mediadores que foram surgindo como políticos, sindicalistas ou líderes de opinião.

Um dos aspectos a ter em conta é o do analfabetismo. Mas tal como foi dito, os jornais não serviam apenas para informar, mas também para educar. Para além da própria cultura, este tipo de publicações também desempenhou um papel de educação através da cultura e da leitura por parte de líderes de opinião, que entretanto foram passando os seus conhecimentos aos restantes leitores. O jornal era uma ferramenta também de aprendizagem, que nas associações e colectividades funcionava como cartilha de aprendizagem de leitura.

Mas as publicações das classes operárias estão centradas, acima de tudo, nas reivindicações dos trabalhadores. Desde os mineiros aos pedreiros, passando pelos serralheiros e gráficos, pelos gasomistas e tinteiros, até aos tecelões e manufactores de tabaco, havia jornais para todas as classes. Como explica Dominique Wolton: “nesse sentido, para haver comunicação é “preciso que haja identidade construída, uma

¹⁷⁰ GOUVEIA, Maria Regina Gomes; *A interacção entre o universo político e o campo da comunicação – A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; página 54.

¹⁷¹ Na *Moderna Enciclopédia Universal*; Círculo de Leitores; Tomo V; Lisboa; 1985; páginas 259 e 260, Lisboa, podemos ler que: “A Comuna de Paris é a designação do estado revolucionário instalado em Paris a seguir à derrota francesa na guerra contra a Prússia (1871). Neste último caso, os socialistas parisienses, apoiados nos operários, opuseram-se à Assembleia Nacional, de maioria conservadora, que tinha eleito Thiers como chefe do executivo para negociar a paz com os Prussianos e reorganizar a República. (...) As forças armadas organizadas pelo Comuna opuseram-se a essa manobra. Organizou-se um governo e um conselho geral da comuna parisiense, surgido das eleições efectuadas nos meses de Março e Abril. As reformas sociais e políticas decretadas pelo governo «comunardo» passavam pela separação da Igreja e do Estado, restrição do leque salarial, direito do camponês à terra e do operário aos meios de produção, etc. (...) Em Abril os Prussianos deram passagem ao exército de Mac-Mahon: as barricadas parisienses foram destruídas e o movimento comunista foi rapidamente vencido (Maio de 1871). A repressão foi dura e nela foram mortos mais de 20 000 membros da Comuna.”

vontade de intercâmbio, uma interação, uma linguagem e valores comuns”.¹⁷² Essa identidade, essa figura central acabaria por ser suportada pelo jornal da classe, da associação. Mas esse é um cenário que vai mudar, de forma radical, com a chegada do salazarismo. Depois dos anos 30, do século XX, Portugal, tal como muitos outros territórios comandados por regimes ditatoriais acaba por silenciar estes movimentos. O “*Jornal do Fundão*” vai também merecer destaque como publicação de defesa dos trabalhadores.

O “*Jornal do Fundão*” na defesa dos operários

Um dos pilares de afirmação do jornal que este estudo analisa é precisamente o da defesa dos trabalhadores. Muitas foram as páginas do jornal que serviram para reivindicar melhores condições de trabalho ou simplesmente para denunciar falhas de segurança, falta de apoio na doença ou na segurança social. O “*Jornal do Fundão*”, como foi referido, mostrou-se como uma das publicações destemidas perante um regime que tentava a todo o custo minimizar os problemas nacionais.

A denúncia de maus salários acompanhava os números da emigração, que cresciam de forma exponencial, mas também a luta contra as grandes empresas e as políticas que se tomavam na gestão danosa das instituições. Esta publicação acabou por se tornar ponto de encontro de mineiros e operários têxteis, que nas suas páginas encontraram sempre espaço para a denúncia dos seus problemas e lugar para o confronto de ideias e apresentação de soluções.

Ao longo da sua história, no período referido por este trabalho, o “*Jornal do Fundão*” apoiou, primeiramente, de forma vigorosa, a luta e vivência dos mineiros da Panasqueira e, posteriormente, já nos anos após a Revolução de Abril, as lutas dos operários têxteis da Covilhã, contra uma indústria em mudança. Sublinhe-se que em ambos os casos, o jornal acabou por funcionar como instrumento de denúncia de falta de segurança, de maus salários, de gestão danosa, de tribunal de discussão e confronto de opiniões. Um último reduto que transformou esta publicação numa plataforma de discussão, mas ao mesmo tempo, de consensos, perante a imobilidade de instituições, de empresas e dos responsáveis políticos. Foi através da pressão gerada, das denúncias apresentadas pelo jornal, que se conseguiram melhores condições de trabalho para os

¹⁷² WOLTON, Dominique; *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*; São Paulo, Ática; 2006; página 286.

mineiros e salários para os trabalhadores dos lanifícios da Covilhã. O jornalismo de causas assume assim um dos seus objectivos, o de conseguir transformar o sistema social em prol dos ideais que defende, dar resposta às necessidades daqueles que procuram refúgio nas páginas dos jornais. O jornalismo praticado no jornal que agora se analisa tem um rosto, está comprometido, tem opinião e ideologias, e por tudo isso, é um jornalismo muito próprio, muito próximo.

JORNAL DO FUNDÃO

SEMANÁRIO

ANO I — N.º 17 DIRECTOR — ANTONIO PAULOIRO JUNIOR 19 DE MAIO DE 1946

O Doutor José de Carvalho

é o novo Governador Civil do nosso distrito

Grata para todos os fundanenses a notícia que a Emissora Nacional, na passada sexta feira, transmitiu: foi nomeado Governador Civil deste distrito o Senhor Doutor José de Carvalho.

Este homem enérgico, por vezes duro, a quem o concelho deve inestimáveis serviços, tem como traço fundamental do seu caracter a integridade que não vacila e um alto espirito de justiça que o impõe à consideração geral.



Defensor leal e firme das doutrinas do Estado Novo, não há adversário que o não respeite e estime; durante dez conturbados anos de administração política, ninguém deixou de reconhecer-lhe as admiráveis qualidades de justiça e rectidão que o distinguem.

Mas nem só na Administração do Concelho a sua notável acção se fez sentir. Na Caixa de Crédito Agrícola, no Grémio da Lavoura, no Hospital da Misericórdia, no Centro de Assistência Social, na Mocidade Portuguesa, em todas as manifestações de vida e progresso da nossa terra a sua esclarecida vontade se impôs, fecunda e útil.

Chamado agora a mais alto lugar, o Doutor José de Carvalho será, temos a certeza, o mesmo de sempre. Alargaram-se as responsabilidades e são maiores os sacrifícios, mas a firmeza e a decisão que o animam são as que tão notavelmente contribuíram para a conquista do bem estar e progresso que o Fundão e seu concelho têm conseguido.

MILHARES de trabalhadores das minas pedem protecção ao Governo

Desde que, em Junho de 1944, uma necessária decisão governamental suspendeu as actividades mineiras, o nosso concelho viu extraordinariamente reduzidos os seus recursos e seriamente comprometido o futuro de milhares de trabalhadores.

Descontados os que a miragem do volfrâmio momentaneamente cegara e os que de longe tinham acorrido, pode afoitamente computar-se em cerca de oito mil o número de trabalhadores fundanenses que nas minas ganhavam o pão.

Pão duramente conquistado, em trabalho violento que por vezes enchia os hospitais. Mas, pão.

Ao princípio, quando a paralização começou a produzir os seus efeitos, era tão funda a esperança, tão inabalável a fé no breve regresso ao trabalho, que poucos se deram conta da tragédia imensa que se avizinhava.

Só mais tarde, quando a fome veio, é que o optimismo foi cedendo lugar, até se converter no angustiado desespero que é hoje a vida da maioria.

A avolumar desgraças, a maior percentagem dos trabalhadores mineiros existe onde é maior a pobreza do solo.

Pequenas povoações, como Bogas de Baixo, onde o milho aflora com dificuldade na terra hostil e outras culturas não são possíveis, contemplam tristemente a ruínosa inacção de centenas de desempregados. Em Bogas de Baixo, trezentos, numa população de apenas de mil almas. Nas outras aldeias, principalmente as da região do Rio, a mesma desoladora proporção.

Já não perguntam estes desgraçados, em quem a tuberculose vai fazendo irreparáveis estragos, quando recomeçam os trabalhos das minas.

Pedem ao Governo a protecção que merecem e o Governo certamente lha não recusará.

A abertura de novas estradas — a da Barroca - Orvalho já foi estudada e a necessidade da sua construção superiormente reconhecida — novas estradas, dizíamos, e a reparação das que existem, são medidas que se esperam como único remédio para tão grandes males.

Que se empreguem ao menos os chefes de família, mas que se dê aos infelizes trabalhadores das minas uma possibilidade de resistirem até que venham melhores dias.

É o que pedimos e confiadamente esperamos.

O Governo não pode nem ha-de querer alhear-se de um problema em que se joga a vida de milhares de portugueses.

2.º CENTENÁRIO DO CONCELHO

Por nos não ser possível publicar neste número o complemento da entrevista que o Sr. Dr. José Monteiro teve a gentileza de nos conceder, pedimos muita desculpa ao ilustre entrevistado e aos nossos leitores.

Jornal do Fundão Editor e Proprietário: António Paulouro Júnior Redacção e Administração: Composto e Impresso na

Administrador: Alberto Nunes dos Santos Sousa R. António Maria Pinto — Tel. 72 — FUNDÃO Gráfica do Fundão, Lda. — FUNDÃO

Figura 13 – O “Jornal do Fundão” começou a defesa dos trabalhadores desde cedo

Descreveremos então o jornalismo de causas como uma prática comprometida dentro dos limites da ética e deontologia, uma prática subjectiva dentro dos limites da racionalidade, um jornalismo consubstanciado na solidariedade, nos elementos identificativos de um propósito, propenso a batalhas e rebeldias, a indignações e incomodidades, é um jornalismo com alma. É desse jornalismo que se trata também no caso da defesa dos trabalhadores. O “Jornal do Fundão”, nessa matéria, é uma publicação comprometida, sempre se mostrou ao lado de duas das classes operárias com maior relevo na Beira Interior, os mineiros e os operários têxteis. Um jornal que foi conseguindo ao longo do tempo identificar-se, em certa medida, com estes funcionários. Isto porque, era uma das publicações que mesmo nos tempos da ditadura, nas décadas em que o salazarismo arrasou por completo a imprensa operária e as publicações “subversivas” que defendiam melhores condições para os trabalhadores, continuou sempre a incomodar os poderes instalados, sobretudo no caso das minas, e já depois da Revolução de Abril, as suas páginas projectaram as greves nas minas e também a luta dos trabalhadores têxteis da Covilhã, quando este sector se deparou com falências sucessivas e consequente desemprego.

Têxteis à frente nas falências

Treze empresas fecharam — mais de 700 despedimentos

O têxtil continua a ser o sector que no quadro industrial nacional mais falências tem registado. Na região já fecharam ou estão paralisadas treze empresas e mais de 700 trabalhadores foram despedidos desde o início do processo da reestruturação dos lanifícios.

Onze destas unidades fabris que encerraram desde Junho de 88 são da Covilhã e as restantes duas de Cebolais. Fontes sindicais revelaram ao «JF» que nesta situação estão a Lanofábril, Ernesto Cruz, Sociedade de Lanifícios, Jerónimo Costa Sena, Borges e Irmão, Tecidos Poldrex, Mário Campos, Eurocarlá, Agostinho Dias Carreira e M. Lourenço. Esta última fechou na sequência de um incêndio.

A crise parece persistir na indústria laneira apesar de existir, para este sub-sector, um programa de reestruturação dotado, inicialmente, com 4 milhões de contos.

Em termos de sectores de actividade económica, a incidência de falências, nos dois últimos anos, em Portugal, verificou-se principalmente nos têxteis e no vestuário. Em 1989 encerraram, devido a falência, 20 empresas dos têxteis em todo o país. O número, em 1990,

aumentou para 23. Curiosamente as unidades fabris que no ano passado obtiveram sentenças judiciais de falências, no total de 104, no panorama nacional, foi menor em relação ao ano anterior. Cerca de dez por cento. Nos têxteis, no entanto, verificou-se um ligeiro acréscimo.

Nos últimos dois anos, 40 das 220 empresas declaradas falidas em todas as actividades económicas foram, sem êxito, objecto de tentativa de recuperação prevista legalmente.

Em 1990, o segundo sector com mais falências, a seguir ao têxtil, foi o da construção, com dez sentenças. Vêm depois, as empresas de calçado, alimentação e bebidas, com oito.

SINDICATO FAZ BALANÇO

Entretanto o Sindicato dos Têxteis da Beira Baixa reali-

za, segunda-feira, dia 4, às 17.30, uma conferência de imprensa para balanço da reestruturação dos lanifícios, no dis-

trito.

O prazo para a entrega de projectos encerrou no dia 31 de Dezembro último.

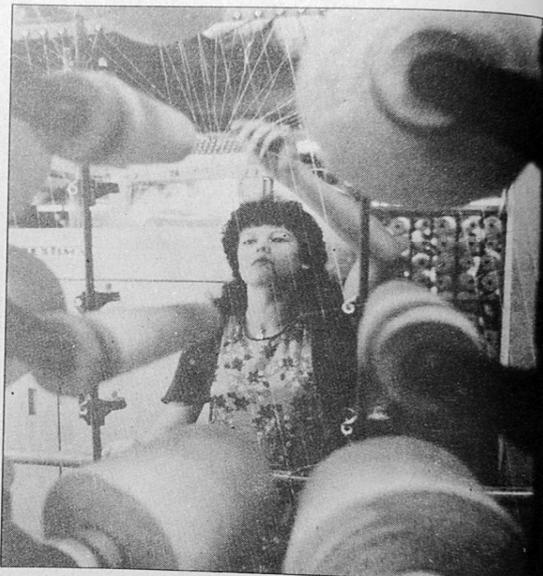


Figura 14 – Os têxteis foram também alvo de grande atenção por parte do jornal

O jornal ao lado das minas

No caso das Minas da Panasqueira, a reivindicação por melhores condições de trabalho está quase presente desde o início. A Panasqueira é um universo muito próprio e a sua história resulta num longo e confuso novelo de factos e de manobras onde os homens que furavam as entranhas da terra e acabavam com os pulmões repletos de pó, com uma verdadeira doença laboral, eram os que mais perdiam. Uma multinacional, perante a qual o próprio Salazar tinha alguma dificuldade em impor condições, operava a seu bel-prazer na zona Sul dos concelhos da Covilhã e do Fundão. O volfrâmio, material utilizado na indústria e na produção de ferro e aço tem aqui uma das principais jazidas a nível mundial. Para o arrancar à terra a multinacional “Beralt In & Wolfram” contrata homens da região que entram para a mina muito jovens e acabam sem forças a meio da vida.

O principal problema, a Silicose. Uma doença causada pela continuada exposição ao pó libertado na extracção do minério. A falta de condições de higiene e segurança leva a que milhares de trabalhadores acabem, como contava António Paulouro: “com os pulmões cheios de pó e a cuspirem sangue”. A juntar a todo este drama humano, os salários baixos e a falta de apoio social.

Fernando Paulouro, autor do livro “A Guerra da Mina e os mineiros da Panasqueira”, que reúne testemunhos de operários, sindicalistas e reportagens do “Jornal do Fundão”, para além de um vasto conjunto de informações sobre o número de trabalhadores nos períodos áureos da laboração desta empresa e os dividendos que a mesma recolhe descreve esse mundo. Paulouro, que sempre acompanhou de perto, com trabalhos para o jornal, os mineiros conta que: “As minas eram um universo próprio. Havia uma repressão muito grande e uma empresa ainda maior, ao ponto de ter a polícia comprada. A GNR trabalhava dentro da mina, para a mina. Os representantes sindicais eram bastante reprimidos. O jornal deu visibilidade ao problema da silicose. O grande problema é que a mina e as companhias de seguros, num mundo perverso, discutiam as coisas de tal forma que os trabalhadores afectados pela silicose quando iam às juntas médicas e aos hospitais, tentava-se alijar a questão dizendo que aquilo era tuberculose. Foi uma discussão que matou muitos mineiros à fome. Para dar uma ideia de que isto era um cenário brutal e dantesco colocávamos as mulheres de negro nas aldeias da corda do Zêzere. O romance do António Castanheira. É a história de um mineiro que não deixa cair o cadáver de um colega seu. É um herói improvável de uma história que

acaba com a mina a dar-lhe dez tostões pela sua solidariedade e humanidade. Esse artigo é escrito quando o Castanheira morre de silicose no Fundão depois de estar na miséria sem receber nada porque diziam que ele tinha tuberculose. A censura não deixou publicar numa primeira fase, mas quando o homem morre, foi mesmo publicado à revelia da censura.”¹⁷³



Figura 15 – O “Jornal do Fundão” acompanhou de perto as maiores paralisações

É todo este conjunto de problemas que começam a ganhar forma logo na edição número 17 do “Jornal do Fundão”, em 19 de Maio de 1946, com um texto intitulado “Milhares de trabalhadores das minas pedem protecção ao Governo”. No artigo pedia-se uma solução para os trabalhadores que estavam agora sem possibilidades de laborar na mina. A pedido dos ingleses, pouco antes do fim da II Guerra Mundial, Salazar acaba por suspender o envio de volfrâmio para a Alemanha e para os países que apoiavam Hitler. Com essa medida, a Beralt In suspende os trabalhos e encerra a mina temporariamente, mandando para casa sem qualquer tipo de forma de sobrevivência, milhares de pessoas. O jornal volta ao tema meses depois, a 29 de Setembro de 1946.

¹⁷³ Entrevista concedida no âmbito deste trabalho

No editorial intitulado “A desesperada situação dos mineiros” expõe a falta de rendimentos, a fuga de homens para Espanha, mas também algumas soluções para que estes fiquem na região, como por exemplo, a sua ocupação na construção de estradas, nas captações de água ou na pavimentação de ruas.

Mas passadas as convulsões próprias do período a laboração da mina é retomada e novamente surgem os problemas. A questão fundamental estava na falta de apoio social aos mineiros. Isto porque, efectivamente existia uma doença laboral, a silicose, que não era reconhecida pelo Estado, nem pelas companhias de seguros. Os mineiros acabavam por morrer de “tuberculose”, sem direito a um subsídio ou qualquer outro tipo de rendimento. O Jornal foi noticiando com letras gordas a situação que parecia inalterável. “A Beralt continua por maus caminhos”, “Eles continuam a cuspir sangue” ou “Requiem para homens que morrem cedo” são alguns dos títulos alusivos a este facto. No livro de Paulouro pode ler-se que “Mais do que um centro industrial, as Minas da Panasqueira, que a Beralt Tin & Wolfram explora, com largo proveito económico desde 1928, são um feudo, uma coutada reservada da exploração estrangeira. (...) As feridas da mina ainda não cicatrizaram: são visíveis, com nitidez, por toda a corda de aldeias do Zêzere – as aldeias de viúvas – onde o negro das mulheres significa muitas vezes uma fatalidade chamada silicose. (...) As circunstâncias políticas que fizeram da Beralt a grande empresa multinacional estão profundamente ligadas à sorte dessas aldeias vestidas de luto, marcadas pela brutalidade da silicose e, mais tarde, quando os camponeses-mineiros (e os outros) aprenderam o salto da fronteira à procura de pão e dignidade, povoadas pelo silêncio da emigração.”¹⁷⁴



Figura 16 – As “aldeias de negro”

¹⁷⁴ PAULOIRO; Fernando; Daniel Reis; *A Guerra da Mina e os Mineiros da Panasqueira*; Edições A Regra do Jogo; 1979; Lisboa; página 81.

O papel do jornal, neste âmbito, passa por descrever toda a situação, apresentar soluções e exemplos e não deixar cair no esquecimento e na comodidade do regime, um drama humano e social que decorria em terras da Beira Interior. A luta para que a silicose fosse reconhecida como uma doença laboral passou pelas páginas desta publicação. A contribuição do “Jornal do Fundão” foi de uma relevância assinalável para que tal viesse a acontecer.

Foram muitos os episódios que contribuíram para isso mesmo. Em Março de 1965, pouco tempo antes do jornal ser suspenso por seis meses, António Paulouro publica, sem ordem da Comissão de Censura de Castelo Branco, o “Romance de António Castanheira”. Um relato frio de mais um episódio em que a falta de segurança nas minas leva à morte de um trabalhador que procedia com um colega à abertura de um túnel de ventilação. Contudo, António Castanheira, que sobreviveu a custo ao trágico acidente, segura o corpo do seu colega, durante horas, no cimo de uma chaminé com vários metros de altura. A mina, uma grande multinacional, assinala esse acto heróico dando a António Castanheira um prémio monetário de alguns tostões. Este mesmo trabalhador acabará silicótico, a mendigar nas ruas do Fundão, sem apoio da empresa ou do Estado, até à sua morte, altura em que o fundador do “Jornal do Fundão” publica o seu “romance”. Esta acção é vista por trabalhadores como um acto de extrema relevância e coragem do jornal, mas é entendida pelo regime como um acto de ousadia que meses mais tarde vai ser pago.

A postura do jornal passa depois para a publicação das mulheres de negro. As aldeias dizimadas pela silicose pintam um retrato que ainda hoje faz parte da identidade colectiva da região. Em 7 de Março de 1971, o jornal dava conta disso mesmo com a reportagem “Aldeias de Silicose – Aldeias de Viúvas”. Num texto de primeira página dizia: “Falar de silicose é, geralmente assacar culpas a uma empresa estrangeira, a métodos obsoletos que aumentam os riscos de trabalho. A fórmula, simplista, pode tranquilizar a consciência de alguns, mas está longe de ser verdadeira.”¹⁷⁵

Mas o jornal há-de continuar a sua luta e, a título de exemplo disso mesmo, entre Março e Maio de 1971 publica semanalmente reportagens e que falam dos problemas causados pela laboração na mina, notícias que exigem medidas e o reconhecimento da silicose. “Silicose ou tuberculose – a discussão que mata os mineiros à fome”, “Silicose uma sombra de muitas vidas” ou “Silicose, combate em três frentes” são títulos

¹⁷⁵ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 1260, de 7 de Março de 1971, página 1.

exemplificativos desses trabalhos. A juntar a tudo isto, números e estudos técnicos e académicos sobre o problema. Na edição 1268, de 2 de Maio de 1971, o jornal avança com uma notícia baseada em dados oficiais das juntas médicas, das freguesias e das paróquias, para dizer que “75 mil portugueses estavam sujeitos, em 1962, aos perigos das poeiras da sílica”. A notícia explica que “este é um drama de proporções gigantescas, que escorre na miséria e luto de muitas aldeias e vilas. E mesmo cidades. Porque a silicose não afecta só os mineiros. Operários de fábricas de cerâmica, pedreiros, britadores, calceteiros e outros, estão expostos também ao mesmo risco.”¹⁷⁶ O problema acaba por ser aceite e começa a ser verdadeiramente resolvido depois do 25 de Abril.

Mas a democracia apresenta um novo ciclo laboral na mina e novos problemas. Agora, com a possibilidade de associação, com o direito à greve, a *Panasqueira* e o “*Jornal do Fundão*” voltam a escrever uma página na história da imprensa operária portuguesa. Corria o ano de 1981 e os trabalhadores clamavam por melhores condições salariais. A *Beralt Tin*, agora controlada pelo império *Oppenheimer*, através da *subholding* *Charter Consolidated*, tinha apresentado lucros bastante avultados, mas ainda assim, não quer avançar com aumentos salariais. Instala-se um clima de tensão e de greve no couto mineiro. Passam várias semanas sobre a luta entre a multinacional e os trabalhadores. Semanas que são acompanhadas pelo jornal, com notícias e reportagens que pedem a presença de políticos e mediadores para o problema. Ninguém se mostra disponível para ouvir os mineiros, a não ser a publicação que vai dando eco dos acontecimentos. Passam um mês, dois e os mineiros continuam sem salários, mas a mina começa também a ter prejuízos, uma vez que se encontra encerrada. Apenas na 13^a semana de luta, uma Comissão Parlamentar da Assembleia da República, constituída por deputados de todos os partidos com presença no hemiciclo, se desloca à *Panasqueira* para se inteirar do problema. A 7 de Agosto de 1981, 14 semanas depois, o “*Jornal do Fundão*” avança com a novidade: “Vitória dos mineiros”. A notícia de primeira página diz que “os mineiros das Minas da *Panasqueira* voltaram ao trabalho. Depois de 14 semanas de greve, a Comissão Intersindical e a *Beralt* chegaram a um acordo, considerado pela Comissão «uma grande vitória».”¹⁷⁷

¹⁷⁶ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 1268, de 2 de Maio de 1971, página 1.

¹⁷⁷ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 1804, de 7 de Agosto de 1981, página 1.



Figura 18 – Uma greve que durou 14 semanas, mas que acabou por dar razão aos mineiros

Mas aquilo que parece ser uma grande vitória para os trabalhadores acaba por ser também o reconhecimento do papel e do contributo do jornal. Uma reconhecimento que António Lopes, dirigente sindical dos mineiros traduz numa moção aprovada por unanimidade, pelos trabalhadores, que faz referência ao jornal: “queremos fazer uma menção especial ao “Jornal do Fundão” que nesta como em todas as lutas tem dedicado do melhor do seu espaço aos mineiros, assumindo-se como um jornal regional que luta pelos interesses dessa mesma região.”¹⁷⁸ As lutas e as reivindicações dos trabalhadores das minas continuam ainda hoje a ser acompanhadas de perto pelo jornal.

¹⁷⁸ *Idem*: página 13.

O apoio aos operários dos têxteis

A indústria têxtil tem uma expressão diferente na publicação que este estudo analisa. A sua ligação com o jornal e o papel que este desempenhou, em relação aos operários das fábricas da Covilhã coincide, em certa medida, com o caso dos mineiros, na vertente de apoio às reivindicações laborais e sociais e também na transmissão contínua de informações, em momentos de luta dos trabalhadores. Para além deste aspecto, existe também uma linha de actuação similar, que passa pela publicação de vários artigos e conteúdos noticiosos que analisam os sectores de actividade em causa, avançam com números e opiniões de académicos ou profissionais da área e também com algumas possíveis soluções.



Figura 19 – O jornal foi mostrando a crise dos lanifícios

Contudo, os têxteis começam por surgir, com alguma relevância, nas páginas do jornal, apenas no período democrático. Até 25 de Abril de 1974, ao contrário das Minas da Panasqueira, a principal actividade laboral da Covilhã acaba por ter uma presença reduzida. Encontram-se referências a alguns problemas surgidos no período do final da II Guerra Mundial, com falta de trabalho nas fábricas, mas nada de maior relevância.

Cenário que se altera totalmente a partir do início dos anos 80, do século XX. O “Jornal do Fundão” acaba por ser uma das publicações que acompanha de perto a indústria têxtil, que entretanto se manifestava em profunda mudança. Em finais de 1977, com a discussão do Contrato Colectivo de Trabalho Único e Vertical tem início um primeiro período de greves e manifestações, das quais o jornal faz eco. Mas este tipo de lutas haveria de ter, anos mais tarde, episódios dramáticos com confrontos entre trabalhadores e forças policiais, a cidade praticamente barricada, operários feridos a tiro por empresários e inclusivamente ataques à bomba a viaturas de proprietários de empresas do sector. Um período conturbado do qual ficam também as marcas do encerramento de inúmeras empresas, de homens e mulheres sem trabalho e de graves carências sociais. Retratos que o jornal foi mostrando e pelos quais exigiu respostas e soluções.

Mas o jornal desempenha aqui também uma função de mediador. Neste período começa por ter uma maior expressão na cidade da Covilhã. A presença de uma página (a última) dedicada aos assuntos da cidade vinha desde o segundo ano de vida desta publicação fundanense. As informações sobre a cidade serrana passavam sobretudo, pelo acompanhamento da equipa de futebol local, o Sporting da Covilhã, as actividades das associações, sobretudo as do Rotary Club, no tempo do regime, e também notícias do quotidiano citadino. Nas páginas interiores do jornal, as freguesias deste concelho tinham também destaque.



Figura 20 – A Covilhã esteve presente, desde cedo, nas páginas do jornal

Com o acompanhamento dos problemas dos têxteis, a Covilhã começa a ganhar relevância das páginas do jornal. Mas tal como vinha sendo dito, uma das funções que também foi desempenhada, passou pela mediação, ou apoio a esta, na resolução do conflito. O jornal serviu, neste período, para que muitos sectores que no terreno se colocavam em pólos opostos, como era o caso dos trabalhadores, representados pelos sindicatos, em oposição aos empresários e às suas associações, conseguissem ter uma base de diálogo. Isso passou muito pelas cartas do leitor. Os episódios de cartas enviadas por sindicatos, que na semana seguinte tinham as respostas dos patrões e posteriormente nova resposta dos representantes dos trabalhadores, são inúmeros. Para além destes, as cartas enviadas aos ministros e presidentes da República, eram também enviadas ao jornal e publicadas, muitas delas, na íntegra.

O ano de 1977 acaba assim por marcar, de certa forma, o início da crise. À implementação do Contrato de Trabalho e de Salário Mínimo, os empresários respondem com a ameaça do encerramento de unidades fabris. “Em risco 600 postos de trabalho”, avança o “Jornal do Fundão” de 13 de Dezembro de 1977. “Como salvar os têxteis”, questiona duas semanas depois. Uma situação que iria conhecer cada vez mais agravamentos. Em 1981, nova negociação de salários e novas paragens. Nessa altura, uma notícia avançada pelo jornal dava conta da dimensão desta actividade: “o sector têxtil ocupa 26,5 % dos efectivos de mão-de-obra das indústrias transformadoras, isto é, proporciona emprego a 175 197 trabalhadores. A nível do distrito de Castelo Branco, representa 70 % do total da nossa actividade industrial, empregando cerca de 10 000 trabalhadores.”¹⁷⁹

Mas o ano não acabaria sem antes se registarem os piores acontecimentos das lutas dos têxteis. Em Novembro de 1981, uma greve na cidade durou mais de trinta dias. As primeiras notícias do conflito foram avançar pelo “Jornal do Fundão” que tinha vindo a fazer um trabalho de auscultação de várias partes. A dimensão da paragem que opunha patrões e funcionários ganhou dimensão internacional, com a greve a ser noticiada na imprensa estrangeira. Estava em causa a negociação de uma nova tabela salarial. Os interesses dos operários, defendidos pelo Sindicato Têxtil levaram à demissão dos corpos directivos da Associação Nacional dos Industriais dos Lanifícios. Um primeiro momento de tensão numa cidade que “mais parecia um barril de pólvora”, classificava-a assim o jornalista que seguia a greve. Depois de alguns confrontos, dois delegados

¹⁷⁹ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 1810, de 18 de Setembro de 1981, página 36.

sindicais acabam no hospital. Um episódio que vai despoletar a ira dos trabalhadores que se concentram à entrada das fábricas. Uma das maiores empresas de sempre, a “Paulo de Oliveira”, na freguesia da Boidobra, acaba por ser palco dos piores episódios. Estavam contados 21 dias de greve e os trabalhadores, face ao agudizar dos conflitos e à primeira carga policial sobre os representantes sindicais cercaram as imediações da fábrica. Um grupo de operários mostra-se disponível a “furar” a greve e a continuar a laboração, mas são impedidos pelos grevistas. As forças policiais que cercavam e isolavam a freguesia covilhanense investem sobre o piquete: “forças da GNR, carregaram sobre os trabalhadores ocasionado uma dezena de feridos.”¹⁸⁰ Para além deste episódio, um outro acto extremo acaba por incendiar ainda mais a situação. A 26 de Novembro, uma viatura do sindicato têxtil é forçada a parar por um carro conduzido por um industrial da cidade. Os sindicalistas ao saírem da viatura são baleados com tiros de caçadeira. Um facto que leva a luta laboral ao extremo com dezenas de trabalhadores a concentrarem-se no local do atentado. “Assassinos, assassinos, gritam dezenas de pessoas no cenário dos tiros. A população, enfurecida, parece disposta a fazer justiça pelas próprias mãos. No meio da confusão, o “patrão” a autor dos disparos, Ramiro Figueiredo é sovado mas consegue escapar até ao hospital. Durante horas, centenas de trabalhadores concentram-se nas imediações do hospital. Um forte contingente policial protege Ramiro Figueiredo que entretanto recebera tratamento a ferimentos ligeiros. A PSP não consegue, todavia, evitar que o automóvel do industrial seja apedrejado e virado por uma multidão em fúria.”¹⁸¹

Uma paralisação que ganhou voz através das páginas do “Jornal do Fundão”, que a levou a muitas paragens, ao ponto de agricultores e pescadores enviarem alimentos para os trabalhadores que permaneciam em greve e sem receber salário. No final do ano, o jornal anuncia o fim do conflito e o entendimento entre empresários e trabalhadores.

Perante estes factos, esta publicação acaba também por lançar vários desafios e apontar alguns caminhos. “Lanifícios – mudar para sobreviver” e “Dossier Lanifícios” são algumas dessas acções. Longas entrevistas com académicos, sindicalistas e empresários tentam fazer a radiografia do sector e apontar algumas medidas. Mas a entrada de Portugal na União Europeia parece não ter trazido só fundos comunitários e a crise agrava-se cada vez mais. A cidade transforma-se de tal modo que uma das frase de

¹⁸⁰ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 1818, de 13 de Novembro de 1981, página 36.

¹⁸¹ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 3050, de 28 de Janeiro de 2005, página 9.

José Mota, secretário-geral do Sindicato Democrático dos Têxteis (Sinditex), na entrevista concedida ao “Jornal do Fundão”, sintetiza isso mesmo. Dizia em 1991, este responsável: “Das 116 empresas que existiam na Covilhã, nos finais dos anos 60, sobreviveram 31.”¹⁸²

O peso do jornal na voz dos operários acabou também por ser marcado em vários domínios. As suas páginas foram espaço privilegiado para dezenas de entrevistas com os mais variados representantes. Ao longo dos anos da crise têxtil, esta publicação pautou a sua actuação também pela apresentação de diversos estudos, reportagens e estatísticas que tentaram, acima de tudo, contribuir para a resolução de um problema que acabaria por mudar a geografia humana, social e económica, não só da Covilhã, mas um pouco de toda a Cova da Beira.

21 dias de greve nos Lanifícios

**Intervenção de forças da GNR
transforma Covilhã
num «barril de pólvora»**



**Ainda sem viseiras, um aspecto da concentração da GNR
junto à «Paulo de Oliveira»**

A presença de Forças de Intervenção da GNR, que carregaram sobre os trabalhadores ocasionando uma dezena de feridos, entre os quais dirigentes sindicais, agravou profundamente o conflito laboral dos lanifícios que, na região da Covilhã, entrou no 21.º dia de luta.

**O FILME
DOS ACONTECIMENTOS**

As F.I. da GNR, estranhas à região, surgiram na manhã de terça-feira nas imediações da «Nova Penteação», na Quinta da Várzea. Os efectivos calculados em mais de 120, carregaram mais tarde sobre alguns trabalhadores provocando ferimentos no dirigente sindical Lourenço Silva Marques, que recebeu tratamento no Hospital. Incidentes foram ainda verificados junto da empresa «Paulo de Oliveira», do presidente

demissionário da ANIL, onde estiveram estacionados cerca de 80 elementos da GNR. Uma mulher, Ermelinda de Jesus, e um delegado sindical, António Correia, receberam tratamento hospitalar.

Outros acidentes, e de maior gravidade, ocorreram quarta-feira, à tarde, junto à «Paulo de Oliveira», entre trabalhadores e as F.I. da GNR. Cerca de duas dezenas de operários sofreram ferimentos, disse um dirigente sindical. Mais de 140 elementos da GNR, com cães-polícias, estiveram no local. Durante o dia, muitas dezenas de trabalhadores concentraram-se junto àquela empresa, onde, ao fim da tarde, se registaram os factos. A zona próxima à «Paulo de Oliveira» estava ocupada por soldados da GNR, transportados em 12 jipes, 2 jipões e 1 camioneta, equipados com espingardas metralhadoras, bastões, escudos e viseiras. O «estado de sítio» parecia reinar naquela área.

Repórteres do «Jornal do Fundão» foram intempestivamente
(Continua na pág. 21)

Figura 21 – O “Jornal do Fundão” acompanhou, de perto, os dias mais tensos da greve

¹⁸² In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 2335, de 24 de Maio de 1991, página 20.

Regadio da Cova da Beira – A obra inacabada

Os muitos casos de actuação do jornal que está na base deste estudo demonstram, em nosso entender, a capacidade de mobilização de cidadãos, políticos, técnicos e demais estruturas sociais, com vista à realização de obras, à alteração de situações quotidianas e à mudança da sociedade. Contudo, neste rol de exemplos, e outros tantos ficam por descrever, existe um caso invulgar, o do Regadio da Cova da Beira.

Esta obra, cuja base foi lançada na Assembleia da República por um deputado eleito pelo círculo de Castelo Branco, em Junho de 1950, ainda hoje, passados mais de 50 anos, não está totalmente concluída. A escolha deste caso, para além da óbvia demora de execução e do contraste nítido com as restantes “batalhas” do jornal, serve também para mostrar, em certa medida, a importância efectiva que as notícias têm e a sua capacidade de recordar as necessidades e as aspirações de uma comunidade. Com toda a certeza que a história, bastante longa, do regadio, teria conhecido outro desfecho, não fosse o “Jornal do Fundão” ter feito, também da realização deste projecto, uma bandeira. A persistência do jornal em ir lembrando ao longo dos anos, décadas, a necessidade de uma construção desta natureza na região, acabou por dar os seus resultados.

Um outro factor, que não poderia ser deixado de lado, é o da publicação de livros como complemento de temas que o jornal trata nas suas páginas. Para além da temática das Minas da Panasqueira, do império de extracção do volfrâmio e das parcas condições de trabalho com baixos salários, também as Jornadas da Beira Interior e o Regadio da Cova da Beira foram assuntos que algumas das pessoas ligadas ao corpo redactorial desta publicação, trataram em livros, editados ou apoiados pelo “Jornal do Fundão”. No caso concreto do Regadio da Cova da Beira, António Paulouro publicou em 1991 “Crónica das Águas que Passam”. Uma colectânea de textos publicados no jornal, ao longo de várias décadas, que abordam a importância do regadio. Desde políticos, a engenheiros, académicos e agricultores, todos dão o seu contributo para que esta obra se torne uma realidade e explicam a sua necessidade.

Como foi dito, a ideia do regadio surge nas páginas do jornal a 9 de Julho de 1950.¹⁸³ Na edição 209 um grande título ocupa a primeira página “Setenta milhões de metros cúbicos de água armazenados na Serra da Estrela poderão irrigar dez mil hectares de terra na Cova da Beira”. O texto é uma quase transcrição integral da intervenção de Araújo Correia, engenheiro e deputado na Assembleia da República. Este apontava dois objectivos principais para o aproveitamento hidrográfico da água que se reunia na Estrela, quer através da chuva, quer pela neve. Segundo o engenheiro civil, para além da rega dos dez mil hectares de terras, desde o concelho do Sabugal até ao concelho do Fundão, haveria ainda a capacidade de produzir energia eléctrica em duas barragens, a da Candeira e a de Asse-Dasse. O custo estimado da obra em 1950 era de pouco mais de 45 mil contos, cerca de 225 mil euros.

O regadio viria a revelar-se uma obra tortuosa cuja história, nos arriscamos a dizer, fez correr muita “tinta” e pouca água. O jornal acabou, durante as décadas de 50 e 60, do século XX, por servir de espaço de reflexão para esta empreitada. A espaços temporais foram aparecendo nas suas páginas textos de opinião, estudos e alguns pareceres técnicos que reportavam para o assunto. Muitas das vezes, o jornal conseguia prolongar por um mês ou mais a discussão, através de cartas e respostas a um artigo ou uma notícia sobre o regadio. Mas passado isso, o tema voltava a ficar “arquivado”.

As próprias obras só arrancam com a chegada de Marcelo Caetano ao poder. Em 1969, instalam-se no Fundão as brigadas de trabalho de topografia e de estudos agrários. Equipas que vão fazer as primeiras prospecções sobre uma obra que tem um novo impulso com Duarte Simões e com o Grupo de Trabalho da Cova da Beira e também, em 1973, com o Plano Geral do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira.

Contudo, a história do “Jornal do Fundão” acompanha também os episódios e avanços e recuos de uma obra que ainda hoje não está totalmente finalizada e cuja sua concretização inicial, com o aproveitamento eléctrico, nunca irá ser feita. O jornal serviu, em nossa perspectiva, mais uma vez, como grande impulsionador deste tema, mas também, como dinamizador do debate necessário sobre esta obra e plataforma de congregação de vontades para pressionar os poderes e organismos responsáveis pela obra. Pensamos que serviu assim para o efeito que fala Pedro Coelho quando diz que:

¹⁸³ Também já em 1937, um relatório da então Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola apontava para a construção de um sistema de rega na Cova da Beira com a capacidade imediata de irrigação de seis mil hectares de terreno.

O mais longo episódio de pressão jornalística: o “Túnel da Gardunha”

Uma das principais reivindicações do “Jornal do Fundão” para a Beira Interior passou pelo melhoramento das vias de comunicação. Ao longo das várias décadas, dezenas de editoriais, e centenas de notícias fizeram referência a este ponto estratégico para qualquer localidade. As ligações rodoviárias à região eram bastante reduzidas e os seus perfis reduziam-se a estradas nacionais. Para agravar a situação, estavam os condicionalismos naturais. Toda a zona da Cova da Beira está inserida no centro de uma cordilheira montanhosa formada pela Serra da Estrela e pela Serra da Gardunha.

António Paulouro exemplificava sempre este facto com a distância da região à capital. Para ele e todos os que aqui viviam eram trezentos mil metros de distância, transitados em estradas de montanha e com más condições que deixavam Lisboa a sete horas. Até 1993 poucos eram os quilómetros de auto-estrada construídos na região. Mas o grande problema, na perspectiva do jornal, é que esse cenário parecia ficar igual com o passar dos anos. No início da década de 90 do século passado, Portugal assistia a um dos períodos de maior transformação social. Os fundos comunitários entravam no País de forma nunca vista e Portugal deveria então aproveitar o dinheiro para lançar infra-estruturas de desenvolvimento, as quais deveriam ser perceptíveis em regiões como a Beira Interior.

Para dar apenas um exemplo das assimetrias de toda a faixa interior do País, em relação às regiões costeiras o “Jornal do Fundão” publicou as conclusões de um estudo levado a cabo por uma empresa de recursos humanos e investimentos que analisou, em 1991, o índice de poder de compra de 305 concelhos portugueses. Num texto publicado em primeira página, com o título “Um país cortado ao meio”, dava-se conta de que “dezassete concelhos portugueses, num total de 305, detêm 50 por cento do poder de compra nacional. O litoral concentra a riqueza, neste país de ricos e pobres. São as assimetrias regionais que se agravam, um panorama económico que traduz as graves desigualdades que persistem na sociedade portuguesa. O interior arrasta a sua dependência. O retrato é impiedoso.”¹⁸⁵

Por isso, vinha de há muito a necessidade de uma ligação rodoviária similar a uma auto-estrada, entre as localidades da Cova da Beira e Lisboa. Os concelhos da Covilhã e

¹⁸⁵ In: *Jornal do Fundão*: edição n.º 2357, de 25 de Outubro de 1991, página 1.

O grupo de trabalho para o Planeamento Regional da Cova da Beira tinha, num dos seus planos, a construção de uma via desta natureza, que servisse de complemento à estrada montanhosa que ladeava a Gardunha e fechava esta zona ao resto do território. Via que também acabava por ligar todo o vale à cidade da Guarda e daí à fronteira com Espanha. Mas a região continuava como António Paulouro a classificava: “à beira da cova”. Estudos, promessas políticas e algumas tentativas de responder aos problemas, havia-os, mas medidas concretas não eram tomadas. O país recebia os referidos subsídios da União Europeia, à qual tinha aderido em 1 de Janeiro de 1986, mas as verbas em causa estavam a ser canalizadas sobretudo para o litoral, agravando ainda mais a assimetria de desenvolvimento entre a zona costeira e a zona interior de Portugal. Fernando Paulouro explica que esta área teve sempre uma atenção especial por parte do jornal, e funcionou como uma das suas grandes causas, devido ao facto de “ao existir um isolamento não pode haver uma visão alargada das coisas. O jornal sempre teve a ideia de que era preciso combater isso. Estamos a 300 mil metros de Lisboa. As estradas venciam-se a metro. A campanha pelo Túnel foi única na imprensa portuguesa.”¹⁸⁶

O “Jornal do Fundão”, a 8 de Março de 1991, aproveita a visita de Joaquim Ferreira do Amaral, então do ministro das Obras Públicas e Comunicações, à Covilhã, para o questionar sobre os planos rodoviários para esta região. No editorial publicado na primeira página do jornal, com o título “A visita do ministro”, Fernando Paulouro, então chefe de redacção e o responsável pela condução deste dossier, no JF, dizia: *“No jogo das circunstâncias pré-eleitorais, a Beira Interior entra na geografia do governo como espaço talhado para a estratégia da promessa ou da festa inaugurativa. (...) Na ausência de órgãos regionais que assumam frontalmente a voz e os interesses da região – a regionalização continua na gaveta – é indispensável que a viagens dos ministros ao interior sejam menos de festa do que de confronto aberto com as realidades que condicionam o nosso desenvolvimento. O ministro das Obras Públicas e Comunicações tem aqui um problema fundamental que é o de saber se o IP-2, itinerário essencial ao progresso da região e que, escandalosamente, pelo menos no distrito de Castelo Branco, continua parado, agora avança.*

¹⁸⁶ Entrevista concedida no âmbito deste trabalho

Túnel da Gardunha ainda este ano

Analisa-se presentemente o impacte ambiental do projecto

O ministro das Obras Públicas, dos Transportes e das Comunicações veio à Covilhã dizer que há luz verde para o túnel da variante do Fundão. Foi em declarações ao «JF» que Ferreira do Amaral declarou que «existe ante-projecto que prevê um túnel de 600 metros» na Serra da Gardunha. Numa intervenção pública no salão nobre dos Paços do Concelho, o ministro aos grandes problemas da região, no quadro do Plano Rodoviário Nacional (PRN) praticamente disse nada. Admitiu antecipar o IP-2 para «retirar a Covilhã de um isolamento ancestral». Não foi muito para quem tinha ouvido já do presidente da Câmara um discurso que os observadores classificaram como o mais reivindicativo e exigente do seu mandato. Sem «papas na língua», Carlos Pinto foi ao ponto de dizer que depois da variante, «na Covilhã nunca mais se construiu um metro de estrada no PRN».

Foi um discurso breve e sem novidades para a Covilhã e a região, o do ministro Ferreira do Amaral, na sessão solene na Câmara. Aguardada com natural expectativa, esta visita do titular da pasta das Obras Públicas, dos Transportes e das Comunicações não constituiu o confronto aberto com as realidades que condicionam o nosso desenvolvimento. Afinal Ferreira do Amaral não foi além da estratégia (velha) da promessa a julgar pelas intervenções públicas que fez e também pelas palavras que deixou no ar para a comunicação social.

Estas palavras são de uma moradora de uma das zonas habitacionais mais degradadas que se conhece. «Vamos acabar com esta degradação», prometeram Carlos Pinto e o ministro das Obras Públicas que nesta deslocação à Covilhã inaugurou os 80 fogos sociais da Alâmpada. Foi já no final da manhã, dando assim cumprimento a uma agenda carregada e feita a correr.

TÚNEL DA GARDUNHA — OPÇÃO JA FOI TOMADA

Afinal a variante do Fundão já tem luz verde. A opção do ministro é mesmo a de fazer passar a estrada pelo interior da Gardunha. Esta terá sido a conclusão mais relevante da visita do ministro Ferreira do Amaral, no dia 8, à Covilhã.

Para o responsável do pelouro das comunicações esta obra da cidade do Fundão e os troços do IP-2, no distrito, poderão «ser antecipados» relativamente ao que está programado. Ferreira do Amaral recordou que o PRN prevê o início de ambos os empreendimentos para o segundo semestre de 92.

Falando ao «JF» o membro do Governo afirmou que «já existe anteprojecto para a variante do Fundão, que contempla um túnel com cerca de 600 metros». Ferreira do Amaral adiantou que o anteprojecto «está a ser analisado no seu impacte ambiental». Quanto ao projecto, espera a conclusão «para breve». Quando lhe perguntámos a data para o início da variante do Fundão, afirmou que «a ideia é agora a de lançar a obra de imediato e não a de seguir a



O ministro e o presidente da Câmara no Bairro das Machedes em Tortosendo: «Vamos acabar com esta degradação»

programação que estava feita no PRN». Por outras palavras, o ministro deixou a promessa de «começar a estrada no final deste ano ou no começo de 92».

Os mesmos planos e prazos traçou, na Covilhã, Ferreira do Amaral relativamente quanto ao IP-2. «Perante as necessida-

des desta região julgamos poder antecipar o lançamento de pelo menos dois troços, principalmente o que liga a Covilhã ao limite do distrito da Guarda». Neste quadro de prioridades o titular das Obras Públicas incluiu a variante do Fundão, «uma estrada com 25 quilómetros e um túnel na

Gardunha».

Ainda ao «JF» o ministro comentou a proposta do presidente da Câmara da Covilhã de ligar a cidade directamente à zona da Raia: «Vamos estudar se de facto se justifica a alternativa de uma ligação directa, ou seja o prolongamento pelo Sabugal até Vilar For-

mos». De qualquer modo sublinhou que o IP-2 e o IC-7 «vão servir perfeitamente as ligações internacionais da Covilhã».

IP-2: PARAGEM DAS OBRAS FRUSTROU-NOS

Viajar pela rede viária da Beira Baixa continua a ser uma aventura perigosa. Esta é a síntese que melhor se adapta ao discurso de Carlos Pinto no salão nobre. O presidente da Câmara não disse ao ministro que na estrada Castelo Branco-Furdois-Covilhã, cruzam diariamente cerca de seis mil veículos. Mas não se esqueceu de sublinhar que a sinistralidade nas vias da Beira Interior tem aumentado brutalmente.

«Não podemos esperar pelos calendários estabelecidos», acentuou Carlos Pinto referindo-se ao PRN. Sobre o IP-2 afirmou que «a paragem das obras frustrou-nos».

Sem boas estradas não há desenvolvimento, foi a tónica da intervenção do chefe do Município e vice-presidente do PSD. De resto Carlos Pinto não se escusou a recordar o «lamento dos investidores que quando aqui vêm perguntam sempre, quando é que vocês têm estradas novas?».

Túnel: em 88 custava 2,5 milhões

Pronto. A opção para a variante do Fundão é a construção de um túnel, na Gardunha. O anteprojecto de 88. A preços de então, era obra para dois milhões e meio de contos. A alternativa, estrada a céu aberto, previa custos na ordem de 1 milhão e 800 mil contos. Solução mais barata mas menos aconselhável, no dizer dos técnicos. E que o túnel vem encurtar em cerca de cinco quilómetros a distância entre o Fundão e Alpedrinha.

A ideia de passar a variante pelo interior da serra vem de longe, de há 9 anos. A obra seria construída entre o antigo abrigo de São José e as proximidades de Castelo Novo.

Uma passagem subterrânea, na Gardunha, não irá constituir, de resto, novidade. Já no final do século passado se abriram túneis — Fatela e Vale de Prazeres — para viabilizar a passagem do comboio pelo Fundão. Foi há cem anos e as tecnologias eram outras. O homem rasgou a Serra a pulso...

Ministro «preso» na neve

Se as estradas esburacadas não foram obstáculo nas andanças do ministro, pela região, o mesmo não se diz da neve.

Na sexta-feira, de manhã, Ferreira do Amaral não cumpriu a tempo e o protocolo (boas vindas na Câmara). Um forte nevão, caído durante a noite, tornou intransitável a estrada para as Penhas da Saúde onde desde a véspera ficou instalado. Na noite de quinta-feira o ministro foi aos Rotários e ainda subiu, sem problemas, para a serra. O pior foi de manhã. E para chegar à cidade com pouco mais de uma hora de atraso sobre o horário previsto, Ferreira do Amaral teve de ser transportado num veículo adaptado à circulação na neve.

Casas novas

O Município da Covilhã, no âmbito do seu plano de intervenção no domínio da habitação, vai proceder à construção de 24 fogos destinados a arrendamento, no regime de renda apoiada, às populações vítimas dos incêndios florestais de Agosto de 1990. Os presidentes da Câmara, do INH e do IGAPHE assinaram um acordo em que estes dois últimos organismos vão subsidiar grande parte deste programa, que envolve investimentos na ordem dos 94.800 contos. Alterado foi ainda o acordo de colaboração entre as mesmas entidades para a construção de 50 fogos sociais. O novo texto prevê mais de 10 casas. Os custos ascendem a 240 mil contos. A Alâmpada vai continuar a crescer.

Ministro abre a bolsa

Carlos Pinto negou que as expectativas que antecediam a visita de Ferreira do Amaral tivessem sido goradas. O dirigente nacional do PSD mostrava-se satisfeito com os resultados obtidos. Principalmente «porque algumas obras foram desbloqueadas». Sobretudo depois que o ministro terá atribuído subsídios para os acessos à ponte do Dominguito (que também visitou). E mais 60 mil para a Central de Camionagem, obra para 80 mil contos. Para a passagem de nível inferior da estação, com custos de 220 mil contos, ficou a promessa de uma comparticipação de 50 por cento.

Estrada Vales-Barco — 500 dias para construir

Em Vales do Rio foi lançado o concurso público internacional da empreitada de construção da estrada Vales-Barco. Uma obra comparticipada que dispõe de fundos comunitários e que tem como base de adjudicação 330 mil contos. Para a sua construção está estabelecido o prazo de 500 dias. As propostas devem ser abertas na Câmara em meados de Abril.

O peso da Alfândega

O presidente da Câmara justificou a necessidade da criação de melhores vias de comunicação entre a Covilhã e a fronteira de Espanha com o movimento da alfândega. No último ano foram para ali transportadas 24 mil toneladas de mercadoria, o equivalente a 23 milhões de contos. Em termos de receita fiscal os montantes ascenderam a 2,5 milhões.

E tudo o vento levou

Quando chegou à Alâmpada, para inaugurar os 80 fogos, Ferreira do Amaral deparou com o palco caído. Era ali onde deveria falar. O vento, forte, atirou com a estrutura (aparentemente mal montada) para o chão. Quando descobriu a placa, o ministro não conseguiu disfarçar um sorriso amarelo, certamente ao pensar: «o!ha se estou lá em cima...»

TGV: não há dinheiro que chegue

Se Portugal tivesse de pagar, exclusivamente, o financiamento do TGV, isso implicaria a paralisação, por 4 anos, de todos os investimentos do Ministério das Obras Públicas, recordou Ferreira do Amaral. O mesmo é dizer que se não houver dinheiro da CEE não vamos ter Comboio de Alta Velocidade.

A propósito do itinerário do TGV, o ministro adiantou que «tudo indica que passe perto de Castelo Branco» onde seria construído um terminal ferroviário de mercadorias.

T.I.F.: nem todos de acordo?

Falemos claro: o TIF — Terminal Internacional Ferroviário, projecto previsto para o Tortosendo, em terrenos que a Câmara já terá adquirido, é uma questão que não ficou bem esclarecida. A constatar com o optimismo de Carlos Pinto, para quem a obra «vai avançar» e talvez mesmo em 91, esta a opinião do eng. Armando Fonseca. O vogal do CA e CP foi, aliás, «apanhado» a confundir ao ministro que a empresa ainda não terá tomado uma decisão final. Na convicção houve rumores de que a CP não entende — nem parece disposta a apoiar — a construção de dois terminais ferroviários tão próximos. O Fundão, recordou-se tem em mãos um processo semelhante. Seja como for a Câmara da Covilhã e a CP, à frente de Ferreira do Amaral, assinaram um protocolo de cooperação relativo à construção de um ramal, perto da estação do Tortosendo.



Carlos Pinto e Ferreira do Amaral no Tortosendo, falam do projecto do terminal internacional ferroviário. O protocolo entre a Câmara e a CP foi assinado no mesmo dia 15-3-91

Figura 24 – As primeiras promessas sobre a construção do Túnel da Gardunha

*É preciso lembrar ao senhor ministro o que se passa com a variante ao Fundão e o túnel da Gardunha, projecto que, dizem, há dois anos se encontra para decisão no seu gabinete”.*¹⁸⁷ O jornal joga aqui numa posição de defensor dos interesses da região. Um território de leitores que passou a ser a sua razão de luta. Este tipo de postura é, em nosso entender, fundamental para os meios de comunicação de proximidade. O envolvimento destes na resolução das causas locais, o seu forte empenhamento na resolução de problemas da sua comunidade é também uma das suas principais razões de existência. A sua postura e intervenção neste tipo de temáticas vai servir para que ganhem espaço em relação a outro tipo de publicações, como é o caso de projectos de âmbito nacional, mas também que sejam reconhecidos pelos leitores como meios de comunicação de uma determinada região. Por isso mesmo, defendemos que este tipo de projectos devem ter na sua génese as necessidades das regiões, do território, do público a que se dirigem. Apenas dessa forma conseguem estabelecer as ligações necessárias para se afirmarem como projecto necessário e credível e manter a sua actividade. Uma ideia também defendida, por exemplo, por Pedro Coelho, quando diz que “aos meios de comunicação social de proximidade não bastará denunciar os problemas que afectam a comunidade, eles terão também que envolver-se no esforço colectivo de promoverem o debate e a discussão racionais com vista à procura de soluções para esses problemas. Neste sentido, e apenas neste sentido, poderemos atribuir aos meios de comunicação social de proximidade o cumprimento daquilo que designamos por função social (dos media), uma meta que há muito parece ausente dos meios de comunicação social nacionais.”¹⁸⁸

Esta postura foi tomada pelo “Jornal do Fundão” logo depois de uma promessa política feita por Aníbal Cavaco Silva, à data, primeiro ministro de Portugal. Uma promessa que ia no sentido de ser construído um túnel na Serra da Gardunha e também uma ligação em toda a região, que iria facilitar a sua comunicação com o restante território nacional. É precisamente nesta deslocação à Beira Interior que o representante governamental experimenta as agruras de uma zona serrana. A natureza agreste da região, a sua situação montanhosa, que a mantinha afastada do litoral, acaba por se revelar no dia da visita do ministro. Ferreira do Amaral, que ficou hospedado numa

¹⁸⁷ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º: 2324, de 8 de Março de 1991, página 1.

¹⁸⁸ COELHO, Pedro; “A TV de Proximidade e os Novos Desafios de Espaço Público”; página 155.

unidade da Penhas da Saúde, quando se preparava para iniciar a sua visita à Covilhã, a Belmonte e ao Fundão, foi impedido de sair daquela zona por causa da neve.

Num texto referente a essa visita ministerial à cidade da Covilhã, o jornal adianta que “afinal a variante do Fundão já tem luz verde. A opção do ministro é mesmo a de fazer passar a estrada pelo interior da Gardunha. Esta terá sido a conclusão mais relevante da visita do ministro Ferreira do Amaral, no dia 8, à Covilhã.

Para o responsável do pelouro das comunicações esta obra da cidade do Fundão e os troços do IP-2, no distrito, poderão «ser antecipados» relativamente ao que estava programado, Ferreira do Amaral recordou que o PRN prevê o início de ambos os empreendimentos para o segundo semestre de 92. Falando ao «JF» o membro do governo afirmou que «já existe um anteprojecto para a variante ao Fundão, que contempla um túnel com cerca de 600 metros».¹⁸⁹

Mas em período eleitoral, as visitas dos governantes à região multiplicam-se e é precisamente numa dessas deslocações que Aníbal Cavaco Silva promete solenemente a construção do túnel da Gardunha.

A 27 de Abril de 1991, Cavaco Silva visita Castelo Branco, e na capital de distrito reforça a promessa que o ministro das Obras Públicas tinha feito pouco tempo antes. O chefe do executivo governamental adiantará que o concurso internacional para a construção do túnel seria aberto de imediato. O “*Jornal do Fundão*” esperou até dia 28 de Junho de 1991 por um sinal de que as palavras daquele político passavam a actos, mas até essa data, nenhum sinal parecia dar conta disso. Foi então que António Paulouro decidiu arrancar com uma campanha a favor da construção do túnel. Todas as semanas, o “*Jornal do Fundão*” publicava na sua primeira página um rectângulo, semelhante a um quarto de página que estava vazio. Essa moldura que tinha como título, “O Túnel”, apresentava apenas uma legenda, a qual ia mudando semanalmente. A edição de 28 de Junho de 1991 é histórica e faz parte do processo de reivindicação de uma promessa política mais longo na história da imprensa portuguesa. Foram 78 as semanas em que o jornal publicou um rectângulo escuro, na sua primeira página, lembrando a promessa de Cavaco Silva a 27 de Abril de 1991.

Na edição 2340, de 28 de Junho de 1991 inicia-se então um jornalismo reivindicativo, com o humor de um espaço dedicado a obras que nunca existiram. Fernando Paulouro explica que “poucos se lembravam de uma promessa do professor

¹⁸⁹ In: *Jornal do Fundão*; edição nº; 2325, de 15 de Março de 1991, página 9.

Cavaco Silva, em Castelo Branco, quando disse que as obras do túnel vão se iniciar em 17 de Abril. Nem o próprio se lembrava da promessa, tempos depois. O lembrar isso todas as semanas era uma loucura. António Paulouro poderia fazer um jornalismo bem divertido e a partir daí lembrou-se disso. A partir daquela data era uma história de obras que nunca tinham começado. Mas prova que o jornalismo tem áreas capazes de incomodar os poderes, sobretudo no jornalismo de proximidade. O poder convive muito mal com a crítica, quando esta tem algum poder objectivo.”¹⁹⁰

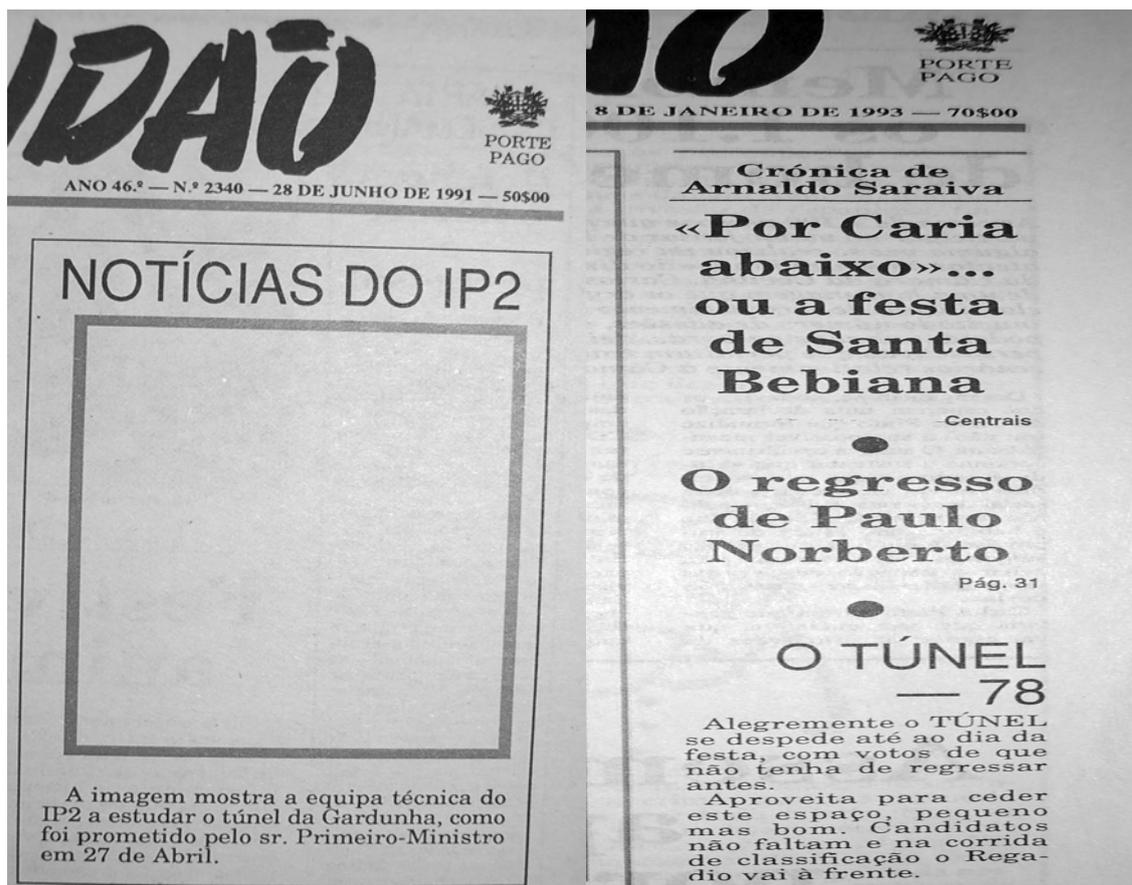


Figura 28 – À esquerda, o primeiro quadrado do túnel e à direita o último

A primeira legenda dizia que: “A imagem mostra a equipa técnica do IP2 a estudar o túnel da Gardunha, como foi prometido pelo sr. Primeiro-Ministro a 27 de Abril de 1991”. Outras, muitas outras se seguiram, mas damos exemplos de apenas algumas delas. “A equipa dos engenheiros-chefes do túnel da Mancha, atraída pelo impacto internacional dos trabalhos do túnel da Gardunha, visita as obras, prometidas pelo Primeiro Ministro, em 27 de Abril de 1991.”, ou “Telegrama de George Bush hoje

¹⁹⁰ Entrevista concedida no âmbito deste trabalho.

recebido no Ministério dos Negócios Estrangeiros: «Sei da obra do grande túnel da Gardunha que o vosso Primeiro Ministro prometeu a 27 de Abril de 1991. Espero que me convidem para a inauguração»»; “Issac Shamir, na conferência de Madrid: «Não estejam tão pessimistas sobre a Paz no Médio Oriente. Também diziam que o túnel da Gardunha, prometido a 27 de Abril de 1991 pelo prof. Cavaco Silva, não ia para a frente, e vejam o avanço que as obras hoje já levam»”, e também “E chegados ao alto de uma colina, disse Jesus aos seus discípulos: «Em verdade vos digo que mais facilmente entrarão no reino dos Céus o Manuel de Melo, o António Champalimaud e o Belmiro de Azevedo do que passará um camelo pelo túnel da Gardunha»”. Outra ainda dizia que: “O governador civil de Castelo Branco, os presidentes das câmaras de Belmonte, Covilhã e Fundão, dois deputados acordados, perguntaram ao ministro das Obras Públicas: - Sobre o túnel da Gardunha, ainda não sabemos nada!. Respondeu o ministro: - Nem eu!”. E uma outra onde se pretendia encontrar uma “noiva” para o túnel: “O túnel – cavalheiro, meia idade, excelente condição física, casa posta em chalet com jardim, sólida situação financeira, deseja conhecer senhora de 35/40 anos, bons sentimentos, curvas pronunciadas, rigorosa fidelidade às três virtudes teológicas: caridade para ouvir os discursos do Alberto João e o cantar do António Sala, esperança em boas intervenções dos deputados da Beira Baixa e fé na construção do túnel da Gardunha, prometido pelo sr. Primeiro-Ministro, a 27 de Abril de 1991. Resposta com fotografia ao n.º 364. Assunto sério”. Mas também uma em que o túnel alcança o livro dos recordes: “Da direcção do Guinness Book recebeu a Câmara Municipal do Fundão o seguinte telegrama: «Grupo fundanense candidatou Túnel da Gardunha recorde do imobilismo. Digam se confirmam oficialmente». Resposta da câmara: «Agradecemos, já marcámos dois almoços de trabalho semanais para estudar problema. Contamos dar resposta até finais de 1993»”. Tudo isto termina com o “Túnel – 78”, que diz: “Alegremente o Túnel se despede até ao dia da festa, com votos de que não tenha de regressar antes. Aproveita para ceder este espaço, pequeno mas bom. Candidatos não faltam e na corrida de classificação o regadio vai à frente”, na edição 2420, de 8 de Janeiro de 1993.

Mas a posição o jornal não passou apenas por este tipo de reivindicação, com um humor ácido que serviu para manter viva a temática e relembrar uma necessidade que se mostrava vital para a região. Nesta altura, o então chefe de redacção do JF acabou por se tornar um elemento activo em todo o processo, chegando a servir de porta-voz do movimento que estava a ser criado pelo jornal em torno desta temática. A 12 de Julho

de 1991, na edição 2342 é dada conta da intervenção de Fernando Paulouro junto do ministro Valente de Oliveira, com a pasta do Plano e Ordenamento do Território. Uma foto de destaque em primeira página, com o título “IP2 no calendário das promessas” mostra o então chefe de redacção do JF a entregar ao ministro um exemplar do livro «Crónica das águas que passam», da autoria de António Paulouro e que faz a história dos atrasos e dos boicotes ao Projecto do Regadio da Cova da Beira. Uma actividade que deixava assim bem vincada a postura do jornal, que neste caso, se colocava inteiramente ao serviço da região para a qual produzia notícias.



Figura 29 – Entrega de um livro e um jornal ao ministro, pelo chefe de redacção do JF

O jornal ia também dando eco das novidades de todo este tema. Notícias que exprimiam o sentimento de revolta pelo não lançamento do concurso para a construção do túnel e da estrada, como é exemplo a notícia de primeira página do dia 31 de Janeiro de 1992. Com o título: “Afiml, é tudo mentira!” informava-se que: “*Governo e deputados da maioria disseram que agora é que era. Avisaram mesmo que infra-estruturas rodoviárias, como o IP-2 e o túnel da Gardunha estavam inscritos no PIDDAC. Afiml, é tudo mentira. O distrito de Castelo Branco continua a ver navios.*”

O distrito de Castelo Branco é fortemente penalizado no PIDDAC para 1992, designadamente no tocante a vias de comunicação. Ferreira do Amaral tinha garantido que o IP-2 e o túnel da Gardunha iriam arrancar, o próprio Primeiro Ministro na campanha eleitoral, em Castelo Branco, fez idêntica promessa.

Afinal, é tudo mentira. Uma leitura regionalizada do PIDDAC permite, desde já, afirmar que esta região sofreu grande discriminação no plano dos investimentos. Nenhuma das obras consideradas cruciais para o desenvolvimento da região é contemplada. Quanto ao túnel da Gardunha o governo ainda anda a discutir o ante-projecto e os troços do IP-2 por concluir são completamente ignorados.”¹⁹¹ Uma posição que era reforçada por um texto no interior do jornal que analisava o plano de investimento do governo. Um artigo que dizia que: “O PIDDAC para 92 veio mostrar o verdadeiro abismo que às vezes separa as palavras dos actos. Palavras, só palavras – já dizia o dramaturgo. Podíamos acrescentar: promessas, só promessas...”

No registo do jornal, que é implacável, ficam todas essas contradições. Lá fomos encontrar a inaudita história do túnel da Gardunha e do IP-2, que podíamos intitular: vamos contar mentiras...

Em 27 de Abril de 1991, veio o prof. Cavaco Silva, Primeiro Ministro. Garante o avanço de obras inadiáveis, entre elas o IP-2 e o túnel da Gardunha... Recebeu, então, muitas palmas, o senhor Primeiro Ministro. «Deus seja louvado». Em Julho do mesmo ano, Valente de Oliveira, confia ao JF que o IP-2 «está no calendário, mas falta o dinheiro». «Seja Deus louvado!...» Vem o PIDDAC. E pimba! Nem túnel, nem IP-2...”¹⁹²

Um episódio que termina com a edição do primeiro dia de 1993. O “Jornal do Fundão” dá conta, na sua primeira página, de que tinha sido dada ordem de execução da obra com uma notícia intitulada: “Túnel da Gardunha: lançado concurso internacional”, a qual adiantava que: “Em Abril de 91, o primeiro-ministro prometeu-o. Desde então, semana a semana, o «Jornal do Fundão» perguntou pelo túnel. O governo, de acordo com a promessa, abriu agora concurso internacional para a realização do projecto. «JF» (e decerto a região), ciente que é uma infra-estrutura essencial à concretização do IP-2, acolhe a notícia com grande júbilo. Entretanto, o troço do Itinerário Principal 2 (IP-2)

¹⁹¹ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º: 2371, de 31 de Janeiro de 1992, página 1.

¹⁹² *Idem*: página 5.

entre a Covilhã e a Guarda ficará inserido na rede transeuropeia.”¹⁹³ Na mesma edição, acrescenta-se ainda que esta é uma: “Obra fundamental para o desenvolvimento da região, o Túnel da Gardunha – troço do IP-2 entre o Fundão e Alpedrinha – passou, por fim, de promessa do primeiro ministro (feita em Abril de 91, no Fundão) a projecto com tempo de execução definido. O processo de construção do túnel, pelo qual o «Jornal do Fundão» se tem batido nestes quase dois anos, tardou a iniciar-se e o anúncio da abertura do concurso público internacional mereceu o imediato regozijo dos autarcas da Beira Interior.



Figura 30 – Uma manchete do “*Jornal do Fundão*” dizia que as promessas não passavam disso mesmo

O concurso público vai ter lugar em 9 de Junho de 1993 e é respeitante à construção de 3,4 km de via: o túnel, com 1450 metros de extensão, um troço de estrada, com extensão de 1,8 km, com preço base de 3,5 milhões de contos e prazo de execução de 650 dias”.¹⁹⁴

A postura do “*Jornal do Fundão*”, neste caso e em tantos outros que fazem parte da história, alguns da qual estão também vertidos e interpretados neste trabalho serviu, acima de tudo, como forma de pressão para com o poder político. Tal como explica

¹⁹³ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º: 2419, de 1 de Janeiro de 1993, página 1.

¹⁹⁴ *Idem*: página 4.

Paula Espírito Santo: “o poder dos meios de comunicação pode tornar-se um veículo de contrapoder. Isto é, as mensagens transmitidas podem ter consequências dinamizadoras contrárias à institucionalização do Poder. Hoje em dia, o Poder dos meios de comunicação social leva à necessidade de aumentar a transparência de processos, à necessidade de partilhar decisões, à proximidade entre o Poder político e a sociedade civil, à correcção dos hiatos entre a vontade esclarecida desta e as decisões menos consentâneas com as suas necessidades. Os jornais são, de facto, um veículo privilegiado, sobretudo, de persuasão política. Mais do que propaganda, estes possibilitam a informação sobre o estado actual do sistema político. Dentro da imprensa, os jornais permitem constantemente a actualização, a reflexão, a comparação com outros sistemas políticos. Estes factores são fundamentais para que os indivíduos se possam integrar plenamente no seu sistema político, tomando, assim, consciência dos limites da evolução do mesmo. Podem permitir-se, por outras palavras, o confronto entre as suas expectativas e os resultados auferidos pelo sistema político.”¹⁹⁵

Túnel da Gardunha: concurso internacional está aí

Obra fundamental para o desenvolvimento da região, o Túnel da Gardunha — troço do IP-2 entre o Fundão e Alpedrinha — passou, por fim, de promessa do Primeiro-Ministro (feita em Abril de 91, no Fundão) a projecto com tempo de execução definido. O processo de construção do Túnel, pelo qual o «Jornal do Fundão» se tem

batido nestes quase dois anos, tardou a iniciar-se e o anúncio da abertura do concurso público internacional mereceu o imediato regozijo dos autarcas da Beira Interior.

O Túnel da Gardunha é uma parte essencial do IP-2, cuja conclusão no distrito de Castelo Branco tem vindo a ser adiada. A abertura do concurso internacional significa por isso, que aquele itinerário principal vai voltar a ser prioridade. Definidos os prazos para entrega de propostas, o concurso público internacional vai ter lugar em 9 de Junho de 93 e é respeitante à construção de 3,4 km de via; o túnel, com 1 450 m; um «túnel a céu aberto», de 75 m; um troço de estrada, com

a extensão de 1,8 km. A via, que é o troço do IP-2 entre o Fundão e Alpedrinha, terá catorze metros de faixa de rodagem na parte a céu aberto e dez metros de largura máxima dentro do túnel.

O preço base da obra está fixado em 3,5 milhões de contos e o prazo de execução é de 650 dias.

JUNTA AUTÓNOMA DE DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

AVISO

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

— IP-2 FUNDÃO-ALPEDRINHA

— CONSTRUÇÃO DO TÚNEL DA GARDUNHA

1. LOCAL DE EXECUÇÃO: Centro de Castelo Branco

2. NATUREZA DOS TRABALHOS: A construção do Túnel da Gardunha entre a localidade de Fundão e Alpedrinha, de um troço com 1 450 m de extensão, um túnel a céu aberto com 75 m de extensão, um troço de estrada com 1 800 m de extensão e a execução de obras de arte.

3. CATEGORIA: Obras de Engenharia Civil

4. DURAÇÃO: 650 dias

5. TÍTULO: Um troço em alvenaria com 1 450 m de extensão, um troço de estrada com 1 800 m de extensão e um túnel a céu aberto com 75 m de extensão.

6. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

7. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

8. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

9. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

10. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

11. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

12. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

13. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

14. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

15. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

16. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

17. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

18. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

19. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

20. VALOR ESTIMADO: 3 500 000 000

ANÚNCIO DO CONCURSO INTERNACIONAL

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA

Figura 31 – Foi também nas páginas do “Jornal do Fundão” que se soube da abertura do concurso para a construção do túnel

Mas o jornal assume-se também, neste caso, como elemento de pressão perante todo um conjunto de actores que nada pareciam fazer. À passividade dos políticos

¹⁹⁵ SANTO, Paula Espírito; *O Processo de Persuasão Política: Abordagem sistémica da persuasão com referências ao actual sistema político português*; in: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/espírito-santo-paula-persuasao-politica.pdf>, páginas 107 e 108.

locais, ou à pouca relevância que era conferida a estes pelo poder central, o jornal respondia com aquilo que de melhor tinha, as palavras. Para além da iconografia do “Túnel” foi todo um largo período de cerca de dois anos, onde as notícias sobre este caso deram lugar a textos de forte subjectividade.

Na edição 2341, de 5 de Julho de 1991 é colocado na página 3 um episódio “cómico” de um turista holandês que queria mesmo atravessar o Itinerário Principal 2 – ligação que compreendia o túnel –, e estava assinalada num mapa de estrada, mas não existia na realidade. O texto intitulado “O holandês que não queria acreditar” dizia o seguinte: *“Ali, entre Belmonte e a Covilhã, perto da ponte sobre o rio Zêzere, onde se extraem areias e inertes, ao lado de uma unidade hoteleira, o holandês parou. Quilómetros de estrada péssima, aqui e ali esburacada, tinham-lhe lançado no espírito uma dúvida metódica: «Estarei eu enganado?»»*

Estacionou um daqueles veículos equipados para todas as aventuras turísticas e mais uma, e, de mapa desdobrado na mão, abeirou-se.

Parado à beira da Estrada Nacional n.º 18, o homem apontava aquele itinerário, que no mapa vinha a traço grosso, o mesmo que habitualmente sinaliza as vias rápidas, e perguntava onde ficava aquela excelente estrada, de que ele se havia perdido.

Foi preciso muita paciência e alguma pedagogia para que o turista holandês compreendesse finalmente que, naquele troço, o IP2 só existia no mapa e na imaginação de alguns governantes, que prometem, prometem, prometem – mas não cumprem...”

Mas também é retratado o episódio em que José Sócrates, então deputado socialista, eleito por Castelo Branco, pede a Ferreira do Amaral para que “ponha as barbas de molho”. Numa peça com o título: “Túnel da Gardunha põe parlamento à gargalhada”, é descrito o episódio em que as acções do “Jornal do Fundão” chegam ao hemicycle e em que o deputado pede que seja cumprida uma promessa política. Num texto em que se pode ler: *“Gargalhadas ecoaram quarta-feira, na Assembleia da República, quando o deputado José Sócrates interpelou o ministro das Obras Públicas sobre o túnel da Gardunha e a variante ao Fundão. Em debate estava o Orçamento Geral do Estado. Presentes, o Prof. Cavaco Silva e os membros do seu governo. O deputado socialista, dirigindo-se a Ferreira do Amaral, confrontou-o com a história do túnel da Gardunha, folhetim, aliás, de que o Jornal do Fundão publica todas as semanas um capítulo.*

José Sócrates: “V. Ex.^a. Lembra-se que no dia 27 de Abril, o sr. Primeiro Ministro, acompanhado de V. Ex.^a, passou, em visita de Estado, com pompa e circunstância, o distrito de Castelo Branco. E que, no Fundão, o sr. Primeiro Ministro afirmou solenemente que tomava o compromisso solene, perante todas as altas individualidades presentes, de iniciar a construção do túnel da Gardunha. A variante ao Fundão, como V. Ex.^a sabe, é o troço do IP-2 mais urgente. O sr. Primeiro Ministro disse que tomava a iniciativa, e com certeza antes de 1993, de iniciar a sua construção. E disse mais, e aqui está o pitoresco da história, sr. Ministro. É que o sr. Primeiro Ministro disse que empenhava nisso as barbas do sr. ministro das Obras Públicas (gargalhada geral na sala). Disse o sr. Primeiro Ministro: Se a promessa não se cumprir, o sr. ministro das Obras Públicas porás as barbas de molho. Mas acontece que estamos em 1992 e o sr. ministro desculpará: é que no Orçamento do Estado, visto e revisto à lupa, não há túnel da Gardunha nenhum, nem há variante ao Fundão. Ora bem: acontece que todos os cidadãos do distrito de Castelo Branco querem saber do túnel ou das suas barbas de molho (gargalhada geral). (...)

O ministro acabou por responder que: “A obra do IP-2, de acesso a Castelo Branco, e se o lobby da Covilhã aqui presente me pode perdoar, vai seguir em prioridade. E, por isso, se o sr. deputado me permitir posso tirar as barbas de molho” (gargalhada).”¹⁹⁶

E a importância do jornal enquanto elemento activo do processo era reconhecida por leitores e políticos. A importância do empenhamento e do comprometimento da publicação com as suas causas, com as causas das gentes do seu território de actuação tem de ser observada, da nossa perspectiva, como uma obrigação por parte deste tipo de meio. O jornalismo de proximidade tem, como já tivemos oportunidade de referir, de ter como ponto de referência as necessidades dos seus leitores. Este tipo de empenhamento, com um trabalho de características subjectivas, em nada diminui a ética e a deontologia jornalísticas. Antes pelo contrário, ao estar a trabalhar em prol dos objectivos de um grupo, dentro de um quadro de referência aceitável por toda a sociedade, o jornalismo está a desempenhar uma das suas principais funções, a de servir os seus públicos, constitui-se também como um meio de defesa, uma plataforma de discussão e troca de ideias e o meio de convergência de diferentes vontades e pontos de vista.

¹⁹⁶ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º: 2373, de 14 de Fevereiro de 1992, página 1.

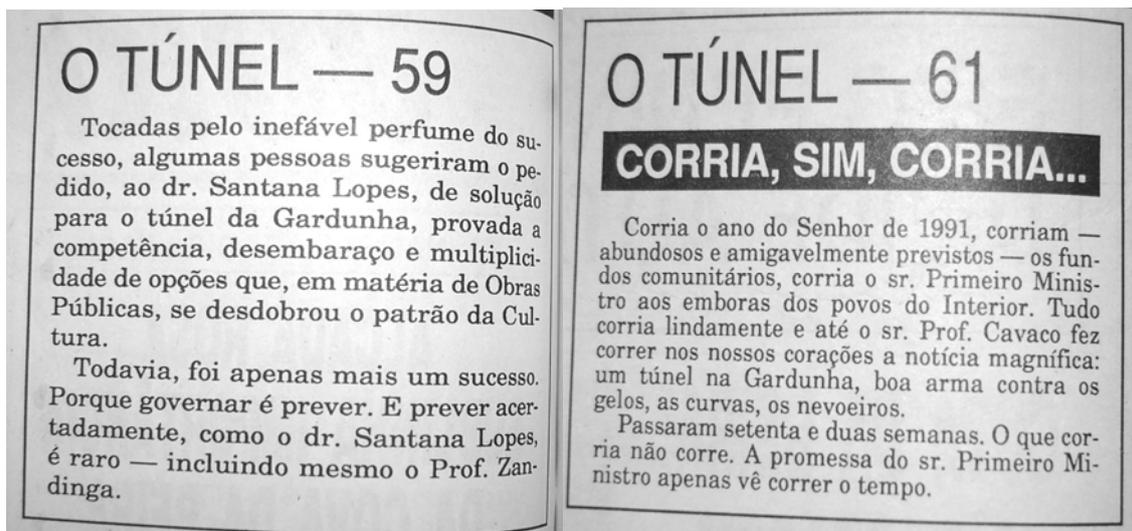


Figura 32 – Alguns dos célebres quadrados da lembrança do túnel

O trabalho do jornalismo na construção de territórios comuns

A emigração no “Jornal do Fundão”

Nesta causa de representação e informação dos emigrantes, o “Jornal do Fundão” é suporte de um vasto conjunto de textos que provam a ligação e, sobretudo, a identificação das gentes da Beira, com este periódico. Para esse efeito é criada uma secção do jornal, denominada “Gente Nossa no Mundo” que vai mostrar a importância que um jornal pode ter na sua comunidade, mormente quando esta se encontra espalhada pelo mundo, mas também a representação que todas estas pessoas conferem ao jornal.

CINCO BEIRÕES DE PARIS E O «JORNAL DO FUNDÃO»

ROLÃO PRETO

absorvia totalmente o pensamento e estonteava as sensações. Nanja porém que esse naufrágio no vasto oceano de Paris lhes perturbasse alguma vez o sentido de orientação que é privilégio de portugueses em todas as encruzilhadas da sua história. Em verdade, porém, esse

CONTINUA NA 13.ª PÁGINA

**20 anos
20 contos**

A falta de espaço, esta semana ainda mais premente, impede-nos de dar o merecido relevo a uma rubrica que desejaríamos mostrar na sua extraordinária pujança: «Somos mais!». Através do registo de novos Assinantes, que há três anos excede as nossas próprias previsões, pode ver-se que o jornal continua a me-

CONTINUA NA 4.ª PÁGINA

CORACÃO

m por nós!

ndamentados e sérios pedidos de revisão, roupas, brinquedos. como temos feito em cada rior. As circunstâncias especiais — que os nossos Leitores isa na caminhada. Não deixem alguns lares mais desalade dos Leitores que acudis de enquadrar as actividades possível.

teitou-se a solução de acordo necessidades mais urgentes: ável e demorado, é inimigo ertores, à roda de sessenta a coisa para as guloseimas

no deve estar a obrigações altas nem aumentar o bolo,

Continua na 4.ª página)

Figura 33 – A emigração foi um dos temas centrais da história do “Jornal do Fundão”

Numa primeira fase, o jornal é a ponte entre os soldados destacados na Guerra Colonial e as famílias. São muitas as fotos de soldados, no meio do continente africano, a lerem o “Jornal do Fundão” e são mais os textos destes com mensagens para as suas famílias e posteriores respostas. A importância atribuída a este órgão de comunicação pode ser medida pelo texto publicado a 28 de Março de 1965, com o título: “Os Beirões

confraternizam em Bissau e saudaram o «Jornal do Fundão». *No dia 7 de Fevereiro, numa aprazível quinta nos arredores de Bissau, realizou-se um almoço de confraternização dos beirões em Serviço Militar na província da Guiné. Viveram-se momentos de intensa euforia, recordando a nossa querida Beira, as nossas famílias e amigos, a quem esperamos abraçar em breve. Brindámos pelas prosperidades do «Jornal do Fundão», mensageiro indispensável nos momentos de tédio de todos os militares naturais da Beira.*”¹⁹⁷

Ma existem muitos outros exemplos, compostos de mensagens dos militares, que, em certa medida, são resumidos na missiva dirigida a António Paulouro, da autoria do soldado Fernando Esteves Alves: “De Angola para o Alcaide e Fundão – *“Algures no norte de Angola, em missão de soberania, continuo a ser assíduo leitor do vosso, ou antes se me permite, do nosso «Jornal do Fundão».*

Sendo do Alcaide, considero-me do Fundão, e aqui lendo o nosso querido jornal sinto-me mais perto da minha querida terra natal. Lembrei-me de lhe escrever, porque julgo que deve gostar de saber que o nosso jornal é lido por todos com inteiro agrado daqui desta companhia, desde o soldado até ao mais alto posto, e digo isto porque sempre que recebo o jornal, todos me o solicitam.

Perdoe-me senhor director a minha ousadia em escrever-lhe. Vou terminar desejando para todos os colaboradores do «Jornal do Fundão», e no caso de ser publicado algo desta carta, um abraço para todos os habitantes da nossa querida terra.

Para V. um muito obrigado por me ter escutado através desta carta, e pelo conforto moral que o seu jornal me presta tão longe dos meus.

Agradecia que publicasse através do seu jornal, um saudoso abraço para meus pais, irmão, e noiva e para todos os camaradas do Alcaide.

Fernando Esteves Alves.”¹⁹⁸

Com a partida, em massa, de milhares de beirões para a Europa, em meados da década de 60, esta secção do “Jornal do Fundão” passa a dar também visibilidade às mensagens de quem vai tentar sorte em terras de França, Alemanha, Luxemburgo, etc. De entre os milhares de textos publicados ao longo dos anos nesta secção, existem exemplos, que pelo seu conteúdo não poderíamos deixar de transcrever.

¹⁹⁷ In: *Jornal do Fundão*; edição n° 976, de 28 de Março de 1965, página 5.

¹⁹⁸ In: *Jornal do Fundão*; edição n° 986, de 5 de Dezembro de 1965, página 7.

“Andava doze quilómetros a pé para ler o «Jornal do Fundão», foi o título escolhido por António Paulouro quando recebeu a carta de Joaquim Alves Brás, a qual foi publicada em primeira página e dizia o seguinte: “Ex.mo senhor, peço o favor de, no futuro, me mandar um «Jornal do Fundão». Agradeço que não se esqueçam porque tenho de ir todos os domingos da terra onde me encontro, em Besançon, a Pirey, a pé, num distância de 12 quilómetros, (uma hora de caminho), para ler um, que o meu conterrâneo Joaquim Cipriano Gaspar me empresta. Sou natural de Casegas. Com a maior consideração. Joaquim Alves Brás”.

GENTE NOSSA NO MUNDO

Andava doze quilómetros a pé para ler o «Jornal do Fundão»

*Ex. mo Senhor
Diretor do "jornal do Fundão"
Fundão 45-48*

*Ex. mo Senhor
Peço o favor de, no futuro, me mandar...
em o "jornal do Fundão".
Agradeço que não se esqueçam porque
tenho de ir todos os domingos da terra onde
me encontro, Besançon - Radia est., a Pirey, a
pé, numa distância de 12 quilómetros a pé
(1 hora de caminho), para ler um, que o meu
conterrâneo Joaquim Cipriano Gaspar me
empresta. Sou natural de Casegas.*

*Com a maior consideração seu
de Vossa Ex. mo
Muito attentamente
Joaquim Alves Brás*

Dos quatro cantos do Mundo recebemos diariamente palavras de estímulo e de boa amizade. Tantas, que nos não é possível agradecê-las, dizer quanto nos sensibilizam, como nos confortam nos momentos de desânimo, que não são poucos. Mas se no plano material esta folha enfrenta cada vez maiores dificuldades, vale-nos a certeza de que temos sido um vínculo forte entre os ausentes e a terra natal. Para lá de tudo quanto regional-

mente é possível fazer, sustentar o interesse dos emigrantes pelas coisas nossas é tarefa que nos dá renovadas forças para prosseguir.

A carta que a gravura reproduz é destas verdades prova bastante. Um comprovinciano que a ânsia legítima de melhorar a sorte levou a terras de França, andava doze quilómetros todos os domingos para ler este jornal, saber notícias da sua e nossa região «quase tão precisas como o ar que respiramos» no dizer de outro amigo, o sr. Alvaro Antunes, que em carta de Nantes nos dá conta do mesmo interesse por um semanário a que muitos, muitíssimos, chamam «o nosso grande amigo».

Infelizmente quando se fala da assistência ao emigrante ninguém refere a acção importantíssima da imprensa regional. Realizaram congressos da Imprensa regionalista, e mais tarde das Comunidades, houve outras reuniões

E OURO

VICENTE (GIL DUARTE)

de certo, sempre arrimada a um pau?

CONTINUA NA 4.ª PAGINA

Figura 34 – O apoio ao jornal chegava de muitas maneiras

À carta António Paulouro acrescenta-lhe o seguinte texto: “*dos quatro cantos do mundo recebemos diariamente palavras de estímulo e de boa amizade. (...) vale-nos a certeza de que temos sido um vínculo forte entre os ausentes e a terra natal. Para lá de tudo quanto regionalmente é possível fazer para sustentar o interesse dos emigrantes pelas coisas nossas é tarefa que nos dá renovadas forças para prosseguir.*”

Um comprovinciano que a ânsia legítima de melhorar a sorte levou a terras de França, andava todos os quilómetros todos os domingos para ler este jornal, saber notícias da sua e da nossa região «quase tão precisas como o ar que respiramos» no dizer de outro amigo, o sr. Álvaro Antunes, que em carta de Nantes nos dá conta do mesmo interesse por um semanário a que muitos, muitíssimos, chamam «o nosso amigo».

Infelizmente quando se fala da assistência ao emigrante ninguém refere a acção importantíssima da imprensa regional.”¹⁹⁹

Mas neste espaço global, o jornal acaba também por se tornar uma forma de resposta a quem está longe e passam a ser também publicados textos, como por exemplo: “*De Dornelas do Zêzere para França: Informo a minha mulher e filhos, em França, que cheguei bem e fiz boa viagem. Envio-lhes saudades. A família fica toda bem. João Pereira Batista*”, ou “*De Escalos de Cima para Angola: Por intermédio do nosso jornal envio cumprimentos de amizade ao meu irmão soldado n.º 800/54, Felisberto Caetano Paulo, em Angola, bem como a todos os seus camaradas desejando-lhes muitas felicidades. António Duarte Paulo.*”²⁰⁰

Um dos mais impressionantes relatos da representação e da importância que esta publicação noticiosa tinha junto dos emigrantes é feito a 26 de Dezembro de 1965. Um dos cronistas que esteve com o jornal desde o início e que foi também ele, bastante perseguido pelo regime salazarista, conta a experiência vivida em terras gaulesas. Uma crónica de Rolão Preto é publicada na primeira página do jornal com o título: “*Cinco beirões de Paris e o «Jornal do Fundão».* “*Viviam num apartamento todos cinco. Juntos tinham feito a dolorosa jornada de Espanha ora escondidos ansiosos no fundo dum camião de gado, ora escorregando pelo córregos nevados dos Pirinéus, de mãos dadas suspensos sobre o abismo... Juntos tinham sofrido e esperado nas mesmas*

¹⁹⁹ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 974, de 14 de Março de 1965, página 1.

²⁰⁰ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 995, de 6 de Fevereiro de 1966, página 9.

angústias e nos mesmos anseios, e juntos tinham vivido aqueles já longos meses de França. (...)

Aquele que escreve estas linhas chegou um dia a Paris conduzindo quarenta homens desde Ciudad Rodrigo à capital francesa. Eram homens da nossa Beira, homens do Casal da Serra, de Castelo Novo, da Atalaia e outras. Puros serranos. Nesse tempo raramente eles saíam dos seus povoados. Nenhum tinha visto Lisboa ou qualquer cidade de nomeada. (...) Chegados a Paris, à Gare du Nord foi nas proximidades da estação que ficaram hospedados. Depois, há dias em que a amargura do desterro se torna mais intolerável. Dias em que, sem sabermos como, atravessamos a barreira dos vencidos, a margem das nossas resistências... Ah, estamos então à mercê da traição das circunstâncias. A menor contrariedade nos tira o ânimo, sombriamente.

Foi nessa altura que no silêncio geral se ouviu, de repente, um esfolhar de papéis e um choque brando de qualquer coisa que caía na caixa do correio, na pasta.

Que poderia ser? Quaisquer propagandas, francesas, por certo. No entanto... foram ver. E, foi um grito de alegria – assim mo contou alguém que esteve presente – que surgiu aos olhos de todos, no seu belo papel de impressão o «Jornal do Fundão».

Então com que sofreguidão todos quiseram ver, abrir, ler o jornal. Era como se volvessem a encontrar uma pessoa amiga, que há muito não tivessem visto. Como ele realizaria, para cada um, a presença de que tanto estavam todos saudosos!

Com efeito, em cada página, em cada linha talvez, era a serra que a seus olhos tomava corpo e rescendia na perfumada graça da sua natureza de maravilha.

Aqui estava, esbelta e gentil alpinista, galgando a serra, a Covilhã, e logo a vasta mote da Estrela, sobre o seu manto de ametista coroada de neve. Ao lado da Covilhã, o Tortosendo, vasto e comprido boulevard a prolongar o esforço e a inteligência fabril da cidade. Além, Teixoso, Belmonte, e todas as terrinhas que entre a Covilhã e a Guarda se mostram entre a verdura. Depois, esse grande tapete tão rico de coloridos e de imprevistos desenhos que cobre a Cova da Beira, reveste as devesas do Fundão e a Gardunha vai na luminosidade estranha da campina de Castelo Branco e do Tejo. Por toda a parte espreitam povoações de encantamento. Unhas da Serra, Paul, Barco, Capinha, Alcaide, Fatela, Penamacor, Idanha-a-Nova, Pedrógão, Santa Margarida, Alpedrinha, Castelo Novo, Lardosa, Soalheira, Vale de Prazeres, Alcains, Tinalhas, Alameda, Oleiros, Sertã e quantas mais. De todas, hoje ou amanhã, o jornal será atento aos seus cuidados, às suas inquietações, como às suas alegrias. É essa a missão que ele se incumbe. Amar a Beira é amar Portugal.

Contribuir para que a Beira se torne melhor, é contribuir para que Portugal melhor se torne. As deficiências e os atrasos, onde quer que se mostrem, não devem nunca ser motivo de desânimo mas mais um anseio de as fazer desaparecer. É isso que o «Jornal do Fundão», com boa ou má ventura, se tem esforçado de fazer compreender. Por isso talvez, ele foi lido com tanto alvoroço no quarto dos portugueses da Porta de S. Dinis, naquela tarde.»²⁰¹

O jornal acabaria por se tornar um veículo de comunicação primordial para quem queria enviar e receber notícias. A página “Gente Nossa no Mundo” é o reflexo da dimensão de leitores que o jornal consegue neste tempo. Do Canadá para o Barco, de Moçambique para a Dornelas do Zêzere, de Cabinda para a Covilhã, soldados e emigrantes enviam notícias para as suas famílias, mas também aqui vêm ler informações das mais diversas temáticas. Podem saber quem morreu ou nasceu, quem se baptizou e quem está doente, quem pediu em casamento e quem se casou, mas também recebem cumprimentos dos familiares que ficaram por terras da Beira e votos “de um rápido regresso”. Disso mesmo dá conta Álvaro Faustino, que do recôndito Paquistão Ocidental escreve que “o «Jornal do Fundão» reúne tudo quanto um beirão, em terras distantes, ávido de notícias da terra natal e dos amigos, pode esperar.”²⁰²

Um órgão de informação que se assume como uma peça fundamental para a vivência dos seus leitores, para a manutenção das suas ligações à terra natal, às suas raízes. É através das páginas deste semanário que os leitores, embora fora da Beira Interior, continuam a identificar-se com a região e a tomar partido na mesma. Para além disso, identificam-se com o jornal, revêem-se nas matérias ali tratadas e na forma como estas são apresentadas.

Esta é uma causa, uma missão de serviço público que para além de informação noticiosa, para lá das lutas que visam dar melhores condições de trabalho aos mineiros, mais água para a produção agrícola, para lá do sinal de alerta de uma região que se esvazia daquilo que tem de melhor, as suas gentes, o jornal assume o papel activo, de continuar a ser o portador das notícias, o ponto de referência de uma região, de uma identidade e de uma cultura. Mas também a voz de muitos na defesa de outros tantos. Um papel que lhe é reconhecido, acima de tudo, pelos seus leitores. Mas este desempenho não passa pela publicação de notícias e troca de correspondência. O jornal

²⁰¹ In: *Jornal do Fundão*; edição n° 989, de 26 de Dezembro de 1965, páginas 1 e 13.

²⁰² In: *Jornal do Fundão*; edição n° 1035, de 7 de Abril de 1968, página 9.

deixaram pelos altos salários oferecidos, estes estão sendo vítimas de uma exploração revoltante que ultrapassa todas as marcas, e de modo geral todos a serem tratados como escravos, como seres inferiores, a quem já se nega a entrada em cervejarias, restaurantes e outros lugares públicos. Os letrados que serviram para proibir a entrada de judeus naqueles locais estão sendo aplicados para o mesmo efeito em relação aos trabalhadores estrangeiros. Fez-se isto, injustamente, no ominoso tempo da Hitler; mas neste momento estão a fazê-lo na mesma Alemanha os homens do socialismo cristão, aos trabalhadores italianos, espanhóis, gregos e portugueses que num momento de crise se decidiram ir trabalhar para a Alemanha remediando uma situação algo delicada com o esforço do seu braço! E se consideramos intolerável o procedimento actual dos alemães ocidentais para com os seus irmãos em Cristo, e trabalhadores tão dignos como os de qualquer outra Nação do mundo.”²⁰³

Mas também há quem fale das “Lágrimas de crocodilo – a migração, as suas grandezas e misérias”. Um título que iria estar na primeira página do jornal durante várias semanas, dando conta das dificuldades que os portugueses estavam a sentir por esse mundo fora. Nesta primeira intervenção, podia ler-se que: *“se há hoje no País um problema que nos preocupe seriamente, ou deva preocupar-nos a todos, esse é sem dúvida o da emigração. Desde há séculos que o português, movido pela ânsia de aventura ou por outras razões, demanda a terras estranhas onde às vezes se fixa para sempre. Mas nunca, como nesta hora, o caso assumiu tamanha importância: pelo conjunto de factores económicos que domina, pela repercussão entrevista ou em curso nas estruturas sociais, pelo desequilíbrio que os condicionalismos produzem e, principalmente, pelo volume das saídas, agora, e cada vez mais, um verdadeiro êxodo.* (...)

Há um longo e penoso drama que obriga os nossos rurais a irem regar com o seu suor terras alheias. Ainda temos 45 por cento da população trabalhadora ocupada em serviços agrícolas, percentagem que na Europa é caso único – em nome de que lei moral se deve impedir um chefe de família de procurar o pão dos seus?

Facilmente se verifica que a nossa lavoura não evoluiu, não foi ao encontro das conquistas da técnica. Não lhe caberá a maior das culpas, talvez até as suas responsabilidades sejam pequenas. Mas que o jornaleiro português, é de todos os mais mal pago, o mais insuficientemente preparado, o que goza menos regalias, isso é que

²⁰³ In: *Jornal do Fundão*; edição nº 746, de 30 de Outubro de 1960, página 1.

*ninguém pode contestar. Dizemos que nos cumpre dar testemunho do que sabemos. Começamos somente por mostrar que o surto emigratório de hoje é consequência natural de desleixos acumulados, egoísmos, desinteresse pela sorte de outros.”*²⁰⁴

Neste âmbito, um dos artigos mais repercussões teve ainda durante o Estado Novo, foi precisamente um editorial de António Paulouro intitulado: “Quem estanca esta hemorragia?”. Viviam-se então tempos de debandadas gerais de gentes da Beira que sobreviviam à custa de trabalho precário, quando este existia, nos campos agrícolas da região centro e no texto debatiam-se alguns pontos fundamentais: “*Tema de muitas discussões e até de alguns, poucos, estudos sérios e objectivos, a emigração assumiu, nas últimas proporções que mesmo em relação aos últimos meses se podem considerar sensacionais. País de fracos e principalmente mal distribuídos recursos, desde há muito que o saldo fisiológico do povo português se destinava a fecundar outras terras. Mas nunca como agora.*

Todavia, a par dos jornaleiros cuja vida miserável aconselhava todas as aventuras e sacrifícios, outras classes de trabalhadores começam a sentir a sedução da vida lá fora. E o que se vê agora é isto: os melhores – mais instruídos, mais audaciosos, mais aptos – procuram em França os salários que cá não têm porque o abono de família nessas terras é cinco vezes superior ao nosso, levam a mulher e os filhos. Portugal despovoa-se.

*Alguns sujeitos para quem os problemas sociais devem confiar-se à polícia, advogam maior severidade na fiscalização das fronteiras, legislação mais dura para os que forem apanhados a emigrar clandestinamente e aumento de dificuldades para os que requerem passaporte. Quem tal propõe esquece lamentavelmente que a esperança, a ambição, a fome, o desejo de uma casa e de uma leira – qualquer destes anseios ou todos, são motivos de evasão a que nenhuma prudência resiste. O homem emigra pouco por espírito de aventura e muito por necessidade, fingir acreditar que o medo detém aqueles em cujo coração nasceram esperanças de vida melhor, é apenas iludir o problema. Há que agir com coragem e sem demora. O problema tem de resolver-se ou, pelo menos, de perder a gravidade actual. Assim queira quem pode”.*²⁰⁵

Paulouro foi capaz de dar voz, mais uma vez, a um dos problemas que haveria de mudar o rumo e face social da região e do País, mas também de indicar algumas pistas

²⁰⁴ In: *Jornal do Fundão*; edição n° 973, de 7 de Março de 1965, página 1.

²⁰⁵ In: *Jornal do Fundão*; edição n° 1183, de 14 de Setembro de 1969, página 1.

para se tentar minimizar esta situação. A este texto seguem-se muitas cartas, quer de leitores, quer de organismos oficiais e, a espaços, o jornal dará também conta de alguns comunicados oficiais efectuados pelo regime, dando conta do reconhecimento da emigração e da necessidade de serem revistas as situações legais de quem parte.

PAGINA OITO JORNAL DO FUNDÃO

GENTE NOSSA NO MUNDO

DE ANGOLA

para o Fundão, Enxames e Freixial

Os meus respetosos cumprimentos para o sr. Director e todos quantos trabalham no «Jornal do Fundão», que é por ele que vou sabendo notícias da minha terra natal e de toda a Beira Baixa.

Para minha esposa, Rosa Maria, para meu pai e madrinha de guerra um forte abraço cheio de saudades, não esquecendo todos os conterrâneos e amigos, meus patrões e todos os colegas que trabalham na firma Brioso & Irmão.

Sem mais, adeus. Até ao meu regresso.

António Hipólito Vaz

E com elevado afecto que me dirijo a meus pais, irmãos, avós, cunhados, minha noiva Maria do Céu e todos os meus colegas e conterrâneos. Para todos envio um forte abraço, com imensas saudades.

Adeus. Até ao regresso.

José Maceiras

Aproveito esta oportunidade para enviar as minhas saudações a meus pais, irmãos, padrinhos, para

para Barroca e França

Conterrâneos:
Não quis deixar de vos dirigi-

CORREIO DOS LEITORES

Sr. Inácio Martins — Chole-tiere — França. Mais uma vez agradecemos a sua boa amizade. Começamos a remeter o jornal para o sr. Manuel Martins, Os 40 N. F. (232\$10), que acompanharam a sua prezada carta, pagaram as assinaturas indicadas até aos números seguintes: a sua ficou paga até ao n.º 1036, a publicar em 20 de Novembro deste ano; e do sr. Manuel Martins prezadas notícias, enviamos as nossas saudações.

Sr. Virgílio Mineiro Gaspar — Luanda — Angola. Foi com prazer que recebemos as suas notícias. A morada foi alterada. Para que a sua assinatura fique paga até ao fim do corrente ano agradecemos o envio de 156\$00. O preço da assinatura anual é de 286\$00 por via aérea. Os nossos cumprimentos e votos de felicidades.

Sr. Lourenço Nabais da Costa — Luanda — Angola. Obrigado pelos 68\$00 que nos enviou e que deixaram a sua assinatura paga até ao n.º 1053, a sair em 20 de Março do próximo ano. As nossas saudações.

Sr. José Gaspar Dias — militar — Luanda — Angola. Lemos com o maior interesse a sua carta. Como pode verificar no recibo a que alude, o n.º 1041 está certo com a importância que nos remeteu. A única diferença é tá em que, por lapsos, foi indicado como data de publicação 25/3/1966 quando devia ter sido 25/12/1966. Com as nossas desculpas, apresentamos os nossos cumprimentos, ficando a aguardar que nos indique a sua próxima morada.

Sr. José Dias Monsanto — Ponte — Sur — Sambre — França. A sua morada já foi alterada. Bem haja pelos 10 N.F. que nos remeteu e que pagaram a sua assinatura até ao n.º 1030, a publicar em 9 de Outubro deste ano. Esperando que nos diga se recebe o jornal com regularidade, apresentamos as nossas saudações.

Sr. João Caldeira Ramos — Montreal — Canadá. Já deve estar a receber o jornal nesse País, pois fizemos a alteração de morada, conforme o seu pedido. Escolhemos a via marítima por ser a mais barata (115\$00 anuais)

trões do Freixial dos Potes, para minha noiva Georgina, do Casal de Santa Maria, e família, e para todos os conterrâneos do Freixial e também para José Salvado e esposa. Para todos, as maiores felicidades e um forte abraço.

António Gaspar de Ascensão

DE FRANÇA

para Peraboa e Covilhã

Envio um saudoso abraço para meu irmão, avós e toda a família. A todos que vivem em Peraboa peço que deem notícias da nossa terra, em especial aos srs. Pe. Henrique da Cruz Monteiro e prof. Eurico Antunes da Fonseca.

Felismina dos Santos Elias

Em vez de...

Pedimos aos nossos estimados assinantes que nos pedidos de mudança de morada se não esqueçam de indicar a morada anterior. Agradecemos que escrevam, por exemplo, depois do novo endereço, em vez de... (rua e localidade). Assim evitaremos duplicações.

Administração

Igualmente solicitamos que todos os assuntos referentes a assinaturas, publicidade, recebimentos e pagamentos sejam tratados em carta ou postal dirigidos à Administração. O nosso correio é já muito volumoso e a circunstância de vir normalmente dirigido à Direcção provoca atrasos facilmente evitáveis.

está liquidada até ao n.º 1073, a sair em 20 de Agosto do ano próximo. Apresentando-lhe os nossos cumprimentos, desejamos boa sorte.

Figura 36 – Os soldados portugueses foram dos leitores que mais protestaram contra a suspensão do jornal, em 1965

Os que se viram forçadas à saída, soldados ou emigrantes haveriam, de constituir-se como uma das mais importantes peças da promoção deste jornal. Para além do apoio à publicação, de corresponderem ao maior número de assinantes da publicação, foram também actores fundamentais na defesa do jornal quando este esteve suspenso. Fernando Paulouro lembra que “nesse aspecto, o jornal foi uma referência para os soldados que iam para a Guerra Colonial. Mas quando o jornal foi suspenso em 1965, uma grande parte do protesto e do movimento feito em torno do levantamento dessa suspensão, com o envio de telegramas e abaixo-assinados para o Presidente do Conselho, uma parte significativa dessas missivas vinha de soldados que estavam na Guerra Colonial e que achavam aquilo uma coisa perfeitamente estúpida até porque o jornal era um elo fundamental que eles tinham com esta região e com a sua terra natal.

Isso foi muito importante para que as chefias do regime pensassem o processo. Para além disso, a história e essa parte do jornal tem também uma outra dimensão que vai no sentido de tornear a censura. A Guerra Colonial não se discutia, não se podia ir contra aquela opção do regime. Em termos públicos, aquela página representa sobretudo um sentimento de pertença a uma comunidade, mas também o respirar de saudades de pessoas que estavam numa terra incómoda e numa guerra incómoda. Daí que a presença constante dessa folha fosse também o lembrar de um problema que estava ali, que existia, que não podia ser esquecido.

O jornal sempre apoiou a emigração no sentido de ver ali um direito que as pessoas tinham de romper com uma situação que não lhes dava emprego, e para além disso, foi uma plataforma de notícias e uma linha de ligação à sua terra natal. E também os emigrantes sempre souberam proteger o seu jornal.”²⁰⁶

“Dos Emigrantes”, um suplemento internacional

O “Jornal do Fundão” promoveu também, durante vários anos um suplemento dedicado aos emigrantes. Páginas ocupadas por matérias que pretendiam desenhar o quotidiano da emigração e ajudar quem se encontrava longe.

Era um suplemento dirigido por Fernando Paulouro, então chefe de redacção do JF e Júlio Frexes, um colaborador do jornal, para além dos vários correspondentes que a publicação tinha na diáspora, como Joaquim Dias Alves, em Moçambique, Belarmino Batista, no Canadá e Adelino Simões e Abílio Ladeiras, em França. O seu conteúdo era feito de textos onde se explicavam as leis para os trabalhadores migrantes, os direitos que os emigrantes tinham em Portugal, a falta de programas de televisão e a pouca potência com que chegavam os programas de rádio, mas também se fazia eco do movimento associativo dos portugueses e das benesses deste tipo de estruturas, correio do leitor, onde se publicavam mensagens familiares e cumprimentos e entrevistas a responsáveis governamentais dos dois países.

Um dos feitos mais assinaláveis deste suplemento foi a organização de um Encontro de Emigrantes. Um evento que teve lugar nos dias 6 e 7 de Agosto de 1977, no Fundão. No dia 7 de Janeiro desse mesmo ano, o suplemento dá conta de um

²⁰⁶ Entrevista concedida, em presença, no âmbito deste trabalho

projecto que vem sendo amadurecido há alguns anos. Trata-se da realização “*de uma mesa redonda acessível a todos e que foque de maneira realista as questões que hoje se colocam a milhares de compatriotas. Para além disso queremos também uma festa campestre e a apresentação de folclore regional, exibição de artistas convidados e um almoço convívio.*”²⁰⁷

A ideia vai ganhando forma ao longo do ano e adiantam-se temas de debate. O associativismo e o papel social das associações portuguesas no estrangeiro, a cultura e a educação: o ensino das crianças, dos jovens e dos adultos, a formação profissional, a informação que os emigrantes recebem e as remessas dos emigrantes e a sua aplicação em Portugal são as temáticas que compõem o debate. A 5 de Agosto é garantida a presença de Ramalho Eanes, Presidente da República, no encerramento dos trabalhos que se espera servirem para “*falar dos problemas do dramático quotidiano da emigração, pedir ajuda para as tarefas do associativismo, reclamar o ensino do português, para os emigrantes que querem que os seus filhos «saibam dizer pão». Mas também fundar associações contra o individualismo, a desconfiança e a indiferença, que torna as comunidades mais frágeis perante os interesses dos empregadores.*”²⁰⁸ O encontro vai ainda contar com a presença dos secretários de Estado da Emigração, da Comunicação e da Orientação Pedagógica.

Durante dois dias, o Fundão transforma-se no centro de discussão de uma diáspora portuguesa, que só em França chega às 880 mil pessoas. Num dos textos que referem os assuntos abordados durante o Encontro de Emigrantes, é feita a contabilidade de quantos deixaram terras lusas para procurarem melhores oportunidades em França. “*entre 1951 e 1960 chegaram àquela país 17 851 portugueses, entre 1961 e 1965, 118 806 e entre 1966 e 1970 os portugueses atingiram o número de 228 545. Causas? a estagnação da economia portuguesa, elevada população (principalmente do Norte) com dificuldades de emprego e más condições de vida, desejo de escapar ao serviço militar por causa das guerras em África, necessidade de mão de obra em França. (...)*

Hoje a comunidade portuguesa em França é a segunda colónia estrangeira (Argélia é a primeira), mas a maior de taxa de activos, isto é, de pessoas que trabalham. Somos cerca de 880 000, com cerca de 850 000 activos.”²⁰⁹

²⁰⁷ In: *Jornal do Fundão*; edição n° 1565, de 7 de Janeiro de 1977, página 13.

²⁰⁸ In: *Jornal do Fundão*; edição n° 1595, de 5 de Agosto de 1977, página 1.

²⁰⁹ In: *Jornal do Fundão*; edição n° 1597, de 18 de Agosto de 1977, página 1.

Estes dois dias serviram para ouvir 104 comunicações vindas da França, Alemanha, Bélgica, Suécia, Luxemburgo, Inglaterra, Brasil, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, Nigéria, Gabão, Moçambique e Austrália. Os problemas do ensino, do movimento associativo, do regresso e da participação na vida colectiva, são as questões que mais preocupam os emigrantes portugueses. Dizem que nos países onde trabalham gostariam de ser tratados como os residentes, mas também se fala do dinheiro que os emigrantes colocam em Portugal, e especula-se que se não fossem essas remessas poderia estar-se perante uma situação de bancarrota.

António Paulouro publica no jornal o discurso que proferiu na presença de Ramalho Eanes. O fundador do JF diz que: *“a maior soma de comunicações e o mais vivo empenho dos participantes centrou-se no desejo firme e determinado de dar aos filhos uma educação melhor e sobretudo o de lhes dar ou manter viva a língua pátria. É uma atitude inteligente, sabido que a língua portuguesa é já hoje, das mais faladas no mundo. Mas é também um acto de amor. Sei de muitos pais que pedem aos filhos a leitura do jornal para que a fala da pátria permaneça. E sei dos sacrifícios a que muitos se obrigam para manter os filhos nas aulas distantes só abertas em dias que seriam de merecido repouso.”*²¹⁰

No rescaldo dessa jornada, também os jornalistas que compõem a redacção desta publicação publicam uma nota com as suas perspectivas. Num texto intitulado “«Encontro» - com amor e com esperança”, diziam que: *“aqui tratámos de coisas muito sérias que têm a ver com os problemas dos emigrantes portugueses em todo o mundo, as suas perspectivas de regresso à terra pátria, as carências que sentem no apoio das estruturas oficiais que lhes devem ser úteis a imagem que em Portugal atribuem ao emigrante (também herança do fascismo reles de Salazar e de Caetano), aqui, neste espaço da Beira Baixa, sentindo e vivendo um clima de abertura, sem dogmatismo, os emigrantes portugueses e todos aqueles que com eles se sentem solidários, debateram e estudaram temas de grande importância”*.²¹¹

A questão da emigração, neste jornal, acaba por ser da maior relevância. As páginas dedicadas às matérias de interesse para quem estava longe são as melhores provas de um jornalismo de proximidade que acaba por cumprir alguns dos pontos por nós aqui avançados. O jornal aposta em conteúdos que promovam a sua interligação

²¹⁰ *Idem*: página 15.

²¹¹ *Idem*: página 13.

com os leitores, mas também se torna um elemento participante no processo comunicativo, falando por “nós” e envolvendo-se directamente nas problemáticas que dizem respeito aos leitores.

Este tipo de actuação, manifestamente subjectiva, promove ainda a participação dos leitores no processo de construção de um jornal e faz deste uma plataforma aberta às diferentes opiniões. Tal como explica João Carlos Correia, “a interacção é entendida ao nível da circulação das mensagens mediáticas, como a acção comum desenvolvida e partilhada pelos membros de um grupo e entre um *medium* e os membros desse grupo, tendente a realizar e a concretizar os seus projectos ou apresentar as suas opiniões; a reagir perante os projectos e opiniões alheias; a comunicar e expor entre si os seus argumentos, procurando legitimar as suas acções e enunciados ou a questionar a legitimidade das acções e enunciados alheios em função da sua maior ou menor racionalidade intrínseca.”²¹²

O “Jornal do Fundão” alcançou também, com os seus leitores espalhados pelos quatro cantos do mundo, uma dimensão que ultrapassava as fronteiras concelhias, impostas inicialmente pelos seus mentores e tão bem plasmadas no seu próprio título. Em Janeiro de 1985, um trabalho do Centro de Estudos para a Dinamização da Emigração Portuguesa (CEDEP), dá conta do crescimento deste jornal. Segundo os dados obtidos nas várias análises realizadas por aquele centro “os jornais “A Bola”, “Jornal de Notícias” e “Jornal do Fundão” são os mais lidos entre os portugueses em França. O JF é o jornal regional português mais lido quer em meios portugueses politicamente diversos, em círculos intelectuais da maior responsabilidade, quer em povoados humildes de gente quase desconhecida.”²¹³

Mas para além disso, ganhou também uma influência e um reconhecimento que lhe permitiram promover um jornalismo mais consciente e comprometido com os problemas dos seus leitores, mas nem por isso menos sério, ético ou partidário. Nessa área, também partilhamos da opinião de João Carlos Correia quando diz que este tipo de publicações têm como características “a forte presença do leitor e do assinante na vida do jornal, em contraste flagrante com a virtualização dos públicos praticada na grande indústria jornalística; a marca da polémica e do debate ressoando nos artigos de opinião reflectindo a forte presença de elite regional junto da redacção; a colaboração assumida

²¹² Correia, João Carlos; “*Regionalização – Textos Oportunos*”; in: António dos Santos Pereira (coord.), UBI, Centro de Estudos Sociais, Covilhã, 1998, página 89.

²¹³ In: *Jornal do Fundão*; edição nº 1992, de 4 de Janeiro de 1985, página 15.

com formas de associativismo; a recorrência de temas; a resistência à conexão jornalismo-publicidade, podem constituir reminiscências de uma forma de exercício da racionalidade parcialmente banida dos media e difícil de concretizar na imprensa de massas. É, pois, a possibilidade de o jornalismo catalisar alguns traços de racionalidade alternativa, eventualmente susceptíveis de proporcionarem uma «revitalização» de uma opinião pública vivida pelos cidadãos que aqui se tenta perspectivar.»²¹⁴

O reconhecimento de todo esse trabalho, centrado nos leitores da diáspora e nas suas necessidades, é feito por várias entidades, algumas das quais, de relevo internacional. Foi o caso, por exemplo, da Fundação Europeia de Ciência, que incluiu uma análise dos vários suplementos “Do Emigrante”, produzidos pelo JF. Esta pesquisa “foi conduzida no âmbito de uma acção temática internacional programada que permitiu a presença de investigadores portugueses em França, e, por outro lado, mobilizou um grupo de investigadores franceses. O capítulo dedicado ao «Jornal do Fundão» tem a assinatura de Marie-Claude Muñoz, da Commission Nationale pour la Recherche Interethnique, EPHE, Paris, e intitula-se: “Analyse de Presse: Les Dimension de l’identité dans «Dos Emigrantes», suplement mensuel au «Jornal do Fundão».

Uma análise que integra o relatório final da investigação promovida pela Fundação Europeia de Ciência que, sob a direcção científica do professor Michel Oriol, estudou as Variações da Identidade Cultural no quadro migratório. É um trabalho de mais de 500 páginas que reúne contributos de reputados especialistas universitários – M. Catani, Albano Cordeiro, M. A. Hily, Marie Claude Muñoz, Michel Oriol, Michel Poinard e Maria-Beatriz Rocha-Trindade – que analisam comparativamente, com grande rigor interdisciplinar, a evolução da identidade cultural no seio da emigração, especialmente da segunda geração.

O trabalho de Marie-Claude Muñoz, depois de lembrar que «o Jornal do Fundão» foi considerado como um dos focos culturais da resistência ao fascismo, o que lhe valeu uma audiência nacional», analisa a totalidade das informações publicadas nos 12 primeiros números de «Os Emigrantes».

²¹⁴ Correia, João Carlos; “Regionalização – Textos Oportunos”; in: António dos Santos Pereira (coord.), UBI, Centro de Estudos Sociais, Covilhã, 1998, página 97.

JORNAL DO FUNDADO

dos Emigrantes

SUPLEMENTO

Mais passo

...eia, hoje em concretizada, lemento de e s Emigrantes implemento, quência de ção de quase cinco anos. acto, quando de surto emi o começou, já mal vivamen- teressava pe- e dos nossos lriotas que vi- m muitas par- Mundo. uando a re- ção da Euro- bceu dos nos- ções, e milha- portuguesas daram terras ganhavam o lar e a edu- dos filhos, oucas vozes e levantaram esse direito ável. Eram os es do País — político, mais económico e saber onde meçava e o acabava, — ziam a foroz são responsá- o drama enor- a foi o «salto» poucas vozes e levantaram esse atenta- esumano e no à liberdade ocular traba- lomal do Fun- orgulha-se de lo uma delas. r da censura, neças, do tu- tais que então

... depois a li- to mas, mais conjuntura al que por in- dade dos nos- trabalhadores idos, os pros não acaba- São outros, ão menos gra-

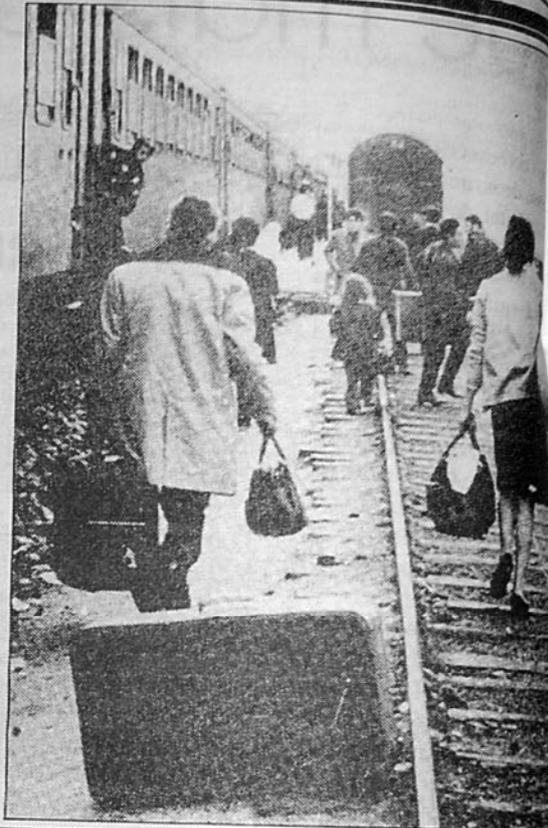
... ina-nos a ex- cia que três mas se po- plocar no topo uas e nossas apações: 1 — to a boas con- to de trabalho eis às dos na- is, — nos receptores; 2 cildades de ção e ensino fugues aos fi- los imigrados; estudo sério e das con- do regresso, os que quise- su têm de re- sr. seja qual for a za das ques- a sua impor- ou urgência, clo há a ter em

O regresso mito ou realidade?

Júlio Freches

O regresso — ou retorno — dos emigrantes aos seus países de origem tem sido motivo de preocupação de governos, organizações internacionais, associações de trabalhadores e de outras estruturas seriamente interessadas nas políticas migratórias. Para o caso português, especialmente a partir de Abril de 1974 (que veio desencadear expectativas pouco fundamentadas) o nível de emigrantes regressados tem sido relativamente reduzido. Somente se registou um número significativo desde 1977, quando o Governo Barre instituiu um «prémio de regresso» de cerca de 120 contos. Assim, terão vindo de França desde aquele ano até agora cerca de 25 mil pessoas.

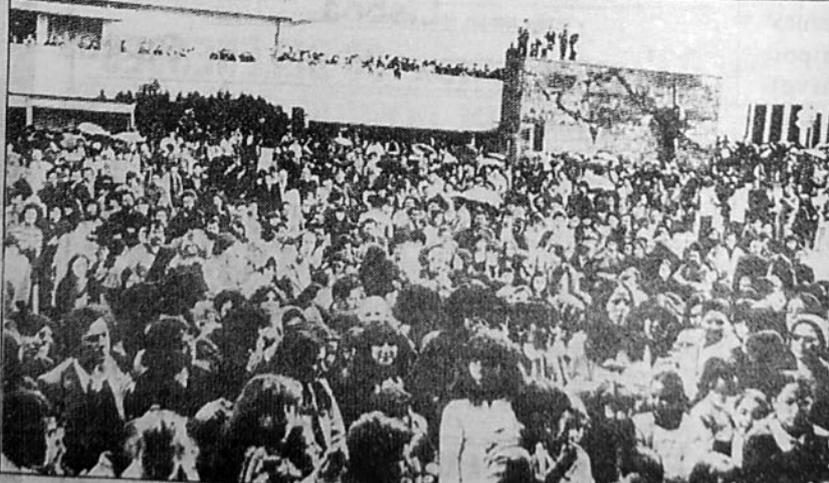
Continua na pág. VII



Mais de 100 mil desejam sair

Ultrapassou os 103 mil portugueses (entre os quais 97 mil homens) o número dos que desejam emigrar. Segundo fontes oficiais da Emigração portuguesa admite-se um ligeiro aumento da emigração regular em 1980 para a França, Canadá e Venezuela, e possivelmente para países árabes. A reunião familiar é considerada uma das razões primordiais para este assunto. Segundo os elementos provisórios disponíveis, a emigração

Continua na pág. VII



Associações portuguesas

Desenvolvimento regional

A mulher lá fora

Emigração e saúde

Camões não quis esperar

Figura 37 – O suplemento “Dos Emigrantes” também fez história na imprensa portuguesa

Escreve Marie-Claude Muñoz: «Dos Emigrantes apresenta-se como uma tribuna da diáspora portuguesa, através das páginas abertas às associações e aos leitores. Dá a conhecer a diversidade das situações ao mesmo tempo aos emigrados e aos portugueses de Portugal. «Dos Emigrantes» é repositório do duplo caminho dos emigrantes quanto à afirmação e à expressão da sua identidades, com referência a Portugal e à sua experiência migratória, e, por isso, lhes propõe um modelo.»

A análise da autora centra-se nas seguintes perspectivas: cultura popular, cultura erudita, língua, história produzida, história a fazer, território, interesse comum, mentalidade. O projecto visa analisar as grandes dimensões da identidade, sob o ângulo da totalização simbólica e institucional.”

Um outro capítulo publicado no âmbito desse mesmo estudo, dedica ainda espaço ao JF. É seu autor Maurizio Catani e estuda o tema “La reversibilité des références aboutit a une forme extreme d’individualisme.”²¹⁵

Sobre este suplemento, Marie-Claude Muñoz diz ainda no seu estudo: “Dos Emigrantes, era um suplemento mensal do “Jornal do Fundão”, que é um semanário português, publicado no Fundão, numa zona tradicionalmente de emigração, a Beira Baixa. Fundado em 1946 pelo republicano Paulouro, está no seu 36º ano de publicação. A razão da qualidade das suas análises, das suas orientações, da sua longa tradição de luta (foi frequentemente censurado durante o Salazarismo), o “Jornal do Fundão” é considerado com uma das instituições culturais da resistência ao fascismo, o que lhe deu uma audiência nacional. Com o 25 de Abril e a renovação da imprensa nacional, o jornal retomou mais a sua área geográfica de origem.”²¹⁶

Em França, o “Jornal do Fundão” teve ainda destaque em estudos académicos realizados pela Association de Solidarité avec les Travailleurs Migrants (ASTI), com sede em Bordeaux. Trabalhos esses que se centraram, também em torno das matérias tratadas no suplementos “Dos Emigrantes”.

²¹⁵ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º 2008, de 1 de Março de 1985, página 12.

²¹⁶ In: *Latitudes*; Cahiers Lusophones; n.º 5 “L’immigration Portugaise en France; Abril 1998;

Jornalismo como espaço legítimo de intervenção social

Algumas considerações sobre o Jornalismo Cívico

Andreï Arkhangelski, cronista do jornal digital moscovita “Vzgliad” é o autor de um artigo de opinião intitulado “Em defesa da subjectividade”. Um texto onde o autor começa por interrogar-se sobre o mito da objectividade, dizendo que: “um mito extraordinariamente difundido sobre o jornalismo moderno é o da «objectividade». Vá lá saber-se porquê, parte-se do princípio de que quem se dedique à escrita tem de ser objectivo”²¹⁷. Nelson Traquina tenta explicar este fenómeno quando diz que: “ocupando um papel cada vez mais central nas sociedades, cada vez mais mediatizadas, o jornalismo e os jornalistas, são objecto de um exame minucioso não só por parte da comunidade académica mas também por parte dos diversos agentes sociais e dos próprios cidadãos. O peso dos valores positivistas de verdade, o papel central de valores como a objectividade, equilíbrio e imparcialidade na própria ideologia jornalística, e a crescente importância do desempenho dos media e do jornalismo no tecido social, em particular na luta política, contribuíram para uma preocupação com o desempenho dos jornalistas em que uma questão fundamental que emerge dentro do estudo do jornalismo é a existência ou não de distorção de informação.”²¹⁸

Ora, é essa visão quase mitológica que vai impor-se na industrialização do jornalismo. Para além de subtrair ao texto noticioso as marcas e opiniões pessoais, este modelo veio também promover uma postura de servidores do público, de profissionais que têm o papel de vigiar os poderes e através do seu profissionalismo regrado e sistemático. Tudo isto “com a finalidade de fornecer informação e não propaganda, os jornais oferecem um produto – as notícias, baseadas em “factos” e não “opiniões”²¹⁹, explica Catarina Rodrigues. Mas esta postura, que veio ficar ainda mais vincada pelo aparecimento das agências de relações públicas, dos gabinetes de comunicação e de uma forte presença da política e dos políticos nos jornais, acabou por transformar os media em servidores dos interesses económicos e políticos. A confirmar isso estão

²¹⁷ ARKHANGELSKI, Andreï; in: *Courrier Internacional*; edição 161; Julho 2009; página 114.

²¹⁸ TRAQUINA, Nelson; e outros; *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 26.

²¹⁹ RODRIGUES, Catarina; *Blogs e a fragmentação do espaço público*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; página 30.

“Chomsky e Herman que argumentam que a cobertura noticiosa norte-americana da repressão do chamado Terceiro Mundo, e o papel do governo norte-americano em tal repressão, é distorcida pela subordinação dos media aos interesses e perspectivas das elites políticas e económicas dos Estados Unidos da América. Para Herman e Chomsky, as notícias são «propaganda» que sustenta o sistema capitalista”²²⁰.

Muitos académicos, chegados a este ponto vaticinam agora o fim do jornalismo como o conhecemos até aqui. Uma indústria que não pode vender notícias secas e despojadas de qualquer sinal pessoal contrasta com a necessidade, cada vez mais evidente, dos leitores serem informados correcta e fidedignamente, com conteúdos pensados para si e para as suas expectativas. Tudo isto produzido por meios de comunicação que promovam a participação dos cidadãos.

“A coisa mais importante que os jornalistas devem à sociedade é a verdade, que, como a consciência, não pertence à categoria das noções objectivas. O que me impede que qualquer pessoa afirme ter razão ou conhecer o fundo das questões. Hoje, apenas a reputação, o profissionalismo e o talento de quem escreve podem ser penhores de integridade e credibilidade. A opinião de quem escreve subjectivamente desempenha melhor a função essencial dos «media»: a comunicação. Concorde ou não, o leitor vê-se obrigado a reflectir. É por isso que o jornalismo de autor é o mais objectivo de todos. Só posso basear-me na opinião de um jornalista que não esconda a sua subjectividade. A principal garantia de independência da imprensa é o compromisso dos seus actores, os jornalistas. Se assumirem simpatias e antipatias, pelo menos, estão a ser honestos com os leitores”, diz Andreï Arkhangelski²²¹. Esta parece-nos ser a visão mais correcta do jornalismo e a que contempla a sua formação de membro activo na construção social da realidade.

Em nosso entender o jornalismo não está em declínio, nem sequer carrega consigo um mal crónico, diagnosticado pelos profetas do final desta actividade, que o fará definhir até desaparecer. O jornalismo está sim a passar por uma fase de profunda transformação. Até porque nunca se poderá conceber o jornalismo como um organismo fechado, sem ligações, hermético. Esta actividade tem também como função, promover o intercâmbio e a comunicação entre diversos sistemas que compõem o cenário social.

²²⁰ TRAQUINA, Nelson; e outros; *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 27.

²²¹ ARKHANGELSKI, Andreï; in: *Courrier International*; edição 161; Julho 2009; página 114.

As alterações pelas quais hoje esta prática de comunicação passa são várias. Desde o aparecimento de novas plataformas de comunicação, que vieram redefinir os processos entre emissores e receptores, até à própria postura dos actores sociais e ao papel que estes hoje desempenham em todo o processo comunicacional. Mas uma das mais significativas foi a que levou os media a promoverem, novamente, a sua ligação aos leitores, bem como a participação destes na produção de mensagens. A mais significativa mudança, dentro destes parâmetros, foi, em nosso entender, o aparecimento do jornalismo cívico. Prática essa, definida por Jay Rosen, um dos seus mentores, como “uma abordagem útil para a actividade profissional diária que torna a imprensa capaz de (1) dirigir-se às pessoas como cidadãs, participantes potenciais do debate público, e não como vítimas ou meros espectadores; (2) ajudar a comunidade a agir politicamente, ao invés de apenas ser informada sobre seus problemas; (3) melhorar a discussão pública ao invés de assistir passivamente a sua deterioração; e (4) contribuir para que a vida pública caminhe bem, de modo que ela mereça a atenção dos jornalistas.”²²²

Julgámos ser interessante abordar também neste trabalho uma iniciativa do “Jornal do Fundão”, que nos parece ser um exemplo claro de jornalismo cívico. Os contornos desta actividade em tudo se assemelham aos processos identificados pelos criadores da teoria do jornalismo cívico. Nesse aspecto lembrar também que temos vindo a falar do “Jornal do Fundão” e da sua actividade à luz das teorias e designações do jornalismo de proximidade. E este caso não será excepção. Até porque, tal como João Carlos Correia, também nós consideramos que “o jornalismo de proximidade é uma das formas de jornalismo cívico.”²²³

Uma das grandes metas deste tipo de prática jornalística passa pela ligação aos cidadãos/leitores da forma mais prática possível. Isto é, o conteúdo noticioso, a abordagem das notícias, é pensado para o cidadão e para levar os leitores a participarem também nesses mesmos conteúdos e na sua interpretação. Um jornalismo de grande abrangência que abarca também o jornalismo de proximidade.

Este cenário foi despoletado essencialmente por três factores. A industrialização dos jornais, a globalização e consequente perda de referências locais levou a que as

²²² ROSEN, Jay; *Making journalism more public*; Communication; 1991, página 269.

²²³ CORREIA, João Carlos; *Elementos para uma teoria da comunicação: Schutz e Luhmann e a construção social da realidade*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; in: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-carlos-elementos-para-teoria-da-comunicacao.html>.

mensagens que chegavam aos cidadãos fossem cada vez mais insípidas, sem um conteúdo substancial que lhe transmitisse algo de valor, que os levasse a reflectir, uma “influência das teorias do ‘comunitarismo’”²²⁴, como diz Mário Mesquita; a politização excessiva dos temas noticiosos e o tratamento dessas matérias desde um ponto de vista descrente, quer na forma de actuação dos políticos, quer no cumprimento dos deveres destes representantes do povo. E também, devido à “crise de credibilidade da imprensa e, em geral, dos media, detectada através de estudos de opinião efectuados de forma sistemática e subsidiados por empresas mediáticas.”²²⁵

Este fenómeno de “desumanização” da imprensa, o abandono das grandes causas temáticas e uma certa ruptura entre o jornalista e o seu público começou por ser estudado profundamente nos Estados Unidos da América. Com os jornais a regerem-se pela batuta da “objectividade”, as notícias passaram a ser cada vez mais impessoais, cada vez mais secas e cada vez mais superficiais. Os grandes temas, o contacto com os eleitores, a ligação efectiva do jornalista e o do próprio jornal o seu público, acabou por sofrer danos. Mário Mesquita cita um dos jornalistas que deu origem a esta prática para tentar explicar a sua definição. Desta forma: “não existe uma definição satisfatória e unívoca desta corrente. David Merritt, jornalista empenhado no movimento, ensaiou a seguinte aproximação: “Para mim (...) é uma atitude, um estado de espírito em que fazemos jornalismo de uma maneira que visa reconquistar o interesse das pessoas pela vida pública.”²²⁶

Merritt era director do jornal “Whicita Eagle” na época das campanhas eleitorais de 1990 e 1992. Os temas, as práticas jornalísticas, os discursos políticos e, acima de tudo, a informação veiculada, em tudo se assemelhavam a campanhas anteriores. Nesses actos sociais tão importantes para o futuro das comunidades, os políticos apenas esgrimiam acusações pessoais e rebatiam comentários dos opositores sem tratar qualquer temática, sem avançar com uma solução concreta para determinado assunto, sem informar verdadeiramente os cidadãos sobre as suas intenções enquanto representantes destes.

Nelson Traquina fala também da “frustração generalizada com a cobertura da campanha presidencial norte-americana de 1998, marcada pela publicidade negativa,

²²⁴ TRAQUINA, Nelson e Mesquita, Mário, (org.); *Jornalismo Cívico*; Colecção Media e Jornalismo; Livros Horizontes, Lisboa; 2003; página 21.

²²⁵ *Idem*

²²⁶ *Idem*; página 19.

pelas ‘oportunidades fotográficas’ como a visita dos candidatos às fábricas de bandeiras e às bases militares, pelas polémicas em torno de questões secundárias, em suma, pela superficialidade, reforçou outras críticas fundamentadas pelos estudos empíricos já realizados desde os anos 70 sobre o papel dos media na política.”²²⁷

De entre os vários jornais que iniciaram um movimento no sentido de mudar a sua actuação, destaca-se o Columbus Ledger Enquirer. Este título da companhia Knight-Ridder está localizado no estado norte-americano da Geórgia e em 1988 realizou alguns inquéritos e personalidades da sua área de influência com o intuito de compreender quais as suas principais preocupações, os temas que mais os interessavam e a forma como gostaria de os ver abordados nas notícias e também poderem participar nessa acção. Com diz Mesquita, “no tratamento dos acontecimentos políticos, o jornalismo cívico coloca o acento tónico na necessidade de privilegiar as questões substantivas, que se reflectem na vida das pessoas.”²²⁸ Para além desta consulta, o mesmo título promoveu ainda actividades de interligação com a sua comunidade, desde colóquios e fóruns a piqueniques com cidadãos e leitores. Espaços de exposição e troca de ideias que resultaram num relatório intitulado “Columbus para além de 2000” e também em diversas matérias que deram uma nova forma ao jornal. Como explica Traquina, “o movimento criou uma task force para enfrentar algumas problemáticas, tais como cuidados com as crianças, problemas específicos dos adolescentes, e o racismo. Nesta fase do projecto, o Columbus Ledger Enquirer apoiou o movimento, criando espaços redactoriais que destacavam cartas dos leitores e uma série de artigos sobre problemas regionais.”²²⁹

Mas outro exemplo de jornalismo cívico, de notícias e conteúdos informativos pensados para os cidadãos e as suas expectativas, nestes casos, em relação aos políticos e à política, surgiu também no Wichita Eagle. Um título dirigido por Davis Merritt que, em conjunto com uma estação de rádio e um canal de televisão locais, também analisaram as preocupações da população e as temáticas que os leitores mais gostariam de ver comentadas nos jornais. A posição destes três órgãos de informação acabou por ser bastante diferente dos restantes meios. Começaram por não transmitir os “ataques” e os comentários que os candidatos lançavam uns aos outros, nem trabalhar as suas

²²⁷ *Idem*; página 10.

²²⁸ TRAQUINA, Nelson; Mesquita, Mário, (Org.); “*As tendências comunitaristas no jornalismo cívico*”; in: *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 20.

²²⁹ *Idem*; página 11.

notícias mediante as agendas dos políticos e das suas campanhas. Neste caso, a posição dos três órgãos de comunicação social passou por trabalharem um conjunto de dez temas que identificaram como prioritários para os seus leitores e para a comunidade onde estavam instalados. “Dez temas de interesse público: educação, desenvolvimento económico, meio ambiente, agricultura, serviços sociais, aborto, delinquência, atenção à saúde, impostos e gastos do estado. Cada candidato tecia as suas opiniões sobre as problemáticas abordadas num artigo publicado na edição de domingo e analisado na coluna semanal “Suas posições.”²³⁰

Este jornal acabou por avançar com mais projectos que envolviam já os seus leitores. Depois de vários estudos realizados, quer pela empresa proprietária do jornais ou as suas parceiras que integravam o grupo de meios de comunicação desta iniciativa se terem apercebido das potencialidades e da nova dinâmica conseguida através destas práticas, seguiram-se mais eventos e conteúdos pensados para os cidadãos, pelos cidadãos e virados para toda a comunidade. Para além disso, existiu todo o envolvimento de vários agentes sociais, como diz Mário Mesquita “jornais, jornalistas, fundações, grupos empresariais e escolas de comunicação estiveram ligados no lançamento do movimento. O apoio de organizações como o *Pew Center for Civic Journalism*, ligado à fundação *Pew Charitable Trusts* e o *Poynter Institute for Media Studies*, e o *Project on Public Live and the Press*, lançado pelas fundações *Knight e Kettering* e pelo Departamento de Jornalismo da Universidade de Nova Iorque, revelou-se essencial ao desenvolvimento deste novo conceito.”²³¹ A comunicação social voltava a ter um papel activo na intervenção social e na construção da realidade, mas também, à luz de um paradigma construtivista, voltava a ser “um espelho, um reflexo”²³² dessa própria realidade. A este seguem-se muitos outros órgãos e projectos similares.

É de salientar o papel activo que vários agentes sociais desempenharam no lançamento desta prática. Um dos académicos que tem vindo a dedicar grande parte dos seus estudos a esta causa fala precisamente na importância desse envolvimento global para que as linhas mestras deste novo jornalismo dessem origem a uma prática sólida.

²³⁰ RIBEIRO, Juliana Colussi; *Jornalismo regional e construção da cidadania: O caso da Folha da Região de Araçatuba*; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-juliana-jornalismo-regional-construcao-cidadania.pdf>; página 58.

²³¹ TRAQUINA, Nelson; Mesquita, Mário, (org); “*As tendências comunitaristas no jornalismo cívico*”; in: *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 20.

²³² TRAQUINA, Nelson; e outros; *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 13.

Jay Rosen, considerado como um dos pais do jornalismo cívico explica que: “os académicos tornam-se ‘críticos conectados’, dirigindo-se (e as suas capacidades intelectuais) ao povo americano, perante o qual sentem a lealdade natural. São também novos associados dos jornalistas, a quem servem de ‘cérebros de confiança’. Ao negociar esta parceria devem emergir da sua própria disciplina e encontrar uma linguagem comum à dos repórteres e editores, os quais por sua vez devem encontrar uma linguagem comum à dos leitores. É neste processo – grupos descobrindo-se reciprocamente pelo diálogo público – que a questão pública se pode descobrir como princípio sustentáculo da vida pública.”²³³ Não poderíamos estar mais de acordo com este investigador, no que diz respeito à interligação entre os trabalhos realizados pelos académicos e o trabalho dos jornalistas, na sua ligação com a comunidade. Também o presente trabalho tem essa aspiração, a de, através de uma linguagem perceptível a ambas as partes, e cumprindo os requisitos mínimos exigidos a uma pesquisa desta natureza, acabar por ser um complemento onde, acima de tudo, se demonstra com exemplos práticos, a capacidade de criação de espaços comuns entre os diversos actores envolvidos no processo comunicacional, mas também o alcance que se pode ter através de um meio de comunicação e dos seus conteúdos.

Passou a ser dada voz activa e lugar de destaque ao leitor, ao cidadão, mas também passaram a existir novas plataformas de comunicação e de resposta aos desafios agora lançados pela comunidade. No caso de “Wichita Eagle”, foi apresentado o “Projecto do Povo”. Cerca de duas centenas de habitantes da região onde estes meios de comunicação estavam implantados foram largamente entrevistadas e desse trabalho resultou uma listagem de temas que viriam a ser profusamente tratados nos jornais. Mas com uma apresentação de soluções, com informações transversais e concretas que nasciam da inclusão de novas fontes, de organismos de apoio social e de entidades responsáveis pelas várias áreas. “Durante nove semanas, os problemas da comunidade foram discutidos nos diversos órgãos de comunicação social que participavam no projecto. Em relação a cada problema identificado como importante nas entrevistas, houve reportagens onde o objectivo era identificar os valores fundamentais das posições em conflito. Em relação a cada problema o “Wichita Eagle” publicou uma listagem completa de todas as organizações e instituições envolvidas. As empresas jornalísticas

²³³ ROSEN, Jay; in: Traquina, Nelson; Mesquita, Mário, (Org); “*Tornar a vida pública mais pública: sobre a responsabilidade política dos intelectuais dos media*”; in: O jornalismo português em análise de casos; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 37.

também promoveram uma série de intercâmbios de ideias onde cidadãos interessados podiam estabelecer contactos e conhecer representantes de diversos grupos”, acrescenta Nelson Traquina.²³⁴ Tudo com o intuito de criar novas relações entre os vários grupos que compõem a comunidade, como diz Catarina Rodrigues: “todos estes pressupostos avançados por Merritt pretendem assim aproximar a comunidade das causas públicas, através de uma afirmação cívica.”²³⁵

O movimento haveria de assinalar outra grande data em 1994 quando o “Charlotte Observer”, do estado da Carolina do Norte se deparou com o assassinado de dois polícias. Um dos problemas que tinha então sido identificado era precisamente o da segurança. Desta forma, o jornal promoveu um conjunto de trabalhos, de reportagens, que faziam o retrato de bairros sociais problemáticos e outras possíveis fontes de criminalidade. Mas, o jornal e os seus responsáveis não se ficaram pela habitual notícia. “O jornal contratou uma pessoa para coordenar as relações com as comunidades e organizou encontros com os residentes. Publicava igualmente páginas com ajuda para cada bairro e solicitou contribuições financeiras, oportunidades de emprego e de bens e serviços. Entre outros resultados do projecto, existe agora num dos bairros um centro de recreio e houve uma quebra significativa no número de crimes violentos”.²³⁶

Embora não se tenha ainda uma definição consensual desta prática,²³⁷ desta aproximação dos meios de comunicação aos seus públicos pelo elencar de temáticas de grande relevância para estes, entende-se o “jornalismo cívico” como uma forma de actuação e de afirmação plenamente assumida na nomeação desta prática, a mesma que é também empregue por nós. Aqui Mário Mesquita é mais explícito ao afirmar que “existem diversas acepções para o conceito de jornalismo cívico. Poderia dizer-se que, em rigor, todo o jornalismo que contribui para a formação de um espaço público poderia designar-se como tal.”²³⁸ Neste aspecto, a base de todo este novo jornalismo assenta na ligação entre os jornalistas e o seu meio envolvente, os seus leitores, a sua comunidade,

²³⁴ Idem; página 11.

²³⁵ RODRIGUES, Catarina; *Blogs e a fragmentação do espaço público*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; página 94.

²³⁶ ²³⁶ Idem; página 12.

²³⁷ Nelson Traquina lembra algumas das denominações utilizadas pelos precursores deste modelo como: “jornalismo comunitário (Craig, 1995), “jornalismo de serviço público” (Shepard, 1994), “jornalismo público” (Rosen, 1994; Merritt, 1995) e “jornalismo cívico” (Lambeth e Craig, (1995))”.

²³⁸ TRAQUINA, Nelson; Mesquita, Mário, (org); *As tendências comunitaristas no jornalismo cívico*; in: *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 19.

as instituições e as tradições que lhes dão forma e promover uma salutar e frequente interligação entre todos.

Segundo Nelson Traquina “o jornalismo cívico que Merritt defende envolve as seguintes mudanças: 1) ir para além da missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) deixar para trás a noção do “observador desprezado” e assumir o papel de “participante justo”; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores mas como actores na vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos.”²³⁹ Desta forma, adianta Rodrigues: “as rotinas profissionais dos jornalistas que olham unicamente para elementos superficiais são criticadas defendendo-se um aprofundamento das questões que mais preocupam a comunidade.”²⁴⁰ Neste aspecto Edmund Lambeth recorda que “um dos grandes pressupostos deste movimento é que os cidadãos tenham uma visão menos desligada dos jornais e passem a assumir um papel mais participativo na vida pública. Com mais frequência, o jornalismo público vai tornar-se mais “pro-activo” patrocinando seminários, discussões, fóruns ou projectos que estimulem a participação cívica, bem como a participação de outras organizações públicas ou privadas para assinalar problemas expostos ou ventilados através das investigações elaboradas por jornais.”²⁴¹ Todo um novo jornalismo que começou por ser abraçado por um grande número de jornais, ao ponto de, “em 1996, aproximadamente 400 meios de comunicação integraram-se ao movimento, segundo a revista “Congressional Quarterly Research.”²⁴² Mas neste vasto conjunto, e numa fase inicial, não constavam os grandes títulos que continuavam reticentes face a esta nova metodologia de trabalho. Edmund Lambeth lembra que “cidades norte-americanas como Seattle e Spokane, até Wichita, Norfolk e Charlotte e Portland, Maine e Oklahoma City, foram tocadas pelo movimento, muito mais do que cidades como Nova York ou Washington e Los

²³⁹ TRAQUINA, Nelson; e outros; *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 13.

²⁴⁰ RODRIGUES, Catarina; *Blogs e a fragmentação do espaço público*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; página 94.

²⁴¹ LAMBETH, Edmund; *A bibliographic review of civic journalism*; National Civic Review; Winter-Spring; 1996; página 18.

²⁴² RIBEIRO, Juliana Colussi; *Jornalismo regional e construção da cidadania: O caso da Folha da Região de Araçatuba*; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-juliana-jornalismo-regional-construcao-cidadania.pdf>; página 61.

Angeles, onde a elite jornalística teve uma visão ofuscada do movimento.”²⁴³ Também aqui Mário Mesquita acrescenta que “o movimento atingiu, sobretudo, os jornais e as rádios locais, muitas vezes em cooperação.”²⁴⁴

Agarrados à epistemologia da “objectividade”, apenas mudaram de métodos de trabalho quando se verificou que esta aproximação aos cidadãos veio fomentar uma nova dinâmica na cadeia comunicativa, o que se repercutia em termos de vendas e de circulação de jornais ou outros meios. “Aquilo que começou como um movimento experimental é agora praticado numa larga variedade de formas por cerca de 100 organizações jornalísticas na América do Norte. O jornalismo cívico iria revitalizar a credibilidade dos jornais através de uma maior responsabilização das matérias destes sobre as suas comunidades. (...) Não se deixariam de fazer reportagens de investigação ou as notícias que narram os eventos quotidianos, mas essas informações deveriam ser complementadas com informações que estimulassem a participação dos cidadãos e a discussão destes sobre as decisões da comunidade”, defende Lamberth.²⁴⁵

Desta forma, Mário Mesquita explica que “o jornalismo cívico propõe-se substituir a natureza fragmentária das práticas tradicionais por uma nova atitude baseada numa maior atenção concedida a cada tema. Em vez de saltar de acontecimento em acontecimento, seria desejável aprofundar as matérias relevantes de modo a focar nelas a atenção da comunidade. Só assim os cidadãos poderiam deliberar com conhecimento de causa sobre as principais questões da vida comunitária.”²⁴⁶

Um dos grandes pontos assinalados pelos teóricos e analistas do jornalismo cívico, passa por referir que este tipo de comunicação surge num contexto onde os jornais, as rádios e as televisão quase se furtam a um dos seus princípios básicos, que é o de informar correcta e contextualmente os seus públicos. Nada disto era feito, no caso da política, onde a mensagem dos políticos se resumia a breves declarações “cozinhadas” previamente, a exhibições teatrais e ataques do adversário. A preocupação efectiva com os cidadãos, a explicação das linhas programáticas de acção política que supostamente visavam a resolução dos problemas sociais, tudo isso não existia. Jay Rosen fala

²⁴³ LAMBETH, Edmund; *A bibliographic review of civic journalism*”; National Civic Review; Winter-Spring; 1996; página 18.

²⁴⁴ TRAQUINA, Nelson; Mesquita, Mário, (org.); “*As tendências comunitaristas no jornalismo cívico*”; in: *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 21.

²⁴⁵ LAMBETH, Edmund; *A bibliographic review of civic journalism*”; National Civic Review; Winter-Spring; 1996; página 18

²⁴⁶ TRAQUINA, Nelson; Mesquita, Mário, (org.); “*As tendências comunitaristas no jornalismo cívico*”; in: *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 19

também, a título de exemplo, “no panfleto do *Poynter Institute of Media Studies*, intitulado “*A call for leadership*. (...) O panfleto incitava os jornalistas a enraizarem-se nas comunidades, a partilharem o poder construindo consensos e encorajando deliberações no interior da organização editorial, a abraçarem a mudança pela experimentação criativa, a inspirarem a geração seguinte criando salas de redacção diversificadas e intelectualmente interessantes, e a construírem a vida pública comum reafirmando os “requisitos permanentes” para uma imprensa livre e responsável.”²⁴⁷

Esta nova ordem de actuação, que é posta em prática, como vimos no início da década de 90 do século passado, tem por detrás um conjunto assinalável de estudos e de demonstrações de alguns teóricos e analistas, em conhecer a capacidade de influência dos leitores e a forma como estes se relacionavam com o media. Mas também, o papel da comunicação social na sociedade e no apoio ao bom funcionamento desta. Maria José Baldessar sublinha que “o documento mais importante sobre o assunto é o Relatório McBride, resultado do trabalho da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação, criada pela ONU para avaliar a possibilidade de uma nova ordem informativa.”²⁴⁸

Um documento com o patrocínio das Nações Unidas que assinala um conjunto de 11 pontos fundamentais para uma boa comunicação, neste aspecto, à escala global. Objectivos que passam por “justiça, igualdade, maior reciprocidade no intercâmbio de informações, menor dependência nas relações de informação, menor difusão de mensagens vindas dos países desenvolvidos; auto-suficiência e reforço das identidades nacionais.”²⁴⁹ Todos com um denominador comum, saber de que forma o jornalismo se adapta às necessidades dos seus leitores e das suas comunidades e de que modo pode interagir com estes.

Mas, como dissemos, o grande passo surgiu com estas experiências, baseadas no jornalismo cívico. Este modelo de jornalismo reflecte um conjunto de regras que vão contra o *establishment* que se rege pela cartilha mercantilista das notícias, onde o objectivo passa por responder às directrizes económicas e políticas, promovendo uma comunicação desligada dos públicos, das suas expectativas e dos seus interesses. A

²⁴⁷ ROSEN, Jay; in: Traquina, Nelson; Mesquita, Mário, (org.); “*Tornar a vida pública mais pública: sobre a responsabilidade política dos intelectuais dos media*”; in: O jornalismo português em análise de casos; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 43

²⁴⁸ BALDESSAR, Maria José; *Nem McLuhan, nem McBride: e agora?* in: <http://bocc.ubi.pt/pag/baldessar-maria-jose-mcluhan-mcbride.pdf>; página 2.

²⁴⁹ *Idem*.

introdução destas novas formas de transmitir conteúdos noticiosos envolvendo todos os agentes presentes no processo comunicacional vem mitigar, em certa medida, as práticas industriais e assumir-se como o futuro da Imprensa. É através dos meios de comunicação, já o dissemos, que as comunidades se afirmam, se revêem e revitalizam. Estes, devem por isso mesmo, criar formas de interligação e participação efectiva dos cidadãos no desenho das linhas mestras dessa comunidade, na escolha das soluções possível e na resolução dos seus problemas. Os *media* têm o papel preponderante de servirem de motor para todo este movimento. Nelson Traquina diz a este respeito que “o movimento provocou uma discussão dentro do jornalismo norte-americano sobre os valores fundamentais para a profissão e lançou um alerta que preconiza uma quebra das rotinas gastas e asfixiantes. Mas o futuro do jornalismo cívico depende, em certa medida, de o movimento pressagiar uma reforma e não uma revolução. O jornalismo cívico tem o potencial para renovar o jornalismo se não pretender ser uma ruptura com o seu capital já acumulado.”²⁵⁰

Jornadas da Beira Interior – Um exemplo de jornalismo cívico em português

Embora o jornalismo anglo-saxónico tenha as suas especificidades, sendo uma delas o fenómeno que acima abordámos, também podemos encontrar no jornalismo europeu e mais concretamente, no português, exemplos semelhantes. O factor proximidade, a ligação próxima ao território e um relacionamento muito estreito com os leitores são características do jornal que serve de modelo de análise para este trabalho. Mas são também algumas das bases necessárias para se promover estas novas práticas comunicacionais. Disso mesmo fala Mário Mesquita quando diz que: “o jornalismo cívico é uma experiência que corresponde a certas especificidades da sociedade americana – com destaque para a importância da ideia de comunidade na história dos Estados Unidos. Mais do que rejeitá-la ou apoiá-la na sua globalidade, importa discuti-la e, eventualmente, reter os seus aspectos mais criativos no domínio da relação com o mercado de leitura e com os cidadãos.”²⁵¹

²⁵⁰ TRAQUINA, Nelson; e outros; *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 17.

²⁵¹ TRAQUINA, Nelson; Mesquita, Mário, (org); “*As tendências comunitaristas no jornalismo cívico*”; in: *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 27.

JORNAL DO FUNDÃO

PORTO PAGO

DIRECTOR ANTÓNIO PAULOIRO

SEMANÁRIO

ANO 39.º - N.º 1959 - 25 DE MAIO DE 1984 - 20500

JORNADAS DA BEIRA INTERIOR



A mesa da presidência da sessão de encerramento. O Presidente da República dá a direita ao Dr. Roque Linz (que representava o Primeiro Ministro), Alberto Romãozinho, governador civil de Castelo Branco, Dr. Manuel Morgado, presidente da Associação Portuguesa de Economistas, capitão Nabais Raposo, representante da Câmara Municipal do Fundão e a esquerda ao general Pires Tavares, comandante da Região Militar Centro, Dr. Raban von Mentzingen, representante da embaixada da República Federal da Alemanha, Prof.

Doutor Hugues de Varin, representante da embaixada de França, Dr. Galto das Neves, juiz da comarca do Fundão, João Mateus Duarte, do Sindicato dos Metalúrgicos, Dr. Silva Pinto, representante da Associação Industrial Portuguesa, encoberto pelo director do IF, Francisco Alves, representante da Câmara Municipal de Castelo Branco e Prof. Eng. Bartolomeu Monteiro, presidente do Instituto dos Têxteis. A imagem não mostra outros participantes que tomaram lugar na mesa, e que em outro lugar refeitiram.

Isto não vai para as gavetas

- Regionalização — pedra angular do desenvolvimento
- Mais de três mil páginas em 139 comunicações
- 36 horas de gravação em comunicações orais e debates
- Contamos com autarquias e com 600 associações de portugueses no estrangeiro
- Todos de acordo com a regionalização
- A Banca — conselhos de gestão — está longe, alheia aos programas de desenvolvimento
- Uma experiência positiva: o GTCB
- O trabalho continua, não menos árduo

DESTACÁVEL DE 12 PÁGINAS

Hoje, no Fundão
Piteira Santos fala sobre
«Os 16 anos da República
e o 28 de Maio»
 PAGINA 5

Drummond contigaco
 - Jornal do Fundão - acaba de receber o resultado da publicação semanal do escritor brasileiro Carlos Drummond de Andrade. Trata-se de um exclusivo que, no quadro das frêgias possibilidades da imprensa escrita, seria possível graças ao a quantidade ímpar dos textos não fosse, como é, bastante para justificar todos os sacrifícios. Drummond contigaco. Melhor notícia não poderia dar a crábua se habituaram à leitura do grande poeta e prosador. PAGINA 3

SEM JUROS, EM 60 MESES...

VEÍCULOS OPEL e BEDFORD

MODELOS	MESESALIDADES DESDE*
Opel Corsa	12.415\$00
Opel Kadett	17.828\$00
Bedford Seta	22.838\$00
Bedford KBD 26	13.964\$00

* A partir de 10 de Janeiro de 1984

sagrup, lda.
 24.411 - Estrada Lameira de Freitas, 46.21-021 Lisboa - Telex: 460200/SGRUP
 Representação em todo o País para concessionários GENERAL MOTORS

EGRAUTO, SARL
 Rua 25, Monte Pinheiro, Apart. 20, 6300 - Tel. 071-22920

NEVAUTO, SARL
 Largo da Infância, 21 - Apart. 131, 4000 - Tel. 075-220445

SAGRUP CONSORCIO DE CONCESSIONARIOS GENERAL MOTORS
 O único consórcio de vendas em Portugal

Figura 39 – Primeiras Jornadas da Beira Interior

Desta forma, julgamos que uma das iniciativas de maior vulto na história do “Jornal do Fundão” pode ser identificada como uma acção de jornalismo cívico, uma vez que, como mais adiante tentarei mostrar, reúne alguns dos mais marcantes parâmetros deste tipo de comunicação. As “Jornadas da Beira Interior”, nas suas três edições, acabaram por revelar-se um espaço alargado de discussão, onde temáticas estruturantes para a região foram debatidas por vários membros da sociedade. As conclusões que resultaram destes encontros comunitários e alargados, para além de uma legítima união da Beira Interior, são vastíssimas. Projectos que acabaram por dar origem a diversas intervenções no campo das acessibilidades, no ensino, na agricultura e na economia, mas também no jornalismo.

Este tipo de iniciativas acaba por ser mais encorajante para os meios de comunicação regionais. “Refira-se ainda a propósito de encorajar e acelerar a tomada de decisões no plano regional, de forma a que o jornalismo possa ajudar a comunidade, não só a equacionar, mas também a descobrir os caminhos para a resolução dos seus principais problemas”, diz Mário Mesquita.²⁵² Opinião idêntica parece ter Maria José Baldessar, quando diz que: “o jornalismo local pode conseguir debater temas de interesse público e estimular a participação do cidadão com maior probabilidade de eficácia em função da proximidade com seu receptor.”²⁵³

As *Jornadas da Beira Interior* assumem-se como um acto que manifestamente surge com o intuito de ligar as forças vivas da região e os habitantes daquela zona do interior a assuntos relevantes para todos. Uma estratégia de pensar a região numa perspectiva de futuro e num espaço global, promovida pelo “*Jornal do Fundão*”. Fernando Paulouro, chefe de redacção do jornal, por ocasião da realização das jornadas explica que: “a Beira Interior veio através da identidade desta região. Um território onde confluíam quer Beira Baixa, quer Beira Alta, mas que, de facto, estava e está bastante esquecido e distante. Estas duas áreas, sendo diferentes nas suas designações são muito iguais nas suas reivindicações, com falta de acessibilidades, com falta de uma dimensão cultural e era uma designação que corresponde a uma realidade. Seja qual for o figurino da regionalização, haverá sempre uma Beira Interior. E um dos objectivos primordiais das “Jornadas da Beira Interior” foi precisamente o de pensar esse espaço como

²⁵² TRAQUINA, Nelson; Mesquita, Mário, (org); “*As tendências comunitaristas no jornalismo cívico*”; in: *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 20

²⁵³ BALDESSAR, Maria José; *Nem McLuhan, nem McBride: e agora?* in: <http://bocc.ubi.pt/pag/baldessar-maria-jose-mcluhan-mcbride.pdf>; página 102.

território comum, ao contrário daquilo que era e é feito pelos políticos que pensam a região à dimensão do seu concelho.”²⁵⁴

O exemplo aqui exposto parece reunir algumas das principais características que o movimento original do jornalismo cívico aponta para este tipo de comunicação. A começar pelo vasto leque de entidades exteriores ao jornal que a iniciativa reúne. Foram de muitas áreas, desde a economia, à política, da cultura à saúde, que marcaram a sua presença neste evento. Todos com o objectivo de analisar o território onde o jornal tinha abrangência e tentar desenhar os planos futuros da comunidade, num fórum de discussão aberto a quem desejasse participar. Um dos factos que ganha relevância e confere ainda mais peso a este evento diz precisamente respeito à designação “Beira Interior.” Até então era frequente a divisão entre os distritos de Castelo Branco e da Guarda. Castelo Branco, a sul, mantinha a importância conferida a uma capital de distrito, enquanto que mais para Norte, a união entre os concelhos do Fundão e da Covilhã era designada por Cova da Beira. Na zona mais a Norte da região, situava-se o distrito da Guarda que poucas ligações mantinha com Castelo Branco.

O “*Jornal do Fundão*” quer pelo destaque sempre dado a toda esta região, com notícias frequentes de ambas as zonas quer pela promoção de temáticas que abarcavam interesses mútuos conseguiu, também aí, suplantar antigas barreiras e reunir sob a mesma designação, os dois distritos, Guarda e Castelo Branco. Uma iniciativa que António Paulouro, fundador e então director do jornal descrevia do seguinte modo: “*Vem de longe, de há pelo menos quinze anos, o propósito, tantas vezes adiado em face da sua grandeza e correlativos encargos, de promover uma série de reuniões de estudo a que agora chamaremos, por facilidade de expressão, «Jornadas da Beira Interior».*

Inventariar as possibilidades desta região, prospectivar as potencialidades e objectivar as carências é tarefa enorme, todavia ao alcance dos especialistas que vamos convidar.

*Queremos que as «Jornadas da Beira Interior» sejam, nas moções e nos debates, depois reunidos em livro, imagem fiel do que esta terra é do que pode ser.”*²⁵⁵ Pela mesma linha de pensamento enveredava também António Guterres, então presidente da Assembleia Municipal do Fundão e posteriormente Primeiro-Ministro de Portugal. Guterres diria então que: “*o papel destas jornadas foi ter polarizado à volta da ideia da*

²⁵⁴ Entrevista concedida presencialmente no âmbito da elaboração deste trabalho.

²⁵⁵ In: *Jornal do Fundão*; edição 1933, de 27 de Janeiro de 1984; página 1.

necessidade da regionalização, diversas e múltiplas sensibilidades ideológicas e partidárias.”²⁵⁶ A facilidade de expressão acabaria por ganhar vigor e também uma identidade. Para este jornal, para os três fóruns de discussão que promoveu em torno deste território no centro do país fica sobretudo a designação de “Beira Interior”. Doravante muitos são os projectos, as instituições e as políticas que passam a carregar esta designação.

Mas estes foram espaços para pensar a região, um território que segundo o próprio “Jornal do Fundão”, em 1984 tinha perto de 438 mil habitantes, que se distribuíam por 12 199 quilómetros quadrados. O sector primário representava 53,5 por cento da empregabilidade, o secundário 24,1 por cento e o terciário, 22,4 por cento. É pois num território onde a agricultura continua a ser a principal fonte de rendimentos e a indústria, sobretudo dos têxteis e também dos lanifícios, contribuem para a subsistência da população, que o “*Jornal do Fundão*” pretende realizar uma iniciativa inédita até à data em Portugal. Discutir as problemáticas de uma região que perdeu entre 1960 e 1981, 160 mil pessoas, fruto do surto de emigração registado em Portugal durante esse mesmo período era um dos objectivos.

“As jornadas quiseram ser o momento de estudar antes de agir e a consciência de que em todas as reivindicações é indispensável a força moral da razoabilidade, no quadro do que, sendo justo, tem de ser possível”, explica António Paulouro no prefácio do livro editado já depois da realização deste primeiro evento.²⁵⁷ Numa região então a sete horas de automóvel da capital, actualmente a cerca de três, foi possível reunir políticos, académicos, dirigentes sindicais, e um vastíssimo leque de quadros qualificados para um debate aprofundado das reais necessidades e também das muitas potencialidades da região. Disso mesmo se dá conta no editorial de 27 de Abril de 1984, intitulado “Carta dos povos esquecidos”. António Paulouro diz que: *“Tínhamos, desde a primeira hora, a colaboração do Instituto Universitário da Beira Interior. Contávamos, igualmente, com a Escola Agrária de Castelo Branco. E com os governadores civis de Castelo Branco e da Guarda, presidentes das câmaras municipais da Guarda e do Fundão. (...)*

Assim, o que mais importa a uma realização desta natureza está amplamente assegurado: a qualidade das pessoas que estudam e hão-de apresentar e discutir temas

²⁵⁶ In: *Jornal do Fundão*; edição 1933, de 27 de Janeiro de 1984; página 15.

²⁵⁷ António Paulouro, *Jornadas da Beira Interior*, Fundão, Jornal do Fundão Editores, 1985, Página 9.

de que, em grande parte, depende o nosso futuro, numa reunião que poderá contribuir para que a agulha da má fortuna comece finalmente a mudar.”²⁵⁸

O director do jornal explicava então no editorial de uma das edições que antecederam as primeiras jornadas: *“Também de assinalar o facto, de se reunirem, para servirem os interesses da nossa região, pessoas dos diversos quadrantes do pensamento político. Pode dizer-se que de todos os partidos com acento na Assembleia da República haverá deputados, obviamente a título pessoal, a participarem em trabalhos que visam melhorar as condições de vida de populações ancestralmente esquecidas dos poderes políticos.”²⁵⁹*

“As Jornadas da Beira Interior têm o seu grande ponto de partida, a sua ideia original no Colóquio sobre o Desenvolvimento Sócio-Económico da Cova da Beira, que decorreu na cidade da Covilhã, em 1970, e serviu para assinalar as comemorações do I Centenário da Covilhã como cidade.”²⁶⁰ A informação é avançada por Viriato Simões, numa das primeiras referências às Jornadas da Beira Interior, que o Jornal do Fundão se preparava para organizar. Este é, aliás, um dos primeiros documentos, de algum relevo a falar sobre o assunto. Um extenso artigo de opinião que versava sobre vários momentos históricos para a região, sobretudo, para a cidade da Covilhã, e que dava algumas ideias do que poderiam vir a ser as ditas jornadas. Sob o título “fazer da Cova da Beira um pólo de desenvolvimento”, Viriato Simões adianta que *“as jornadas ou congresso são sobre a Beira Interior. Urge definir o que é a Beira Interior. E somos nós, os beirões, quem tem de manifestar os seus desejos, alicerçados em estudos que já estão feitos, em trabalhos de coordenação com serviços técnicos de competência local e com todas as forças e autarquias interessadas no desenvolvimento regional.”²⁶¹*

A primeira grande alusão, por parte do jornal, às jornadas, aparece na manchete do jornal de 13 de Abril de 1984 e descreve o evento como um acto de *“assinalar o facto, não único, mas realmente invulgar, de se reunirem para servir os interesses da nossa região, pessoas dos diversos quadrantes do pensamento político. Pode dizer-se que de todos os partidos com assento na Assembleia da República haverá deputados a participar em trabalhos que visam melhorar as condições de vida de populações ancestralmente esquecidas dos poderes políticos”*.

²⁵⁸ In: *Jornal do Fundão*; edição 1944, de 27 de Abril de 1984; Página 1.

²⁵⁹ In: *Jornal do Fundão*; edição 1936, de 19 de Fevereiro de 1984; Página 1.

²⁶⁰ Viriato Simões, in *Jornal do Fundão*, edição 1942, de 6 de Abril de 1984, Página 12.

²⁶¹ *Idem*.



residência do sr. Práxedes, quando o Dr. João Ruivo lia as conclusões do Tema A

Economia

concretos, eventualmente, observa-se um de fundo econômico deficiente de reversão das condições da área mineira e uma situação precária, não criada no Parque necessária administração da região.

1 — Em relação às ideias propostas que a agricultura, o debate anônimo desenvolveu, observa-se que o desenvolvimento da atividade interior de uma região com significado econômico, deve ser baseado na diversificação da produção, com clara definição de prioridades, visando a produção de bens e serviços, em vez de produtos, tecnológicos, sendo neste sentido necessário a necessidade de formação de um mercado interno fracionado de acordo com as perspectivas mais modernas na Beliziana.

2 — O argumento do tecido interno de introdução da Região, com incrementos em atividades alternativas, criação do crédito ao emprego, capazes de fixar o tecido interno, criando um elemento de participação de desenvolvimento econômico de que se valorizando a fixação de emigrantes deslocados na atividade econômica, restando a utilização definitiva e acesso a áreas de desenvolvimento econômico da Região.

3 — Comércio

4 — As comunicações apresentadas, com a estagnação da atividade comercial e as deficiências na distribuição industrial da região interior, apontando para a necessidade de criar zonas de desenvolvimento econômico em áreas de grande sensibilidade econômica, sobrecarregado de que em longo um período de aculturação, que permita o poder de compra, e da atividade de transporte e comunicação, os meios foram esquecidos, e a partir de agora a necessidade de que se possa rapidamente as vias de comunicação para que a Beliziana

Registro de som de:

ALBISOM

Tema C

Desenvolvimento Regional

Neste tema foram apresentadas 47 comunicações distribuídas pelas seguintes questões:

- Ordenamento Territorial
- Autarquias
- Emigração e Retorno
- Emprego e Formação Profissional
- Desenvolvimento Regional

Foi significativo o número de intervenções quer nas comunicações, quer nos debates, e calorosos debates. Contou-se com a participação de autarcas, professores, investigadores, técnicos, deputados e emigrantes. De entre as conclusões elaboradas, destacam-se as seguintes:

Ordenamento Territorial

1 — O ordenamento do território é um processo antecipativo e integrador de organização de espaço, relativamente aos valores, a aptidões e potencialidades do território e à distribuição das populações e suas atividades.

2 — O ordenamento do território é um processo fundamentalmente regional, concretizando-se por intermédio de planos regionais de ordenamento, e o desenvolvimento regional não poderá processar-se em termos de aproveitamento das reais potencialidades e aptidões naturais e humanas, sem a base de um ordenamento correcto do espaço.

3 — O desenvolvimento regional só poderá ser efectivo desde que se faça apelo à energia endógena da região, cabendo as autarquias locais o papel de catalizadores da implementação de processos interdependentes do ordenamento do território, da descentralização económica e energética e da regionalização.

4 — É urgente a elaboração de planos de ordenamento que devem ter em conta os inúmeros estudos já efectuados sobre esta região mas que se encontram dispersos pelas várias entidades públicas e privadas.

5 — Estes planos deverão ser elaborados numa base regional, em colaboração com as autarquias e demais entidades e contando obrigatoriamente também com os técnicos da região.

6 — Os programas de desenvolvimento turístico da região deverão procurar integrar-se nas suas características e especificidades próprias e ser acompanhadas de iniciativas locais que garantam a satisfação das necessidades que o Turismo cria, e incrementar por forma a que dos seus benefícios resultem vantagens reais para as populações locais.

7 — Os tipos de alojamento a desenvolver deverão integrar-se nas características arquitectónicas da Região, recomendando-se, em particular, os seguintes: turismo de habitação nas zonas rurais; e vias de acesso, unidades hoteleiras familiares, para-hoteleira e hoteleira tradicional nas estâncias termais e centros urbanos. O campismo deverá ser objecto de especiais cuidados nas zonas de grande sensibilidade ecológica e paisagística.

8 — Recomenda-se a especial atenção das autarquias locais para o enquadramento dos empreendimentos turísticos a desenvolver no paisagem natural e humana.

9 — Recomenda-se que seja dado início aos planos de ordenamento que possibilitarão uma racional e equilibrada planificação tendente à melhoria da qualidade de vida das populações desta região.

Autarquias

1 — As autarquias devem ser dadas os recursos humanos e financeiros que possibilitem a inventariação das carências e aspirações das populações residentes. Ao mesmo tempo facilitar-se-á o aproveitamento dos recursos endógenos da região possibilitando-se a cada um o direito de viver com dignidade na comunidade em que nasceu.

2 — Reafirma-se que o processo de descentralização deve ser urgente, de modo a possibilitar o exercício efectivo da democracia pelas populações. Só assim se darão passos seguros no processo vital de desconcentração interna, capaz de conduzir esta região à afirmação plena da sua identidade própria.

3 — Recomenda-se ao Governo a implementação de medidas efectivas que ultrapassem a indefinição e o impasse nesta matéria, sob pena de se agravar o fosso entre a população urbana e a população, entre o Litoral e o Interior, continuando a população desta região a ter que procurar fora os meios da sua subsistência.

4 — A gestão das autarquias, porque responsável e transparente em democracia, carece de base técnica e competência financeira, pelo que é indispensável implementar um processo contínuo de formação e reciclagem quer dos funcionários e quadros, quer dos gestores autárquicos. Este processo, se articulado com as Universidades que já existem nas regiões, poderá constituir uma forma de debate das experiências de gestão autárquica.

5 — Que a existência e o funcionamento das autarquias locais impõe e tem como necessário conduzir à criação das regiões administrativas.

Emprego e Formação Profissional

1 — Salienta-se que a formação profissional deve constituir um elemento essencial para o desenvolvimento integral da pessoa humana tendo em conta a sua inserção na sociedade.

2 — É urgente a captação e apoio das iniciativas e coordenação a nível regional tendente à formação profissional e emprego, levados a cabo pelos diversos agentes económicos. As autarquias caberá um papel fundamental na sua coordenação e efectivação. Para tal as finanças e competências locais terão que ser uma realidade efectiva e não uma promessa sucessivamente adiada.

3 — Que o País e a região sejam dotados dos instrumentos necessários ao aproveitamento de eventuais ajudas da CEE, neste domínio.

Emigração e Retorno

1 — É urgente o reconhecimento e o apoio efectivo ao movimento associativo, legítimo representante dos ansiosos e residentes dos emigrantes.

2 — Recomenda-se que a política geral de emigração tenha em conta os problemas dos emigrantes, sendo imprescindível a auscultação permanente destes.

3 — Deverão ser implementadas junto dos consulados e associações, técnicos com formação adequada e em número suficiente, tendo em vista os problemas económicos, culturais e sociais dos emigrantes num contexto da crise dos países em que residem.

Desenvolvimento Regional

1 — O desenvolvimento regional implica a existência de regiões dotadas de uma ampla autonomia administrativa e financeira, nos termos constitucionais.

2 — O desenvolvimento regional pressupõe também a existência de verdadeiros planos regionais, elaborados com a participação das regiões, aliás, aproveitando as experiências parecidas neste domínio.

3 — Neste processo é urgente tomando em conta a inventariação dos recursos endógenos da região e as suas potencialidades, passa-se à acção integrada, assumida por órgãos genuinamente regionais que, em diálogo com as populações que representam, definam as prioridades e as políticas de acção componentes de um efectivo desenvolvimento regional de todo o país.

4 — É fundamental a manutenção e o reforço da ligação dos emigrantes com as comunidades de origem, pois eles constituem elementos fundamentais no processo tendente à constituição de uma nova dinâmica da identidade cultural na sociedade portuguesa. Tal tarefa será protagonizada pela inter-relação entre o poder local e as associações, quer das comunidades de origem, quer as do mundo da emigração.

5 — Recomenda-se a implementação dum processo activo e permanente de informação sobre a emigração ao nível das escolas, das associações de demais entidades sociais tendente a uma redefinição das imagens do emigrante e do residente. O papel das autarquias será fundamental na implementação de planos tendentes a efectiva concretização deste processo.

6 — É urgente a elaboração e efectivação de um plano de difusão da língua e cultura portuguesa, tendo em conta primordialmente os filhos dos emigrantes, tendente a assegurar a revitalização da identidade cultural e nacional.

7 — É urgente que o destino das remessas dos emigrantes deixe de ser canalizado para os grandes centros e para o litoral, devendo ser implementadas estratégias e políticas de investimento privilegiando as comunidades de origem.

8 — Recomenda-se o apoio à imprensa regional que tem servido de elo de ligação das comunidades com o país de origem. Aqui destaca-se, em especial, o Jornal do Funchal como principal veículo intérprete de expressão a nível regional dos ansiosos e aspirações dos emigrantes.

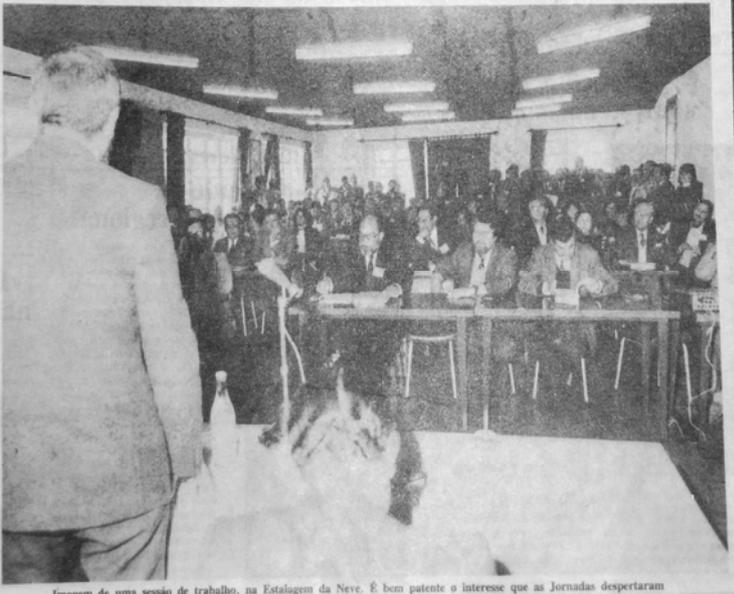


Imagem de uma sessão de trabalho, na Estalagem da Neve. É bem patente o interesse que as Jornadas despertaram

Figura 40 – Algumas conclusões da iniciativa transmitidas aos leitores

O semanário anuncia em destaque de primeira página que Ramalho Eanes vai estar presente: “O Presidente da República na sessão de encerramento”. No texto que se segue fala também das comunicações recebidas: *“pode dizer-se que representam um contributo valiosíssimo para o conhecimento das realidades da Beira Interior e sem dúvida constituirão, não só excelente elemento de trabalho em futuros estudos regionais, como são a memória, esclarecida e cuidada, de anseios velhos e sempre adiados”*.

Nas páginas centrais volta-se ao assunto das comunicações para dizer que “mais de cem comunicações, distribuídas pelas várias áreas temáticas das três secções garantem a enorme importância das Jornadas da Beira Interior que se realizam nos dias 18, 19 e 20 de Maio, no Fundão. Nenhum problema regional nos será estranho neste autêntico «fórum» do desenvolvimento destinado a inventariar as possibilidades desta região, a prospectivar as potencialidades e a objectivar as carências. Um estudo do presente apontado para o futuro. Cultura e Ensino, Poder Local e Desenvolvimento Regional são as três grandes secções onde depois cabem também a Economia, o painel horizonte 2000, entre outros.”²⁶²

Os debates têm lugar no Cine-Teatro da Gardunha, na cidade do Fundão, e contam com diversas personalidades das mais variadas áreas, como é o caso de José Sócrates Pinto Sousa, Cáceres Monteiro, José Carlos Vasconcelos, Mário Zambujal, Fernando Dacosta, José Cardoso Pires, António Guterres, Salgado Zenha, Marçal Grilo, Augusto Mateus e Vasco Lourenço, entre outros. A estes juntam-se vários governadores civis, o presidente da Associação Portuguesa dos Economistas, um representante da Embaixada da República Federal da Alemanha, um representante da Embaixada de França, do Sindicato dos Metalúrgicos, do Sindicato dos Mineiros, do Sindicato Têxtil da Beira Baixa, da Associação Industrial Portuguesa, o presidente do Instituto Português dos Têxteis e o presidente do Instituto Franco-Português. O debate inaugural foi presidido pelo então secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Fernando Nogueira, e como já referido, o general Ramalho Eanes, Presidente da República, na época, veio encerrar os trabalhos. Trabalhos que se destinavam apenas aos inscritos. De entre as múltiplas sessões realizadas durante as jornadas, apenas duas foram abertas à população. Um factor que, em certa medida, condicionou o acesso de possíveis interessados aos debates e até às próprias conclusões desta iniciativa.

²⁶² In: *Jornal do Fundão*; edição n.º: 1947, de 4 de Maio de 1984; Página 1.

A 18 de Maio de 1984, é dada notícia do arranque das jornadas com um texto na primeira página, intitulado “Vamos romper o cerco” e onde se apresentam também o patrocinadores deste evento. Uma informação, que na nossa perspectiva, mostra também a importância dada pelas várias autarquias e governos civis, bem como outras entidades, a este movimento.

“O custo das jornadas, obviamente elevado, não poderia ser suportado por um jornal que vive, como quase todos os jornais portugueses, dificilmente. Porque é a banca quem habitualmente ajuda realizações desta natureza, à sua porta batemos. Os resultados não são famosos e se das autarquias recebêssemos igual resposta ficaríamos pela publicação das comunicações, e nem sequer de todas.”²⁶³

Mas também logo nestas jornadas se partiu para a realização de uma mesa temática que até então não estava prevista, esta dedicada ao espaço raiano englobando os dois países da península. O jornal anunciava assim a nova empreitada: “A presença de destacadas individualidades espanholas será aproveitada para estudo de um tema também de grande importância: a solidariedade e fraternidade dos povos raianos. Apesar da indiferença – e durante séculos verdadeira hostilidade – dos governos centrais, as boas relações entre vizinhos prosseguiram e fortaleciam-se. Estas razões levam-nos a criar uma nova secção e abrir um novo tema, “Raia, Traço de União”.

*“Da mesa farão parte os governadores civis de Salamanca, Cáceres, Guarda, Castelo Branco e Portalegre, alcaides de Alcântara e Cória, presidente da Câmara de Idanha-a-Nova e presidente da assembleia municipal de Castelo Branco. Participarão o reitor da Universidade de Cáceres e os delegados provinciais da Extremadura dos Ministérios da Indústria e da Agricultura. A apresentação dos trabalhos e respectivo debate far-se-á no sábado, dia 19.”*²⁶⁴

O jornal passa aqui a ser visto como motor da iniciativa e elemento aglutinador das várias forças e poderes da região. Registam-se 139 comunicações e recolhem-se ecos de 600 associações de portugueses no estrangeiro. Um conjunto de jornadas que produziram mais de 3000 páginas apenas de resumos e conclusões, onde se destacam os temas poder local, do ensino e do desenvolvimento regional. No final, para além de algumas considerações que vão sendo apresentadas ao longo de várias semanas, em reportagem e

²⁶³ In: *Jornal do Fundão*, edição n.º: 1949, de 18 de Maio de 1984, página 1.

²⁶⁴ *Idem*: páginas centrais.

suplementos no “*Jornal do Fundão*” é também publicado um livro com todas as comunicações apresentadas.

O jornal era, pela sua história, e naquela altura, com cerca de 40 anos de jornalismo, motivo para a vinda de grandes vultos, mas a rede de contactos do director foi também um facto a ter em conta, como lembra José Ricardo Carvalheiro. “A história do jornal e das suas relações com a esfera política é indissociável do percurso do seu fundador, director e proprietário durante mais de cinco décadas. António Paulouro era um membro de uma elite local cuja actividade editorial se entremeou com acções políticas, como a vice-presidência da Câmara do Fundão nos anos 50 e o cargo de deputado à Assembleia da República nos anos 80. Nessa medida, a relação entre a instituição mediática e os actores políticos não configura a clássica separação entre jornalismo e esfera do poder.”²⁶⁵

As conclusões fazem-se na edição 1950 de 25 de Maio de 1984, onde se dá relevo à “Regionalização – Pedra Angular do Desenvolvimento e à Banca – Conselhos de Gestão – está longe, alheia aos programas de desenvolvimento.”²⁶⁶ António Paulouro há-de dar também uma visão pessoal das suas conclusões desta primeira iniciativa. Treze meses mais tarde, aquando da publicação do primeiro livro sobre as jornadas, Paulouro sublinha que “mais de seiscentos participantes: deputados de todos os partidos políticos representados na Assembleia da República, autarcas prestigiados por uma acção diligente e digna, gestores, mineiros, agricultores, jornalistas, empresários. De tão diversos quadrantes ideológicos e tão diferentes classes sociais, uma razão os trouxe: a consciência de que só unidos poderemos virar a roda da desfortuna.”²⁶⁷

Palavras que em tudo se aproximam da opinião de Mário Mesquita quando fala de um dos aspectos mais importantes do jornalismo cívico, aquele que deve “encorajar e acelerar a tomada de decisões no plano regional, de forma a que o jornalismo possa ajudar a comunidade, não só a equacionar, mas também a descobrir os caminhos para a resolução dos seus principais problemas.”²⁶⁸

²⁶⁵ CARVALHEIRO, José Ricardo; *Da nação à região: as eleições legislativas na imprensa regional*; Estudos em Comunicação, n.º 2; Universidade da Beira Interior, Covilhã; 2007; in: <http://www.labcom.ubi.pt/ec/02/pdf/Carvalheiro-A-eleicao-do-centro.pdf>; página 220.

²⁶⁶ In: *Jornal do Fundão*, edição n.º: 1950, de 25 de Maio de 1984, página 12.

²⁶⁷ PAULOIRO, António; *Jornadas da Beira Interior*, Fundão, Jornal do Fundão Editores, 1985, página 12.

²⁶⁸ TRAQUINA, Nelson; Mesquita, Mário, (org); “*As tendências comunitaristas no jornalismo cívico*”; in: *O jornalismo português em análise de casos*; Editorial Caminho; Lisboa; 2001; página 20.

A questão da regionalização foi, sem dúvida, a principal conclusão deste fórum. Fernando Paulouro, chefe de redacção do jornal aponta para o mesmo, quando diz que: *“Enquanto a Regionalização permanece como paradigma da incapacidade política do Poder não só para promover as reformas estruturais indispensáveis à modernização da sociedade portuguesa, mas também da ineficácia do próprio diálogo institucional – onde estão o modelo de desenvolvimento, a planificação do futuro imediato ou longo, a noção de globalidade do «país real»? – alarguemos aqui – e agora – o debate colectivo, sinal e certeza de que nem todos se consideram mortos e morrem nestas comarcas abandonadas ao peso da inércia e do silêncio.*

*É neste jornadejar que me apetece incluir Beira Interior – Uma Região Viável, um conjunto significativo de contribuições monográficas de um variado leque de técnicos que Lopes Marcelo e Marques Mendes coordenaram, e cuja arte final é o retrato dimensionado desta região. E mais uma vez o espaço da imprensa regional – neste caso o «Jornal do Fundão» (com o suplemento Beira Interior) e o «Notícias da Covilhã» (com o suplemento mensal sobre a Cova da Beira) foi o lugar próprio onde a reflexão nasceu e se prolongou. Beira Interior – Uma região Viável. Resta saber como e quando.”*²⁶⁹

Outra das grandes evoluções deste evento foi a criação de um grupo de debate específico, nomeado de “Painel Horizonte 2000”. Um grupo de cinco individualidades, entre elas, António Guterres teve como meta “a procura participada de caminhos que possam abrir e romper o futuro da nossa região.”²⁷⁰ O painel era composto por Salgado Zenha, que falou sobre a “Regionalização e Ética Democrática”; Delgado Domingos, que abordou o tema da “Energia e Alimentação”; Marçal Grilo, com “Ensino”, Augusto Mateus, com “Economia” e António Guterres, com o tema “Desenvolvimento Regional”. Esta iniciativa foi uma das únicas duas abertas à população, e teve direito a uma página com as principais conclusões apontadas por Salgado Zenha e Marçal Grilo. O jornal trará na sua edição número 1950, de 25 de Maio de 1984, um destacável de 12 páginas onde apresentará os participantes e as várias conclusões das cinco áreas em discussão. Aponta-se para que no ensino se promova uma política desde a educação infantil à investigação científica e onde o ensino superior seja uma necessidade, para fixar quadros técnicos qualificados. No património e actividades culturais, é necessário

²⁶⁹ In: *Jornal do Fundão*, edição n.º: 1949, de 18 de Maio de 1984, páginas centrais.

²⁷⁰ In: *Jornal do Fundão*, edição n.º: 1950, de 25 de Maio de 1984, página 12.

defender a arquitectura tradicional da Beira Interior, contar com os jovens para implementar o poder local e defender os jogos tradicionais. Na saúde é necessário articular melhor as relações entre os centros hospitalares e as indústrias, uma vez que as doenças laborais ainda são em número elevado e também o direito à segurança social para mais pessoas. Na economia, a aposta na agricultura parece ser o mais certo. Num tempo em que os lanifícios estão em crise, a aposta dos fundos comunitários deve ir no sentido da agricultura e dos apoios de crédito bonificado, sobretudo nos minifúndios. Marçal Grilo diz que é necessário baixar a taxa de analfabetismo e a idade de acesso ao Ensino Superior, e também criar uma massa crítica indispensável ao desenvolvimento. Já Salgado Zenha fala numa dicotomia insustentável entre o litoral e o interior, devendo-se optar pela regionalização, de forma a que a descentralização faça também diminuir a corrupção.

O evento tem também repercussões na imprensa estrangeira. Nicole Guardiola, jornalista do “*El Pais*”, correspondente em Lisboa, desloca-se ao Fundão para cobrir a iniciativa e no final apresenta para o “*Jornal do Fundão*”, as suas opiniões. Guardiola diz que “há uma coisa que ninguém pode ignorar, hoje em dia a força é dos grupos de pressão. E acho que aqui se demonstrou que há já, talvez não tolamente operacionalizado, mas em potência, um grande grupo de pressão.”²⁷¹

O jornal faz depois ecos durante diversas semanas e em diferentes ocasiões, sobretudo através dos editoriais do seu director, de temas como a Emigração, o aproveitamento ou não do potencial hídrico da região, a própria regionalização, falando sempre das várias propostas avançadas nas Jornadas da Beira Interior. De salientar que também muitas das apresentações, dos números e dos intervenientes servem de base ou são referidos em peças jornalísticas da publicação, ao longo do tempo. Editoriais que tinham títulos elucidativos como: “Um sinal e uma certeza”, “E agora venham as obras”, “Isto não vai para as gavetas”, “Olhar em frente” ou “Demos um passo para a regionalização”. É precisamente num desses textos que António Paulouro reproduz algumas das suas opiniões sobre a necessidade da concertação de esforços regionais para impulsionar a Beira Interior. “Disse há dias e repito: Só pelo aproveitamento das potencialidades da Beira Interior, poderemos evitar que os nossos jovens povoem as cadeias e os bordéis da Europa. Disse também que a terra não é pobre, porque há alguns que lutam para que não sejamos uma pobre gente. Nós mostrámos, mostraram os

²⁷¹ *Idem.*

especialistas, que temos aí milhões de contos a aproveitar, riquezas extraordinárias que só não são devidamente exploradas porque, como dissemos já, o poder está longe. Pois nós vamos pela Regionalização. Disse-me uma distinta jornalista espanhola, aqui presente, que nunca vira 600 portugueses de acordo, e eram de todas as cores políticas. Mas a regionalização uniu-os.”²⁷²

Impulsionado pelo sucesso do evento, depressa se prepara uma segunda edição. Esta começa por ser abordada de forma esporádica ao longo do tempo, até que a 21 de Março de 1986 é proposta, pela primeira vez, a organização das segundas jornadas, na edição 2065 do “Jornal do Fundão”. Estas são anunciadas para a primeira quinzena de Junho em Monfortinho, com a grande temática “Raia, Traço de União”. Todavia, a data de realização iria ser alterada para Outubro. A 8 de Agosto de 1986, na edição número 2085 falou-se nas primeiras adesões, em quem participava, e nas datas definitivas do evento, 10 a 12 de Outubro. Adiantaram-se também os membros da comissão organizadora e algumas áreas de intervenção. O texto que faz a manchete desse número tem por título: “As primeiras adesões confirmam o optimismo” e refere que “na área do Desenvolvimento, salvo os sectores de comunicações e transportes, pode dizer-se que estão assegurados os estudos indispensáveis a um trabalho digno. Assim, também acontece na área cultural e de saúde. Mais complexo o tema «Raia Traço de União» existem já as melhores perspectivas de aprofundamento deste tema fascinante.”²⁷³

Um acto de ressalva vai para a participação de grande parte das câmaras municipais da região, e aqui não se fala apenas das câmaras próximas da sede da publicação, mas sim de autarquias como as de Celorico da Beira e Sabugal, a norte da região, ou a da Vila de Rei, a Sul.

Raia – Traço de União que vai contar com a presença dos governadores civis de Salamanca, Cáceres, Guarda, Castelo Branco e Portalegre, e com os alcaides de Alcântara e Cória e o presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, os reitores das Universidades de Salamanca, Pontifícia de Salamanca e Cáceres, e com os delegados provinciais da Extremadura dos ministérios da Indústria e Agricultura.

A 22 de Agosto, num artigo não assinado, de primeira página, o jornal fala nos objectivos desta segunda edição como sendo “Um teste à capacidade da região”. No texto sublinha-se o facto de as II Jornadas da Beira Interior serem “*um verdadeiro fórum*

²⁷² In: *Jornal do Fundão*, edição n.º: 1953, de 15 de Junho de 1984, página 1.

²⁷³ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º: 2085, de 8 de Agosto de 1986, página 1.

do desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, um assinalável acontecimento cultural.

A participação do Poder Local revela algumas situações inovadoras. É o caso, por exemplo, de várias juntas de freguesia do concelho da Covilhã que vão realizar uma reunião preparatória para definir o tipo de participação nas jornadas de Monfortinho.

Os problemas do Desenvolvimento Regional – destaque para as questões relacionadas com o ordenamento do território e a regionalização – estão a motivar grande interesse, o mesmo acontecendo com a temática relacionada com a situação nas regiões fronteiriças da Beira Interior – Raia, Traço de União – zona desfavorecida que é preciso confrontar com os critérios de distribuição dos fundos comunitários e projectos de desenvolvimento por concretizar.

No espaço cultural, para além das pessoas, ideias e obras a lembrar, é urgente o inventário do património cultural e a sua utilização e a definição da prática cultural que emerge na Beira Interior.

A saúde da Beira Interior é outra questão fundamental que não deixará de ser aprofundada de acordo com a sua importância.”²⁷⁴

Esta segunda edição teve como grandes temáticas o Desenvolvimento Regional, a Raia – Traço de União, a Cultura, a Saúde e as Actividades Culturais. Um evento que vai ter como tema central a zona raiana e servirá essencialmente para aprofundar as ligações entre Portugal e Espanha, mas que começa a perder a grande influência política da iniciativa anterior. Em termos de figuras políticas de relevo, destaque para a presença, na sessão de abertura do evento, de Teresa Patrício Gouveia, à data, secretária de Estado da Cultura, Silva Lopes, António Guterres, António Arnaut, Carlos Luís e Ivo Pinho, deputados da Assembleia da república e os eurodeputados Roque Lino e Bueno Vicente.

Mas esta “falta” de políticos portugueses é compensada pela forte presença de entidades espanholas, como por exemplo, o alcaide Jesus Málaga Gaerrero, o embaixador de Espanha em Lisboa e os reitores das universidades de Salamanca e da Pontifícia de Salamanca, a participação de deputados do Parlamento Europeu, de Torres Couto, secretário-geral da UGT, e de João Proença, dirigente sindical da UGT, dos poetas João Cabral de Melo e Eugénio de Andrade, e da Asociación para la Defensa de

²⁷⁴ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º: 2087, de 22 de Agosto de 1986, página 1.

la Natureza de la Extremadura de Mérida. A presença do *El País* é acrescida da *Rádio Clube de Paris*, que faz alguns directos de Monfortinho.

Por outro lado, se o Poder Central não se fez representar de igual modo relativamente à primeira edição, o Poder Local tem uma ampla presença, com a participação das câmaras municipais da Covilhã, Castelo Branco, Guarda, Belmonte, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Sertã, Oleiros, Proença-a-Nova, Vila de Rei, Gouveia, Seia, Meda, Trancoso, Manteigas, Sabugal, Foz Côa, Celorico da Beira, Fundão e Idanha-a-Nova.

No entanto, e apesar do aparente declínio, esta segunda edição conta com um número recorde de comunicações, 150 no total, e com um aumento significativo da participação de pessoas e entidades, não só regionais e locais, mas já também de relevo internacional, como é o caso de Michel Poinard, professor da Universidade de Toulouse.

Este geógrafo e investigador, “autor de múltipla bibliografia publicada em França e no estrangeiro sobre os temas da emigração e do retorno, e que participou, no âmbito da Fundação Europeia de Ciência, no Programa de Investigação sobre as «Variações de Identidade nos jovens de origem portuguesa – estudo comparativo franco-português»,²⁷⁵ veio apresentar uma comunicação sobre a problemática da emigração e as suas incidências no Mundo Rural. O painel subordinado ao tema “Desenvolvimento Regional” foi o que ganhou maior procura, com um total de 60 comunicações. “*Este é um sinal de vitalidade e de interesse pela promoção do espaço que habitamos. Por outro lado, o nome dos autores é sinal de garantias: estudo, reflexão, estatística, apresentação de soluções, são elementos preciosos que fazem desta iniciativa um grande «fórum» sobre a região que não quer ficar parada no tempo,*” diria António Paulouro.²⁷⁶

As conclusões passaram por reivindicar um modelo de desenvolvimento para a Beira Interior que fosse baseado, sobretudo, no Ensino Superior. Contudo, sem a presença de grandes figuras do Estado Central, as exigências do futuro apontadas pelos organizadores, participantes, e sobretudo os políticos locais chegariam mais dificilmente a Lisboa. Daí que, as edições seguintes do “Jornal do Fundão”, para além de darem eco ao objectivos traçados nas jornadas serviram para mostrar as críticas dos participantes,

²⁷⁵ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º: 2091, de 19 de Setembro de 1986, páginas centrais.

²⁷⁶ In: *Jornal do Fundão*, edição n.º: 2094, de 10 de Outubro de 1986, página 12.

em relação à posição do governo e dos ministérios instalados em Lisboa. António Paulouro chegaria mesmo a dizer numa das suas intervenções iniciais, o seguinte: “É mais fácil ir a Estrasburgo ou Macau (para certos senhores) do que deslocar-se à Beira Interior.”²⁷⁷ As conclusões destas segundas jornadas acabariam por chegar à Assembleia da República pela voz de Dias de Carvalho, deputado do Partido Renovador Democrático (PRD), eleito pelo círculo de Castelo Branco, e também por Carlos Luís, do Partido Socialista, eleito pelo círculo da Guarda.

O jornal tendia a não resignar-se e acabava mesmo por considerar a segunda edição como “*um acontecimento cultural que o tempo há-de referenciar como momento singular da consciência colectiva da Beira Interior. Homens de cultura, professores universitários, deputados, figuras políticas e culturais qualificadas de Espanha enriqueceram este fórum prenunciador de desenvolvimento e de futuro.*”²⁷⁸

Mas com o estado macrocéfalo do país, que se movia a duas velocidades e que levava o litoral a tomar a dianteira em todos os aspectos, e onde a interioridade continuava a pesar, muitas das estratégias delineadas em 1984 esperavam ainda por sair do papel. É desse “mal-estar” que António Paulouro se queixa, já na segunda edição do livro *Jornadas da Beira Interior*, onde refere que “*isso nos diz o balanço de dois anos após as jornadas. A míngua de resultados, razão e incentivo para continuar, mostra a face escura das realidades que nenhuma desculpa, por mais hábil ou hipócrita, consegue disfarçar. Faz-se, realmente, muito pouco, aumentaram as assimetrias que nos distanciam do litoral.*”²⁷⁹

Ainda assim, outra das grandes conclusões desta edição passava, invariavelmente, pela importância de criar laços com as regiões vizinhas de Espanha. No editorial de 17 de Outubro de 1986, António Paulouro diz que “*Rompemos o cerco*”. No texto, o director do “*Jornal do Fundão*” aproveita para avançar com um balanço da iniciativa e diz que “*vieram e virão de Espanha bons amigos, e essa é das maiores vitórias das jornadas. Tantos anos, tanto tempo a desfigurar as raízes de uma vizinhança que diariamente se afirma nas romarias e festas raianas, no pequeno comércio, nos liames familiares, nas alegrias comuns. É uma raia teimosamente burocrática e velha a contar quem vem e quem vai, homens de fusil e baioneta a surdir das moitas nocturnas. Isso*

²⁷⁷ *Idem*: páginas centrais.

²⁷⁸ *In: Jornal do Fundão*, edição n.º: 2095, de 17 de Outubro de 1986, página 1.

²⁷⁹ PAULOURO, António; *II Jornadas da Beira Interior*, Fundão, Jornal do Fundão Editores, 1986, página 8.

acabou, graças a Deus. A raia tem de ser traço de união. Mas à letra dos tratados tem de corresponder a fraterna convivência, a acção cultural ampla e diversificada que cimemente as bases de entendimento.

As jornadas, a sua génese e realização, a si mesmas se explicam. Em qualquer lugar do mundo seriam úteis, – o estudo e a reflexão nunca serão de mais – mas aqui, nesta terra de resignação ou de fuga, indispensáveis. Fiéis ao compromisso inicial com nós mesmos, nem lamúrias nem arruaças. Estudar, estudar sempre. Apoiar as nossas razões, conhecidas ou intuídas, em dados concretos, em números exactos, em casos averiguados. Um teste que também explica certas ausências. Faltam alguns que sabem e não podem. Faltam outros que podem e não sabem. Uns com tempo para intervier, outros com medo de diálogo.

Dizer que fomos e somos desfavorecidos não chega. Que são cada vez mais fundas e extensas as assimetrias, também não. As afirmações carecem de dados seguros que meçam a sua dimensão e gravidade.”²⁸⁰

Pedia-se também mais democracia cultural e uma aposta nessa área. Outra das grandes conclusões passava pela implantação de um processo de regionalização em Portugal, de certa maneira, no seguimento do primeiro encontro. Adiantava-se também a necessidade de romper com a inércia e começar a promover acções que visassem o desenvolvimento da região. Na saúde, o debate centrou-se nas graves carências, a vários níveis, registadas por toda a região e novamente as doenças laborais e falta de segurança social para toda a população.

A RTP apenas esteve presente no final dos trabalhos, o que levou a um protesto generalizado por parte dos participantes. Mário Castrim e Correia da Fonseca, dois jornalistas que intervinham nos trabalhos redigiram mesmo uma moção de protesto que foi aprovada pelos participantes deste evento. No que respeita às conclusões deste segundo encontro, estas foram também menos expostas pelo jornal. A política passou por uma maior aposta na publicação de dois livros que continham todas as apresentações das jornadas.

No seguimento das jornadas, aparece na edição número 2099 de 14 de Novembro de 1986, a “candidatura” da Câmara Municipal da Guarda que vai no sentido de receber a terceira edição das jornadas. Contudo o jornal iria passar um longo período de “silêncio” relativamente ao assunto, abordando-o esporadicamente.

²⁸⁰ In: *Jornal do Fundão*, edição nº: 2095, de 17 de Outubro de 1986, página 1

O que eles disseram das Jornadas

VEIGA SIMÃO, representante
Presidente da República

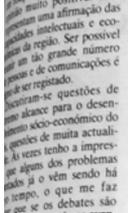
«Afirmção da capacidade das gentes da Beira Interior»



Penso que as Jornadas representam uma afirmação da capacidade das gentes da Beira Interior. Sob o lema «estudar para agir», conseguem não só equacionar mas apontar soluções para problemas fundamentais do desenvolvimento desta zona. Julgo que elas se devem manter e desenvolver e ser o embrião de uma voz que consiga influenciar de modo decisivo o poder, correspondendo-se assim às aspirações legítimas de uma zona que é o grande estio da nação lusitana.

ANIELA SILVA, Professora universitária

«Afirmção das capacidades intelectuais e económicas da região»

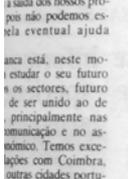


«...entre nas primeiras, mas não a estas tenho uma ideia muito positiva. Elas representam uma afirmação das capacidades intelectuais e económicas da região. Ser possível ter um tão grande número de comunicações e de comunicações é um sucesso a registar. Não se levantam-se questões de desenvolvimento para o desenvolvimento sócio-económico do território. Há questões de muita actualidade. Há alguns dos problemas que se vão vendo há muito tempo, o que me faz pensar que se os debates são necessários para fazer avançar ideias e aprofundar a discussão colectiva dos problemas é igualmente necessário a questão central do desenvolvimento, a fim de viabilizar as relações que já hoje merecem um longo consenso. Refiro-

«...em particular à necessidade de aprofundar a descentralização regional e a toda a vasta gama de problemas da indispensável lubrificação das relações entre poder e autarquias e administração central.

IS MALAGA, Alcaide de Salamanca

«Não podemos esperar eventual ajuda exterior»

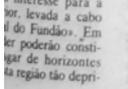


«...a levantar-se os projetos muita realidade. Penso que são muito positivas as ideias dos nossos projetos não podemos esperar eventual ajuda exterior. Penso que a realidade está, neste momento, a estudar o seu futuro nos sectores, futuro de ser unido ao de desenvolvimento principalmente nas comunicações e no turismo. Temos excepções com Coimbra, outras cidades portuguesas partidárias de uma rede de ligações entre as raças, espanholas e portuguesas. As nossas relações necessitam de

um desenvolvimento acelerado e de uma colaboração eficaz entre elas, pois só assim se resolverão os problemas apontados em Jornadas como estas.

e-Coronel DIAMANTINO ANDRÉ, presidente da Câmara de Proença-a-Nova

«Evidentemente, há muita gente a preocupar-se com os nossos problemas»



«...mida, na qual se inclui obrigatoriamente o cancelho a que presido. Ao sair daqui comprovo que, felizmente, há muita gente a preocupar-se com os nossos problemas, o que possibilitará o raiar do dia claro, a que tão significativamente aludiu o director do «JF».

EDUARDO LOURENÇO, Professor universitário em França

«Um grande passo para o fim da insularidade da Beira Interior»

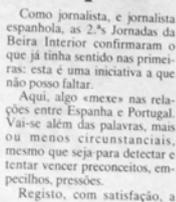


viva, sobretudo a participação de gente jovem. É o sintoma de uma tomada de consciência dos problemas concretos de uma região tradicionalmente desfavorecida mas apostada em resolver as carências de ordem económica e de ordem cultural, herdadas do passado.

Foi a primeira vez que participei nas Jornadas da Beira Interior e impressionou-me a força e a presença de uma cultura regional extremamente

NICOLE GUARDIOLA, correspondente do «El País» em Lisboa

«Aqui, algo «mexe» nas relações entre Espanha e Portugal»



Como jornalista, e jornalista espanhola, as 2.ªs Jornadas da Beira Interior confirmaram o que já tinha sentido nas primeiras: esta é uma iniciativa a que não posso faltar.

«Aqui, algo «mexe» nas relações entre Espanha e Portugal. Vai-se além das palavras, mais ou menos circunstanciais, mesmo que seja para detectar e tentar vencer preconceitos, empecilhos, pressões.

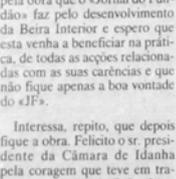
Registo, com satisfação, a presença atenta e interventiva das instituições regionais espanholas, que é, espero, um contributo para que a integração europeia que vivem os dois países ibéricos seja um passo no sentido da unidade dos povos europeus, na diversidade das suas regiões.

Também como jornalista, não posso deixar de ter uma palavra para o «Jornal do Fundão» que, neste momento de crise de identidade da imprensa escrita», aponta uma via importante para a revitalização dos jornais como pólos de dinamização e desenvolvimento, num mundo cada vez mais dependente da informação.

«Se alguns julgam que informação é hoje sinónimo dos meios audiovisuais, o «Jornal do Fundão» prova o papel, insubstituível, da imprensa escrita na reflexão.

ÁLVARO RAMOS, Presidente da Câmara da Covilhã

«A maior divulgação que se pode fazer da região»

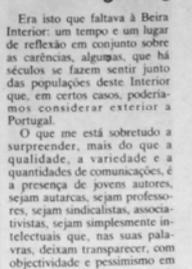


Penso que são muito importantes e louváveis. Quero manifestar o meu agradecimento pela obra que o «Jornal do Fundão» faz pelo desenvolvimento da Beira Interior e espero que esta venha a beneficiar na prática, de todas as acções relacionadas com as suas carências e que não fiquem apenas a boa vontade do «JF».

Interessa, repito, que depois fique a obra. Felicito o sr. presidente da Câmara de Idanha pela coragem que teve em trazer as Jornadas da Beira Interior para Monfortinho e o «JF» por ter arrancado com a iniciativa, a maior divulgação que se pode fazer da região. Resta-me acrescentar que o presidente da Câmara da Covilhã tudo fará para que as futuras Jornadas se realizem nesta cidade.

ARNALDO SARAIVA, Professor de Literatura Brasileira na Faculdade de Letras do Porto

«Esquecer os benesses do Litoral e as injustiças de Lisboa»



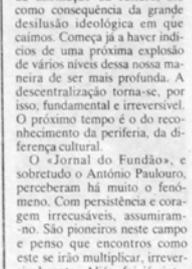
«Era isto que faltava à Beira Interior: um tempo e um lugar de reflexão em conjunto sobre as carências, algumas, que há séculos se fazem sentir junto das populações deste Interior que, em certos casos, poderíamos considerar exterior a Portugal.

O que me está sobretudo a surpreender, mais do que a qualidade, a variedade e a quantidade de comunicações, é a presença de jovens autores, sejam autarcas, sejam professores, sejam sindicalistas, associativistas, sejam simplesmente intelectuais que, nas suas palavras, deixam transparecer, com objectividade e pessimismo em relação ao presente, um grande optimismo em relação ao futuro.

Creio que com Jornadas como estas e com gente como esta se pode fazer com que a Beira Interior esteja menos à margem, ou com que aqui se

FERNANDO DACOSTA, Jornalista e escritor

«O futuro do país está na chamada província»

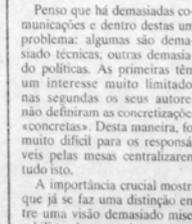


O grande fenómeno a que estamos a assistir em Portugal é o da afirmação da cultura, até como consequência da grande desilusão ideológica em que caímos. Começa já a haver indícios de uma próxima explosão de vários níveis dessa nossa maneira de ser mais profunda. A descentralização torna-se, por isso, fundamental e irreversível. O próximo tempo é o do reconhecimento da periferia, da diferença cultural.

O «Jornal do Fundão», e sobretudo o António Paulouro, perceberam há muito o fenómeno. Com persistência e coragem irrecusáveis, assumiram-no. São pioneiros neste campo e penso que encontros como estes se irão multiplicar, irremediavelmente. Aliás, foi já sintomático para quem participou nas Jornadas verificar a quantidade de pequenos movimentos que estão já a fortalecer-se em toda a zona, de afirmação local, poesia, teatro, museologia, arte, edição, a comunicação, o arte-

MICHEL POINARD, Professor universitário em Toulouse, França

«Distinguir visão miserabilista e realidade objectiva»



Penso que há demasiadas comunicações e dentro destas um problema: algumas são demasiado técnicas, outras demasiado políticas. As primeiras têm um interesse muito limitado, nas segundas os seus autores não definiram as concretizações «concretas». Desta maneira, foi muito difícil para os responsáveis pelas mesas centralizarem tudo isto.

A importância crucial mostra que já se faz uma distinção entre uma visão demasiado miserabilista de certas intervenções e a realidade mais objectiva, de uma forte tomada de consciência demonstrada pelos partici-

pantes. O próprio «Jornal do Fundão» conseguiu essa demonstração.

Figura 42 – Algumas conclusões da segunda edição das jornadas

Somente a 22 de Junho de 1990, quatro anos após a realização da segunda edição há notícias certas da realização das *III Jornadas da Beira Interior*. Mas neste fórum, que viria a revelar-se o último, a falta de patrocínios, de apoios diversos, sobretudo das câmaras municipais, espelha algum desconforto por parte dos organizadores. Um mês depois, a 20 de Julho de 1990, na edição número 2291 do “Jornal do Fundão” é tornado público o apoio da Universidade da Beira Interior, onde os trabalhos acabariam por ter lugar, e também da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior.

A 10 de Agosto de 1990, uma das notícias que ocupavam a primeira página do “Jornal do Fundão” fazia referência, precisamente, à realização ou não das terceiras jornadas. Por entre as dúvidas de um artigo intitulado “As dúvidas e as certezas”, sublinhava-se a importância de as jornadas se realizarem na Beira Interior e não em Lisboa. Num artigo não assinado questiona-se se tal posição não será devido ao facto de estas serem no interior do país e não terem merecido o devido apoio. Um texto onde se pode ler que *“quem, desprevenido dos hábitos locais, agora somasse as adesões recebidas, chegaria à desoladora conclusão de que não vale a pena fazer aqui, as terceiras jornadas. Sem a Câmara da Covilhã, já que à Fidelidade, e aos municípios aderentes não importa onde mas o quê – parece que a proposta de nos reunirmos em Lisboa seria mais fácil, mais barata e de publicidade melhor assegurada. Simplesmente, um dos princípios essenciais das jornadas seria atraindo. É na Beira Interior, na nossa casa, que as questões próprias se dirimem e as nossas queixas ou razões se ajustam. Aqui, e não em lugar outro, seja ele de maior grandeza ou aparato.*

Podem as dúvidas, se é que as há nos motivos de tardança, talvez derivar de uma das três proposições: a) não acreditar na eficácia de tais reuniões, mesmo quando livres e responsáveis; b) não aceitar que é útil a reivindicação de direitos previamente legitimados pela reflexão e análise; c) não reconhecer a existência de problemas regionais de grande importância para além das queixas e pedidos que aos ministros fazem.

Das obsoletas vias de comunicação à penúria dos hospitais, do regadio que estranhamente tarda à abertura de fronteiras, do turismo que quase não há em região privilegiada natureza, da recuperação de gravações e recolhas etnográficas em risco

*de perder-se e à defesa dos cursos de água, apenas se refere parte de um rol imenso de carências merecedoras de trabalho proveitoso e urgente.*²⁸¹

Contudo, ao longo de diversas semanas, continua-se a reforçar a necessidade de realizar e estudar um inventário das potencialidades e das carências da região e agir em conformidade com as conclusões, como justificação para a realização de mais umas jornadas. Começam a aparecer mais algumas condições, sobretudo de apoio e patrocínio, que são necessárias para a realização de um evento desta natureza. Adiantam-se também como grandes temáticas possíveis de discussão, que passam pelo ambiente e recursos naturais, economia regional, educação e cultura, ordenamento do território e saúde e sociedade. Mas é já para meados de Setembro de 1990 que o jornal adianta o tema central desta edição: “Que fazer até 1993?”. Não deixa de ser curioso que um dos grandes temas, o “Painel Horizonte 2000”, que mais destaque mereceu seis anos antes, durante a realização das primeiras jornadas, acabou por ser abandonado. Durante as segundas jornadas, o assunto não foi abordado, e nesta edição, a meta ficou-se pelo ano de 1993.

A 24 de Agosto de 1990 apresentam-se então os locais da realização dos trabalhos, que seriam o Teatro-Cine da Covilhã e a Universidade da Beira Interior, fixando-se a data definitiva das jornadas entre 19 e 21 de Outubro de 1990. Mais tarde, a 21 de Setembro de 1990, na edição número 2300, avança-se também com a participação de algumas figuras de relevo intelectual, cultura, e político. Num texto publicado na primeira página do jornal diz-se que “a um mês das III Jornadas da Beira Interior desenha-se o êxito da iniciativa do «Jornal do Fundão». O elevado número de participantes já inscritos, e a alta qualificação científica e cultural de personalidades que apresentarão comunicações, garantem o sucesso de uma realização que visa, sobretudo, ser um grande fórum sobre os problemas do desenvolvimento da Beira Interior.”²⁸² Garante-se a presença de Eduardo Lourenço, Vítor Martins, secretário de Estado da Integração Europeia e também exposições de Manuel Cargaleiro, Vieira da Silva, Jorge Martins e Costa Camelo. Na edição de 5 de Outubro de 1990, surge nova referência aos locais de realização das jornadas, desta vez para comunicar uma alteração: as jornadas passariam a realizar-se apenas nas instalações da UBI, com o apoio das câmaras

²⁸¹ In: *Jornal do Fundão*, edição n.º: 2294, de 10 de Agosto de 1990, página 12.

²⁸² In: *Jornal do Fundão*, edição n.º: 2300, de 21 de Setembro de 1990, página 1.

municipais da Covilhã, de Vila Velha de Ródão, de Idanha-a-Nova, de Castelo Branco, de Belmonte e de Penamacor.

JORNAL DO FUNDÃO

DIRECTOR ANTÓNIO PAULOURO SEMANÁRIO ANO 45.º — N.º 2305 — 26 DE OUTUBRO DE 1990 — 50500




Terceiras Jornadas da Beira Interior

Mais Ciência, mais consciência

1 — Quem ler, mesmo em diagonal, o nosso suplemento de hoje, saberá a razão deste título, só aparentemente ambicioso. Porque há, depois das Jornadas, mais ciência, melhor conhecidos em profundidade e extensão os vários problemas que encambram o destino da Beira Interior.

E mais consciência, por irmos ao fundo de quem somos e do que valemos em confronto com as grandes tarefas que o dever nos pede.

Sabe-se igualmente — outro aspecto de não menor valia — quem aposta nos méritos do estudo e reflexão como caminho a trilhar sem demora e quem deixa que a sorte se entregue o futuro.

As Jornadas foram isso mesmo. A procura, exaustiva quanto possível, seria sem dúvida, abnegada em muitos casos, das causas que há muito lesam as populações da B.I.

Mais não cumpria fazer.

Cabe agora às instâncias com poder de decisão avaliar a qualidade e urgência das conclusões.

E decidir.

A quem porventura assim pensar poderíamos, como se diz em linguagem forense, oferecer o merecimento dos autos. Ou seja o que até agora foi possível transcrever, porque muito do que se disse nas sessões de abertura e encerramento não foi escrito e está ainda a recolher-se da gravação. Aliás a totalidade das comunicações só nos livros que oportunamente serão publicados. Então se verá como foram árduos mas proveitosos tanta atenção e cuidados.

-económicas como as Jornadas foram, com lhanza e urbanidade que ali faltaram.

2 — Talvez, aos menos avisados em processos desta natureza, pareça inútil falar do que falta, inventariar penúrias, propor soluções, quando as juntas de freguesia, os municípios, a AR e o Governo se empenham ou deveriam empenhar-se no total conhecimento do que à «res pública» convém.

3 — Tivemos, desta vez, o espaço necessário, excelente, que é a Universidade da Beira Interior. Já dissemos que se Duarte Simões lançou os caboucos, premonitoriamente, Passos Morgado fez crescer a Escola que hoje é orgulho da nossa região. Não foram, todavia, fáceis os contactos. O Prof. Passos Morgado ama a sua obra com paternal carinho e talvez excessivos cuidados. Há, por tais razões, uma certa frieza, vinculada austeridade naquela casa feita para ensinar e aprender com aprazimento. Houve inesperados estorvos que alguma boa vontade facilmente evitaria. Escola magnífica para as condições da área em que sobrevivemos, ela é património de todos. Assim o disse, e bem, o Presidente da Câmara. Outras universidades, com mais pergaminhos e maior prestígio — as de Coimbra e Lisboa, por exemplo — acolhem actividades culturais e sócio-

4 — Anunciei, não o termo das Jornadas da Beira Interior mas a não responsabilização total do Jornal do Fundão na sua organização futura. A sobrevivência do JF não pode mais arriscar-se, sabido que os apoios materiais conseguidos são insuficientes.

As más recordações seriam aviso que a boa vontade não escutou.

Nos tempos do salazarismo as actividades culturais ou cívicas não só não eram auxiliadas mas perseguidas. Assim os Encontros Nacionais de Teatro — só o primeiro pôde realizar-se — o Concurso Jovem (só o de 71 foi possível), a visita de escritores (a de João Cabral de Melo Neto, hoje galardoado com o Prémio Camões meteu PIDE, agressões e tentativas de prisão de José Cardoso Pires e Alves Redol só não consumada porque um coração de amigos iludiu os pides) e outras lembranças, são coisas do passado.

Simplesmente, depois do 25 de Abril, muitos aspectos da vida provinciana permaneceram no limbo.

Os Encontros de Emigrantes terminaram. Porquê? O primeiro, em 1977, teve a presença do Presidente da República, general Ramalho Eanes, e dos secretários de Estado da Emigração, do Turismo, do Ensino e do Comércio Externo. Durante dois dias, em várias reuniões simultâneas

foram tratadas questões da emigração. Sinal da categoria dos participantes bastará dizer que foi nessa altura que conheci os professores universitários Delgado Domingos, Eduardo Lourenço, Maria Beatriz Rocha Trindade e Albano Cordeiro que, sem convite e à sua custa, vieram participar. O almoço de convívio, só possível no vasto terreno de Santa Luzia, reuniu milhares de emigrantes. Bandas de música, ranchos folclóricos (até de Burgos), almoço para mil convidados. Uma festa. O Estado ajudou com cem contos, para uma despesa sete vezes maior. No ano seguinte já o subsídio do Estado se não conseguiu e os Encontros morreram.

Nem tudo se perdeu. Várias vezes vieram à superfície, aproveitadas dos Encontros, ideias e até textos que permanecem actuais. Sem citação da origem, obviamente.

Esperemos que as Jornadas resistam à indiferença oficial e privada. Os prejuízos sofridos nas anteriores e os de agora não consentem a continuação desta aventura, do mesmo passo bela e perigosa.

O «Jornal do Fundão», ciente das responsabilidades da sua sobrevivência, confia a entidades mais afortunadas a organização destas reuniões cuja utilidade ninguém discutiu.

Mas a verdade é que estamos na Beira Interior e quanto isso pesa só realmente sabe quem se atreve a servir a comunidade.

ANTÓNIO PAULOURO

Poder Local à margem da visita de Cavaco

A visita do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, anunciada para os próximos dias 3 e 4 de Novembro, está a gerar controvérsia em meios ligados ao Poder Local, que criticam o secretismo que rodeia o programa. No Governo não é a única coisa que se sabia à data do fecho deste jornal era que a visita terá início dia 3 em Idanha-a-Nova e terminará no dia seguinte em Vila de Rei. Cavaco Silva não visitará, desta vez, Vila Velha de Ródão.

O presidente da Câmara do Fundão, Sampaio Lopes, reagiu já a esta situação. «Eu não sei nada da visita do Primeiro-Ministro e acho que isto é lamentável», disse o autarca. E acrescentou: «Sou o presidente da Câmara do Fundão, mas ninguém me diz nada. Vemos na Comunicação Social e ouvimos nos cafés e nos corredores do Poder Local que o sr. Primeiro-Ministro vem ao distrito. Fala-se inclusivamente que vem ao Fundão e já houve alguém que me disse que está prevista uma sessão solene na Câmara do Fundão».

E, mais uma vez, a marginalização do Poder Local. Lamentável.

Covilhã A cidade quer renascer de um período de letargia

Pág. 6

A boutique de Aladino

BEJA SANTOS Página 14

Espanha — mais do que a imaginas

ARTUR PORTELA Pág. 3

Evocação Jaime Lopes Dias

por ANTÓNIO SALVADO Pág. 3

Autarca morre em acidente de caça

Pág. 4

Figura 44 – Destaque das III Jornadas da Beira Interior

António Paulouro acabará por fazer um balanço desta iniciativa nas duas edições mais próximas do evento. Num editorial publicado a 19 de Outubro de 1990, com o título “1993 é amanhã”, o director do “*Jornal do Fundão*” alerta para o facto de: “*se a assimetria Norte-Sul mobiliza a atenção dos governantes, outra assimetria tem de ser considerada sem demora. A que, dentro do país, cada vez distancia mais o litoral e as terras de baronia deste interior quase sem voz, resignado aos desfavores da distância, da indiferença deles, mandantes, e sobretudo da nossa incurável e desoladora apatia.*”²⁸³

De entre as principais conclusões, destaque novamente para o ensino superior e para a continuação na aposta da formação dos quadros técnicos. Mas também se destacou a área do ambiente e recursos naturais. Em 1990, os debates deste espaço foram conduzidos pelo então deputado socialista na Assembleia de República, José Sócrates. O mesmo, que mais tarde viria, precisamente ministro do ambiente e depois Primeiro-Ministro, apontava como propostas de acção “*a equação do desenvolvimento recusando-se uma visão fundamentalista de conservação da natureza. Defendeu-se a necessidade de compatibilizar o direito ao ambiente com o desenvolvimento económico.*

A isto juntou-se a questão florestal e a ligação do homem à floresta, bem como a qualidade da água.”²⁸⁴

Dos nomes mais sonantes para esta terceira edição, destacam-se também Eduardo Lourenço, Pedro Roseta, Barros Moura, Augusto Abelaira e José Cardoso Pires. É na apresentação das conclusões das terceiras jornadas onde se defende “mais ciência e mais consciência”, que o director do “*Jornal do Fundão*” coloca um ponto final à aventura iniciada seis anos antes.

“*Esperamos que as jornadas resistam à indiferença oficial e privada. Os prejuízos sofridos nas anteriores, e os de agora, não consentem a continuação desta aventura, do mesmo passo bela e perigosa. O «Jornal do Fundão», ciente das suas responsabilidades, da sua sobrevivência, confia a entidades mais afortunadas a organização destas reuniões cuja utilidade ninguém discutiu. Mas a verdade é que estamos na Beira Interior e quanto isso pesa só realmente sente quem se atreve a servir a comunidade.*”²⁸⁵

²⁸³ In: *Jornal do Fundão*, edição n.º: 2304, de 19 de Outubro de 1990, página 1.

²⁸⁴ In: *Jornal do Fundão*, edição n.º: 2305, de 26 de Agosto de 1990, página 16.

²⁸⁵ *Idem*, página 1.

Terminava assim um evento que pelas suas características fundamentais se pode, em nosso entender, considerar como uma forma de jornalismo cívico. Sobretudo, pela interação que representou entre vários quadrantes das comunidades locais, desde a política à economia, passando pelo ensino e pela cultura.

O “*Jornal do Fundão*” conseguiu mobilizar a sociedade regional e encontrar pontos de interesse comuns, para além de criar formas de convergência sobre temáticas tão variadas como o aproveitamento hídrico da região, o apoio à agricultura, as novas linhas para o turismo e a necessidades de novas vias de comunicação.

Para além de todos os factos alcançados com a realização das “Jornadas da Beira Interior”, o ponto fundamental desta inicia de um órgão de comunicação regional foi o de ter a capacidade de redesenhar o mapa regional e juntar dois distritos do interior do país sob um mesmo território a que chamou de Beira Interior. Disso mesmo fala um texto sobre as terceiras jornadas, publicado na primeira página do jornal com o título “Temos muito que dizer”. Adianta que *“estas e as anteriores jornadas não escolheram por acaso ou fantasia a sigla que as filia na Beira Interior. Sabia-se que subsistem discordâncias quanto aos limites da região e mesmo quanto à oportunidade de abrir o país em regiões.*

*Todavia só o conhecimento total do que vale e merece a Beira Interior criará as condições de reivindicação – reivindicação serena, firme, ciente das tardanças certas e das promessas vãs. Temos muito que dizer. E, para além de factos que as palavras nem sempre reproduzem com a crueza nascida de tantas frustrações, é indispensável repetir, sem temor nem estorvo, que somos neste chão quinhentos mil e que, já diziam os gregos – o homem é a medida de todas as coisas.”*²⁸⁶

Muitos foram os participantes que apresentaram também as suas opiniões sobre estes fóruns de debate na sua última edição. José Cardoso Pires dizia que: *“o que acima de tudo estes encontros põem exemplarmente em causa é a definição da própria interioridade à luz de valores universais que ela determina e daqueles outros que a subestimam e subalternizam. O interior beirão é, assim, abordado a vários ângulos conjugados: de dentro para fora e de fora para dentro, porque também ele é desde há muito exterior às suas fronteiras. Encontra-se no passado português em capítulo de história universal e, no presente, distribui-se económica e culturalmente, por todos os quadrantes da emigração dos nossos dias.*

²⁸⁶ In: *Jornal do Fundão*, edição nº: 2293, de 30 de Agosto de 1990, página 1.

*Porque o empenhamento cultural é uma tradição largamente confirmada, no Jornal do Fundão é que estou certo que estas jornadas constituirão uma importante análise a vários níveis da interioridade das beiras e da interioridade do país.*²⁸⁷

Já Eduardo Lourenço referia que: *“o tema dos custos da interioridade não perdeu actualidade, embora já não se venha da capital aqui com aquela lentidão dos comboios que, no século passado, atravessavam o continente. Mas todos temos a sensação e o sentimento que, apesar de tudo, a Beira Interior mudou e está mudando de estatuto, quer na sua realidade exterior, quer a nível simbólico. A paisagem é a mesma. As pequenas cidades são ainda reconhecidas no perfil secular, mas o mesmo mudou de direcção e até o que parece parado se move, não se sabe bem para onde, mas adivinha-se que para paradigmas de um viver europeu.*²⁸⁸

E Pedro Roseta referia também que: *“o estádio actual da Beira Interior deve merecer análise não em teoria, mas em concreto, sobre qual deve ser na nossa região o papel das Comunidades Europeias, do Estado central, das autarquias e das instituições de ciência. O aumento da nossa produtividade e da eficácia, sem descaracterizarmos os nossos valores deve também estar na linha da frente da nossa actuação.*²⁸⁹

António Paulouro, num último texto sobre o assunto, intitulado *“Queremos falar de uma terra que não é pobre e onde tanto o são”* faz um apanhado geral do que foi este projecto cívico alargado. O director do *“Jornal do Fundão”* sublinha que: *“há quem se interrogue sobre os objectivos deste fórum aberto e livre. Cinco volumes se publicaram já, em escolas superiores e noutros lugares se lêem e discutem, a valia de algumas intervenções continua actual e, infelizmente, esquecida.*

As assimetrias, por exemplo. Fala-se hoje muito do que isso é e nos preocupa. O governo luta contra o que distancia os países ricos do Norte dos países pobres do Sul. Mas aqui as assimetrias têm um negativo carácter duplo. A que divide toda a Europa e a que divide o país. A assimetria do litoral face ao interior pesa enormemente no futuro desta região.

Economistas de apressada formação defendem o investimento só em lugares rendíveis. Esquecem a lição dos gregos, que o homem é a medida de todas as coisas e que as quinhentas mil pessoas que aqui permanecem têm direito a vida melhor.

²⁸⁷ In: *Jornal do Fundão*, edição n.º: 2305, de 26 de Outubro de 1990, página 15.

²⁸⁸ *Idem*: página 21.

²⁸⁹ *Idem*: página 25.

Nas primeiras jornadas, em 1984 cuidámos mais da regionalização, já os limites da Beira Interior pronunciavam a dimensão adequada, a união de dois distritos com tantas afinidades e comuns interesses. Sem outro prejuízo além do que resultar da vontade das populações, nesta edição das jornadas pusemos a utilidade de aprofundar o debate em face de discordâncias que subsistem. Era este o lugar e o momento. Pena é que nem todos os tenham reconhecido.

Nas segundas jornadas sobressaiu a tese da aproximação com os nossos vizinhos, na inteligência do apelo Raia – traço de união. Tanto num caso como noutro apreciaram-se e aprovaram-se estudos e sugestões que hoje são geralmente aceites, até em discursos oficiais.

Lisboa é longe, são trezentos mil metros que as más estradas aumentam. Logo, fóruns desta natureza, em que apenas se trabalha, sem foguetes, nem charangas, nem o brilho das fardas e a ternura das criancinhas com flores, não sensibiliza quem tem pressa e apressadamente escuta.”²⁹⁰

As Jornadas da Beira Interior constituíram, até hoje, passados 19 anos sobre a última edição, o momento mais significativo de análise do panorama regional da Beira Interior. Este foi um debate alargado onde participaram os mais variados representantes da comunidade e se debateram os problemas que poderiam condicionar o futuro desta região. Um espaço pensado em toda a sua plenitude, pela primeira vez, precisamente nestes encontros de trabalho, um espaço analisado à luz das mudanças estruturais do país, como foi o caso da adesão a União Europeia e as profundas alterações que isso viria a provocar.

Mas para além de tudo isso, as jornadas foram também interpretadas por membros externos ao “Jornal do Fundão”, como é o caso de António Guterres e promover algumas das obras apontas então nas jornadas. Guterres dizia que “o grande êxito das jornadas é o conjunto de reflexões que elas motivam, o acervo documental que trazem à superfície. As comunicações, muitas delas subscritas por grandes nomes da vida cultural e científica, outras por dirigentes políticos, deputados do Parlamento Europeu e da Assembleia da república, por professores universitários, autarcas e agentes do desenvolvimento local, conferem a esta organização do «Jornal do Fundão» um carácter inovador e multidisciplinar”.²⁹¹

²⁹⁰ *Idem*, página 17.

²⁹¹ *Idem*, página 13.

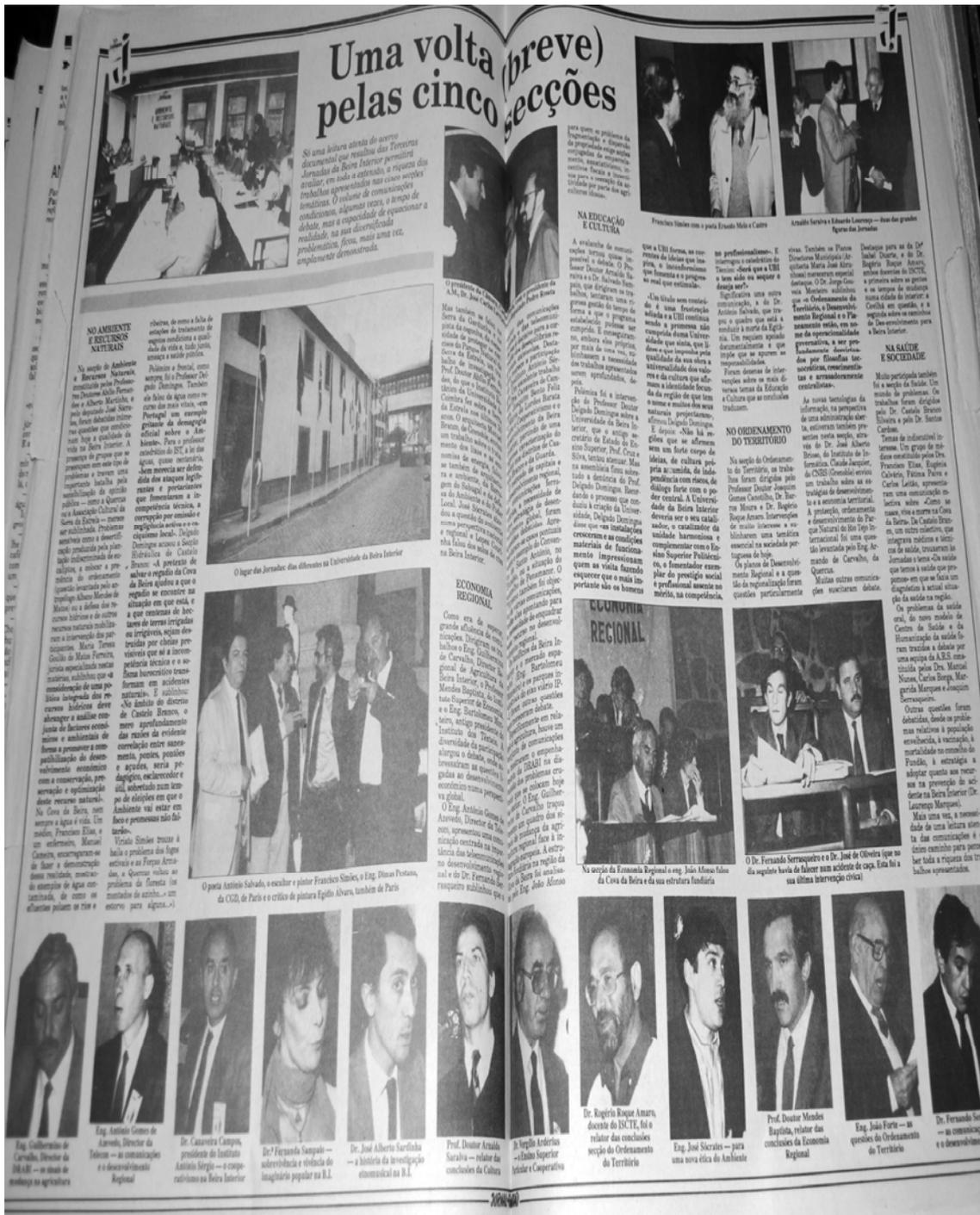


Figura 44 – Conclusões deste terceiro e último encontro

Neste evento, levado a cabo por aquela publicação, foram levadas em linha de conta algumas das actuações mais marcantes do denominado “jornalismo cívico”.

O jornal quis, desde o início, pensar a região a outras vozes, não se reduzir às fontes oficiais e aos políticos de serviço. Embora integrando sempre os eleitos, estes espaços serviram para que, desde o cidadão anónimo ao Presidente da República, desde os trabalhadores aos empresários, passando pelos sindicalistas e pelos professores,

escritores e artistas, todos conseguissem um espaço igual de discussão do futuro da comunidade.

Esta postura é reveladora das capacidades dos *media* enquanto instrumentos de afirmação e intensificação da cidadania, colocando todos os actores sociais a um nível idêntico e dando-lhes a possibilidade de, também a sua opinião ser escuta e validada.

Foram muitos os sectores analisados por quadros técnicos qualificados, foram muitas as mobilizações de diversos quadrantes em torno da causa regional e também da cultura. Algumas das ideias formuladas durante estes eventos tiveram implementação tardia, como a Auto-estrada da Beira Interior, ou ainda decorrem actualmente, como é o caso do Regadio da Cova da Beira. Porém outras acabaram mesmo nas gavetas da burocracia política nacional.

De sublinhar a postura do jornal em todas estas iniciativas e que passou acima de tudo por um compromisso com os seus leitores, com o seu território e com o desenvolvimento de uma região. É nas redacções deste tipo de jornais que até há bem pouco tempo despenhavam funções jornalistas cuja escola tinha sido o próprio espaço de trabalho e onde os métodos e géneros jornalísticos remontam a uma imprensa pré-industrial, romântica, próxima, com rosto, onde a manutenção da identidade da comunidade para a qual o jornal é feito é um dos objectivos primordiais. As conquistas alcançadas pela persistência dos temas, pela ligação ao seu público acabam por provar a capacidade de um jornal regional em transformar o seu meio envolvente e em deixar-se transformar por este.

A importância do jornalismo cultural

Uma das marcas que fazem também parte da história do “Jornal do Fundão” é a sua atenção à cultura. Esta publicação regional, produzida no interior do país, longe da capital ou de um centro populacional onde a expressão artística e intelectual fosse significativa, acabou por reverter essa condição geográfica e conseguir afirmar-se como um jornal de referência também nesta área. A questão cultural, nas páginas deste semanário, tem uma importância significativa, sobretudo, na sua afirmação nacional. Foi, em grande parte, devido aos seus conteúdos culturais, que o “Jornal do Fundão” conquistou um espaço no território luso. Para além da emigração, que como vimos, fez crescer o nome na diáspora portuguesa, para além da sua implantação na região da Beira Interior, através dos seus conteúdos sempre pensados para este território, o jornal conseguiu também uma grande divulgação, através dos seus trabalhos culturais.

Aqui tiveram espaço dedicado muitos dos grandes nomes da cultura portuguesa, espanhola e brasileira da segunda metade do século XX. Neste aspecto, irei começar por referir o período em que José Saramago, Prémio Nobel da Literatura, escrevia textos apenas para o “Jornal do Fundão”. O regime salazarista e as políticas editoriais da época fazem com que abandone o *Diário de Notícias*, em 1972 e passe a colaborar com este semanário regional que aqui analisamos. Os textos do Nobel português, lançados primeiramente no JF, foram depois compilados por Saramago e fazem parte do seu livro “*A Bagagem do Viajante*”.

A principal publicação, e aqui falamos sempre de suplementos, foi o “& etc...”. Um caderno de quatro páginas que surgiu a 26 de Fevereiro de 1967 sob a orientação de José Cardoso Pires e Vítor Silva Tavares. Era um magazine de artes e espectáculos que incluía um vasto leque de temas. Desde a poesia experimental, ao teatro, passando pelo cinema e pela literatura, pintura e uma original intervenção crítica, o “& etc...” veio imprimir uma lufada de ar fresco ao nível das publicações culturais no cinzento Portugal de Salazar e Caetano. José Cardoso Pires diria numa das edições de aniversário do JF, já depois do derrube do salazarismo, que este suplemento veio estremecer “a sonolência da comarca das letras e das artes”.

“À medida que os números do “& etc...” circulavam, o suplemento depressa se impôs como acontecimento nacional. A qualidade dos seus textos, a vivacidade das suas críticas abriam horizontes e mostravam que a imprensa tinha uma indiscutível

responsabilidade cultural”, explica Fernando Paulouro.²⁹² Responsabilidade essa que se tornava ainda mais acrescida num país regido por uma apertada ditadura que tinha para os assuntos culturais uma mão bem pesada. Muitas são as edições dos suplementos do jornal que hoje fazem parte do arquivo de provas censuradas. Páginas e páginas cortadas pelo “lápiz azul”, ou suspensas para sempre, que acabaram por nunca ser publicadas na íntegra.

No âmbito cultural, destaque também para a forte presença, desde o primeiro número, de informação destinada às mulheres. Se ir contra as vontades impostas pelo regime era um acto quase suicida, dedicar informações exclusivas para as leitoras femininas era um acto com risco semelhante. Vírginia Motta, assinava textos, desde a edição número 1 do jornal, sobre a condição feminina, sobre os direitos e os deveres das mulheres numa sociedade que ostracizava o sexo feminino.

Mas ao longo das várias décadas de história do jornal foram existindo diversas manifestações culturais promovidas por este semanário. A ligação ao país irmão que é o Brasil foi promovida ao mais alto nível. Dois grandes acontecimentos marcam esta união que o JF apadrinhou. Em 1963 e para grande revolta do regime salazarista, o “Jornal do Fundão” traz até à Beira Interior Juscelino Kubitschek. Uma acção que teve repercussões em todo o país, mas que o salazarismo teimou em minimizar.

A vinda de Kubitschek a Portugal

A visita de Juscelino Kubitschek de Oliveira²⁹³, em 20 de Janeiro de 1963 é, ainda hoje, um dos maiores acontecimentos cívicos que o distrito de Castelo Branco registou no século XX. Pelo menos, no Fundão e em Belmonte, não se encontram semelhantes acções que tenham mobilizado tamanho entusiasmo popular.

Mas a vinda do homem que projectou a capital política do Brasil, Brasília, desencadeou vivamente a ira salazarista. O “Jornal do Fundão”, publicação que

²⁹² In: *Jornal do Fundão*; edição n.º: 2579, de 26 de Janeiro de 1996; página 3.

²⁹³ Juscelino de Oliveira Kubitschek é descrito pela *Moderna Enciclopédia Universal*, como: “presidente do Brasil de 31 de Janeiro de 1956 a 31 de Janeiro de 1961. O apelido advém-lhe da mãe, de origem checa. Diplomado em 1927 pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, em 1930 estagiou em Paris a fim de se especializar em Urologia. Capitão-médico em 1932, ingressou na política em 1933 como membro do Partido Social Democrata Governador de Minas Gerais o seu dinamismo granjeou-lhe enorme aura popular. Na chefia do Estado a sua grande obra foi a construção de Brasília, para onde transferiu a capital em 21 de Abril de 1960. Morreu num acidente de automóvel.”; Tomo XI; página 168.

começava já a ser referenciada como revolucionária, acabou por ser vigiada de muito perto. Dois anos depois, foi mesmo suspensa por seis meses. Para além disso, a Censura impediu qualquer tipo de referência sobre a visita deste estadista à Beira Interior, na televisão e nos restantes jornais. Esta atitude levou a que os próprios representantes do regime na região se manifestassem contra as ordens vindas de Lisboa. Uma vez que esta acção tinha como fundamento mostrar a um dos maiores estadistas brasileiros, a vila onde nasceu Pedro Álvares Cabral, o descobridor do Brasil, não atentando assim contra a segurança do regime, a censura a esta visita não era entendida por estes representantes. Na sequência dos acontecimentos, o presidente da Câmara do Fundão acabou por se demitir do seu cargo, em modo de protesto pela forma como o regime silenciou esta manifestação cívica e cultural.

A 20 de Janeiro de 1963, António Paulouro, num editorial intitulado “Queríamos apenas a Verdade”, que não mandou para a censura, em Castelo Branco, diz: “Queríamos apenas a verdade. A límpida verdade contra a qual nada podem os muros do silêncio nem as cadeias de intrigas. E a verdade veio, na voz de quem, nesse instante decisivo, podia e devia dizê-la.

Desde Maio, quando aqui anunciámos a anuência de Juscelino Kubitschek de Oliveira ao nosso convite, que se tratava uma singular batalha. No espírito reticente dos que só acreditam em coisas pequeninas e domésticas, cresceu logo o espinho da dúvida, apesar das provas irrefutáveis que trazíamos. Depois, admitindo que a visita era possível, discutiu-se a legitimidade do convite, triste sinal de ignorância das responsabilidades e direitos da Imprensa, em todo o Mundo porta-voz da opinião pública e portanto qualificada para tomar iniciativas como esta de mostrar a um brasileiro, amigo de Portugal, o lugar onde nasceu o homem que descobriu a sua terra.

Criou-se um muro de silêncio em volta do Fundão. Mas estas vozes ácidas foram felizmente poucas. Porque o povo, que não duvidou da nossa palavra, que maravilhosamente intuiu o que se passava, nunca deixou de estar connosco. E na hora, própria veio, em número e qualidade, como no Fundão nunca se juntara, aclamar um verdadeiro amigo e também ouvir a estreme verdade que lhe devia ser dita.”²⁹⁴

Na sua deslocação a Belmonte, Juscelino Kubitschek inaugurou um monumento em memória de Pedro Álvares Cabral. Era então senador da República pelo Estado de

²⁹⁴ In: *Jornal do Fundão*; edição n.º: 862, de 20 de Janeiro de 1963, página 1.

Goiás e foi nesta condição que aceitou o convite do jornalista António Paulouro para esta deslocação à Beira Interior, onde passou por Castelo Branco, Fundão e Belmonte.

JORNAL DO FUNDÃO

ANO XVII - N. 823
29 DE JANEIRO DE 1961
Linha e Imprensa: António Paulouro
Redacção: Adm. e Imprensa - FUNDÃO - Telef. 181 2277

DIRECTOR - ANTONIO PAULOIRO
SEMIANAL
CONDICÃO - Rua Visconde da Oliveira, 2 - 2800-100 LISBOA
CAPISTA - BRUNO - Rua 2.ª de Outubro, 5 - 2800-100 LISBOA

Encontro JK - Fundão: quatro horas de delírio Nas vicissitudes que Portugal tenha de enfrentar encontrará o Brasil de pé, ao seu lado

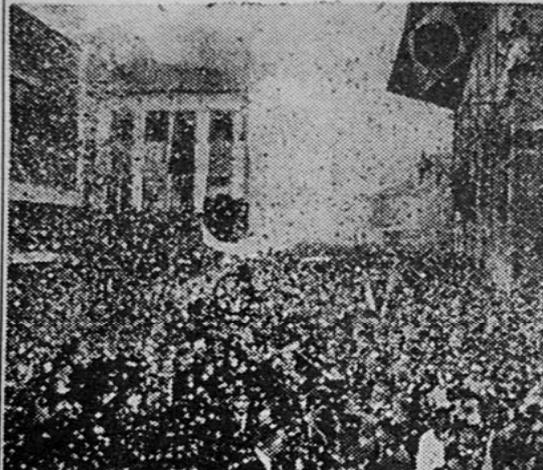
disse o senador Juscelino Kubitschek

As palavras que foram ouvidas e as fotografias que ficaram, esta reportagem não poderia dar uma ideia, sequer aproximada, da grandiosa manifestação popular de que Juscelino Kubitschek participou no passado sábado. Já no dia anterior a Comissão acabou receber a visita de amizade com manifestações de júbilo que ficaram na memória de todos. A cidade viu-se, através de intensa emoção, orgulhosa a JK tantas e tão vivas demonstrações do afecto que as suas palavras de agradecimento de todos e sacrifícios; pelo que foi presidente da República do Brasil, é um dos mais ilustres filhos da grande nação, e os brasileiros que vêm a Portugal sabem com entusiasmo, a margem das protecções ou dos deveres oficiais, as honras e tributos de homenagem sempre que se trata de honrar o nome de quem os seus pais, a Beira Baixa, e Belmonte celebraram, devem ter, na opinião das realidades efectivas da Comunidade, um lugar relevante. Tudo quanto agora fazemos ao não esquecermos que esta homenagem há-de ser implacavelmente apreciada pelos cidadãos. A visita de Juscelino Kubitschek é o primeiro passo no caminho da valorização de Belmonte. O primeiro passo, também, para a valorização deste jornal, e para Belmonte Negra de Lousa. Não foi oficialmente. Nunca tinha ido a Belmonte um representante do Brasil e esse facto tornou-se um facto facto em termos de honra. O primeiro passo foi a chegada de Juscelino Kubitschek, que só foi ao Ministério da Agricultura e do Comércio - um ministério que pensa em termos de paz e liberdade, sempre que possível, realização conforme as intenções nacionais - com a assistência de Pedro Álvares Cabral, que só foi, em todo o momento, como homenagem ao nosso país.

Por tudo isto a gente fundanesa recebeu Juscelino Kubitschek no seguinte:

de todos e sacrifícios; pelo que foi presidente da República do Brasil, é um dos mais ilustres filhos da grande nação, e os brasileiros que vêm a Portugal sabem com entusiasmo, a margem das protecções ou dos deveres oficiais, as honras e tributos de homenagem sempre que se trata de honrar o nome de quem os seus pais, a Beira Baixa, e Belmonte celebraram, devem ter, na opinião das realidades efectivas da Comunidade, um lugar relevante. Tudo quanto agora fazemos ao não esquecermos que esta homenagem há-de ser implacavelmente apreciada pelos cidadãos. A visita de Juscelino Kubitschek é o primeiro passo no caminho da valorização de Belmonte. O primeiro passo, também, para a valorização deste jornal, e para Belmonte Negra de Lousa. Não foi oficialmente. Nunca tinha ido a Belmonte um representante do Brasil e esse facto tornou-se um facto facto em termos de honra. O primeiro passo foi a chegada de Juscelino Kubitschek, que só foi ao Ministério da Agricultura e do Comércio - um ministério que pensa em termos de paz e liberdade, sempre que possível, realização conforme as intenções nacionais - com a assistência de Pedro Álvares Cabral, que só foi, em todo o momento, como homenagem ao nosso país.

Por tudo isto a gente fundanesa recebeu Juscelino Kubitschek no seguinte:



Brasil, Juscelino. - Uma grãfia que recebeu por todo o Fundão e arred. Desde do edifício do novo jornal, torçe e esperança do direito sociedade



Juscelino Kubitschek, senador do Brasil, acompanhado de Pedro Álvares Cabral, Francisco Xavier de Almeida e António de Oliveira, membros da Comissão de Trabalho e Desenvolvimento da Beira Interior

APENAS A VERDADE

Queremos apenas a verdade. A verdadeira verdade, não a que nada pode os olhos de ninguém nem os olhos de ninguém. É a verdade que, no fim de tudo, nasce inteira dentro do povo e dentro do coração.

Desde Maio, quando aqui aconteceu o encontro de Juscelino Kubitschek ao nosso encontro, que se tornou uma viagem histórica. No espírito reticente dos que não acreditam em novas esperanças e dificuldades, nasceu logo o espírito da dúvida, apesar das palavras irrefutáveis que tornaram. Depois, admitindo que a vida era possível, admitindo a legitimidade de viver, três anos de ignorância das responsabilidades e direitos da imprensa, em todo o mundo português do espaço público e português quotidiano para tomar consciência como esta de mostrar a um Brasileiro amigo de Portugal o lugar onde nasceu o homem que descobriu a sua terra. Por fim, anunciada a visita, despretensões de intenções por um, ao que parece, já não é costume alguns tomar compromissos e ser o bem público sem ter em conta uma paga correspondente. E isso de não não bastava, porque um grupo de indivíduos em todos de Fundão.

Mas estas vezes coisas foram totalmente novas. Porque o povo, que não desistiu da sua política, que manteve o seu espírito intacto e que se prepara, sempre depois de estar cansado. E na hora própria veio, em número e qualidade como no Fundão nunca se viu, milhares de indivíduos amigos e também, como a primeira vez, que já não era só a Anon, quando Juscelino, já presidente do novo jornal, afirmou:

Quero em público agradecer a Paulouro a oportunidade que fez surgir de trazer-me novamente a Portugal

(Continua no próximo número)

Declaração do Prof. Doutor Marcelo Gaetano

Será há pouco tempo que se tornou vital um intercâmbio cultural e científico entre Portugal e o Brasil é o das relações culturais. Língua, cultura, espírito, são o nosso grande patrimônio comum que em nenhum momento, apesar de obstáculos, infelizmente, porém, estamos longe de não digno (é de desejável mais do indispensável) nosso espírito. Cuidemos, pois, que este sistema possa e mal (que obra sempre está por fazer)

CONTINUA NA 2.ª PÁGINA

Depoimento do dr. José Guilherme de Melo e Castro

Não há dúvida que a visita de Juscelino Kubitschek ao nosso país, em 1960, foi um acontecimento de grande importância. Não só porque trouxe para o nosso país um dos maiores líderes do Brasil, mas também porque mostrou ao mundo a amizade e a cooperação entre os dois países. O encontro de Juscelino Kubitschek com o nosso povo em Fundão foi um momento histórico que ficará sempre gravado na memória de todos.

CONTINUA NA 2.ª PÁGINA

Figura - Visita do antigo presidente do Brasil ao Fundão

Érico Veríssimo no Fundão

Também a vinda do escritor Érico Veríssimo à região é outro dos grandes acontecimentos culturais promovidos pelo jornal. Em Junho de 1966, o responsável pela projecção da Editora Globo, uma das mais importantes do Brasil, visita o Fundão, a convite de António Paulouro. O Cine Teatro enche para ouvir a palestra do autor de *“Olhai os Lírios do Campo”* ou *“O Tempo e o Vento”*. A censura estava mais atenta e as provas do jornal eram já revista em Lisboa, daí que o acontecimento não tivesse a projecção da visita de Kubitschek. Em carta endereçada ao director do jornal, Veríssimo diz o seguinte: *“Cria que homens do seu porte moral e intelectual, capazes de exercer, através dum periódico como o Jornal do Fundão, uma influência tão grande e fecunda numa comunidade – contribuem para formar a espinha dorsal um país.”*

Há ainda que fazer referência, neste campo, à colaboração de Carlos Drummond de Andrade com o *“Jornal do Fundão”*. Fruto de uma sensibilidade cultural que se norteava pela máxima de que sem cultura não se produz bom jornalismo, esta publicação regional sempre apostou nesta área. Fernando Paulouro, que actualmente dirige o jornal conta que *“os anos 60 foram de grande aprendizagem e evolução cultural, com a visita ao Fundão do Érico Veríssimo e Diogo Costa, entre outros. Lembro-me também que nessa altura, em que comecei a escrever para o jornal, uma das missões que foi confiada e que passava por abrir os envelopes que me chegavam do “Jornal do Brasil” com as três crónicas do Drummond. Este escritor acabou por ser um dos grandes expoentes do jornal, em termos culturais, nos anos 80.”* Drummond colaborou, em exclusivo para Portugal, com o *“Jornal do Fundão”*, durante largo anos.

Mas tal como os escritores brasileiros, também os criadores nacionais tiveram aqui terreno fértil para cultivarem as suas obras.

A informação cultural

A capacidade de promover a cultura através desta publicação foi também um ponto essencial para afirmação do jornal. Para além de dar voz a muitos criadores nos tempos da ditadura e com isso conseguir abrir caminhos para a revolução, o JF conseguiu também marcar um lugar num território bastante importante. Embora esta área possa não estar directamente relacionada com o jornalismo de causas, apresenta-se,

de alguma forma, próxima da identidade regional, e serviu também para fortalecer o papel e o lugar do jornal no contexto da imprensa regional e até nacional. Quando Portugal atravessava um longo período sob o regime salazarista, a afirmação do “Jornal do Fundão”, quer na região, quer no mundo, com os emigrantes e soldados, provou que se tornava cada vez mais difícil e também “incómodo”, suspender o jornal. A cultura veio também servir esse propósito. O JF conseguiu uma maior relevância no contexto nacional, e, paradoxalmente, quanto mais subversivo se mostrava, mais resistente se tornava.

Artes / Letras / Espectáculo

& etc...

“APRESENTAÇÃO DO ROSTO”

Por em 1960, no inverno, num pouco de Antuérpia. Não, não foi na Ilha da Madeira, em 1944. Eu adorava bicicletas. Para era um tema sobre bicicletas. Perdi-o. Não, ainda me interessam. Gostava de recuperar esse texto adormecido. Mas é verdade; estou a recuperar. Quero dizer, estou a recuperar de novo acerca de bicicletas. Porque será? Vem mil vezes com esse desejo, depois de uma, ou então depois que não. Na verdade era uma bicicleta emprestada. Suponho que era por causa do ritmo. (Ritmo?) Sim, do ritmo. Eu andava a pé, acompanhada? Não, foi um dos grandes problemas desse tempo. Queriam fazer de mim um homem, toda a gente queria. Porque seria? Fudo era pelo pé que se começava. Não se pergunta porque. Eles tinham razão, as suas ideias. Masculinidade profunda era um princípio de base sobre as heranças das ilhas. Não vamos deixar que esta cidade andasse em cima de rodas. Empunham-se em cima de espaldas. O ritmo pedestre apresenta-se como um domo. Eu corres-vo com o andar das bicicletas. Durante um verão inteiro, não sei de cima de bicicleta aprendida. No entanto, o meu ritmo mudou completamente. Isto levava-se à prova. Escrever prosa é como andar de bicicleta. Mas não apeteço que se vá esclarecer a realidade. Talvez talvez alguma pedalar. Não. Depois de fazerem outras coisas, a minha situação é a mesma. E isto é o que se passa? O movimento do corpo. Que coisas feitas, eu sei que foram muitas, e muito diferentes umas das outras. Não foi a prova de vida. Estas coisas resultam de todas as possibilidades ao poema. Mas talvez, um conjunto de escrever dependa por algum tempo o tempo de um texto de vida página-a-página da prova. Era um livro sobre a primavera submetido num momento de entusiasmo e imaginação. Desapareceu. /O

quê? O quê? Ah, desapareceu com os dados o texto e o ritmo. Era realmente dactilográfico. Sim, estou a ver. Costo de máquinas. Porque será? Porque alguma perniciosa unidade interior, sendo tão complexa, tão exemplarizada. A certa altura, apareceu uma frase de Dostoiévsky. O sentido era hábil; não acreditava na unidade do espírito. Que é que se pode dizer disso? Quando se é muito novo, isto é alicerçado. Eu não sou uma bicicleta, não sou uma Underwood. A diversidade das minhas peças engendra o conflito, não a acção peremptória, precisa, pronta, de uma boa máquina. É a diversidade das peças é o motor da unidade eficaz de uma boa máquina, a diversidade das peças é o motor da falta de unidade, da contradição de um homem. (Após o mesmo, de repente, eu poderia denunciar diversas incongruências nas suas palavras.) Não é? Está a ver como as pessoas são contraditórias? Imagine-me então em 1960, sentido num pouco gelado de Antuérpia. Acabei de passar duas horas num bar, ouvindo diácos numa sala de música. Ouvindo, disse eu? Não. Conheço aquela desse tipo autêntico, o Johann Wolfgang (1749-1829), pela o Goethe? Tinha medo da música. Sabe porque? Por ser a arte da indisciplina. Que quereria ele com esta de artes indisciplinares? Muito sério, o Tolstói (1828). Ele pensava ter agarrado a unidade pelo rabo, e não iria agora deixar que a música lhe viesse acidentalmente abrir os dedos. Certo, pode não admitir-se que a música disciplina o espírito. Isso é il com cada um. Eu, por mim, via os dedos, não os ouvia. Via-os girando sob a agulha, e a agulha percorrendo as estradas, e o larço com a agulha levantando-se e batendo, e o novo disco saindo verticalmente do seu lugar, e depois encostado-se docemente e horizontalmente sobre o prato. Perfeito. Uma boa máquina. Não podia deixar de descobrir, pela primeira vez, o ritmo da prosa.



[HERBERTO HELOSA]



& etc...

Magazine das Artes, das Letras e do Espectáculo publicado pelo “Jornal do Fundão” em copyright exclusivo. Colaboração de Herberto Helosa, Pedro Oom, Jorge Linsopad, Virgílio Martinho, João Pereira, Vasco Granja, V. S. T., João Morreira, Rocha de Sousa. Coordenação de Vítor Silva Tavares.

N.º 15 — 12/5/1968

Figura 46 – Suplemento “& Etc...”

Na perspectiva de que o próprio jornalismo é um acto cultural, as páginas do JF foram sempre território livre que acolheu a palavra criadora de alguns dos maiores nomes da cultura portuguesa como José Palla e Carmo, João Medina, Raúl Rego, Mário Dionísio, Luiz Pacheco, José Blanc de Portugal, Júlio Moreira, Alves Redol, António Gedeão, Eduardo Prado Coelho, Luiz Francisco Rebello, Vasco Granja, Luís Pignatelli, Lauro António, Ana Hatherly, José Régio, Herberto Helder, José Saramago, José Cardoso Pires, Eugénio de Andrade, Miguel Torga, Mário Castrim, Vergílio Ferreira, Fernando Namora, entre outros. O jornal teve a capacidade de apostar na cultura e na sua importância, numa época em que as taxas de analfabetismo eram bastante elevadas e em que Portugal ainda era um país fechado ao resto do mundo.

Esta aposta vem ganhar dimensão logo depois o 25 de Abril. Mesmo depois da revolução, o jornal continua com os seus suplementos culturais e continua com as suas políticas de apoio à cultura. O JF foi dos primeiros a pagar aos colaboradores um preço fixo pelos seus contributos, foi também dos primeiros jornais a apoiar largamente a cultura popular, os artistas locais, mas também as manifestações artísticas da diáspora. Muitas são as manifestações de pintores portugueses, a título de exemplo, que passaram pelo estrangeiro e cuja obra teve repercussão nas páginas e nos eventos do JF. Júlio Pomar e Manuel Cargaleiro são apenas dois nomes que o jornal sempre acompanhou e cujos trabalhos também ajudou a mostrar.

O actual director explica que “o jornal percebeu que a cultura era um elemento fundamental e um vector imprescindível do desenvolvimento intelectual da pessoa. Isto é, se a pessoa não sabe pensar não se desenvolve. E hoje a imprensa persiste muito nisso, até porque, muitos administradores são analfabetos e não têm essa visão, nem sentido ou sensibilidade cultural, vemos que os jornais são dominados por páginas e páginas de finanças e economia. Continua aquela visão de que a cultura tem duas margens. A política pensa que a cultura não dá votos, nunca aposta na cultura seriamente, isto desde o governo central até aos governos locais, porque quanto mais cultura fizerem, mais cidadania despertam ao nível das pessoas. A outra margem passa pela dos jornais que tinham suplementos de cultura e alguns até diferenciados por idades, ou gostos ou área. Hoje, fazer um suplemento cultural é uma coisa antieconómica, dá despesa, tem pouca publicidade e não há dinheiro para isso. Então os jornais perderam esse traço de identidade muito forte. Mesmo aqui no JF procuramos suprir essa lacuna procurando publicar revistas ou suplementos. Os jornais padronizaram-se e a grande vantagem do Jornal do Fundão é ser diferente. Quando o

jornal deixar de ser diferente, perde a sua matriz identitária e morre. As pessoas pensam que, tributários daquilo que foi a televisão, como sucesso, navegam todos no mesmo padrão informativo, o que quer dizer que todas as televisões e todos os jornais navegam no mesmo círculo informativo, quase que trazem as mesmas coisas.”²⁹⁵

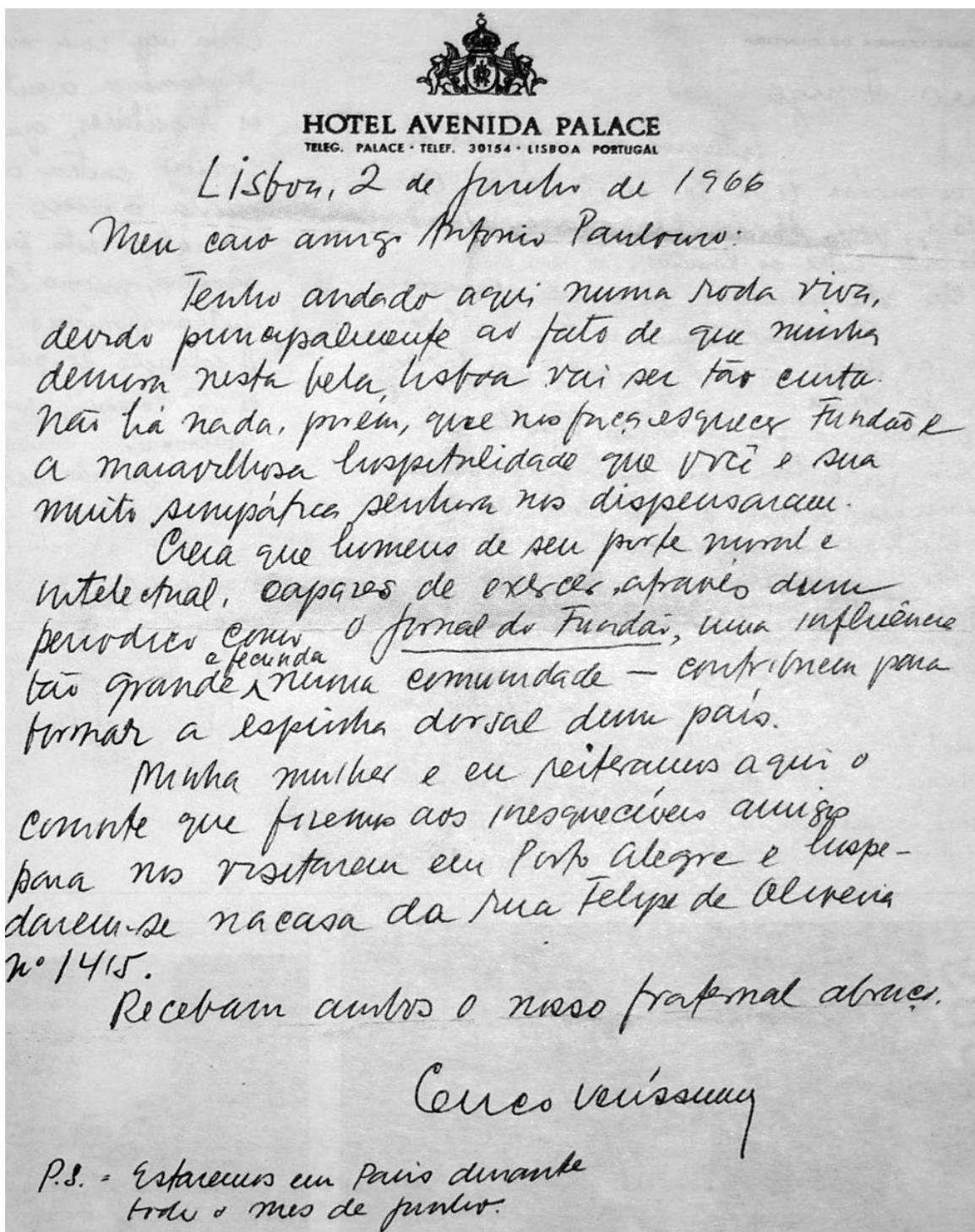


Figura 47 – Carta de Érico Veríssimo a António Paulouro

²⁹⁵ Entrevista concedida no âmbito deste trabalho.

A capacidade de produzir uma publicação original levou também a que o JF fosse local de poesia. Herberto Hélder dirigiu o suplemento “Escândalo”, que tinha como objectivo ser lugar de transmissão da poesia experimental, que nos anos 60 do século XX se ia ensaiando em terras lusas. Um suplemento que hoje é referenciado na História da Literatura Portuguesa.

Mas a importância da cultura não passa exclusivamente pela relação de proximidade que confere entre os nomes de vulto das letras portuguesas e brasileiras e entre os principais representantes da arte portuguesa. Esta área serviu também para dar origem a diversos trabalhos e registos da cultura local e das marcas das gentes da Beira Interior. Para além disso, muito do conteúdo que foi dando forma aos suplementos de cultura do “Jornal do Fundão”, ao longo dos anos, pode dizer-se hoje que é responsável pelo início de uma maior aproximação entre Portugal e Espanha, e também entre as diferentes áreas que estão assinaladas na Beira Interior. Estes temas deram origem a toda uma consciência social que apontava as manifestas vantagens de uma ligação entre a zona raiana e da preservação das marcas identitárias dos povos que povoam este território.

Esta relação entre a cultura e o jornalismo é assinalada por Manuel Rivas. No seu livro “El Periodismo es un cuento”, Rivas sublinha que “o que nunca esqueceremos dos jornais, ou da rádio ou da televisão, é o que têm de literatura. Quando têm valor, o jornalismo e a literatura servem para o descobrimento de outra verdade, do lado oculto. Para o escritor jornalista ou para o jornalista escritor a imaginação e a vontade de estilo são as asas que dão voo a esse valor. Seja um título que é um poema, uma reportagem que é um conto, ou uma coluna que é um fulgurante ensaio filosófico.”²⁹⁶

O papel desempenhado pelo “Jornal do Fundão”, neste quadro temático é explicado por José Cardoso Pires, num dos seus textos publicados neste jornal, em período pós-25 de Abril. Cardoso Pires dizia que: “Se sublinho a palavra cultura neste jornal, é porque nela se contem o resumo mais fiel e mais provado duma presença jornalística corajosamente assumida e inteligentemente actual ao longo de todos estes anos. No tempo em que quase a totalidade da imprensa regional era cacique e em que a maioria dos diários das grandes cidades se pavoneava em solenidades provincianas e em retóricas subservientes, aí, no Fundão, escrevia-se o país em cima do concreto local e

²⁹⁶ RIVAS, Manuel; *El Periodismo es un cuento*; Edições Alfaguara; 1997; Madrid; página 23

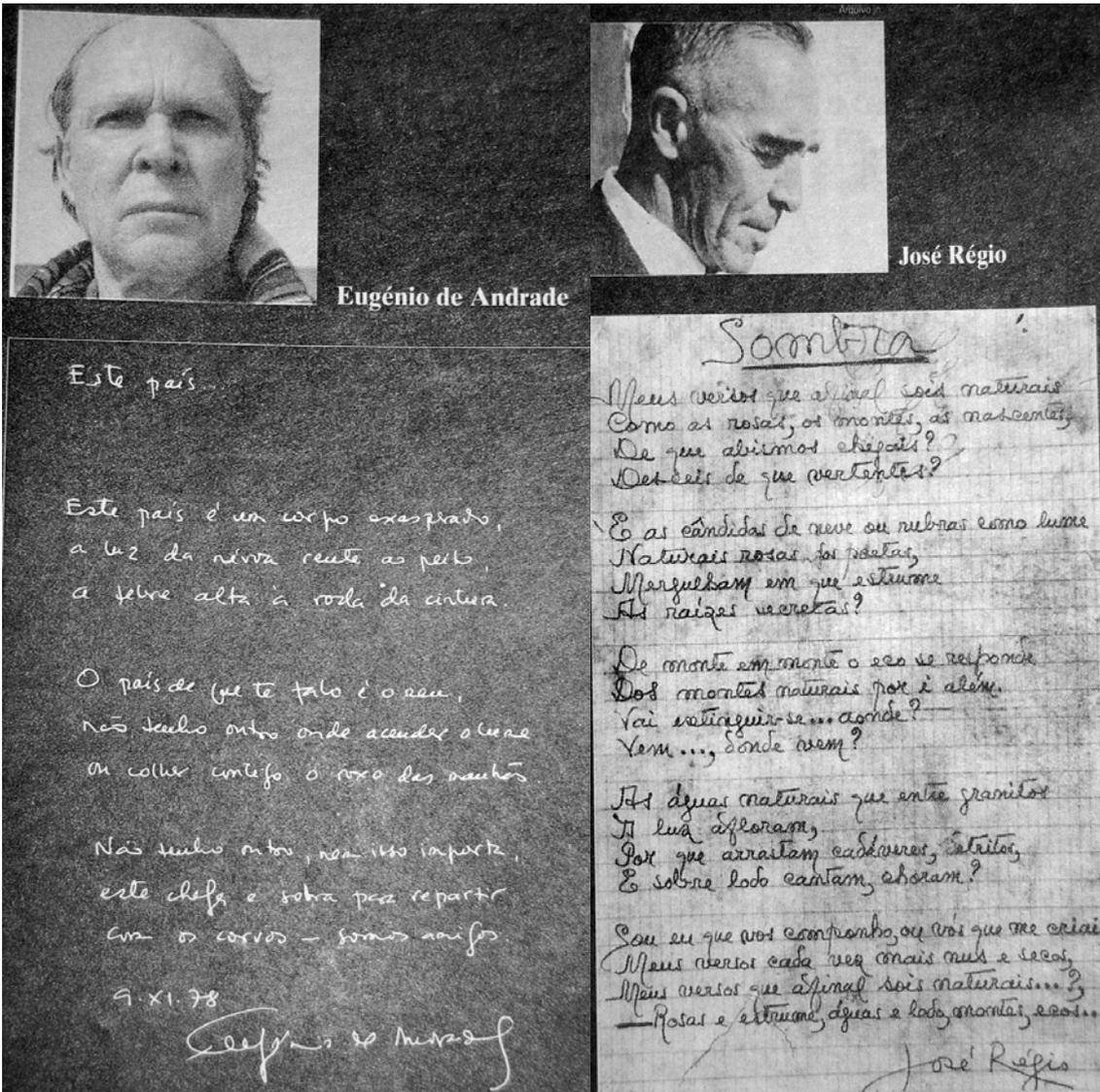


Figura 50 – Poemas de Eugénio de Andrade e José Régio publicados pela primeira vez no “Jornal do Fundão”

Conclusão

António Paulouro descrevia a aventura do “Jornal do Fundão” de uma forma exemplar para a restante imprensa regional. O fundador da publicação que aqui analisámos dizia que “por cada flor colhida, uma braçado de cardos”. Esta parece ser uma metáfora bem conseguida para desenhar as dificuldades com que se debatem os jornais regionais e, mais propriamente, o “Jornal do Fundão”. Foi precisamente todo o percurso inicial de um jornal regional, de um meio de comunicação de proximidade, da relevância do “Jornal do Fundão” que quisemos analisar neste trabalho.

Trabalhar um tema tão importante para a comunicação como é o da imprensa regional é uma tarefa que não se vislumbra fácil, mas que cremos ser cada vez mais necessária. Dificuldades que se avolumaram devido ao facto deste estudo constituir a primeira análise transversal e diacrónica, de carácter académico, de um dos mais importantes títulos da imprensa regional portuguesa. O “Jornal do Fundão” é um exemplo vivo das capacidades deste tipo de meio em transformar a sociedade e em se transformar com esta.

Neste trabalho quisemos começar precisamente com uma breve história das datas mais significativas para a imprensa. No primeiro capítulo abordámos a evolução da imprensa escrita e a sua relação com os leitores e com a sociedade. As evoluções de uma significaram os avanços de outra, o que demonstra, desde logo, a significativa importância e a íntima relação entre comunicação e sociedade. Trajecto que especificámos depois, na área da imprensa regional. De entre os vários pontos identificados, sublinhar o facto da imprensa regional ter sido aquela onde a evolução tecnológica mais tarde chegou. Uma conclusão que, numa primeira fase, poderia ter uma conotação negativa, mas que em nosso entender, veio proteger este tipo de meio da industrialização e da mercantilização dos jornais e das notícias.

A imprensa regional é, ainda hoje, em muitos casos, sinónimo de comunicação de proximidade, feita por rostos conhecidos e com um público bem identificado. Uma imprensa de causas locais e de promoção de opinião pública regional. Este resguardo identitário fez com que a imprensa regional e local, na sua grande maioria, fosse conservando algumas das características presentes nos jornais do século XIX. Uma forte subjectividade nos conteúdos, com notícias a transparecer alguns pontos de opinião e um nítido apego ao território do jornal e aos seus leitores e as temáticas locais como

substância do jornalismo. A tudo isto acresce uma destacada presença de temáticas políticas e dos políticos locais e correspondentes líderes de opinião.

Contudo, as necessidades actuais e a multiplicidade de plataformas de comunicação vieram trazer um vasto conjunto de desafios a este tipo de imprensa. Pese embora o facto da imprensa regional, do nosso ponto de vista, ser um dos grandes modelos do jornalismo, no futuro as redacções devem renovar-se e permitir a entrada a novos quadros, mais qualificados, mas também mais conhecedores das novas necessidades e formas de comunicação. Contudo, este traço de união com a sua comunidade, através dos seus conteúdos específicos, deverá ser mantido.

Nos capítulos seguintes do trabalho apresentamos duas das três grandes bases que, em nossa opinião, marcaram a identidade do “Jornal do Fundão”. Depois de uma breve alusão histórica desta publicação, começámos por apresentar alguns dos casos pelos quais o jornal se debateu e deles fez suas bandeiras de luta. Neste aspecto, saliente-se a metodologia utilizada que passou por encontrar um quadro teórico de referência que desse suporte à nossa perspectiva, a qual passa pela capacidade que os jornais regionais, ditos de proximidade, têm, em criar ou reforçar e manter uma identidade social, própria do território dos seus leitores. Pretendemos também aqui mostrar que estes espaços comunicacionais são plataformas de mediação entre os membros de uma comunidade. É nestes jornais que se promove o debate, a troca de opiniões e a criação de um ideal comum que serve para orientar os passos da comunidade. Este tipo de meio de comunicação, pelas suas características e interacções com os leitores, tem de funcionar como estrutura de mediação entre as várias vontades presentes no espaço a que se destina, mas também deverá operar como suporte das várias opiniões, promover o debate e reproduzir os pensamentos consensuais e apresentar novas pistas para esse mesmo território, através dos seus conteúdos noticiosos.

Ora, o vasto leque de exemplos que incluímos neste trabalho, que vão desde a defesa por melhores condições laborais dos mineiros e trabalhadores dos lanifícios, até à criação de infra-estruturas de ligação ao país e ao mundo, como é o caso do túnel da Gardunha, passando pela construção do regadio da Cova da Beira, pela construção das instituições de ensino superior na região, entre muitas outras, servem também de prova indiscutível do envolvimento que o “Jornal do Fundão” teve na sua região. Um título, que no período por nós analisado, dedicou toda a sua actividade ao levantamento dos problemas que afectavam esta região interior de Portugal, à discussão dos mesmo e também, não menos importante, ao encontrar de soluções para estes mesmos entraves.

É disso que falamos quando nos referimos ao jornalismo de causas, a um envolvimento activo de um jornal, na resolução dos problemas da sua comunidade.

Esta função social, quase nos antípodas desse jornalismo industrial, sem rosto e objectivos, a não ser os comerciais e económicos, requer uma postura interventiva dos jornalistas e das publicações em causa. Este tipo de jornalismo é, do nosso ponto de vista, um dos precursores do jornalismo cívico, do qual também apresentamos um exemplo em concreto neste trabalho. A anteceder esta forma de actuação, cujo início é atribuído a publicações norte americanas, entendemos que está o jornalismo de causas, de proximidade, tão presente na génese dos projectos comunicacionais regionais. Meios que sempre se mantiveram conscientes na necessidade e da importância da sua actuação para a comunidade, ao defender as suas ambições, ao criar um espaço de debate e discussão, ao promover um fórum público, mas também, em criar e reforçar estes papéis no seio dos seus leitores, de forma a que estes identificassem o jornal como agente-essencial da sua vivência. Este facto deve ser também reforçado. Até porque, em nosso entender, tornar-se-á muito difícil, para não dizer impossível, a qualquer projecto comunicacional de proximidade, sobreviver sem ter no centro das suas preocupações, no topo da sua lista de acção, a sua comunidade, as aspirações e especificidades desta e as marcas que a distinguem das restantes.

Mas o JF conseguiu também abrir esta região ao mundo. Através dos seus muitos leitores na diáspora, primeiramente militares na Guerra Coloquial e depois, em maior número, os emigrantes. O jornal serviu de elo de ligação a um território próprio, único para estas gentes, mas serviu também para promover esta comunidade e as suas características, quer em termos nacionais, quer também internacionais.

O “Jornal do Fundão”, enquanto projecto de comunicação de proximidade teve a capacidade de saber pensar a realidade que o envolvia. Conseguiu através de milhares de notícias, de milhões de palavras, enformar a região, moldá-la através das suas mensagens, conferir-lhe alma. Os seus propósitos, as suas lutas, o seu empenhamento pelas causas deste território, como esperamos ter provado através dos exemplos vertidos neste trabalho académico, consubstanciaram-se nas linhas que dão singularidade à Beira Interior. Ao trabalhar as características únicas desta região, o jornal serviu para a tornar mais distinta das restantes e conferir-lhe assim pontos de interesse que fossem mais-valias para projectos colectivos deste território. O caso das “Jornadas da Beira Interior” é exemplar. A criação de um movimento cívico que abarcou um vasto leque de áreas, desde a política, à economia, desde a indústria à agricultura, desde o sindicalismo ao

patronato, passando pela cultura e pelo ensino, muitas foram as áreas e os quadros humanos que lhes dão vida que foram convocados ao debate colectivo, à planificação conjunta do que seria a Beira Interior. Território que internamente teimava em viver de costas voltadas, com os políticos a remeterem-se ao quinhão concelhio, o “Jornal do Fundão” foi capaz de se constituir como força aglutinadora e galvanizante para discutir e pensar o futuro da região, que passou essencialmente pela sua união e por um trabalho conjunto. Um ponto de referência também à capacidade visionária do jornal na promoção das relações entre esta região interior de Portugal e a sua congénere espanhola. A convergência entre a raia ibérica foi uma das bandeiras das jornadas.

Para além destes feitos, o jornal conseguiu transformar-se no rosto de muitas causas, sem nunca mostrar medo de se fazer sentir como contra-poder. Lembrar que esta publicação aparece num tempo em que toda a imprensa funcionava, em certa medida, pela cartilha do jornalismo paroquial, onde o regime ditava os testamentos. Do concelho do Fundão, e da sua rede de colaboradores, espalhados por todas as freguesias, depressa se alarga à Covilhã, cidade que lhe confere uma maior dimensão e mais posteriormente à Guarda e Castelo Branco.

O jornal falou de muitas coisas, as mais importantes, pensamos nós, estão agora aqui vertidas, ou pelo menos, a intenção foi a de escolher um conjunto de temas que conseguissem ilustrar essa dimensão de agente social activo e transformador. Começou com casos ligados às suas gentes, a quem nunca ninguém parecia ter dado voz. Lembramos o episódio da Lipocina, mas também do combate pela erradicação do Bócio Endémico, seguiu-se, neste campo, a luta pelo ser humano que num lugarejo perdido morria dia após dia de uma enfermidade que lhe “roía” o rosto. Esta campanha, já nos anos 80 do século XX, haveria de significar o passo decisivo para a construção da Unidade de Dor do Hospital do Fundão.

Pretendemos provar assim a capacidade de um jornal na reivindicação de estruturas e na concretização das mesmas, mostrando, ao mesmo tempo, como neste jornal, desde os anos 60, se viveram “episódios” de jornalismo de causas e jornalismo cívico, muito antes de estas duas designações se tornarem a nova *buzz word* de finais dos anos 90, apontando o caminho para uma possível saída da crise instalada no seio da imprensa escrita.

Promover a discussão, criar opiniões, servir de mediador nas vontades comuns de um território que ajuda a criar e a manter são algumas das tarefas a que se dedicou o Jornal do Fundão, e que hoje, retrospectivamente, podemos identificar como

“jornalismo de proximidade”. Neste campo o JF foi pioneiro e precursor de um movimento que contraria os ditames da imprensa massificada surgida após a industrialização do ocidente. Gerida durante muitos anos como pequena empresa familiar, seria uma ironia trágica se a sua recente ligação a um grande grupo de comunicação viesse a abalar essas características e qualidades que o tornam único.

A capacidade deste tipo de projectos, tal como o que nos serviu de modelo de investigação, deve também passar pela transformação dos seus pensamentos, das suas palavras em gestos concretos, em factos reais, e numa relação muito singular com os seus públicos e com os espaços que selectivamente criaram. Estes parâmetros só são atingidos se este meio de comunicação se adaptar, se moldar também ao seu meio envolvente e se deixar transformar pela sociedade que lhe é próxima, que com ele convive. Essa capacidade vai converter-se em actos de cidadania, em formas de construção de identidades e de consciências públicas.

Por fim, falar da cultura. Ponto de importância idêntica no jornal. O caso do JF, neste âmbito, é, de alguma forma, singular. Pelas páginas deste jornal passaram os mais importantes nomes da cultura portuguesa da segunda metade do século XX, sobretudo na área da literatura. Palco de diversas experiências culturais, defensor de muitos pensadores, o “Jornal do Fundão” cedo procurou a máxima de que o jornalismo também é cultura e através da cultura se abrem novos horizontes pessoais e colectivos. Os vários suplementos deram lugar a poesia, a contos, e publicações inéditas, contribuindo também para o incremento da consciência cívica.

Foi ainda através da cultura que o JF abriu as portas de um Portugal cinzento e fechado por um regime salazarista, ao mundo, sobretudo a França, Espanha e Brasil. O convite de diversas individualidades na cultura destes países, para se deslocarem à Beira Interior, mas também, a publicitação do que se fazia em terras lusas são marcas de toda uma actuação exemplar neste domínio. A estas juntam-se a promoção de vários espectáculos, de actividades diversas como um curso de jornalismo em pleno regime, entre outras. No âmbito cultural, destaque ainda para a edição de livros. Entre o período em análise, o JF foi também sinónimo de publicação de várias obras, não só sobre a região como é o caso de “Crónicas das águas que passam” ou “Jornadas da Beira Interior”, mas também obras de vulto literário e político. Uma forma de demonstrar que a capacidade comunicacional e interventiva de um jornal não se esgota nas suas notícias ou nas páginas de um jornal.

Nesse sentido, pensamos que o “Jornal do Fundão” sempre encarou, no período em análise, as suas notícias, as suas reportagens, os seus conteúdos como resultados de acontecimentos que estavam ligados aos seus leitores, e as consequências das suas acções, sempre foram vistas como actos de cidadania e da promoção da democracia. Uma actuação que o actual director, Fernando Paulouro descreve da seguinte forma: “num tempo em que o homem é a medida de coisa nenhuma aumentam as responsabilidades cívicas e culturais da imprensa no sentido de se manter como consciência crítica do espaço que habita. À informação cabe o direito de dar voz aos que não a têm.”

Bibliografia

ADONI, Hannah; Mane, Sheryl; *Media and the social construction of reality: toward an integration of theory and research*; In: Communication Research, Volume 11, nº 3; Beverly Hills, Sage.

ARENDT, Hannah; *A Condição Humana*; Lisboa; Relógio D'Água; 2001.

BERGER, Peter; Luckmann, Thomas; *A construção social da realidade – Tratado de sociologia do conhecimento*; Rio de Janeiro; Editora Vozes; 1987.

BIRD, Elizabeth; Dardenne, Robert; “Mito, registo e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias”; In: Nelson Traquina (Org.), *Jornalimos: Questões, Teorias e Estórias*; Lisboa; Edições Veja; 1993.

BRETON, Philippe; Proulx, Serge; *A Explosão da Comunicação*; Lisboa, Editora Bizâncio; 2000.

CABRAL, Manuel Villaverde; *O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil)*; In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, volume 18, nº 51; aceso através de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100005&lng=en&nrm=iso; 2003.

CAMPBELL, Cole C.; *Journalism as a Democratic Art*; in Theodore Glasser; *The Idea of Public Journalism*; New York; The Guilford Press; 1999.

CAMPONÊS, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*; Coimbra; Minerva; 2002.

CARVALHEIRO, José Ricardo; *Os media e os poderes locais*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 1996; in: de <http://bocc.ubi.pt/pag/carvalheiro-ricardo-Media-poder.pdf>.

CARVALHEIRO, José Ricardo; *Media e Cidadania na periferia portuguesa*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 2000; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/carvalheiro-jricardo-media-cidadania.html>.

CARVALHEIRO, José Ricardo; *Da nação à região: as eleições legislativas na imprensa regional*; Estudos em Comunicação, nº 2; Universidade da Beira Interior,

Covilhã; 2007; in: <http://www.labcom.ubi.pt/ec/02/pdf/Carvalho-A-eleicao-do-centro.pdf>

CASCAIS, Fernando; *Dicionário de Jornalismo, as palavras dos media*; Lisboa; Verbo Editora; 2001

CASTELLS, Manuel, A era da informação: economia, sociedade e cultura, Volume II, O Poder da Identidade, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CORREIA, João Carlos; *O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 1995; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/jcorreia-poder-jornalismo.html>.

CORREIA, João Carlos; *Autenticidade, desejo e mediação: sobre subjectividade e cidadania na cultura de massas*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 1997; in: http://bocc.ubi.pt/pag/jcorreia_autenticidade.pdf.

CORREIA, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 1997; in: http://bocc.ubi.pt/pag/jcorreia_jornalismo.html.

CORREIA, João Carlos; *Jornalismo regional e cidadania*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 1998; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.html>.

CORREIA, João Carlos; *O espaço público e a questão operária: o testemunho do jornal A Estrela*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 1998; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-questao-operaria-jornal-estrela.html>.

CORREIA, João Carlos; *Media e cidadania: algumas reflexões em torno de duas categorias modernas: consenso e ideologia*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 2001; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-media-cidadania.html>.

CORREIA, João Carlos; *Cidadania, Comunicação e Literacia Mediática*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 2002; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-carlos-Media-Publico-Literacia.pdf>.

CORREIA, João Carlos; *A Fragmentação do Espaço Público: novos desafios ético-políticos*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 2004; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-carlos-fragmentacao-do-espaco-publico.pdf>.

CORREIA, João Carlos; *Comunicação e Cidadania, Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*; Lisboa; Livros Horizonte.

CORREIA, João Carlos; *Elementos para uma teoria da comunicação: Schutz e Luhmann e a construção social da realidade*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 2004; *in:* <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-carlos-elementos-para-teoria-da-comunicacao.pdf>.

CORREIA, João Carlos; *A imprensa regional e comunicação política. As eleições autárquicas de 2005*; Covilhã; Universidade da Beira Interior; 2005; *in:* <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-imprensa-regional-comunicacao-politica.pdf>.

CRATO, Nuno; *Comunicação Social – A Imprensa*; Lisboa; Editorial Presença; 1992.

COELHO, Pedro; *A TV de Proximidade e os novos desafios do espaço público*; Lisboa; Livros Horizonte; 1992.

DAMÁSIO, Manuel; *Contributos para a constituição de uma literacia mediática*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 2000; *in:* <http://bocc.ubi.pt/pag/damasio-manuel-literacia-mediatica.html>.

DORNELLES, Beatriz; *Características de jornais e leitores interioranos no final do século 20*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 2004; *in:* <http://www.bocc.ubi.pt/pag/dornelles-beatriz-jornais-interioranos.pdf>.

ESTEVES, João Pissarra; *A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*, Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; 1997.

ESTEVES, João Pissarra; *Novos Desafios Para Uma Teoria Crítica da Sociedade*; In: Revista de Comunicação e Linguagens, “Comunicação e Política”, Lisboa, Cosmos, nº 21-22; 1995.

FERREIRA, Paulo; “*O lugar da imprensa local e regional nas políticas da comunicação*”; *in:* <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ferreira-paulo-lugar-imprensa-local-regional-politicas-comunicacao.pdf>.

FERRY, Jean-Marc; *Les Transformations de la publicité politique*; In Hermes-Le Nouvel Espace Publique nº 4; Paris; Laboratório de Comunicação e Política, CNRS; 1984.

FIDALGO, António; *A comunicação endereçada*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 1998; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-comunicacao-enderecada.pdf>.

FIDALGO, António; *Os meios e os fins da comunicação*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 1998; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-meios-fins-comunicacao.pdf>.

FIDALGO, António; *Nova Corte na Aldeia e Ruralidade*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 1999; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-corte-aldeia.html>.

GARCIA, José Luís Dader; *El Periodista en el Espacio Publico*, Barcelona, Bosch; 1992.

GIDDENS, Anthony; *Sociologia*; Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian; 1997.

GIDDENS, Anthony, *Modernidade e Identidade pessoal*, Oeiras, Celta, 1994.

Glasser, Theodore; *The Idea of Public Journalism*; New York; The Guilford Press; 1999.

GOUVEIA, Maria Regina Gomes; *A interacção entre o universo político e o campo da comunicação – A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*; Universidade da Beira Interior; Covilhã.

GRADIM, Anabela; *Manual de Jornalismo*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 2000; in: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-1.html>.

HABERMAS, Jurgen; *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*; Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro; 2003.

LIEBES, Tamar; Curran, James; *Media Ritual and Identity*; Londres; Routledge; 1998.

LIPOVETSKY, Gilles, *A era do vazio – Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa, Relógio d' Água, 1989.

LUHMANN, Niklas; *A Improbabilidade da Comunicação*; Lisboa; Editora Veja; 2001.

MARCELO, Ana Sofia; *Internet e novas formas de sociabilidade*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 2001; in: <http://bocc.ubi.pt/pag/marcelo-ana-sofia-internet-sociabilidade.pdf>.

MCQUAIL, Dennis; *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; 2003.

MEDINA; Cremilda de Araújo; *Profissão jornalista: responsabilidade social*; Rio de Janeiro; São Paulo; Editora Florence-Universitária; 1982.

MEKSENAS; Paulo; *Cidadania, poder e comunicação*; São Paulo; Editora Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Manuel Alves de; (org.); *Moderna Enciclopédia Universal*; Círculo de Leitores, Lisboa; 1985; Tomos V, VI e XI.

PAULOURO, António; *Jornadas da Beira Interior*; Fundão; Jornal do Fundão Editores; 1985.

PAULOURO, António; *II Jornadas da Beira Interior*; Fundão; Jornal do Fundão Editores; 1986.

PAULOURO; Fernando; Daniel Reis; *A Guerra da Mina e os Mineiros da Panasqueira*; Edições A Regra do Jogo; 1979; Lisboa.

PEREIRA, António dos Santos; *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em tempos de crise (1851-1926)*; Coleção Parlamento; Edições Afrontamento; Porto, 2002; página 80.

PIMENTEL, Irene Flunser; *A história da PIDE*; Lisboa; Círculo de Leitores; 2007.

PORTELA, Artur; *A Galáxia de Bill Gates e a responsabilidade cultural do jornalismo*; Lisboa; Editorial Bizâncio; 1998.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso; *História da Imprensa*; Lisboa; Planeta Editora; 1994.

REIS, Daniel; Neves, Fernando Paulouro; *A Guerra da Mina e os mineiros da Panasqueira*; Lisboa; Regra do Jogo Edições; 1979.

RIBEIRO, Juliana Colussi; *jornalismo regional e construção da cidadania: o caso da “Folha da Região” de Aracatuba (dissertação de mestrado)*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 2007; *in:* <http://bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-juliana-jornalismo-regional-construcao-cidadania.pdf>.

RIOS, Aline de Oliveira; *Jornalismo como instrumento de cidadania*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 2005; *in:* <http://bocc.ubi.pt/pag/rios-aline-jornalismo-instrumento-cidadania.pdf>.

RODRIGUES, Catarina; *Blogs e a Fragmentação do Espaço Público*; Covilhã; Livros Labcom; 2006; *in:* <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/rodrigues-catarina-blogs-fragmentacao-espaco-publico.pdf>.

RODRIGUES, Adriano Duarte; *A Comunicação Social – Noção, Linguagem e História*; 2ª edição, Editorial Veja, Lisboa, S.D.

SEATON, Jean e Pimlott, Bem; “The Portuguese Media in Transition”, *in* MAXWELL, Kenneth (ed.); *The Press and the rebirth of Iberian Democracy*, Greenwold Press; Londres, 1983.

SCHUDSON, Michael; *The Sociology of News Production*, Londres; W. W. Norton; 2003.

SILVA, Manuel Lopes; *Cultura e sociedade da comunicação*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 2002; *in:* <http://bocc.ubi.pt/pag/silva-lobes-cultura-informacao.html>.

SOUSA, Jorge Pedro, *As notícias e os seus efeitos. As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 1999; *in:* <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>.

SOUSA, Jorge Pedro; *Elementos de jornalismo impresso*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 2001; *in:* <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>.

SOUSA, Jorge Pedro; *Comunicação regional e local na Europa Ocidental*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 2002; *in:*

http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental.html.

SOUSA, Jorge Pedro; *Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 2004; acedido através de <http://www.bocc.ubi.pt>

SOUSA, Jorge Pedro; Pinto, Mário; Silva, Gabriel; Delicato, Mónica; Silva, Nair; *A Génese do Jornalismo Lusófono e as “Relações” de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*; Covilhã, Universidade da Beira Interior; 2007; in: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-multifactorial-jornalismo.pdf>.

TENGARRINHA, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*; Lisboa; Editorial Caminho; 1989.

TRAQUINA, Nelson, *O Paradigma do Agenda Setting, Redescoberta do Poder do Jornalismo* In: Revista de Comunicação e Linguagens – Comunicação e Política nºs 21/22; Lisboa; Edições Cosmos; 1995 nos 21/22.

TRAQUINA, Nelson, *As Notícias*, In: Revista de Comunicação e Linguagens Nº 8; Lisboa; Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens; 1998.

TRAQUINA, Nelson; *Teorias das notícias: o estudo do jornalismo no século XX*; São Leopoldo; Editora da Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson; *Jornalismo*; Lisboa; Eduções Quimera; 2002.

TRAQUINA, Nelson e Mesquita, Mário; *Jornalismo Cívico*; Lisboa; Livros Horizonte; 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de; *Da Democracia na América*; Relógio d'Água; Lisboa, 2008

TUCHMAN, Gaye; *Making News. A study in the construction of reality*; Nova Iorque; The Free Press, 1978.

TUCHMAN, Gaye; *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*, In Nelson Traquina (Org.), *Jornalimos: Questões, Teorias e Estórias*, Lisboa, Editora Veja; 1993.

TURNBULL, Colin; *The Human Cycle*; Londres; Simon & Schuster; 1984.

VÁRIOS; *O Jornalismo Português, em análise de casos*; Lisboa; Editora Caminho; 2001.

VATTIMO, Gianni; *A sociedade transparente*; Lisboa; Relógio d'Água, 1992.

WOLF, Mauro; *Teorias da Comunicação*; Lisboa; Editorial Presença; 1987.

WOLTON, Dominique; *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*; São Paulo, Ática; 2006.